

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO PEDAGÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ARILDO CASTELLUBER

**ENSINO PRIMÁRIO E MATEMÁTICA DOS IMIGRANTES E DESCENDENTES
GERMÂNICOS EM SANTA LEOPOLDINA (1857-1907)**

Vitória
2014

ARILDO CASTELLUBER

**ENSINO PRIMÁRIO E MATEMÁTICA DOS IMIGRANTES E DESCENDENTES
GERMÂNICOS EM SANTA LEOPOLDINA (1857-1907)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito – UFES como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, na linha de pesquisa de Educação Matemática, sob orientação da Prof^a Dra Circe Mary Silva da Silva Dynnikov.

Vitória
2014

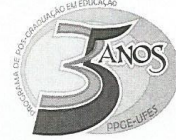
Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Castelluber, Arildo, 1959 -
C348e Ensino primário e matemática dos imigrantes e descendentes
germânicos em Santa Leopoldina (1857-1907) / Arildo Castelluber. –
2014.
258. : il.

Orientador: Circe Mary Silva da Silva Dynnikov.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro
de Educação.

1. Educação – História. 2. Escolas particulares. 3. Escolas públicas.
4. Livros didáticos – Matemática. 5. Matemática – Estudo e ensino –
História. 6. Migração. I. Dynnikov, Circe Mary Silva da Silva, 1951- II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

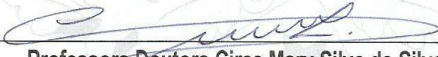
ARILDO CASTELLUBER

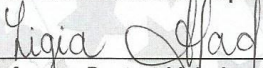
**ENSINO PRIMÁRIO E MATEMÁTICA DOS IMIGRANTES E
DESCENDENTES GERMÂNICOS EM SANTA
LEOPOLDINA (1857-1907)**

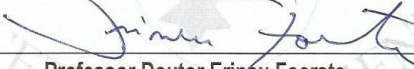
Tese apresentada ao Curso de Doutorado
em Educação da Universidade Federal do
Espírito Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutor em
Educação.

Aprovada em 20 de fevereiro de 2014.

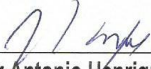
COMISSÃO EXAMINADORA


Professora Doutora Circe Mary Silva da Silva Dynnikov
Universidade Federal do Espírito Santo


Professora Doutora Ligia Arantes Sad
Universidade Federal do Espírito Santo


Professor Doutor Erineu Foerste
Universidade Federal do Espírito Santo


Professora Doutora Rosinete Gaertner
Universidade Regional de Blumenau


Professor Doutor Antonio Henrique Pinto
Instituto Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho a todos que contribuíram para a construção da história da educação na ex-colônia de Santa Leopoldina, sujeitos de sua própria história. Atualmente muitos educadores trabalham em escolas do campo com condições estruturais desfavoráveis, mas que não desanimam frente às dificuldades, assim como aconteceu com os professores pioneiros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por proporcionar a possibilidade participar desse momento em minha vida.

A minha orientadora, professora. Dr^a. Circe Mary Silva da Silva Dynnikov que colaborou sempre prontamente durante a minha caminhada.

A professora, professora Dr^a. Lígia Arantes Sad, por ter auxiliado na construção da pesquisa nos seminários, juntamente com os colegas da turma, durante as aulas do doutorado de educação matemática.

A professora Dr^a. Rosinéte Gaertner, o professor Dr Erineu Foerste, o professor Dr Antônio Henrique Pinto por aceitarem o convite de participar da minha banca examinadora e pelas contribuições que fizeram ao trabalho.

Aos meus mestres do PPGE, que conduziram minha formação.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A minha esposa Gilcimara G. Castelluber pela paciência e estímulo durante esses quatro anos.

Aos meus filhos, Caio e Cassio, por ter que dividir a atenção para eles com o tempo da pesquisa.

Aos meus pais, pois foi a partir deles que começou a minha formação.

Aos moradores de Santa Maria e Santa Leopoldina que colaboram diretamente com informações, ou empréstimos, dos materiais que fizeram parte da pesquisa.

Aos amigos que me estimularam durante o trabalho.

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

LE GOFF (2003, p. 471)

RESUMO

O objetivo da pesquisa é descrever o cenário da imigração germânica no século XIX, tratando também, de trilhar o caminho da educação por meio de educadores e das comunidades na Colônia de Santa Leopoldina, criada em 1857, na Província do Espírito Santo, considerando 50 anos a partir do início da imigração (1857-1907). A pesquisa histórica ancorou-se em consultas a documentos oficiais do Império, documentos e relatórios oficiais dos Presidentes da Província do Espírito Santo, jornais de circulação da época, fotografias, mapas geográficos, mapas estatísticos, livros didáticos antigos e livros de autores que abordaram o processo imigratório do Espírito Santo. O diálogo com Marc Bloch ajudou a entender essa multiplicidade de documentos, na complexa relação entre o passado e o presente da educação do Espírito Santo. O trabalho apresenta uma trajetória do imigrante germânico vindo da Europa até a ex-colônia e como a administração da província tratou a imigração e a educação. O ensino primário iniciou-se a partir de iniciativas públicas e particulares. Foram identificados as primeiras escolas e os nomes de muitos professores que atuaram no período estudado. Os livros utilizados nas escolas das comunidades teuto-brasileiras eram oriundos da Alemanha e posteriormente foram produzidos no sul do Brasil. Entre os livros escritos em alemão encontrados destacam-se o livro texto de alfabetização 'Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien', editado na Alemanha no final do século XIX, de autoria do diretor de uma escola particular em Santa Leopoldina, Albert Richard Dietze, e o primeiro volume do livro de matemática 'Rechenbuch für Deutsch-Brasilianische Volksschulen', de Ferdinand Hackbart, Konrad Glaus e Hermann Lange. Foi feita uma análise sob os aspectos físicos e formais, o processo de ensino e os conteúdos do livro de matemática. A análise evidenciou que a proposta de ensino apoia-se no "cálculo mental" e o escrito, com a repetição dos conteúdos, envolvendo o treino intensivo. Os conceitos de matemática são apresentados partindo de problemas com situações concretas do aluno para a aquisição de competências necessárias para inserir o aluno em sua comunidade. Levando-se em conta que o livro foi editado em 1906, conclui-se que se trata de uma obra relevante com uma proposta de ensino que se manteve presente nos livros didáticos de matemática até os dias atuais.

Palavras-chave: Educação - História; Escolas particulares; Escolas públicas; Livros didáticos – Matemática; Matemática - Estudo e ensino – História; Migração.

ABSTRACT

The objective of the research is to describe the scenario of German immigration in the nineteenth century, dealing also, the path of education in the colony of Santa Leopoldina, created in 1857, in the province of the state of Espírito Santo, considering 50 years since the beginning of immigration (1857-1907). The historical research was anchored in queries to official documents of the Empire, statistical maps, governmental documents and reports of the Province of the state of Espírito Santo, newspapers from that time, photographs, maps, old textbooks and books of authors who visited the province and discussed the immigration process of the state of Espírito Santo. The dialogue with Marc Bloch helped to understand this multiplicity of documents, in the complex relationship between the past and present of education of the state of Espírito Santo. The essay presents a trajectory of the German immigrant from Europe to the ex-colony and how the government treated the immigration and education. The primary education started from governmental and private initiatives. Many teachers that worked on the first schools during the studied period had their names identified. The books used in the German language schools were from Germany and later were produced in southern Brazil, especially for German-Brazilian communities. Among the books written in German found in Santa Leopoldina, there is a literacy textbook 'Lese - I Schule für Deutsche Kinder in Brasilien', edited in Germany in the late nineteenth century, written by the director of a private school, Albert Richard Dietze, and the math book 'Rechenbuch für Deutsch - Brasilianische Volksschulen' written by Ferdinand Hackbart, Konrad Glaus and Hermann Lange. An analysis from the physical and formal aspects, the teaching process and the contents of the book was taken. The analysis revealed that the proposed learning relies on 'mental calculation' and written by repeating contents, involving intensive training. The math concepts are presented starting from problems with concrete situations of the student to acquire skills necessary for entering the student in their community. Considering that the book was published in 1906, we can conclude that this is an important work with a teaching proposal which remained present in mathematics textbooks until the present day.

Keywords: 1. Education - History; 2. Private schools; 3. Public schools; 4. Didactic books - Mathematics; 5. Mathematics - Study and Teaching - History; 6. Migration.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Capa do códice 356 do APEES.....	246
Anexo B - Selo com a figura do imperador D. Pedro II.....	247
Anexo C - Ofício do Ministério dos Negócios do Império para o Presidente da Província do Espírito Santo suspendendo o pagamento de diárias para os trabalhadores ociosos na colônia de Santa Leopoldina em 02/06/1860.....	248
Anexo D - Navio Doctor Barth que transportou imigrantes para a colônia de Santa Leopoldina.....	249
Anexo E - Transcrição do ofício nº 57, do Ministério da Agricultura e Comércio do Rio de Janeiro para o Presidente da Província do Espírito Santo, em 31/07/1873, autorizando a transferência de um colono de Santa Leopoldina para a Província de Santa Catarina.....	250
Anexo F - Ofício do Ministério dos Negócios do Império coma criação de uma igreja, uma escola e a contratação de um professor em Santa Leopoldina.....	251
Anexo G - Professor Emílio Häussler.....	252
Anexo H - Professor Anton Blaser.....	253
Anexo I - Professor Albert Richard Dietze.....	254
Anexo J - Segunda capa do livro de matemática ‘Rechenbuch fur Deutsche Schulen in Brasilien’.	255
Anexo K - Segunda capa (prefácio) do Livro de matemática Rechenbuch fur Deutsch-brasilianische volksschulen, 1º volume, 1906.....	256
Anexo L - Terceira capa do Livro de matemática Rechenbuch fur Deutsch-brasilianische volksschulen, 1º volume, 1906.....	257
Anexo M - Diversas representações de números por meio de figuras do Livro de matemática Rechenbuch fur Deutsch-brasilianische volksschulen, 1º volume, 1906.....	258

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Fichamento dos livros antigos encontrados em Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá-ES.....	228
Apêndice B - Relação de códices pesquisados no APEES.....	234
Apêndice C - Torre da igreja católica de Tirol construída no século XIX e ao lado a moradia dos padres.....	237
Apêndice D - Carteira individual de madeira da escola de Tirol.....	238
Apêndice E - Parte do pedestal de quadro de aula do século XIX.....	239
Apêndice F - O pesquisador num museu da Alemanha com uma lousa.....	240
Apêndice G - Prefácio do livro de leitura de Albert Richard Dietze.....	241
Apêndice H - Ábaco com pedestal usado em escolas da Alemanha no século XIX.....	244

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Espírito Santo com localização de Santa Leopoldina.....	25
Figura 2- Gravura da sala de aula no século XIX.....	26
Figura 3 - Lousa de ardósia com moldura de madeira. Acervo família Bruske.....	27
Figura 4 - Capa do livro ilustrado “Todos os meus queridos amigos”.....	30
Figura 5 - Capa do livro de matemática Mein Rechenbuch.....	31
Figura 6 - Parte do mapa da Província do Espírito Santo evidenciando a Colônia de Santa Leopoldina e Santa Isabel em 1878.....	47
Figura 7 - Casa do engenheiro Amélio Pralon, ex-diretor da Colônia de Santa Leopoldina (1860).....	51
Figura 8 - Canoeiros descendo o Rio Santa Maria com destino à Vitória.....	56
Figura 9 - Porto de Cachoeiro no início do século XX.....	57
Figura 10 - Tropeiros carregando as mercadorias para o transporte em 1906.....	58
Figura 11 - Propaganda da fábrica de cerveja em Santa Leopoldina no início do século XX.....	59
Figura 12 - Mutirão de trabalhadores para construção de estradas.....	61
Figura 13 - Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá no início do século XX.....	64
Figura 14 - Transcrição do despacho ministerial alterando o nome original da colônia de Santa Maria.....	72
Figura 15 - Desembarque de imigrantes no Porto de Vitória.....	85
Figura 16 - Transcrição da resolução nº 131 da criação de escola em Santa Leopoldina.....	111
Figura 17 - Transcrição do ofício nº 127 (desabamento da escola em Santa Leopoldina).....	112
Figura 18 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura para criação de duas escolas em Santa Leopoldina em 13/09/1873.....	119
Figura 19 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura autorizando a contratação do professor Paol Giuseppe em 21/07/1874.....	120

Figura 20 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura nomeando a professora Ambrosina Colares Barroso em 17/12/1875.....	121
Figura 21 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura com a nomeação de um professor e criação de uma nova escola em Santa Leopoldina em 09/01/1876.....	122
Figura 22 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura nomeando um professor para uma escola em Santa Leopoldina em 23/08/1876...	123
Figura 23 - Transcrição da notícia das visitas do Inspetor de Instrução Pública da Província do Espírito Santo em 1882.....	126
Figura 24 - Denúncia a respeito de um professor de Santa Leopoldina.....	127
Figura 25 - Transcrição do ofício nº 94 sobre a prisão do professor em Santa Leopoldina em 30/11/1868.....	128
Figura 26 - Transcrição da denúncia de um leitor, em 1886, em Santa Leopoldina.....	128
Figura 27- Transcrição do Ofício nº 78 para apurar irregularidades na escola de Holanda, em 20/04/1886.....	128
Figura 28 - Mapa com a localização de uma escola no lote nº 37 do colono Simão Walker, em Luxemburgo, colônia de Santa Leopoldina.....	132
Figura 29 - Mapa com a localização do lote nº 66 do professor Francisco Rodrigues dos Passos.....	133
Figura 30 - Igreja Luterana e ao lado a escola em Luxemburgo no século XIX.....	137
Figura 31 - Transcrição de ofício nº 71 contratação de Rudolf Muller em 31/10/1873.....	139
Figura 32 - Transcrição de ofício da aprovação do contrato de Rudolf Muller em 31/12/1873.....	139
Figura 33 - Transcrição do ofício do pedido do Pastor Jorge Hertz para nomeação de um pastor para uma escola em Santa Leopoldina em 15/10/1874.....	140
Figura 34 - Transcrição do ofício da nomeação do Pastor Jorge Hertz para uma escola em Santa Leopoldina em 29/12/1874.....	140
Figura 35 - Igreja Luterana de Jequitibá construída no século XIX.....	141

Figura 36 - Ofício da criação da primeira escola particular feminina de Santa Teresa em 1885.....	149
Figura 37 - Notícia da criação da escola particular de Albert Richard Dietze, em 1886, em Santa Leopoldina.....	150
Figura 38 - Lições das páginas 19 e 54 do livro Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien.....	170
Figura 39 - Lições das páginas 70 e 71 do livro Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien.....	171
Figura 40 - Primeira parte do livro e a tradução do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.....	174
Figura 41 - Capa do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.....	175
Figura 42 - Tradução da capa do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.....	176
Figura 43 - Título do capítulo 3 do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen e tradução.....	178
Figura 44 - Exercícios propostos do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.....	179
Figura 45 - Título em alemão e tradução do 1º capítulo e 1ª secção1 do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.....	180
Figura 46 - Diálogo dos autores e o professor com a tradução do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.....	182
Figura 47 - Lição sobre o número dois.....	184
Figura 48 - Representação de números.....	185
Figura 49 - Exercícios de adição.....	185
Figura 50 - Símbolos de unidade e dezena.....	186
Figura 51 - Exemplos propostos de adição e subtração.....	188
Figura 52 - Exercícios propostos sobre o número quatro.....	189
Figura 53 - Decomposição do número dez.....	190
Figura 54 - Números ordinais e tradução.....	190
Figura 55 - Apresentação dos números de 11 a 20.....	191

Figura 56 - Exercícios de subtração e soma.....	191
Figura 57 - Adição e subtração.....	192
Figura 58 - Demonstração da multiplicação.....	194
Figura 59 - Demonstração da divisão.....	195
Figura 60 - Demonstração da divisão por dois.....	195
Figura 61 - Divisão com resto.....	196
Figura 62 - Tabela de cálculo I	197
Figura 63 - Tabela de Cálculo II.....	197
Figura 64 - Tabela de Cálculo.....	198
Figura 65 - Introdução ao conceito de frações.....	203
Figura 66 - Conceito das frações $\frac{1}{3}$ e $\frac{1}{4}$	203

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Telhado e fachada de uma casa alemã com telhas de pedra ardósia.....	29
Fotografia 2 - Casarão antigo em Holanda, Santa Leopoldina, com a identificação do proprietário e do ano da construção.....	53
Fotografia 3 - Berço do século XX, fabricado à mão, exposto no museu de Santa Maria de Jetibá.....	62
Fotografia 4 - Fachada da Igreja Luterana fundada em 1882 em Jequitibá.....	142
Fotografia 5 - Capa do 1º volume do Livro Rechenbuch für Deutsch-brasilianische Volksschulen.....	163
Fotografia 06 - Capa do 1º volume do livro Rechenbuch für Deutsche Schulen in Brasilien.....	164
Fotografia 7 - Ilustrações das páginas 6 e 9 do livro Rechenbuch für Deutsche Schulen in Brasilien.....	166
Fotografia 8 - Folha de rosto do livro de leitura de Albert Richard Dietze escrito em alemão e traduzida para o português.....	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número de imigrantes de acordo com o país de origem (Século XIX - 1812 a 1900).....	48
Gráfico 2 - Regiões de origem dos imigrantes germânicos.....	49
Gráfico 3 - Procedência dos imigrantes alemães antes de desembarcar no Espírito Santo.....	83
Gráfico 4 - População livre e escrava da Província do Espírito Santo em 1857.....	91
Gráfico 5 - Porcentagem das crianças que frequentavam a escola do Brasil, Espírito Santo e Santa Leopoldina em 1872.....	116
Gráfico 6 - Taxas de matrículas dos alunos em idade escolar em relação à população livre do Brasil, Espírito Santo e de Santa Leopoldina em 1872.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tempo das viagens de navios dos imigrantes no século XIX.....	84
Quadro 2 - Destino dos imigrantes que chegaram em navios século XIX.....	86
Quadro 3 - Professores da Província do Espírito Santo em 1842.....	89
Quadro 4 - Professores que atuaram na Colônia de Santa Leopoldina (1850-1907).....	153
Quadro 5 - Sumário do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entradas de imigrantes por nacionalidades no Brasil entre 1819 e 1947.....	41
Tabela 2 - Entradas de imigrantes por décadas entre 1819 e 1947.....	42
Tabela 3 - Número de imigrantes germânicos segundo a origem	50
Tabela 4 - População da Província do Espírito Santo em dezembro de 1856.....	70
Tabela 5 - População das colônias de Santa Leopoldina e Santa Izabel em 1860.....	76
Tabela 6 - População da Colônia de Santa Leopoldina em dezembro de 1863.....	77
Tabela 7 - Populações das colônias de S. Leopoldina e S. Isabel em 1865.....	77
Tabela 8 - População da Colônia de Santa Leopoldina em 1868.....	78
Tabela 9 - População da Província do Espírito Santo em 1871.....	78
Tabela 10 - População da Colônia de Santa Leopoldina em 1872.....	79
Tabela 11 - Vencimentos e gratificações de cargos públicos da educação na província do Espírito Santo em 1882.....	100
Tabela 12 - Relação de escolas, alunos, despesas e receitas com ensino primário e secundário público em escolas públicas e particulares no Brasil em 1889.....	104
Tabela 13 - Evolução dos alunos e das escolas primárias e secundárias da Província do Espírito Santo (1838,1872).....	106
Tabela 14 - Número de alunos em relação à população do Espírito Santo (1843,1872).....	107
Tabela 15 - Evolução de alunos matriculados na escola de Mangaraí entre 1849 e 1854..	110
Tabela 16 - Alunos matriculados na escola de Mangaraí entre 1849 e 1858.....	111
Tabela 17 - Instrução no Brasil, na Província do Espírito Santo e na Colônia de Santa Leopoldina em 1872.....	114
Tabela 18 - Taxas de matrículas (em relação à população livre) de alunos no Brasil, Espírito Santo e Santa Leopoldina em 1872.....	117
Tabela 19 - Relação de escolas de Santa Leopoldina em 1886.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 NOVAS GENTES, OUTROS TEMPOS.....	17
1.1 PECULIARIDADES NA BUSCA DE OBJETOS DE OUTROS TEMPOS	18
1.2 A HISTÓRIA VISTA POR OUTRO ÂNGULO	33
1.3 A IMIGRAÇÃO NO BRASIL	37
1.4 A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NO ESPÍRITO SANTO.....	43
1.5 A IMIGRAÇÃO NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX.	65
1.6 A VIAGEM DOS IMIGRANTES.....	82
2 UM PANORAMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX	87
3 OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: O ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR NA COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA.....	109
3.1 ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES SUBVENCIONADAS PELO GOVERNO... ..	110
3.2 ESCOLAS PAROQUIAIS E COMUNITÁRIAS	133
3.3 ESCOLAS PARTICULARES.....	148
3.4 PROFESSORES DAS PRIMEIRAS ESCOLAS	151
4 ANÁLISE DO LIVRO “RECHENBUCH FÜR DEUTSCH-BRASILIANISCHE VOLKSSCHULEN” DE FERDINAND HACKBART, KONRAD GLAUS E HERMANN LANGE, 1906, 1º VOLUME:	157
4.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA	157
4.2 ALBERT RICHARD DIETZE: UM AUTOR DE LIVRO DIDÁTICO EM SANTA LEOPOLDINA.....	167
4.3 ANÁLISE DO LIVRO “RECHENBUCH FÜR DEUTSCH-BRASILIANISCHE VOLKSSCHULEN” DE FERDINAND HACKBART, KONRAD GLAUS E HERMANN LANGE, 1906, 1º VOLUME:	173
4.3.1 Os aspectos físicos e formais da obra	174
4.3.2 O processo de ensino da obra	179
4.3.3 As categorias de análise da obra.....	183
4.3.3.1 O conceito de número.....	183
4.3.3.2 As operações adição e subtração	187
4.3.3.3 As operações de multiplicação e divisão.....	193
4.3.3.4 Resolução de problemas	199
4.3.3.5 As frações.....	202
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	205

6 FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS	212
7 JORNAIS.....	214
8 LIVROS DIDÁTICOS	215
9 RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS	216
10 REFERÊNCIAS	221
APÊNDICES.....	227
ANEXOS.....	245

INTRODUÇÃO

Santa Leopoldina foi uma das colônias criadas na Província do Espírito Santo para imigrantes europeus no século XIX, recebendo, na sua maioria, os pomeranos. O povo germânico oriundo da Pomerânia, localizada na Europa, veio para o Brasil e encontrou nas montanhas do Estado do Espírito Santo um novo lar, mantendo sua cultura, suas tradições e inclusive a língua pomerana, de origem anglo-saxônica, transmitindo-se de geração a geração até os dias atuais. Acrescenta-se, ainda, a importante data de 28 de junho de 2009 quando se comemorou o aniversário de 150 anos da imigração pomerana no Estado do Espírito Santo.

Os imigrantes germânicos, na maioria proveniente do Porto de Hamburgo, desembarcavam no Porto de Vitória, para em seguida subir o Rio Santa Maria até o Porto de Cachoeiro, sede da Colônia de Santa Leopoldina. Ali recebiam os alimentos e ferramentas, a documentação de seus lotes de terras e subiam as montanhas à procura dos seus futuros lares.

Com o passar dos anos a colônia foi transformada em cidade e município sofrendo perda de território com a criação de outros municípios a partir de Santa Leopoldina. Santa Maria de Jetibá, município da região serrana do Espírito Santo, situado a oitenta (80) quilômetros da capital Vitória, foi criado a partir da emancipação de Santa Leopoldina, no dia 6 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 4.067. É conhecido como o município de maior população falante da língua pomerana no Brasil e o primeiro a ter esta língua oficializada juntamente com o português.

No caso do grupo étnico pomerano, a língua materna é a pomerana, ensinada pelos pais às crianças, posteriormente, aprendem a língua portuguesa, quando têm o contato com a escola. Portanto, pode-se presumir que alguns alunos que apresentam dificuldades em aprender a língua portuguesa terão ainda mais dificuldade em aprender a linguagem matemática, visto que estes estão no estágio inicial da aprendizagem escolar.

Com a publicação do Dicionário Pomerano-Português, ampliou-se a possibilidade de apropriação do conhecimento em duas línguas. Outro indicador de resultado importante consistiu na permanência dos professores frente a esse novo desafio,

ajudando a desenvolver materiais didáticos dentro da cultura pomerana, contribuindo na utilização de seus conteúdos no cotidiano escolar.

Além de Santa Maria de Jetibá (34.176 habitantes), existem grupos de habitantes que falam o pomerano em outros municípios do Espírito Santo : Afonso Cláudio (31.091 hab.), Domingos Martins (31.847 hab.), Itaguaçu (14.134 hab.), Itarana (10.881 hab.), Laranja da Terra (10.826 hab.), Marechal Floriano (14.262 hab.), Santa Leopoldina (12.240 hab.), Vila Pavão (8.672 hab.) e Pancas (21.548 hab.) (IBGE, Censo 2010). No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Estados Unidos também existem comunidades descendentes dos pomeranos.

Em 2003, passei a atuar como professor e coordenador na formação dos alunos de curso superior na região serrana do estado do Espírito Santo. Acompanhei os alunos do curso de Licenciatura em Matemática no estágio supervisionado, o que ocasionou contato com alunos, professores e pedagogos das escolas de Santa Maria de Jetibá e das cidades vizinhas. As visitas às escolas situadas no campo permitiu-me conhecer uma realidade bem diferente das escolas urbanas que estava acostumado. A experiência se mostrou desafiadora por se tratar, ao mesmo tempo, do contato com o modo de vida do campo e também com o elemento étnico, visto que a cultura e a língua pomeranas estão enraizadas em todos os níveis do ensino.

A maioria dos habitantes do município, descendentes de imigrantes germânicos, fala a língua pomerana, partindo daí o meu interesse em questões dessa cultura. Procuo entender aspectos históricos da educação que relacionam a matemática e a cultura. Esse contato com as culturas, as experiências vividas em sala de aula e a preocupação com a formação dos alunos e futuros professores de matemática confirmaram ainda mais meu interesse pela Educação Matemática como área de pesquisa.

Vivendo há mais de dez anos na comunidade pesquisada, conhecendo um pouco da sua cultura e trabalhando no meio educacional, percebi uma oportunidade de estudar a educação dos imigrantes germânicos. Além do interesse profissional, existe a motivação pessoal pelo estudo, pois sou nascido em Santa Teresa, descendente de imigrantes germânicos que chegaram à Província do Espírito Santo no século XIX ao antigo núcleo colonização de Santa Leopoldina.

É necessário que o conhecimento da história da educação dos imigrantes seja valorizado para tentar resgatar os modos de pensar de outras culturas, e assim criar novos conhecimentos, principalmente os conhecimentos matemáticos que têm se tornado um empecilho aos alunos, tanto do campo como das áreas urbanas. É preciso resgatar a história do desenvolvimento da matemática:

É preciso buscar um sentido, para o ensinar e o aprender matemática, que não seja no conteúdo em si mesmo, mas que vá para além dele, carregando consigo o sujeito, o objeto e a história, interligados, permitindo resgatar a história do desenvolvimento da matemática, que nem sempre faz parte das propostas curriculares escolares (SILVA,2007, p. 21).

A proposta de estudo nesta área de educação matemática se concretizou no anteprojeto para seleção do doutorado no PPGE da UFES em 2009. Matriculado em 2010 dediquei meu tempo intercalando as aulas no doutorado e a pesquisa de campo. Nesta fase da pesquisa, todos os dados que encontrava no campo relacionado com educação, imigração e matemática eram registrados para serem utilizados na pesquisa.

Existem poucos trabalhos acadêmicos sobre a escolarização dos descendentes dos germânicos no Espírito Santo, mesmo assim, são estudos abrangendo o século XX e XXI. Não há nenhum estudo referente ao século XIX. Por isso, achamos necessário mencioná-los, mesmo sendo de épocas mais recentes, antes de iniciarmos nossa reflexão sobre a educação dos imigrantes.

O primeiro estudo sobre alguns aspectos da escolarização dos descendentes de imigrantes germânicos é de Bernadete Gomes Mian¹ (1993) intitulado “Educação escolar de filhos de imigrantes alemães no Espírito Santo; um processo pouco explicado”. O estudo de caso foi realizado numa escola pública unidocente² chamada “Sítio Dois Pinheiros”, na comunidade de Melgaço, em Domingos Martins, parte da ex-colônia de Santa Isabel, que também acolheu imigrantes germânicos no século XIX.

A pesquisadora buscou encontrar fatos que pudessem explicar as principais dificuldades de aprendizagem das crianças descendentes de imigrantes pomeranos.

¹ Dissertação de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), em 1993, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

² A professora trabalha sozinha atendendo a alunos de 1ª e a 4ª série do Ensino Fundamental.

Ela constatou por meio da sua pesquisa de campo que a Igreja Luterana desempenhou um papel importante no apoio da educação escolar daquela comunidade, e que os imigrantes pomeranos são de difícil integração, o que torna mais lento o processo de socialização das crianças na escola. Além disso, muitos alunos chegavam à escola sem conhecer a língua portuguesa, pois falavam somente a língua materna pomerana (MIAN, 1993).

A escola pesquisada centrava-se no ensino do português, para facilitar a comunicação dos professores com as crianças, conferindo um sentido utilitário e imediatista, longe do papel social mais amplo que a escola deveria exercer. A dificuldade da língua traz resultados indesejáveis para o ensino. Quando o professor não sabe falar o pomerano, há uma demora em alfabetizar as crianças, que provoca o atraso na carreira escolar dos alunos, pois “na maioria das vezes ficam reprovadas na 1ª série, pelo menos uma vez e ainda reprovadas em outras séries” (MIAN, 1993, p. 104).

O professor trabalhou os conteúdos curriculares exigidos pela escola, mas sem nenhum vínculo com a realidade dos alunos e ainda assim “são colocados de modo autoritário, isto é, sem buscar a participação significativa dos alunos” (MIAN, 1993, p. 91).

De lá para cá, a situação do uso da língua não mudou muito, pois as comunidades pomeranas localizadas no interior ainda preservam o pomerano como língua materna, portanto continuam as dificuldades com a aprendizagem de crianças pomeranas.

Gerlinde Merklein Weber³ (1998) também fez sua pesquisa no distrito de Melgaço, em Domingos Martins. Weber utilizou um estudo de caso etnográfico, com uma perspectiva sócio-histórica para conhecer o modo de vida do grupo étnico pomerano, a fim de entender a escolarização das crianças de uma escola de ensino fundamental. Ela também abordou o papel da Igreja Luterana na escolarização dos descendentes dos pomeranos. A pesquisa concluiu que a Igreja Luterana preocupou-se em estimular os filhos dos moradores a irem à escola, há bem pouco

³ Dissertação de mestrado no PPGE da UFES (1998), intitulada “Escolarização entre os descendentes pomeranos em Domingos Martins”.

tempo a igreja ainda adotava medidas para exigir a frequência e o aproveitamento das crianças. Os pastores condicionavam a “confirmação” na igreja à frequência nas escolas. “Essa era uma lei interna da igreja para os assuntos escolares, e foi essa ‘lei’ que efetivamente fez com que todas as crianças luteranas de Melgaço viessem a frequentar as séries iniciais” (WEBER, 1998, p. 136 -137).

Já no século XXI Leonardo Ramlow⁴ (2004) também deu uma contribuição importante para os estudos no processo de aprendizagem de crianças de origem pomerana. O autor fez uma pesquisa etnográfica, um estudo de caso, na região de Melgaço, no município de Domingos Martins, com predominância de população pomerana. Ramlow problematizou a escolarização das crianças da zona rural que chegam à escola falando apenas a língua pomerana, analisando a condição linguística, resultados de aprovação e reprovação. Concluiu que a pré-escola deveria se tornar o espaço ideal para vencer o desafio de chegar à primeira série em condições de se comunicar em português com a professora e com as outras crianças falantes da língua vernácula. Além disso, a existência de uma professora bilíngue pomerano-português com condições de trabalhar com os valores culturais dos pomeranos favoreceria a inserção do aluno no ambiente escolar e romperia os entraves na comunicação professor-aluno.

Os três estudos acima foram feitos no município de Domingos Martins, parte da antiga Colônia de Santa Isabel, berço da colonização germânica no Espírito Santo. Até o momento não dispomos de pesquisas que abordam a questão escolar em Santa Leopoldina. Como os objetos de estudo são os alunos descendentes dos pomeranos, sentimos a necessidade de estudá-los para conhecer um pouco dessa temática.

A carência de estudos na História da Educação do Espírito Santo é gritante e chamou a atenção o estudo feito por Simões (2009) que constatou que apenas uma dissertação de mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), defendida em 2006, focalizou a temática no século XIX. Salaria a autora, que mesmo os estudos feitos no século XX apresentam dados centralizados nos centros urbanos.

⁴ Dissertação de mestrado no PPGE da UFES (2004) intitulada “Conflitos no processo ensino-aprendizagem em escolas de crianças de origem pomerana: diagnósticos e perspectivas”.

Considerando a lacuna que se apresenta após a revisão bibliográfica, propomos a pesquisa acerca do processo da instrução da ex-colônia de Santa Leopoldina. A pesquisa foi instigante, pois não havia publicações sobre locais onde funcionaram as escolas e nem os nomes dos professores que fizeram parte da história da educação dos imigrantes germânicos. Era necessário recorrer a fontes primárias, documentos em arquivos “in natura” no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), ou em outros locais.

Os dados históricos do século XIX estão disponíveis em poucas fontes primárias, e o estado físico de muitos documentos é precário devido à idade, alguns deles nem sempre oferecem condições de manuseio. Outra dificuldade é a falta de consciência na preservação dos documentos oficiais antigos por parte dos responsáveis. Praticamente não se encontram dados que deveriam estar num arquivo público local, não há nenhum documento oficial disponível na cidade de Santa Leopoldina, os documentos da ex-colônia de Santa Leopoldina estão arquivados no APEES em Vitória.

Estudos preliminares apontaram a importância da Igreja Luterana pela iniciativa de ensino nas comunidades germânicas, visto que o Governo da Província do Espírito Santo tinha poucos recursos humanos e financeiros para manter escolas fora da Capital e da Colônia de Santa Leopoldina. Os pastores da Igreja ministravam os cultos aos domingos, a escola bíblica aos sábados, onde se ensinava o catecismo e a bíblia. Durante a semana, as aulas eram ministradas em dois dias, geralmente num espaço improvisado ao lado da Igreja. Os alunos se deslocavam até dez quilômetros das suas casas até a igreja para assistir as aulas, e nos outros dias as crianças ajudavam os seus pais na lavoura.

Há também registros de escolas particulares de ensino exclusivo na língua alemã, e até iniciativa particular de edição de um livro didático de autoria de um professor de Santa Leopoldina.

Para um pesquisador espera-se que a proposta inicial de estudo possa ser alterada posteriormente, com mais leituras, com sugestões do orientador, ou por outros motivos, mas é importante para o pesquisador ter afinidade com o tema, visto que são quatro anos mergulhados no estudo. O pesquisador tem que estar apaixonado

pelo tema, para que diante das dificuldades não venha a desanimar, tentar mudar o tema ou retardar a conclusão da pesquisa, pois se perde muito tempo com esses problemas. O prazo de quatro anos para se concluir o curso de doutorado parece que é longo, mas depois se observa na prática que não é, torna-se um sério obstáculo a vencer.

A princípio, a pesquisa se baseava nas questões para conhecer os saberes/fazeres dos pomeranos, os aspectos da cultura e também a proposta de se produzir um caderno de atividades, contemplando os aspectos da cultura pomerana que serviriam de apoio aos professores. Posteriormente, a pesquisa tomou um novo rumo, um caminho mais perto da história, por isso houve a necessidade de rever questões e também abandonar a proposta da produção do caderno de atividades, pois não seria possível produzi-lo junto com a pesquisa em apenas quatro anos.

Esta mudança de foco se deu no momento da leitura do romance “Canaã” (2005), de Graça Aranha, que retrata a saga de dois imigrantes europeus, Lentz e Milkau, no início do século XX. O livro trata do dia a dia dos imigrantes e o sonho de encontrar a “terra prometida” na chegada ao Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

O título do livro de Graça Aranha refere-se ao texto bíblico relatado no livro de Números (11, 13:27): “Fomos à terra que nos enviaste; e verdadeiramente mana leite e mel”. Trata-se do momento que o povo judeu, saindo cativo do Egito na liderança do profeta Moisés, estava no deserto e foi observar a terra prometida por Deus a eles.

Durante a leitura do livro Canaã, este diálogo chamou a minha atenção por abordar o interesse do jovem pela educação e pela resposta que indicava a precariedade do ensino que na cidade contava com apenas um professor:

“E professores ? – Pergunta Lentz.

- Só um, porque a língua que se ensina por estas matas é o alemão, e os professores são alemães, exceto o da cidade” (ARANHA, p. 28).

O texto acima relata um diálogo entre o jovem imigrante alemão, chamado Lentz, e o senhor Felicíssimo, agrimensor, que trabalhava em Porto de Cachoeiro, atualmente

é a sede da cidade de Santa Leopoldina. Assim como o povo judeu saiu do deserto para a terra prometida, o povo germânico enfrentava sérias dificuldades na Europa, veio para o Brasil com a ideia de também achar a sua terra prometida, o Canaã, que manava leite e mel.

Daí partiu o meu interesse em conhecer também quem foram os primeiros professores que construíram a história da educação em Santa Leopoldina. Sem mudar o tema, optei por delimitar a pesquisa, e descrever o cenário da imigração germânica no século XIX, tratando também, em seguida, de trilhar o caminho da educação na Colônia de Santa Leopoldina, considerando 50 anos a partir do início da imigração em 1857.

Em toda pesquisa é necessário realizar um recorte do tempo do estudo, para mim foi uma das tarefas mais difíceis do trabalho. Na delimitação do tempo, deve-se ter o duplo cuidado de não deixar de fora dados importantes quando o recorte é curto, ou não dar conta de produzir um trabalho denso quando o período é longo. Para um perfeito recorte, deve-se estipular o tempo que for necessário para se estudar o fenômeno e suas transformações, e não datas limites consagradas historicamente, que são úteis para diversos estudos, mas às vezes limitadores para outros:

Tomemos cuidado, porém: o recorte mais exato não é forçosamente o que faz uso de menor unidade de tempo- se assim fosse, seria preciso então preferir não apenas o ano à década, mas também o segundo ao dia. A verdadeira exatidão consiste em adequar, a cada vez, à natureza do fenômeno. Pois cada tipo tem sua densidade de medida particular e, por assim dizer, seu decimal específico (BLOCH, 2001, p. 150).

Para o presente estudo utilizei um recorte de tempo que se inicia com a vinda dos imigrantes germânicos no Espírito Santo, na segunda metade do século XIX até 1907, primeira década do século XX. Nesses cinquenta anos (1857-1907) ocorreram grandes transformações da sociedade, Santa Leopoldina passou da condição de colônia para cidade. Depois que o Brasil passou de um regime imperial para o regime político republicano (Proclamação da República), a ex-colônia passou a ser município. Também foi dentro desse período que veio a maior parte dos imigrantes germânicos. Uma delimitação mais abrangente do trabalho não seria possível dentro dos quatro (4) anos da pesquisa do doutorado.

Diante desse novo olhar, reorganizei a pesquisa para responder à questão central: Quais foram as iniciativas para estabelecer a educação dos imigrantes germânicos e como ela se efetivou nos primeiros 50 anos da fundação de Santa Leopoldina?

Para responder à questão principal são consideradas as seguintes questões:

Qual o contexto da colonização germânica na ex-Colônia de Santa Leopoldina? Como foi a participação do poder público e da iniciativa privada na educação dos imigrantes germânicos? Que caminho trilhou a educação na ex-Colônia nos meados do século XIX até 1907? Quem eram os professores? Quais escolas foram criadas? Onde estavam localizadas as primeiras escolas? Quais eram os livros (manuais didáticos ou cartilhas) de matemática que eram usados pelos pastores/professores nas escolas dos filhos dos imigrantes? Quais conteúdos de matemática eram ensinados nas escolas primárias germânicas? Como eram trabalhados os conteúdos de matemática?

O tema da pesquisa se inscreve na área da Educação Escolar, História da Educação, especificamente na História da Educação Matemática no Espírito Santo, no nível do Ensino Fundamental. Esta pesquisa histórica contempla um grupo étnico específico, neste caso, os imigrantes germânicos e seus descendentes, dentre eles os pomeranos que foram maioria na formação da ex-Colônia de Santa Leopoldina.

Desde o início da pesquisa buscou-se conhecer questões da imigração e educação germânica na historiografia capixaba. Ao mesmo tempo, houve a preocupação em buscar fontes bibliográficas de autores de outros estados, pois eram poucos os trabalhos no Espírito Santo sobre o tema. Também foram pesquisados artigos científicos sobre o assunto, livros de história que tratam da imigração no Estado e do Brasil. Alguns destes livros são raros e disponíveis apenas em bibliotecas públicas ou em acervos particulares.

Esses livros ou artigos por sua vez citavam novas referências, e assim fui construindo um conjunto de obras que contribuíram teoricamente para o meu problema de pesquisa. Esse processo foi bem lento, mas ajudou a definir a estratégia mais adequada da pesquisa, na investigação do problema, na delimitação da pesquisa e na análise de dados mais apropriada.

Algumas aquisições de livros foram descartadas após uma leitura inicial, visto que não contribuíam com a investigação. O pesquisador já deve estar acostumado com este trabalho, deve-se esperar que o autor seguinte a ser pesquisado possa ajudar na melhor compreensão do fenômeno estudado. Assim também são as visitas de campo de pesquisa à procura de documentos, muitas viagens ao campo foram infrutíferas. Sem o resultado esperado, vem o sentimento de decepção, mas a persistência nos levava a acreditar que o dia seguinte seria de sucesso.

Com este trabalho investigativo pretende-se contribuir para conhecer um pouco sobre a vida dos imigrantes germânicos e seus descendentes, ao trilhar os caminhos da história da imigração e da história da educação, ao pesquisar como se deu a instrução destes germânicos. Finalizou-se estudo com uma análise de um livro de matemática escrito em alemão, utilizado pelos professores nas escolas paroquiais e de Santa Leopoldina.

Para responder a tantas questões utilizou-se a pesquisa documental a partir de consultas aos códices disponíveis no APEES, onde os dados se encontram arquivados sem tratamento bibliográfico. No APEES o trabalho do pesquisador se compara a um arqueólogo, que escava suas fontes primárias à procura de documentos relativos à pesquisa, lembrando que os documentos que dispomos são apenas “um “vestígio”, quer dizer uma marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar” (BLOCH, 2001, p. 73). Na mesma linha de pensamento, Le Goff descreve o documento como um monumento dando-lhe durabilidade e importância: “O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz, devem ser, em primeiro lugar, analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento” (2003, p. 538).

Foram analisados também dados do APEES, que dispõem de documentos antigos acerca das famílias que desembarcaram no Porto de Vitória com destino ao Porto de Cachoeiro e da educação no período em estudo. Também pesquisei em livros que abordam a história da Igreja Luterana a fim de encontrar alguns dados sobre a escolarização dos imigrantes.

Para aumentar o repertório das fontes, também foram pesquisados os jornais da época no intuito de olhar o dado histórico por um ângulo diferente do governo. Os periódicos locais faziam as publicações oficiais, que foram depois registradas nos livros do APEES, mas alguns comentários jornalísticos também trouxeram outras leituras interessantes para a pesquisa. Os jornais microfilmados estão disponíveis no APEES ou digitalizados no site da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

O trabalho apresenta também um conteúdo fotográfico que complementa o texto da pesquisa. As fotos são importantes para a preservação da memória da educação não só de Santa Leopoldina, mas da educação do Espírito Santo. São fotos de escolas, de professores, alunos, livros e objetos da época em estudo na ex-Colônia de Santa Leopoldina. Por meio da fotografia capta-se a imensa riqueza de gestos, vestuários e costumes:

Assim as fotografias proporcionam informações sobre o comportamento das pessoas e os valores que consideram dignos de serem fotografados, como as suas “melhores” roupas, posturas, bens que possuem, além de mostrar os efeitos do tempo sobre o homem ou uma cidade (BARALDI; GARTNER, 2008, p. 58).

A fotografia ganha um destaque na pesquisa científica atual, pois se transforma em mais uma fonte de pesquisa a ser acrescentada às outras que o historiador deve recorrer:

A preocupação dos pesquisadores, hoje, está voltada para a análise de fotografias associadas a outras documentais, como documentos escritos e entrevistas, entre outros no sentido de reconstruir trajetórias humanas em contextos histórico-sociais distintos (SCHUTZ-FOERSTE, G. M.; FERREIRA, S.M.O.; CONTI, R. F. 2011, p. 22).

Além dos documentos antigos, foi necessário buscar livros antigos de matemática usados por professores e alunos das escolas primárias. Estes materiais foram pesquisados em museus, arquivos de antigas Igrejas em Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, em acervos pessoais de ex-professores, de ex-alunos ou mesmo de descendentes que guardaram estes materiais como lembranças de seus antepassados. A partir do material encontrado, foi elaborada uma relação de livros (Apêndice A) para que outras pesquisas possam ser feitas a partir deste inventário.

Durante a pesquisa, senti uma emoção que poucos estudiosos podem experimentar. Fiquei surpreso ao encontrar dados da minha família em um dos códices pesquisados no APEES. Para encontrar informações sobre professores ou escolas em Santa Leopoldina, estava pesquisando o códice número 321, intitulado “Assuntos eclesiásticos e Câmara Municipal de Santa Leopoldina”, Fundo Governadoria, da Série Accioly. As páginas iniciais do livro apresentavam vários recibos da Câmara de Santa Leopoldina referentes a pagamentos para os colonos que trabalharam na construção das estradas. Após folhear mais algumas páginas encontrei o registro da ata de instalação, juramento e posse da intendência da Vila de Santa Teresa, que fazia parte da Colônia de Santa Leopoldina, um antigo núcleo de imigração em que predominaram os italianos. No documento de 22 de fevereiro de 1891 consta que Alberto Sebastião Volkart, presidente da Intendência Municipal de Santa Leopoldina, por meio de um ato público, tornou Santa Teresa uma vila independente e deu posse aos responsáveis pela nova administração presidida por Jerônimo Vervloet.

A ata também descreve o nome dos moradores convidados para a solenidade, dentre eles consta o nome do meu antepassado paterno, David Castelluber. Ele e sua família embarcaram no porto de Havre em 17/04/1875, depois de uma escala no Porto do Rio de Janeiro desembarcaram em Vitória em 30 de maio de 1875 (PEES, Registro de Emigrante nº 19.499). Foi dos primeiros imigrantes a chegar ao núcleo de Timbuí (antigo nome da Vila de Santa Teresa). Também consta o nome de Giusepe Pasolini, meu antepassado materno, que desembarcou do navio Werneck no Porto de Vitória em 26 de outubro de 1876. Foi uma emoção imaginar meus antepassados naquele local e saber que no início da colonização germânica eles foram parte da história da criação do novo município.

Pela carência de bibliografia do assunto e pela necessidade de pesquisar fontes primárias antigas, a localização e catalogação dos livros didáticos utilizados nas escolas de Santa Leopoldina foi um trabalho de campo que demandou muito tempo e esforço, contudo poderá trazer à tona outras questões importantes que complementarão este trabalho e escrever mais uma história do povo germânico.

A seguir descrevo a estrutura da pesquisa:

No capítulo I, 'Novas gentes, outros tempos', o texto procura construir uma visão do contexto em que ocorreu a imigração germânica no Brasil e no Espírito Santo no século XIX. Ainda neste capítulo, aborda-se a colonização em Santa Leopoldina. É ainda apresentada a imigração sob o ponto de vista do Governo e as viagens dos imigrantes até a colônia.

O capítulo II, intitulado 'Um panorama da instrução pública na Província do Espírito Santo no século XIX' mostra uma visão geral do ensino público na Província do Espírito Santo, a evolução da instrução em Santa Leopoldina.

No capítulo III, 'Os espaços educacionais: o ensino público e particular na Colônia de Santa Leopoldina' são expostas as iniciativas do governo para implantar o ensino público em Santa Leopoldina. Os dados coletados são explorados para construir um panorama histórico dos primeiros professores e das primeiras "escolas" dos imigrantes germânicos na ex-Colônia.

Destaca-se também a importância da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na educação do povo germânico, tendo em vista que os seus pastores oriundos da Europa desempenharam um papel relevante como professores nas escolas paroquiais; também as escolas comunitárias e as iniciativas particulares. No final do capítulo, apresentam-se os nomes dos primeiros professores que atuaram em Santa Leopoldina.

O capítulo IV 'Análise do livro: "RECHENBUCH FÜR DEUTSCH-BRASILIANISCHE VOLKSSCHULEN"', aborda o livro didático como um documento, uma fonte de pesquisa. Apresenta os aspectos formais do livro de alfabetização de autoria do professor Albert Richard Dietze, impresso no fim do século XIX, na Alemanha, usado na sua escola particular de Santa Leopoldina. Também foi analisado o livro de matemática "RECHENBUCH FÜR DEUTSCH-BRASILIANISCHE VOLKSSCHULEN" usado em escolas paroquiais de Santa Leopoldina. O livro de autoria de Ferdinand Hackbart, Konrad Glaus e Hermann Lange foi editado em 1906 é escrito em alemão gótico. Na análise, consideram-se os aspectos físicos, de forma, além dos conteúdos selecionados de acordo com cinco categorias estabelecidas, mostrando também como a matemática era trabalhada na sala de aula.

O capítulo V finalmente apresenta as 'Considerações finais' do trabalho que esperamos sejam um ponto de partida para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

1 NOVAS GENTES, OUTROS TEMPOS

O foco central do presente trabalho é a educação dos imigrantes germânicos e seus descendentes na Colônia de Santa Leopoldina. A proposta é escrever “uma história” da educação desses imigrantes e seus descendentes no contexto do século XIX e início do século XX. Entendo que, para compreender como foi a educação no século XIX, é importante conhecer o contexto geográfico e temporal em que ocorreu, pesquisar a história da sociedade da Colônia de Santa Leopoldina e como se deu a imigração:

É preciso, portanto, ter a preocupação de analisar a obra segundo os conhecimentos da época, não de agora. Para tanto, faz-se necessário conhecer o contexto histórico-socioeconômico-cultural e, principalmente, educacional, de cada período (MOREIRA; CALEFE, 2011, p. 238).

Os povos que falavam as línguas germânicas se instalaram na Europa Central, próximo ao Rio Elba:

As tribos de fala germânica, que se instalaram nas terras baixas a oeste do Elba e numa vasta área entre o Elba e os Alpes ao longo dos séculos de imigração dos povos (Völkerwanderung), encontraram-se encravados entre tribos cuja língua era derivada do latim e tribos orientais falando línguas eslavas. Esses três grupos de povos lutaram por mais de mil anos em defesa das fronteiras de suas respectivas áreas de povoamento. As fronteiras eram ora empurradas a favor dos grupos ocidentais e orientais, ora a favor do bloco intermediário, germano ou de língua germânica (ELIAS, 1997, p.16).

O termo ‘germânico’ se refere a um conjunto de povos que compartilham tradições e línguas em comum. O Pomerano, o Neerlandês, o Escocês, o Inglês, o Alemão, o Sueco e o Dinamarquês são línguas germânicas (TRESSMANN, 2006).

Neste capítulo, abordaremos a colonização germânica na região estudada e descreveremos o caminho do imigrante desde a viagem da antiga Europa até a chegada à ex-Colônia de Santa Leopoldina.

1.1 PECULIARIDADES NA BUSCA DE OBJETOS DE OUTROS TEMPOS

O objeto do presente estudo situa-se no passado, assim a pesquisa é classificada como histórica: “Na pesquisa histórica, o pesquisador investiga e analisa documentos e outras fontes de dados sobre um determinado problema, comportamento ou evento ocorrido no passado” (MOREIRA; CALEFE, 2008, p. 75).

A pesquisa histórica mostrou-se muito instigante para mim, os sentimentos de alegria e às vezes de decepção, se alternavam, mas me impulsionavam a seguir em frente, não esmorecer. No momento em que um dado novo era encontrado, aumentava a motivação para se pesquisar ainda mais, e opostamente quando o resultado era infrutífero, vinha a frustração; entretanto, logo brotava o sentimento de esperança de obter no dia seguinte um resultado produtivo. Nos dois casos, a motivação era sempre seguir em frente, buscar novos dados ou procurar outras fontes.

A pesquisa histórica é apoiada em consultas a documentos, ou seja, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 1994, p.73). A presente investigação ancorou-se em consultas a documentos oficiais do Império, mapas estatísticos, documentos e relatórios governamentais da Província do Espírito Santo, e outras fontes, tais como, jornais de circulação da época, fotografias, mapas, livros didáticos antigos e livros publicados por autores que visitaram a Província e que abordaram o processo imigratório do Espírito Santo.

O ideal para qualquer pesquisador é dispor de uma grande gama de documentos, de fácil acessibilidade, mas no nosso caso, boa parte deles foi levada por enchentes, outros foram comidos por traças e cupins, outros perdidos ou mesmo esquecidos quando foram escondidos na época da perseguição aos alemães na Segunda Guerra Mundial. Com tantos obstáculos, o pesquisador não pode ter descanso, precisa sair em campo à procura de informações para a descoberta de novas fontes. Espero que a partir desse trabalho outros venham para completá-lo, ou mesmo para corrigir alguma falha, pois a História é “uma coisa em movimento” (BLOCH, 2001, p. 46).

Desde o início do curso de doutorado, eu já tinha em mente o meu objeto de pesquisa, estava em campo ao mesmo tempo em que cursava as disciplinas obrigatórias do curso. Na terceira aula da disciplina de “Estágio em Pesquisa”, ministrada pela minha orientadora, foi sugerido elaborar um “Diário de Campo”, um caderno onde deveriam ser registradas as visitas, locais, datas, nomes das pessoas, telefones, sobre o assunto abordado e resultados preliminares. Este diário é importante para o pesquisador não confiar apenas na sua memória, pois muitas vezes se perdem dados durante a pesquisa por descuido em anotar ou arquivar. Para reduzir o risco de perda dos dados já coletados é necessário salvar as informações em pelo menos dois meios diferentes para que seja possível restaurá-los posteriormente, se for necessário. A perda de dados acarreta a perda do precioso tempo para restaurá-los, e algumas vezes não é possível recuperar os dados completamente. No caso de uma pesquisa histórica com a utilização de fontes orais que utilizam gravações de entrevistas e para depois transcrevê-las, como voltar a refazer a entrevista no caso de uma perda dos dados? Além da perda de tempo retornar ao entrevistado será no mínimo constrangedor para os participantes, podendo até deixar de se registrar dados que foram obtidos na primeira entrevista.

Bloch foi um grande historiador e também serviu como soldado em 1939, na guerra da França com a Alemanha. Ele relata que numa retirada forçada do exército francês, foi obrigado pelos seus superiores a destruir todos os documentos para que não caíssem nas mãos dos alemães. Juntamente com os documentos oficiais, estava o seu caderno verde de anotações pessoais que tanto estimava: “Durante o dia, tinha queimado meus arquivos, conforme instruções recebidas, inclusive o caderno que narrava, dia a dia, toda a história de meu serviço. O que não daria hoje para ter em mãos aquele querido caderno verde” (2011, p. 25). Aprendemos com Bloch que um caderno de anotações torna-se instrumento obrigatório para o pesquisador, logicamente há outros recursos modernos que substituem os cadernos, tais como atualmente os tablettes, mas o propósito da escrita e da armazenagem dos dados é idêntico.

Um caderno de capa azul passou a ser um companheiro inseparável em todas as visitas de campo. O primeiro caderno foi inaugurado no início de 2010 com as sugestões da orientadora em se copiar as fotos antigas, anotando o local, ano,

autor, para depois dar crédito, no caso de utilizar na pesquisa. Ali está registrado o título inicial da minha pesquisa, e como disse anteriormente que pode acontecer, o título foi alterado, tendo em vista que outros dados importantes foram encontrados, provocando uma pequena mudança no foco da pesquisa. Mais tarde outro caderno foi necessário para dar continuidade às minhas anotações.

A minha primeira visita de campo ao APEES ocorreu em julho de 2010. Esta teve como objetivo conhecer o funcionamento do APEES, conversar com os funcionários para expor o tema a ser pesquisado, e verificar existência das prováveis fontes primárias oficiais, mapas ou fotos.

O APEES dispõe de um catálogo, uma pasta com uma relação nominal dos códices (documentos, atas, correspondências encadernados em formato de livros), numerados e com diversos títulos relacionados com os assuntos que nele estão contidos, com datas limite de 1770 a 1950, sem nenhum tratamento bibliográfico. Na realidade o termo “livro” usado nos catálogos do APEES é um conjunto de correspondências recebidas ou emitidas por autoridades oficiais, juntadas e encadernadas por meio de capas duras que assemelham-se a livros, separados por intervalos de tempo (Anexo A). Os funcionários do APEES se referem aos códices chamando-os de livros, algumas vezes no texto também me refiro da mesma maneira.

Os códices são divididos em seis categorias, a saber: Fundo Educação, Fundo Governadoria (Série 383 livros), Fundo Governadoria (Novas séries), Fundo Governadoria (Série Accioly), Fundo Governadoria (Série 751 livros) e Fundo Agricultura (Série DCTC).

Os códices devem ser requisitados antecipadamente, via e-mail, depois o setor de arquivo do APEES prepara os livros para a consulta. Este procedimento, normalmente, demora alguns dias e algumas vezes não são disponibilizados devido ao mau estado do códice, ou por estar deslocado, ou seja, não é encontrado, por isso sempre é bom solicitar dois ou mais códices. O tempo de pesquisa depende do número de folhas do códice e da quantidade de dados encontrados que interessam ao pesquisador, normalmente pode-se levar até três horas de pesquisa em cada códice.

A consulta dos códices sobre a imigração objetivou encontrar dados sobre os imigrantes, suas profissões, para identificar se vieram professores para trabalhar na Colônia de Santa Leopoldina, e outros dados relevantes.

Cada categoria de códices tem um número variado de livros, no Fundo Governadoria (série 383 livros), são 383 livros com diversos assuntos relacionados com a administração do governo da Província do Espírito Santo.

Inicialmente, relatei 30 códices com títulos que remetiam à imigração e educação, posteriormente, ampliei a relação para 61, para tentar esgotar de todas as maneiras a ausência de pesquisa em algum livro que pudesse me oferecer dados importantes. Elaborei uma planilha que contém os títulos dos livros e à medida que foram consultados, seus conteúdos eram anotados e marcados na planilha como “lidos” para evitar duplicidade de reserva de livros, evitando assim perda de tempo. Dos livros relacionados, infelizmente, sete (7) permaneceram na condição de interditados até o presente momento (Apêndice B).

No catálogo do APEES o código é numerado e o título é relacionado com o assunto abordado em um dos documentos pertencente ao código. A busca de dados específicos não é simples, pois são vários os assuntos tratados no mesmo código, raramente encontrei um código que continha todos os documentos relacionados ao único assunto.

A pesquisa nos códices pode ser infrutífera como já citado, aconteceu na pesquisa nos seguintes casos: o código 87, do Fundo Governadoria (Série 383 livros), cujo assunto consta a “Relação de imigrantes de Santa Leopoldina em julho de 1876-1878”; o código 68 do Fundo Educação, cujo assunto é “Assentamento dos professores em 1890”, mas possui quase todas as folhas em branco; o código 11 do Fundo Governadoria (série 383 livros), consta a “Relação de estrangeiros, de 1854-1855”, onde observou-se por meio da pesquisa que o conteúdo é diferente do título, neles estão registrados os “Ofícios da Chefatura de Polícia de 1854-1855”; o código 71 do Fundo Governadoria (Série 383 livros), cujo assunto consta o “Mapa de colonos polacos na Colônia de Santa Leopoldina” de 1872-1875 está em péssimo estado e não constam dados citados no título; o código 158 do Fundo Educação, com as “Matrículas geral dos lentes de demais funcionários em 1878-1892”; o código 168 do Fundo Governadoria (série 383 livros), com o título “Escolas particulares de Santa Leopoldina em 1871-1884”, entretanto, constam somente recebimentos de

ofícios e nenhum dado sobre educação; o códice 203 do Fundo Governadoria (série 383 livros), cujo título é a “Lista de passageiros embarcados e desembarcados nesta capital em 1860 a 1863”, entretanto são ofícios da Chefatura de Polícia; o códice 238 do Fundo Governadoria (série 383 livros), comunicando a “Entrada de imigrantes pelo Vapor Werneck em 1874-1876”, mas os ofícios da Capitania dos Portos não constam os dados descritos no título.

Outro problema para o pesquisador é o estado físico dos códices do APEES, vários estão em péssimo estado de conservação, com páginas soltas, algumas páginas se fragmentando e outras que não podem ser manuseadas. Devido ao alto estágio de fragmentação de alguns códices eles são “interditados”, ou seja, indisponíveis para consulta, devido à falta de condições de manuseio. Há ainda os códices classificados como “deslocados”, ou seja, por algum motivo não foram localizados pelos funcionários no momento da solicitação.

Quanto ao formato dos códices, não há uma uniformidade, geralmente são grandes, bem volumosos e requerem muito cuidado no manuseio para que as folhas não sejam destruídas. Há documentos que não estão encadernados e seu arquivo se dá por meio de caixas plásticas. Normalmente, são usadas luvas plásticas para a consulta dos livros.

À medida que dados importantes eram encontrados o registro era feito de duas maneiras. Quando os textos estavam bem legíveis, eram anotados no caderno azul, com a data, página do livro, assunto, e depois fotografados para arquivar magneticamente e possibilitar a consulta, reprodução ou transcrição posterior. As fotografias das páginas dos códices foram salvas em arquivo criado no computador. O objetivo de fotografar os documentos é ganhar tempo dentro do APEES. Quando os textos não estavam bem legíveis, era necessário transcrevê-los diretamente no diário de campo, pois a fotografia se mostrou menos eficiente neste caso, às vezes a qualidade da foto não dava condições de reproduzir o texto posteriormente, e isto obrigava a fazer uma nova reserva e nova consulta ao códice. Neste caso, o trabalho de leitura e transcrição das páginas eram bem demoradas e cansativas, pelas dificuldades de entender as letras e as palavras em manuscrita antiga, agravada pelo estado precário do documento.

A pesquisa à procura de dados primários não foi limitada somente aos códices. Os jornais também estão relacionados no catálogo de microfilmes, eram pesquisados, às vezes, no mesmo dia em que se pesquisava os códices, quando a leitura de algum livro era rápida, sobrava tempo dentro do expediente do APEES e aproveitava-se para consultar os jornais.

O jornal mais antigo do Espírito Santo é o “Correio de Victória”, que teve o seu primeiro número publicado em 17 de janeiro de 1849. O APPES possui microfilmado os jornais de 1849 a 1872, pois a sua publicação cessou em 1873. Segundo informações impressas na primeira página, o jornal circulava nas quartas e sábados até 13 de janeiro de 1872, daí em diante passou a circular nas terças, quartas e sábados. Era impresso na Tipografia Capitanense, de propriedade do editor Pedro Antônio de Azeredo, situava-se na Rua da Praça Nova, nº 3, no centro da capital Vitória. O jornal publicava uma seção denominada “Parte Oficial”, logo na primeira página, onde eram tornadas públicas as leis, decretos, relatórios de governo, enfim toda a publicidade oficial, fazendo o papel que hoje é desempenhado pelo Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, um jornal do governo específico para essa função.

Outro jornal pesquisado foi “A Província do Espírito Santo”, com a primeira publicação em 15/03/1882, circulava três vezes por semana e aos domingos. O APEES possui microfilmados os exemplares do período de 1882 a 1889. Tinha uma coluna específica de notícias sobre Santa Leopoldina, o que demonstra a importância desta colônia para a Província do Espírito Santo.

Devido à proclamação da República em 1889, o jornal mudou o nome para “Diário do Espírito Santo” e depois, em 1890, para “O Estado do Espírito Santo”. O APPES tem os jornais microfilmados até 1919, permitindo um acesso mais rápido. Este jornal publicou diversos editais do governo com informações e dados que ajudaram a pesquisa. A consulta não é trabalhosa, basta agendar para que não haja conflito de horário com outros pesquisadores. Outra opção de Consulta a este jornal é o site da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital) que possui várias edições digitalizadas.

No APEES se encontram dois jornais do século XIX editados no Porto de Cachoeiro Santa Leopoldina. Um deles é o jornal chamado ‘O Leopoldinense’, publicado semanalmente; teve o seu primeiro número editado em 27 de abril de 1894. O

proprietário era Araújo Silva e o seu redator Dr. Tito Coelho, mas o APEES só possui microfilmado o exemplar nº 4, de 13/05/1894. Na consulta ao único exemplar não encontramos dados relacionados a nossa pesquisa. O outro jornal é “O Imperial”, de propriedade do Sr. Manoel Passos, com o seu primeiro número editado em 04/09/1898, sendo este exemplar o único microfilmado. Também não encontramos nenhum dado relevante neste jornal.

Registra-se que existem no APEES outros jornais editados na capital e em outras cidades do Espírito Santo que não foram pesquisados tendo em vista que não registram dados para a presente pesquisa.

Outra fonte de pesquisa de jornais antigos é o site da biblioteca Nacional que permite o acesso a jornais digitalizados de todo o Brasil, com consultas pelo nome e pelo estado onde se localiza.

Além do APEES foram realizadas visitas nas Igrejas Luteranas de Santa Maria de Jetibá, nos distritos de Jequitibá, Luxemburgo, Alto Rio Possmoser, e em Vinte e Cinco de Julho, atualmente distrito de Santa Teresa. Visitei também as Igrejas Católicas de Santa Leopoldina no centro da cidade e no distrito de Tirol. Essas visitas tinham como objetivo encontrar documentos, livros ou objetos relacionados com a educação dos imigrantes, visto que os pastores e os padres também se ocuparam da educação dos filhos dos imigrantes no período estudado.

Em julho de 2011, visitei as comunidades Holanda, Holandinha e Tirol, localizadas em Santa Leopoldina (figura 1) na busca de materiais para a pesquisa. A Igreja de Tirol pertencia a uma congregação católica denominada “Verbo Divino” foi fundada em 1895 (Apêndice C).

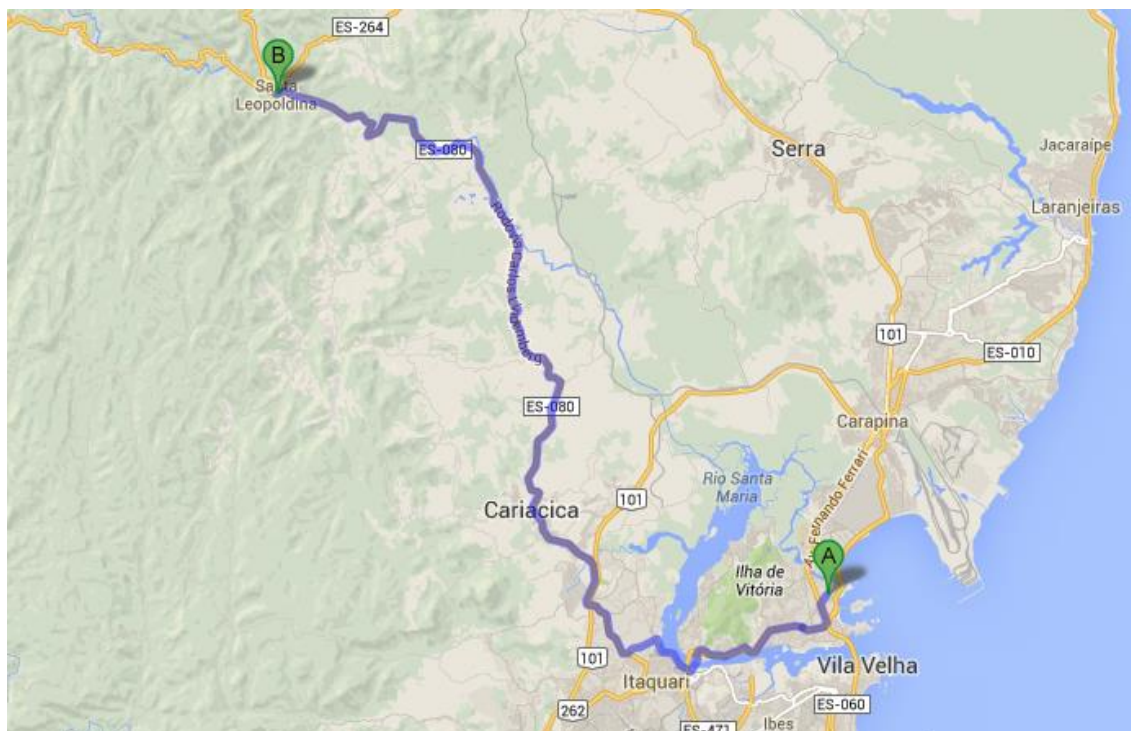


Figura 1 – Mapa do Espírito Santo com a localização de Santa Leopoldina.

Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://maps.google.com.br/maps?q=mapa+de+santa+leopoldina>. Acesso em: 15 mar. 2014.

Ao lado da Igreja Católica de Tirol há uma construção de dois andares onde funcionou a casa paroquial dos padres. Tive acesso à parte superior da casa paroquial onde há indícios que funcionou ali uma escola, no início do século XX. No sótão da casa ainda existem antigos bancos escolares feitos de madeira com uma tampa superior removível para guardar os objetos dos alunos. Quando fechada a tampa da mesa servia de base para o aluno escrever, ler e apoiar (Apêndice D).

Continuando a visita ao redor da Igreja católica de Tirol encontrei restos de dois tripés de madeira utilizados para o quadro do professor. O tripé servia de base para apoiar o quadro de madeira, por meio desses furos nas laterais do tripé; a altura do quadro era regulada de acordo com a necessidade do professor. Infelizmente, os dois tripés estavam em péssimo estado e foram considerados lixo, pois estavam juntos de um monte de madeira antiga pronta para servir de lenha para fogueira (Apêndice E).

Podemos observar as disposições dos móveis escolares descritos acima numa gravura de livro de alfabetização escrito em alemão, que retrata o ambiente de uma sala de aula do século XIX. A gravura foi copiada de um dos livros que encontramos

em Santa Leopoldina. Infelizmente, o livro tem apenas algumas páginas e não apresenta capa, por isso não foi possível fazer a referência da figura 2 abaixo.

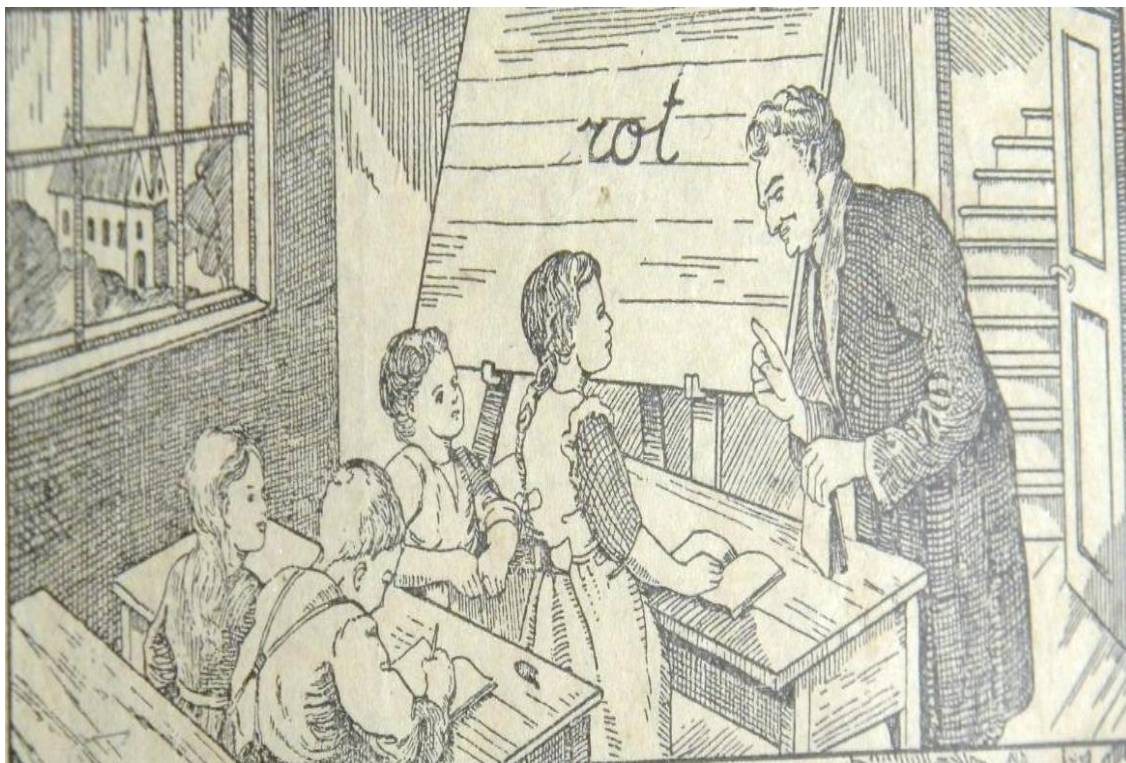


Figura 2 - Gravura da sala de aula no século XIX.

Neste mesmo dia visitei também a residência de uma antiga moradora do local, Olga Nagel Thomas, descendente de uma professora primária do século XIX, Martha Geisen Nagel. Olga têm guardadas fotos antigas, um livro de matemática escrito em alemão, e uma lousa antiga, lembranças de sua mãe. Todo o material foi fotografado para posterior arquivo.

Também foram visitados em outras ocasiões vários moradores de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa, para obter informações a respeito de documentos, livros ou objetos antigos usados nas escolas. A procura pelos moradores se deu com informações de descendentes de ex-professores, ex-pastores, ou moradores antigos que pudessem guardar alguma lembrança das escolas de seus antepassados.

Em Santa Maria de Jetibá visitei uma ex-professora primária, Gerda Roelke, que é filha de um pastor que trabalhou na primeira metade do século XX na Igreja Luterana de Santa Maria, quando Santa Maria ainda era um distrito de Santa

Leopoldina. Além do trabalho como pastor, Hermann Roelke era também professor primário até a Segunda Guerra Mundial, quando foi preso na perseguição do governo brasileiro, por ele ser alemão.

Gerda Roelke possui muitas fotos antigas de alunos na primeira escola de Santa Maria, que era distrito de Santa Leopoldina. Os livros deixados por seu pai foram doados por ela para o Museu de Santa Maria. Gerda possui muitas fotografias relacionadas com a educação do início do século XX, que foram copiadas, pois são dados primários para a presente pesquisa, “essas imagens representam uma fonte rica para os historiadores, [...] a fotografia tomada como uma das fontes permite então a reconstrução de uma memória” (MARQUEZINE, 2009, p.100).

Outra moradora, Telma Mierstchink, guarda com muito carinho e cuidado um livro de matemática chamado “Rechenbuch für Deutsch-brasilianische volksschulen” (Livro de contas para escolas teuto-brasileiras) que pertenceu a seu avô. Além delas, encontramos um morador, Fabiano Bruske, que ainda guarda em família uma lousa de ardósia que pertenceu a sua avó (figura 3), Guilhermina Ramlow, nascida em 21 de fevereiro de 1909, moradora do distrito de Belém. Segundo informações de seus descendentes, a aluna utilizou a lousa aos 12 anos na primeira série, no ano de 1921.



Figura 3 - Lousa de ardósia com moldura de madeira. Acervo família Bruske. Foto do autor em 01/07/2011.

Segundo depoimentos de ex-alunos, o seu uso se dava na alfabetização no primeiro ano. A escrita na pedra de ardósia era difícil, pois utilizavam cacos da mesma pedra para escrever. Com os cacos riscavam a lousa formando as letras e os algarismos. Após a conferência do professor na lousa, os alunos tinham que apagá-la e isso era feito passando um pano molhado sobre a pedra, depois podia escrever novamente na lousa. As crianças levavam as atividades para serem feitas em casa (dever de casa) escritos na lousa. Há relatos de ex-alunos que apagavam a lousa com a própria saliva. Era comum cada aluno ter mais de uma peça. Para proteger a lousa, a enrolavam com um pano e colocavam numa bolsa de pano chamada embornal, que era colocado nos ombros dos alunos.

No apêndice F se observa o pesquisador num museu da Alemanha com uma lousa que também era utilizada nas escolas do século XIX. No chão, observam-se os pedaços da pedra ardósia utilizados na fabricação das lousas. Ao fundo uma foto de uma mina de ardósia de onde são retiradas as lascas de pedra.

A busca de novas fontes na pesquisa histórica é essencial para permitir que se faça um estudo mais denso do objeto pesquisado.

A diversidade de fontes aprofunda a análise do objeto histórico. Bloch reforça que:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde a um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza (2001, p. 80).

O processo de escrever a história é um ato contínuo de preenchimento das lacunas. O acesso a novas fontes permitirá que algumas lacunas se completem e ao mesmo tempo abram outras, que motivarão novos estudos.

A pedra de ardósia também é usada para a confecção de diversos materiais como piso, ladrilho e telha. É bastante utilizada nos telhados de casas na Alemanha, pois é impermeável e tem grande resistência para aguentar o peso da neve do inverno (fotografia 1).



Fotografia 1 - Telhado e fachada de uma casa Alemã com telhas de pedra ardósia.
Foto do autor em agosto de 2012.

Os museus são outra fonte de pesquisa, pois possuem determinados objetos que podem remeter ao objeto da pesquisa em História. Santa Maria de Jetibá tem um museu com uma construção recente em uma casa de dois andares, com características coloniais do século XIX. Este museu foi visitado várias vezes, pois encontram-se expostos alguns livros escolares antigos doados por moradores. Após permissão da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, os livros foram todos fotografados, como o caso do livro ilustrado “Alle meine lieben freund” (Todos os meus queridos amigos), com páginas ilustradas escritas em alemão (figura 4).



Figura 4 - Capa do livro ilustrado “Todos os meus queridos amigos”.
Acervo do Museu de Santa Maria de Jetibá.
Foto do autor em 22/11/2012.

Dentre os livros do museu estão em exposição dois livros de matemática escritos em alemão, “Mein Rechenbuch” (Meu livro de contas), volumes 1 e 2 (figura 5). As capas e páginas dos dois livros foram fotografadas e arquivadas para esta pesquisa e serão disponibilizadas posteriormente com o objetivo de apoiar outras pesquisas.

Na visita ao Museu Histórico e ao Arquivo Público Municipal de Domingos Martins, que foi o berço da colonização germânica no Espírito Santo (Colônia de Santa Isabel em 1847), não encontrou-se material para a pesquisa. No Museu Histórico de Santa Leopoldina também não há nenhum objeto que se relaciona com a educação escolar. Em Santa Teresa não há um museu histórico, o município possui como

objeto histórico uma réplica da casa da família Lambert, um dos pioneiros dos imigrantes. Em consulta aos moradores antigos não encontrei nenhum dado relacionado à pesquisa.



Figura 5 - Capa do livro de matemática Mein Rechenbuch. Acervo Museu de Santa Maria de Jetibá. Foto do autor em 22/11/2012.

Durante os quatro anos da pesquisa buscou-se encontrar materiais com moradores antigos do século XIX e início do século XX. Na região de Santa Maria de Jetibá encontrei alguns objetos, livros didáticos ou não didáticos, muitas bíblias e hinários escritos em alemão, além de fotos de famílias. No caso dos livros didáticos de matemática o procedimento adotado foi ou fotocopiar ou fotografar para gerar posteriormente seus arquivos digitais. Com esses livros digitalizados foi possível a

produção dos livros digitais que foram utilizados na pesquisa e disponibilizá-los para futuros estudos em educação matemática ou mesmo em outras áreas. Este material também deverá ser disponibilizado em bibliotecas e museus de comunidades germânicas para exibição ao público visitante. Devido à importância e à dificuldade de encontrar livros antigos, optei por catalogar todos os livros encontrados (Apêndice A). Infelizmente nenhum caderno de anotações de matemática foi encontrado.

Outra fonte primária são os relatórios oficiais dos presidentes da província do Espírito Santo no período imperial. Estes se encontram disponíveis em microfimes ou digitalizados e disponíveis no site do APEES. Obviamente que as consultas foram realizadas pelo site, por praticidade, sem necessidade de agendamento, e com facilidade de se imprimir ou arquivar os dados, mas houve momentos que a pesquisa foi feita no APEES, tendo em vista que algumas páginas do relatório estavam ilegíveis no site.

Os relatórios contêm diversos assuntos relacionados à administração pública, tais como, instrução, imigração, segurança, saúde, culto público, comércio de navegação, finanças, produção agrícola, catequese e civilização dos índios, com dados estatísticos que podem ser pesquisados por vários estudiosos.

Na leitura dos relatórios a atenção principal era dada para os assuntos de colonização e instrução, mas foi feita a leitura completa de cada relatório, pois não há como entender o todo estudando apenas uma parte do fenômeno, e também, pesquisados na sequência temporal, pois quase sempre os governantes faziam referência aos relatórios anteriores:

Em outros termos, como todo conhecimento é, por si mesmo, movimento progressivo do espírito, e como o conhecimento de acontecimentos mutáveis por natureza só pode, ademais, resultar do exame de sua curva, um relatório de pesquisas tomado isoladamente terá sempre pouco peso se não estabelecer relação com os relatórios precedentes (BLOCH, 2011, p. 83).

A leitura de todos esses relatórios foi importante para se conhecer o contexto histórico da província do Espírito Santo, além de fornecerem dados oficiais primários importantes para a pesquisa.

1.2 A HISTÓRIA VISTA POR OUTRO ÂNGULO

Com a expansão do conhecimento, principalmente nos séculos XX e XXI, as atividades humanas se fragmentaram para dar conta de tanta especificidade. Na medicina, por exemplo, atualmente, quase não encontramos nos consultórios os clínicos gerais, médicos generalistas, que eram capazes de diagnosticar e tratar os mais diversos tipos de doenças. Hoje, nos deparamos com especialistas: são médicos urologistas, dermatologistas, geriatras, oncologistas, cirurgiões das mais diferentes partes do corpo. Assim também ocorreu na engenharia com o surgimento de novos profissionais como a Engenharia de Transportes, a Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental, Engenharia do Petróleo e Gás, etc., assim outras profissões, em outras áreas, irão surgir para dar conta de novos conhecimentos e novos mercados.

O estudo das especialidades não foi diferente com a História; os historiadores também procuraram estudar campos mais específicos e menos gerais. No paradigma tradicional, a História é relacionada ao Estado, numa abrangência mais nacional ou internacional, considera importante a narrativa dos grandes feitos e a ação individual dos grandes personagens, ela cria os seus heróis, oferecendo assim apenas uma perspectiva vista de cima. Nesta perspectiva, a narrativa é feita geralmente na versão oficial do Estado, e a tarefa do historiador é a narração objetiva dos grandes fatos. Os outros atores “menores”, os perdedores, os marginalizados, não eram considerados importantes pelos historiadores (BURKE, 1992).

No século passado, em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch, ligados à Escola dos Annales, fundam, na França, a revista “Annales d’Histoire Économique et Social”, propondo outra abordagem histórica, para uma renovação da história tradicional, que alguns autores denominaram “História Nova”. Segundo Burke, é a escrita de “toda a atividade humana” (1992, p.11), tudo e todos têm a sua história, deram voz a pequenos personagens comuns, e também aos “esquecidos”, participantes a sua maneira das mudanças sociais. Esses autores trabalhavam a História de maneira interdisciplinar e pensaram o tema sob a perspectiva de uma história-problema.

Marc Léopold Benjamin Bloch foi um grande historiador medievalista francês, judeu, nascido em 6 de julho de 1886, e fuzilado pelos nazistas em 16 de junho de 1944. Bloch escreveu “Os reis taumaturgos”, em 1924; “Caractères originaux de l’histoire rurale française”, em 1931; “A sociedade Feudal”, entre 1939-40; “A estranha derrota”, publicado em 1946; “Apologia da História ou O ofício do historiador”, publicado em 1949. Os historiadores tradicionais:

Narravam, desordenadamente, acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com as batalhas, tratados, mortes dos heróis e dos reis (BLOCH, 2001, p. 52).

Bloch serviu em 1939 como soldado na guerra e tornou-se um ator ativo da história, testemunha ocular no calor dos acontecimentos, confundia-se entre o soldado e o historiador, uma experiência singular e cansativa, defendendo sua vida, refletiu e tentou compreender os motivos que levaram a derrota da França. Bloch escreveu “A estranha derrota” nos meados de 1940, no calor da guerra da França contra a Alemanha.

Bloch deixou inacabado o livro “Apologia da História ou O ofício do historiador”, publicado posteriormente por Lucien Febvre, sob o título “Apologie de l’histoire ou Métier d’historien”. A obra define o historiador como um homem de ofício e defende a nova perspectiva da História, novas abordagens, novos objetos e novos problemas. Bloch situa a História no tempo, faz um estudo da observação histórica por meio dos testemunhos, reflete “como e porque o historiador pratica o seu ofício” (2001, p. 46) e funda a crítica dos documentos.

Para confrontar o ponto de vista oficial, o novo paradigma histórico a “Nova História” usa os mais diferentes tipos de fontes, e busca diálogo com outros colaboradores, trabalhando interdisciplinarmente, a fim de tentar dar conta da expansão dos fatos históricos e do conhecimento humano, pois “Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos; e a única história verdadeira, que só pode ser feita através de ajuda mútua, é a história universal” (BLOCH, 2001, p. 68).

Surgiram novas áreas interdisciplinares de investigação histórica, que romperam com a concepção positivista do conhecimento, com novas realidades, em geral desconsideradas pela história tradicional, tais como: a história das mulheres, história

oral, história da leitura, história do corpo, história do pensamento político, história das imagens, a micro-história, dentre outras (BURKE, 2010).

Obviamente não é tarefa deste trabalho a discussão se a abordagem desses autores era mesmo uma “Nova História”, ou discutir o quanto essa perspectiva era mesmo “nova”, mas Burke demonstrou que outros historiadores, anteriormente à dupla de autores franceses, já reclamavam pela substituição da escrita da história tradicional por uma nova:

Como vimos, a revolta de Febvre e Bloch contra o domínio da história dos acontecimentos políticos foi apenas uma de uma série de rebeliões semelhantes. Seu principal objetivo, a construção de uma nova espécie de história, foi compartilhado por muitos pesquisadores durante um longo período (2010, p. 137).

Entretanto, Burke reconhece que foi a partir deles que o movimento proposto tomou as dimensões atuais, pois “O que é novo não é a sua existência, mas o fato de seus profissionais serem agora extremamente numerosos e se recusarem a ser marginalizados” (1992, p. 19).

Bloch se opôs às grandes narrativas, definiu a História como a “ciência dos homens no tempo”, o foco da sua proposta da escrita da História é o homem, ele quer conversar com ele, questioná-lo, conhecer seus costumes, suas relações com o meio ambiente, suas virtudes, suas fraquezas, “são os homens que a história quer capturar” (2001, p. 54).

Nessa perspectiva, a História não é escrita somente de grandes heróis, ela é feita com pessoas comuns, que constroem “uma história”, seja de um país, um estado, uma região, uma cidade, ou de uma escola, podendo ser contada a partir de várias versões: a versão oficial, a versão dos políticos, a versão do povo, a versão do personagem comum. Na escrita de uma história de guerra, ela pode e deve ser feita também na versão dos perdedores. Na História da imigração estrangeira, podem ser abordadas as políticas do governo e também as reais condições que os imigrantes encontraram nas colônias. Na História da educação, além de serem consideradas as medidas governamentais para a expansão do ensino público, podem ser estudadas também as reais condições das salas de aulas, os baixos níveis dos salários dos professores, somados, atualmente, com a falta de segurança dentro e fora da escola.

É no passado que o historiador busca informações para o seu ofício e o resultado do seu trabalho ajuda a conhecermos mais a seu respeito, visto que o passado tem influência nas vidas das pessoas, “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete no presente, a própria ação” (BLOCH, 2001, p. 63).

A falta de conhecimento do passado nos impede de entender seus efeitos no presente. Certos tipos de comportamentos pessoais ou de grupos incompreendidos num dado momento da vida podem ter sua explicação no passado. Conforme D'Ambrosio:

Somente através de um conhecimento aprofundado e global de nosso passado é que podemos entender nossa situação no presente e, a partir daí, ativar nossa imaginação e nossa criatividade com propostas que ofereçam ao mundo todo um futuro melhor (1999, p. 113).

Algumas questões podem ser levantadas para refletirmos: A desvalorização da educação por parte dos pais, principalmente em cidades do interior, em não estimular os seus filhos a frequentarem a escola, são resultado de sua ignorância? O pânico de muitos alunos nas avaliações escolares tem explicações atuais na psicologia? Provavelmente as explicações para estas questões podem envolver o passado.

Estamos mergulhados no passado, o presente tem uma duração ínfima, “um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre” (BLOCH, 2001, p. 60). Mas o que é o passado? Segundo Bloch, o passado “é por definição, um dado que nada mais se modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (2001, p. 25).

Toda a produção humana é considerada documento. Bloch considera que “Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (2001, p. 79). De posse desses documentos o que deve ser feito com eles? Não devemos simplesmente descrevê-los, é preciso questioná-los, para conhecer a fundo o que eles têm a dizer, buscar neles os vestígios e confrontá-los com outros documentos, pois “os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos

interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79), ou seja, o pesquisador precisa transformar os dados e os documentos em problema investigativo.

Atualmente a diversidade de documentos para as pesquisas é enorme e tende a crescer com o avanço da tecnologia. Com os novos recursos da informática, a tendência é que a cada ano aumente também o número de fontes primárias disponíveis anteriormente somente onde os documentos foram gerados ou em arquivos oficiais. Os documentos podem ser digitalizados e disponibilizados pelas mais diversas instituições, em qualquer parte do planeta, permitindo assim consultas mais rápidas e diversificadas, e sem a necessidade de sair de casa.

A meu ver os estudos dos temas clássicos não são mais e nem menos importantes que os temas das “minorias”, a importância do estudo está no resultado do trabalho bem feito, na relevância e na geração de conhecimentos.

1.3 A IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Para entender as questões educacionais do povo germânico na Colônia de Santa Leopoldina no século XIX, numa época em que o Espírito Santo ainda era uma Província, é interessante conhecer primeiramente como se deu a imigração no Brasil.

A instabilidade política, social e econômica, além das guerras na Europa no século XIX, provocou o desejo dos moradores europeus a buscar melhores condições de vida em outros países do mundo.

Fome, miséria, desencontros políticos-ideológicos, desempregos, guerras e mais guerras, reestruturação capitalista (a revolução Industrial causou fortes impactos no regime de trabalho, que migrava do artesanal para o fabril), etc. Nesse ambiente de profundas mudanças sociais, econômicas e políticas é que se dá o processo de imigração de vários povos europeus, incluindo os germânicos, para outros países do globo (MARTINUZZO, 2009, p. 33-34).

As condições para a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil foram criadas a partir de alguns fatos históricos: em 1808, na vinda da Família Real, com a abertura

dos portos brasileiros às nações amigas; na elevação do Brasil ao Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815; na proclamação da independência em 1822; lei de 07 de novembro de 1831, proibindo o tráfico de escravos; na Lei Euzébio de Queiroz (decreto lei 581 de 04 de setembro de 1850, abolindo o comércio internacional de escravos); no decreto lei de 06 de novembro de 1866, que deu liberdade aos escravos designados ao serviço militar; nas leis que limitaram o trabalho escravo (lei do ventre-livre, em 28 de setembro de 1871, a lei de 28 de setembro de 1885, libertando os sexagenários) e por último, na lei número 3.353 de 13 de maio de 1888 que aboliu a escravatura (MARTINUZZO, 2009).

A relação entre a economia e a escravatura era estreita, criou-se um círculo vicioso entre o preço do escravo e o preço da produção no final da metade do século XIX.

O trabalho escravo tornava-se anti-econômico não sendo mais possível caçar negros na África, o preço deles foram subindo tanto, já pela escassez, já pelos impostos interprovinciais, que não compensava mais. Era mais barato contratar imigrantes (CARNEIRO, 1950, p. 23).

O preço do escravo estava se elevando mais que a sua produtividade no trabalho, portanto, uma crise começava a ameaçar os seus senhores. Com o aumento dos custos de produção dos produtos agrícolas, os lucros e as vendas poderiam diminuir; em consequência, haveria uma queda na economia do Brasil. Então se procurou resolver o problema “substituindo o escravo pelo colono, como medida para manter a situação da força de trabalho” (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 49). Com as medidas adotadas para erradicar a escravidão dos negros no Brasil, a mão de obra precisava ser renovada para trabalhar na lavoura, assim entrou o trabalho do colono imigrante, a fim de dar continuidade à economia brasileira que dependia da agricultura. A vinda dos imigrantes para as nossas terras no século XIX tinha o objetivo de substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras, primeiramente nos engenhos de açúcar e posteriormente no cultivo de café (GOMES MACHADO, 2010).

Carneiro (1950) divide a história da imigração em três grandes períodos: o primeiro inicia em 1808 e vai até 1886, o segundo vai de 1887 até 1930, e o último a partir de 1931. O primeiro período é caracterizado pela coexistência do imigrante com o trabalho escravo, nele, os alemães predominaram nas entradas de imigrantes. O segundo período, caracterizou-se pela substituição do trabalho escravo pelo do

imigrante, predominando da vinda dos italianos. O terceiro e último período é caracterizado pelo encerramento da imigração dirigida para os núcleos coloniais, tendo em vista os reflexos da crise do café, o 'ouro verde', que não necessitava de mais braços para a sua lavoura. Neste período "os japoneses constituem a grande onda imigratória que então procura penetrar no Brasil" (1950, p. 10).

A imigração estrangeira, excluindo a portuguesa, se deu no ano de 1818, com a fundação da primeira colônia agrícola no Brasil, em Nova Friburgo, situada a 160 km ao nordeste do Rio de Janeiro, com a vinda de aproximadamente 1500 suíços católicos. Em 1823, chegaram 334 alemães protestantes oriundos de Hessen do Reno⁵.

A primeira colônia alemã no Brasil foi fundada em 1818 no sul da Província da Bahia, perto da Vila de Nova Viçosa. Esta colônia foi chamada Leopoldina em homenagem à Imperatriz Leopoldina. Mais tarde, foram estabelecidas mais duas colônias alemãs na Bahia: uma perto de São Jorge de Ilhéus e outra perto da Colônia de Leopoldina. Todos os três empreendimentos não obtiveram o resultado esperado pelo Governo Imperial.

São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, é o berço da colonização alemã mais bem sucedida no sul do país. No dia 25 de julho chegaram 39 imigrantes e, à partir daí, várias colônias ou núcleos de colonização foram criados.

Em Santa Catarina, a colonização iniciou somente com alemães, em 1829, em São Pedro de Alcântara. Somente em 1850 foi fundada a Colônia de Blumenau e a Colônia de Dona Francisca, hoje, Joinville⁶.

A Colônia de Rio Negro foi a mais antiga colônia alemã do Paraná, fundada em 1829, na divisa com Santa Catarina.

Apesar do grande número de imigrantes que aqui chegou, Carneiro aponta que três fatores frearam a imigração europeia para o Brasil no século XIX: "(1) a existência da escravidão; (2) o clima e (3) a febre amarela. Tudo o mais é particularidade"

⁵ História da Imigração no Brasil- As famílias. 6 ed. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, [19 - -?].

⁶ Para conhecer a história da imigração ler: História da Imigração no Brasil- A famílias. 6 ed. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, [19 - -?].

(1950, p.10). Por isso, os europeus preferiram emigrar para outros países em condições mais favoráveis, como os Estados Unidos e a Argentina:

Tais condições de trabalho eram sem dúvida inferiores àquelas que o imigrante encontrava nos Estados Unidos da América ou na Argentina. A essa circunstância vinha juntar-se outra, ou seja, a referente a moeda brasileira, algumas vezes mais fraca que a Argentina (CARNEIRO, 1950, p. 30).

Há ainda outros motivos para a onda imigratória dos germânicos se dirigir com muita mais intensidade para a América do Norte:

Pois, além desse país estar geograficamente mais próximo da Europa, oferecia maior liberdade individual e religiosa e oportunidade de ascensão social, enquanto na maioria das regiões da América Latina estes mesmos benefícios costumavam ser muito questionados (SEIBEL, 2007, p. 39).

Para se ter uma ideia dimensão da preferência dos alemães pelos Estados Unidos da América em relação ao Brasil e a América Latina, é interessante citar que o Brasil foi o segundo destino mais procurado pelos alemães, mas o número de alemães que seguiu para os EUA foi quase 47 vezes maior que o Brasil. Os EUA receberam 92,2% dos alemães que emigraram⁷.

Carneiro (1950) apresenta uma tabela com o título “Movimento Imigratório no Brasil de 1819 a 1947”, em que registra a origem dos imigrantes e o número de imigrantes que entraram no Brasil, ano a ano, separando-os por décadas. Na tabela constam 20 colunas, sendo 19 com nacionalidades e uma classificada como “diversas”. Observando a tabela de Carneiro notamos o primeiro registro de chegada de imigrantes em 1819 com a entrada de 1790 suíços. Interessante citar que também foram os suíços os primeiros a chegarem à Colônia de Santa Leopoldina.

Se observarmos os dados dos alemães, verifica-se que a década de 80 do século XIX recebeu maior número de imigrantes com 19.201 pessoas. Em 1891, foi o ano que houve a maior entrada com 5.235 imigrantes.

Na primeira década do século XX as entradas de alemães foram de 13.848 e continuou numa crescente que só reduziu a partir de 1914. Entre os anos 1915 e 1919 registraram-se as entradas de somente 1.201, as menores de todo o período

⁷ História da Imigração no Brasil: As famílias. 6. Ed. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, [19 - -?].

da imigração alemã no Brasil. Mesmo assim, na segunda década, registrou-se um total de 25.902 imigrantes. Pode-se presumir que as condições econômicas da Alemanha, após a derrota na 1ª Guerra Mundial motivaram os imigrantes a buscar uma nova vida no Brasil. Na década de 1920 houve um aumento das entradas com o registro de 75.839 imigrantes, mas a partir da década de 1930 as entradas foram se reduzindo até 1947 com 2.454 imigrantes. A partir dos dados de Carneiro constata-se que o século XIX recebeu 108.174 imigrantes alemães e no século XX entraram 145.672.

Para conhecermos as origens dos imigrantes e em que intensidade foi a corrente migratória neste período, elaboramos outra tabela, mais resumida, usando os dados totais das nacionalidades extraídos da tabela de Carneiro, conforme exposto a seguir:

TABELA 1
ENTRADAS DE IMIGRANTES POR NACIONALIDADES
NO BRASIL ENTRE 1819 e 1947

Nacionalidades	Quantidades
Italianos	1.513.151
Portugueses	1.462.117
Espanhóis	598.802
Alemães	253.846
Japoneses	188.622
Russos	123.724
Austríacos	94.453
Sírio-libanês	79.509
Poloneses	50.010
Romenos	39.350
Ingleses	32.156
Lituanos	28.961
Iugoslavos	23.053
Suíços	18.031
Franceses	12.103
Húngaros	7.461
Belgas	7.335
Suecos	6.315
Tchecos	5.640
Diversos	347.354
Total	4.903.991

Fonte: Carneiro (1950, p. 61).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Pode-se observar que o maior número de imigrantes foi o de italianos, que totalizou 1.513.151, representando 30,85% do total dos imigrantes. Depois vieram os portugueses com 1.462.117 pessoas, ou seja, 29,81 % dos imigrantes, seguidos dos espanhóis com 598.802, representando 12,21%, em quarto lugar os alemães com

253.846 imigrantes, representando 5,17% do total, seguidos dos japoneses com 188.622, representando 3,84%, e os russos com 123.724 imigrantes, representando 2,52%. As outras nacionalidades identificadas apresentam números absolutos reduzidos de entradas e números relativos menores que 2%. A última coluna da tabela de Carneiro que foi denominada “Diversas nacionalidades” apresenta um total de 347.354 pessoas, representando 7,08 % do total. Comparando-se os números de italianos e alemães, constata-se que os italianos vieram com contingente quase seis vezes maior.

Somente no século XX, a partir de 1908, é que vieram os primeiros japoneses. Os húngaros, iugoslavos, lituanos, tchecos e poloneses chegaram a partir da década de 1920.

Verifica-se na tabela de Carneiro (1950) que a partir de 1887 houve um crescimento da onda migratória no Brasil, mantendo-se crescente por toda a década de 90 que recebeu o maior número de imigrantes. O número de imigrantes tinha uma média anual próxima de 30.000 até 1886 e subiu exageradamente para 130.056 em 1887, manteve-se em 1888 com 133.253 entradas, chegando ao pico em 1892 com 216.110 imigrantes.

Com base nos dados de Carneiro construímos outra da tabela (tabela 2) com o número total de imigrantes por décadas a fim de identificar mais facilmente a década com maior número de entradas:

TABELA 2
ENTRADAS DE IMIGRANTES POR DÉCADAS
ENTRE 1819 E 1947

Décadas	Número de imigrantes
1810-1819	1.790
1820-1829	7.783
1830-1839	2.669
1840-1849	7.303
1850-1859	117.592
1860-1869	110.093
1870-1879	193.931
1880-1889	527.869
1890-1899	1.205.803
1900-1909	649.898
1910-1919	821.458
1920-1929	846.522
1930-1939	333.101
1940-1947	77.588
Total	4.903.991

Fonte: Carneiro (1950, p. 61).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

O número de entradas cresceu a passos largos atingindo seu ápice na última década do século XIX.

Na primeira década do século XX, houve uma redução drástica das entradas do número de imigrantes, reduziu-se quase pela metade, com 649.898 entradas. Na segunda década as entradas voltaram a aumentar. Entretanto, por causa da Primeira Guerra Mundial, em 1914, reduziram-se as entradas de imigrantes. Na década de 1920, o número de entradas aumentou um pouco, mas a partir da década de 1930, as entradas reduziram, chegando até 1947. A partir dos dados de Carneiro, constata-se que o século XIX recebeu 2.174.824 imigrantes e o século XX 2.729.167.

1.4 A IMIGRAÇÃO GERMÂNICA NO ESPÍRITO SANTO

Na metade do século XIX, a Província do Espírito Santo era um local pouco habitado. Em 1856, o número de habitantes livres no Espírito Santo era de apenas 37.000 e o de escravos 12.000 (ROCHE, 1968). As populações se concentravam somente nas cidades portuárias, o interior do estado praticamente não era habitado. A Província do Espírito Santo precisava receber imigrantes para ocupar o seu território, movimentar a produção e a economia. A solução encontrada foi criar colônias de imigrantes europeus em locais despovoados.

A primeira colônia estrangeira na Província do Espírito Santo foi fundada em 1818, hoje Viana, localizada a 22 quilômetros da Capital. Originalmente a localidade era chamada Santo Agostinho, seu nome foi trocado para Viana em homenagem ao Superintendente de Polícia da Província do Espírito Santo, Paulo Fernandes Viana. A Província do Espírito Santo recebeu 50 famílias provenientes dos Açores prometendo-lhes terras. Ao chegarem, os açorianos encontraram muitas dificuldades para se estabelecerem, pois não estavam acostumados a trabalhar no sol ardente dos trópicos. Em condições insalubres, nos arrozais alagadiços, muitos homens adoeceram e morreram. A situação ficou tão crítica para os imigrantes que alguns chegaram a fugir da colônia. A saída dos imigrantes da colônia para outras

localidades era proibida, então os fugitivos “foram trazidos à força armada para Viana” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 109).

Na verdade, muitos eram os problemas que prejudicavam a atratividade dos imigrantes europeus, segundo o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, durante a sua estada na Província do Espírito Santo, em sua viagem de estudos ao Brasil entre 1816 e 1822:

De fato, se, como tenho dito esta província de grandes vantagens, também se acha, por múltiplas razões, sujeita a influência das mais desagradáveis. É isolada, pobre, e nada, por assim dizer, nela atrai os estrangeiros. As duas raças que vivem confundidas na região devem, mutuamente, comunicar seus vícios. O calor do clima convida os habitantes ao ócio e os alimentos pouco substanciais de que se nutrem concorrem ainda, necessariamente para aumentar a sua apatia. Os ricos, aí, são os únicos que comem carne. Vivem os outros de farinha de mandioca, peixe fresco ou seco, mariscos, feijão que juntam ao peixe, sem sequer incluir toucinho, que não usam, pois, a preguiça não deixa que criem porcos (1974, p.16-17).

A região que ia ser colonizada por germânicos no Espírito Santo era um bloco de terras não apropriadas e “desprezadas pelos luso-brasileiros, e desprezadas porque inacessíveis” (ROCHE, 1968, p.19). Provavelmente Roche fez referência ao relevo da colônia que é demasiado íngreme, com muitas serras e montanhas, matas fechadas e poucas áreas planas que dificultavam o trabalho na agricultura. Além disso, o único meio de transporte da colônia até a Capital era feito por canoas, pelo Rio Santa Maria, que onerava os preços dos produtos produzidos no interior da colônia.

O início da imigração germânica no Espírito Santo se deu com a chegada dos europeus oriundos de Hunsrueck e do Hesse na Colônia de Santa Isabel, criada em março de 1847, atualmente município de Domingos Martins, na região serrana do Estado. Em seguida, chegaram os holandeses, os tirolezes e os alemães (1858).

Dez anos depois, em 1857, foi criada a Colônia de Santa Maria com uma grande expectativa de trazer muitos imigrantes europeus, que se confirmou mais tarde, segundo Martinuzzo: “Aliás, essa colônia foi o destino de maioria dos imigrantes alemães chegados ao estado, [...]” (2009, p. 52).

No início da criação da colônia, a sede era um pouco acima do local, onde atualmente se localiza a sede, na confluência do Rio das Farinhas e o Rio Santa Maria:

A colônia velha, também chamada de Santa Maria, localizava-se a algumas léguas ao norte do Porto da Cachoeira de José Cláudio. Ali haviam sido assentados os primeiros colonos chegados em março de 1857. Estes, na maioria eram suíços e haviam sido transferidos pelo governo da Colônia de Ubatuba para a de Santa Maria, sede da Colônia de Santa Leopoldina (SEIBEL, 2009, p. 92).

Os primeiros imigrantes de Santa Leopoldina foram os suíços. Os holandeses chegaram em 10 de julho de 1859.

A partir de 1860, os alemães “constituíam dois terços da população e sua porcentagem foi consideravelmente acrescida pelos contingentes de pomeranianos (sic) chegados entre 1860 e 1879” (ROCHE, 1968, p.28).

O Governo da Província do Espírito Santo contratou o engenheiro Amélio Pralon para a demarcação dos lotes da colônia. Os terrenos tinham as medidas de 250x250 braças, ou seja, 62.500 braças quadradas. Os terrenos improdutivos não deveriam ser demarcados para servirem de lotes para os imigrantes, devendo-se demarcar 200 lotes para os imigrantes e o perímetro da localidade de área 500.000 braças quadradas destinada à futura povoação da colônia. Para executar o serviço, o a administração provincial pagou 150 réis por cada braça medida (APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 03 de abril de 1857. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 41. Livro de registro de correspondência: 1854:1861, folha nº 137).

A Colônia de Santa Leopoldina (figura 6) se tornou um importante centro de comércio com a capital Vitória. O Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina era a sede da colônia. Havia os distritos de Califórnia, Mangaraí, Luxemburgo, Jequitibá, Tirol, Holanda, Bragança, Rio das Pedras, Pomerânia e o Núcleo do Timbuy , atualmente o município de Santa Teresa. Toda a produção cafeeira da região central da província convergia para o Porto de Cachoeiro e de lá as barcas desciam com o café para o porto de Vitória, que exportava o produto para o Rio de Janeiro e para o exterior.

Além dessas colônias, foi criada a Colônia de Rio Novo em 1855, e bem mais tarde, a Colônia de Castelo, em 1880.

A fim de entender melhor o local de origem desses imigrantes, convêm notar que no século XIX, na época dessa imigração, havia, na Europa, 39 províncias

independentes na política, na economia e na cultura, reunidas e chamadas de Confederação Germânica. A confederação Germânica (1815-1871) era composta pelos atuais países Alemanha, Áustria, Luxemburgo, Liechtenstein, Países Baixos, República Tcheca, Eslovênia, Polônia, Bélgica, Itália, Croácia, Dinamarca, entre outras cidades livres (JACOB, 2011).

A antiga Pomerânia situava-se entre os atuais países da Alemanha e Polônia, mas, na época da imigração, era desde 1817 uma província da Prússia. Com a unificação dos estados alemães, em 1871, ela passa a pertencer ao Império alemão (TRESSMANN, 2008).

Depois da II Guerra Mundial, com o fim do regime nazista, um tratado internacional destinou setenta por cento (70%) do seu território para a Polônia, a chamada Pomerânia Oriental. Naquele momento, os pomeranos foram expulsos do país: “Estima-se que 498.000 pomeranos tenham sido mortos durante a retirada da Pomerânia Polonesa” (JACOB, 2011, p. 20). O restante do território, trinta por cento (30%), chamada Pomerânia Ocidental, foi anexada ao Estado alemão de Mecklenburgo (Pomerânia Ocidental), que até 1990 pertenceu à antiga Alemanha Oriental.



Figura 6: Parte do mapa da Província do Espírito Santo evidenciando a Colônia de Santa Leopoldina e Santa Isabel em 1878.

Fonte: APEES.

No Espírito Santo, a situação era preocupante, já que a economia movia-se em torno da agricultura, com um número muito grande de escravos em relação à

população livre. Em 1856, a população escrava era de 12.269 em uma população total de 49.092, representando 24,98 %. Com os altos custos de produção, a economia tenderia a entrar em declínio, num estado de economia fraca, dependente da agricultura.

Na seção anterior, conhecemos os números da imigração no Brasil no século XIX até 1947, agora vamos apresentar os dados referentes ao Espírito Santo que se encontram disponíveis no site do APEES. Dentro do referido site encontramos dados dos imigrantes do período entre 1812 a 1900.

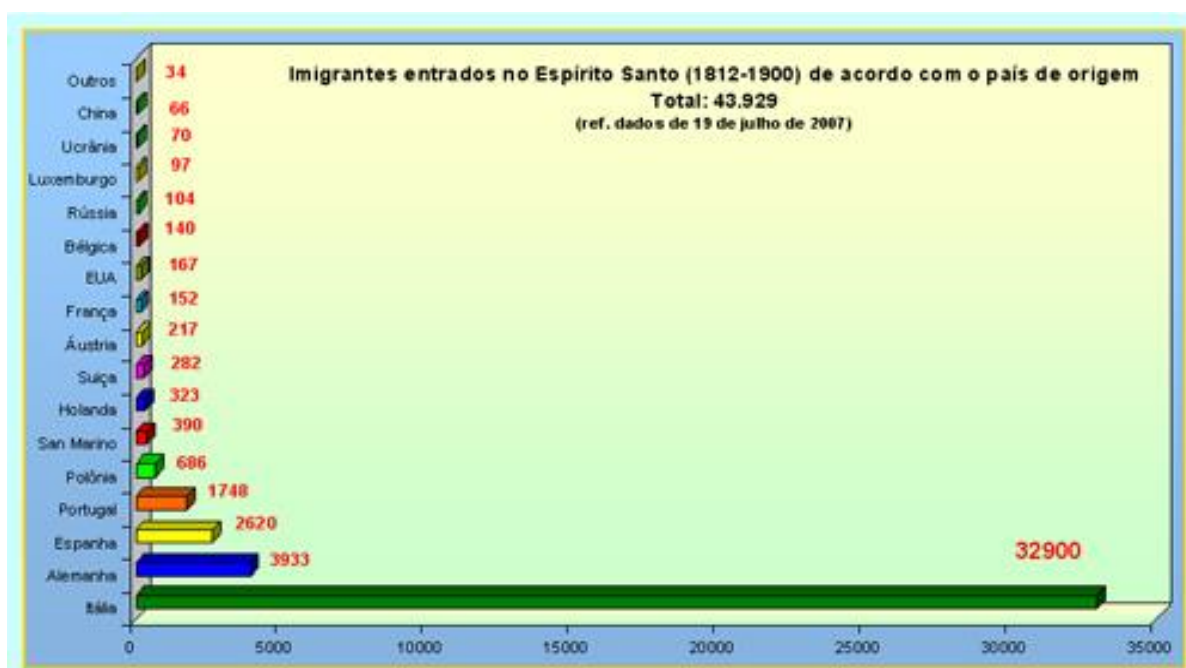


GRÁFICO 1- NÚMERO DE IMIGRANTES DE ACORDO COM O PAÍS DE ORIGEM (SÉCULO XIX - 1812 A 1900)

Fonte: www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatistica.html. Acesso em: 11 mar. 2012.

No gráfico acima, verifica-se que o número de italianos (32.900) é quase nove vezes superior ao número de alemães que registraram 3.933 entradas. Se compararmos esta proporção com os dados do Brasil (como vimos, os italianos vieram com o contingente seis vezes maior que os alemães) conclui-se que o Espírito Santo teve um contingente maior da colonização italiana que os demais estados brasileiros. Convém citar que os imigrantes italianos também se dirigiram à Colônia de Santa Leopoldina, e depois seguiram, na sua maioria, para Santa Teresa, que era uma vila da colônia.

O nosso estudo abarca os imigrantes germânicos que vieram para o Espírito Santo, portanto, prosseguimos na busca de dados sobre os mesmos. O gráfico 2 abaixo nos fornece dados quanto às origens desses imigrantes.

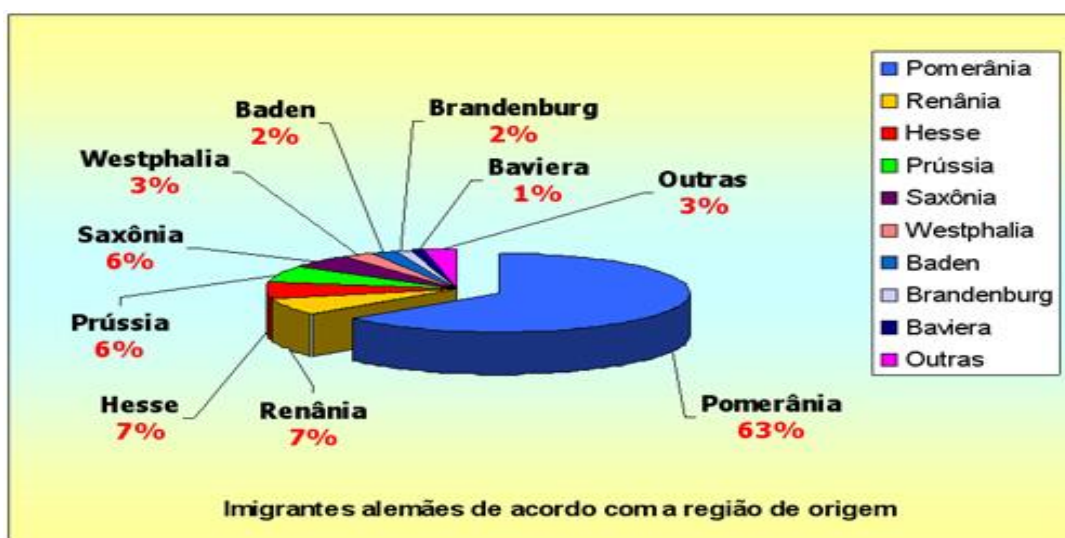


GRÁFICO 2: REGIÕES DE ORIGEM DOS IMIGRANTES GERMÂNICOS

Fonte: www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatistica.html. Acesso em: 11 mar. 2012.

Visualiza-se que os colonos eram de diversas nacionalidades: renanos, prussianos, saxônios, hessenses, badenses, mas a maioria absoluta (63,87%) era da Pomerânia. Por isso, até hoje o município de Santa Maria, que anteriormente era parte da Colônia de Santa Leopoldina, se considera o município mais pomerano do Brasil.

Os pomeranos trouxeram da Europa a sua língua, sua cultura, tradições e a história de um povo, mas foram confundidos com os alemães pelos brasileiros:

Em primeiro lugar, o *modus falandi*, ou seja, a maneira de falar certamente é baseada na tradição de um povo, de uma etnia. É um povo que tem mil anos de história. É um povo que se desenvolveu a partir de diferentes tribos de eslavos com imigrantes alemães de diferentes estados da atual Alemanha. Já foi um ducado independente (SEIBEL, 2010, p. 445).

O termo Prússia pode designar várias regiões, contudo, neste gráfico, não foram incluídos os imigrantes da Prússia Ocidental, que foram classificados como oriundos da Polônia, mas que, na época da imigração, estava sob o domínio do Império Prussiano.

Os dados absolutos que são apresentados na tabela 3 nos mostram que os pomeranos vieram em número nove (9) vezes maior que os originários da Renânia, que foi a origem do segundo maior contingente de imigrantes:

TABELA 3
NÚMERO DE IMIGRANTES GERMÂNICOS SEGUNDO A ORIGEM

Ordem	Região (Estado) de Origem	Número de Imigrantes
1	Pomerânia	2.224
2	Renânia	247
3	Hesse	240
4	Prússia	226
5	Saxônia	194
6	Westphalia	96
7	Baden	67
8	Brandenburg	53
9	Baviera	40
10	Nassau	24
11	Schleswig-Holstein	24
12	Mecklemburg	12
13	Bohemia	9
14	Silésia	9
15	Oldemburgo	7
16	Alsacia	4
17	Hanover	4
18	Hamburgo	1
19	Turíngia	1
	TOTAL	3.482
	Não consta a Região	451

Fonte: www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatistica.html. Acesso em: 11 mar. 2012.

A importância da Colônia de Santa Leopoldina foi reconhecida até mesmo pelo imperador D. Pedro II (anexo B), que a visitou em 1860, quando buscava fortalecer e preservar a unidade nacional das várias regiões do Brasil. Desde 1845, o imperador Dom Pedro II viajava o Brasil nos lugares mais distantes para conhecer o seu império, se mostrar aos seus súditos, buscando valorizar a monarquia e preservar a unidade nacional. Em 1845, visitou as províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, e entre 1859 e 1860 o monarca visitou a Paraíba, o Espírito Santo, a Bahia, Pernambuco e Sergipe (SCHWARCZ, 1998).

Rocha (1960) relata a viagem do Imperador do Brasil na Província do Espírito Santo em 1860. Em 26 de janeiro de 1860, Dom Pedro II chegou ao Porto de Vitória a bordo do Navio a vapor “Apa”, juntamente com mais três navios da Marinha de Guerra do Brasil, acompanhado da imperatriz Dona Teresa Cristina Maria e uma comitiva.

Um dia após a sua chegada, D. Pedro II saiu bem cedo, montado a cavalo para conhecer Vitória. Depois de visitar o Forte de São João, dirigiu-se para a primeira aula de instrução primária e constatou que a instrução estava atrasadíssima, devido principalmente à baixa remuneração dos professores.

No terceiro dia, D. Pedro II atravessou a baía de Vitória, com destino à Vila do Espírito Santo⁸. Depois da visita ao Convento da Penha, onde contemplou a bela vista da região, visitou uma escola de primeira classe regida pelo professor Firmino de Almeida e Silva, com apenas três alunos matriculados. Depois da arguição a dois alunos, escreveu em seu caderno: “o primeiro soletra para si; nada de gramática, só multiplica. O segundo lê um pouco melhor, nada de gramática, só multiplica” (ROCHA, 1960, p. 62-63).

Após visitas às escolas da capital da Província e à Vila do Espírito Santo, no sábado, dia 28 de janeiro, às 16:00 horas, D. Pedro partiu para a Colônia de Santa Leopoldina, na região da Cachoeira do Rio Santa Maria. No domingo, às 5:00h33min, D. Pedro II desembarcou no porto de Cachoeiro, onde ficou hospedado na casa (figura 7) de Amélio Pralon, engenheiro civil e ex-diretor da colônia.



Figura 7 - Casa do engenheiro Amélio Pralon, ex-diretor da Colônia de Santa Leopoldina (1860)
Fonte: Rocha, 1960, p.132.

⁸ Atualmente é a cidade de Vila Velha.

Após a recepção preparada para ele, às 9 h 45 min, saiu para a visita à colônia. Ao meio-dia, ele chegou a casa do professor José Soares Leite Passos, onde estavam reunidos os alunos para receberem o imperador. Como fez nas outras escolas, ele arguiu os alunos e observou que todos os 15 alunos presentes eram “alemães”, e, no seu caderno de notas escreveu que alunos mal sabiam ler e que o conhecimento de matemática se limitava à soma de números. Acrescentou que os alunos alemães eram os que mais faltavam e fez uma avaliação negativa do professor.

Ainda no domingo, depois de jantar, Sua Majestade, partiu de volta para Vitória, chegando ao destino às 4 horas do dia 30 de janeiro, segunda-feira.

As atitudes e anotações demonstram o interesse de D. Pedro II em conhecer como era a educação na Província e na Colônia de Santa Leopoldina. Preocupou-se com a baixa frequência dos alunos, que muitas vezes tinham de ajudar os pais na lavoura. Comparando a quantidade de alunos, a escola de Santa Leopoldina tinha mais alunos presentes que Vitória. Em relação a sua avaliação negativa do professor da Colônia de Santa Leopoldina, era de se esperar tal avaliação do imperador, haja vista que não se agradou nem dos professores de Vitória e nem Vila Velha.

Para a Colônia de Santa Leopoldina vieram várias nacionalidades, os holandeses se organizaram na comunidade, construindo igrejas e escolas para os primeiros imigrantes. Por ser minoria da população imigrante na Colônia de Santa Leopoldina, eles procuraram se estabelecer um pouco mais isolados nas montanhas da colônia, numa localidade chamada “Holanda”, perto de Mangaraí, atualmente um distrito do município de Santa Leopoldina.

Na fotografia 2 é possível observar que um casarão antigo localizado em Holanda (fotografia 2). No alto da porta principal da casa existe uma placa em alto relevo, feita de cimento, identificação do proprietário Tenente José Alves do Nascimento, com o ano da construção (realce no canto superior esquerdo da fotografia).



Fotografia 2 – Casarão antigo em Holanda, Santa Leopoldina, com a identificação do proprietário e do ano da construção.

Acervo do autor. Foto tirada em 09/07/2011.

O Porto de Vitória era o primeiro ponto de chegada à Província do Espírito Santo dos imigrantes vindos da Europa. Ao chegarem, os imigrantes ficavam em barracões na capital Vitória até deslocarem para os seus destinos. O alojamento era nos fundos do Palácio do presidente da província. As reais condições deste alojamento foram descritas por um imigrante ao chegar em 10 de junho de 1859:

O nosso alojamento era constituído de três galpões, os quais em outras épocas possivelmente foram utilizados como anexos do Colégio Jesuíta e que agora tinham sido adaptados para receber os imigrantes recém-chegados. Uma série de beliches improvisados, com grosseiros colchões feitos com sacos contendo palha de milho desfiada, passaram a servir de local de repouso.

A construção tinha sido toda cercada por uma paliçada praticamente intransponível. Chamavam de hospedaria. Na verdade tinha muito mais a aparência de uma prisão, sem qualquer tipo de conforto. Ninguém recebeu autorização para sair (SEIBEL, 2007, p. 88).

Somente em 1889 foi criada a Hospedaria da Pedra D'Água para acomodar os imigrantes até seguirem para as colônias (ROOS e ESHUIS, 2008).

O transporte de Vitória até a Colônia de Santa Leopoldina era feito no Rio Santa Maria, em barcas que transportavam pessoas e também mercadorias. No percurso de Vitória até a fazenda de José Cláudio de Freitas, onde o Rio Mangaraí

desaguava no Rio Santa Maria, os imigrantes paravam para descansar e dormir. Depois seguiam novamente o rio acima até chegar à “Cachoeira Grande”, numa viagem de 60 quilômetros que levava mais de doze horas. A partir desta cachoeira, o rio não permitia a navegação devido às pedras e os grandes aclives.

Ao chegarem os imigrantes no Porto de Cachoeiro eles eram alojados em barracões superlotados em péssimas condições, sem higiene, até receberem os seus terrenos (prazos) para se instalarem: “Eram comuns os focos de epidemias, e, como não havia médicos, os únicos recursos eram os chás e os benzimentos”, uma característica da própria época (SANTOS; KILL; BIGOSSO; MURARI, 1992, p. 39).

Os imigrantes encontraram muitas dificuldades, pois ainda não havia estradas, capelas e escolas para os filhos estudarem. Para se deslocarem para as suas propriedades, os próprios colonos tinham que construir as “picadas”, pequenas estradas dentro da mata, e derrubar as árvores dentro dos seus lotes para as suas plantações de mandioca, feijão e arroz. Inicialmente, os colonos dormiram nas matas, em cabanas feitas por eles, até que pudessem construir suas casas.

Seus antepassados saíram da Pomerânia e mudaram para o novo mundo. Foi uma despedida sem retorno, para a qual era necessária muita coragem. Muito sofrimento lhes sobreveio, pessoas morreram por causa de doenças e fome, mas eles não desistiram e conseguiram estabelecer, em terras próprias, uma nova existência. Amargura e sorte, luto e alegria atravessaram nas estreitas picadas que lhes lançava na mata virgem. (GRANZOW, 1972, p. 31, tradução nossa).

A alimentação aqui no Brasil era bem diferente do que eles estavam acostumados na Europa, além disso, era muito fraca em nutrientes. Enfraquecidos, os colonos eram alvos fáceis das doenças.

O Governo do Espírito Santo distribuía as terras com os colonos para que eles pudessem recomeçar suas vidas no Brasil, mas nem sempre os lotes de terras eram iguais: “Antigamente, o Governo distribuía lotes com mais de 50 hectares; reduziu-os, mais tarde, à metade, aproximadamente, estabelecendo por fim, como unidade, 25 hectares. Daí designar-se de “colônia” uma superfície de 25 hectares” (WAGEMANN 1949, p. 49).

Pelo contrato que os colonos firmavam com o governo brasileiro, a comida deveria ser distribuída gratuitamente e, além disso, deveria haver uma ajuda de custo de 600\$000 (seiscentos mil réis) para os colonos, durante o primeiro ano da chegada deles, a fim de facilitar a acomodação (ROOS e ESHUIS, p. 51, 2008).

O site oficial do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES) dá acesso a cópias de contratos de colonos que chegaram no Porto de Vitória, na época da imigração. Ao baixar um dos contratos, de número 21, do colono Johann Krause e sua família de oito pessoas, observam-se dados interessantes sobre o processo de distribuição das terras aos colonos.

O contrato escrito em Português e alemão gótico, datado em 25 de abril de 1859, em Hamburgo, um dos mais antigos imigrantes aqui chegados, originado de Pralzig na Pomerânia, foi emitido pela Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro, por meio de seu agente geral, Dr F. Schmidt, assinado pelo consulado geral do império do Brasil em Hamburgo e pelo colono. Contém o nome do colono, o número de pessoas de sua família, e um texto que adianta as passagens do navio, pagando pelos passageiros com mais de dez anos 60 Tahlers (th) da Prússia e de três até dez anos 40 th, sendo que os menores de três anos não pagavam a passagem. As despesas dos colonos na hospedaria, enquanto não partissem para o seus destinos em Santa Leopoldina, eram por conta da referida Associação.

No contrato deste colono, rezava a cessão de um lote de terras de 120.000 braças quadradas ou a metade desta área e entregue medido e demarcado para o colono com a derrubada e queimada das árvores de aproximadamente 10.000 braças.

Após o estabelecimento dos colonos nas terras, a Associação deveria providenciar o sustento por até seis meses, com alimentação, ferramentas para o uso na lavoura, sementes de milho, feijão, arroz, batatas e mandiocas para as primeiras plantações dos colonos. A Associação deveria assegurar o trabalho remunerado de 1000 a 1.200 réis, se o colono desistisse do sustento. O valor estabelecido por contrato das terras que o colono adquiria era de 1,5 réis por braça quadrada, incluídas neste valor a demarcação e derrubada das matas.

O colono era obrigado a reembolsar para a Associação todos os adiantamentos recebidos, tais como, passagem, mantimentos, instrumentos, num prazo de cinco anos, em três prestações iguais, a contar a partir do fim do segundo ano, sem juros se não houvesse atraso. Para o caso de atraso, deveria ser cobrado 6% de juros. Até a quitação das dívidas, as terras e benfeitorias, eram hipotecadas ao Governo Imperial, e não podiam ser vendidas ou transferidas.

Além das dificuldades já mencionadas, os primeiros colonos também encontraram os indígenas “sob a denominação genérica dos botocudos, como eram sob o nome de bugres no Rio Grande do Sul, renunciaram a disputar o terreno aos recém-chegados, internando-se nas florestas” (ROCHE, 1968 p. 26), entretanto, em documentos oficiais, não encontrei nenhum dado que confirmasse o conflito de índios com os imigrantes na ex-Colônia de Santa Leopoldina no período estudado.

A colônia tinha uma diretoria com várias atribuições, mas, geralmente, não eram cumpridas. A diretoria era responsável pelo pagamento do dinheiro para as famílias durante o primeiro ano na colônia, mas esse dinheiro, geralmente, não chegava até eles. Era também de responsabilidade da diretoria a educação e assistência médica, contudo, no início da fundação da colônia não havia escolas, nem médicos.

O Rio Santa Maria era a única ligação de transporte com a capital Vitória. Por suas águas descia principalmente o café em “canoas largas e estreitas de vários tamanhos, que tinham uma capacidade média de transporte de 100 sacas de café” (RIBAS DA COSTA, 1982, p. 23), e na volta, as canoas subiam com as mercadorias para abastecer o consumo dos colonos (figura 8).



Figura 8 - Canoeiros descendo o Rio Santa Maria com destino à Vitória

Fonte: Secretaria de Cultura de Santa Maria de Jetibá.

As canoas também transportavam as pessoas com relativo conforto:

Na popa, entre a banquetta do mestre e a extremidade do estrado superior, ficava a estância, pequeno espaço livre onde podiam viajar, com relativo conforto, até dez passageiros de “primeira classe”, com direito a toldo. Os passageiros de segunda classe iam por cima da carga (RIBAS DA COSTA, 1982, p. 43).

Os canoeiros faziam esse trabalho duro nas canoas rio abaixo, e depois rio acima, e os tropeiros, com seus animais de carga, completavam o trajeto por terra, interrompido pelas cachoeiras intransponíveis do rio na altura do Porto de Cachoeiro. O trabalho do canoeiro era respeitado e bem remunerado nesta época. “Em 1920, enquanto um trabalhador da enxada, em três dias de sol, ganhava 9\$000⁹, a seco, um canoeiro, em igual tempo, recebia 13\$000 de salários, mais as cotas correspondentes ao transporte de passageiros” (RIBAS DA COSTA, 1982, p. 52)

A falta de estradas de rodagem, as grandes distâncias entre os pontos comerciais, a navegabilidade do Rio Santa Maria, a ligação do interior à Capital Vitória, formaram condições propícias para o crescimento do comércio interno e externo na Colônia de Santa Leopoldina. A sede da Colônia de Santa Leopoldina destacou-se como uma cidade-porto (figura 9).

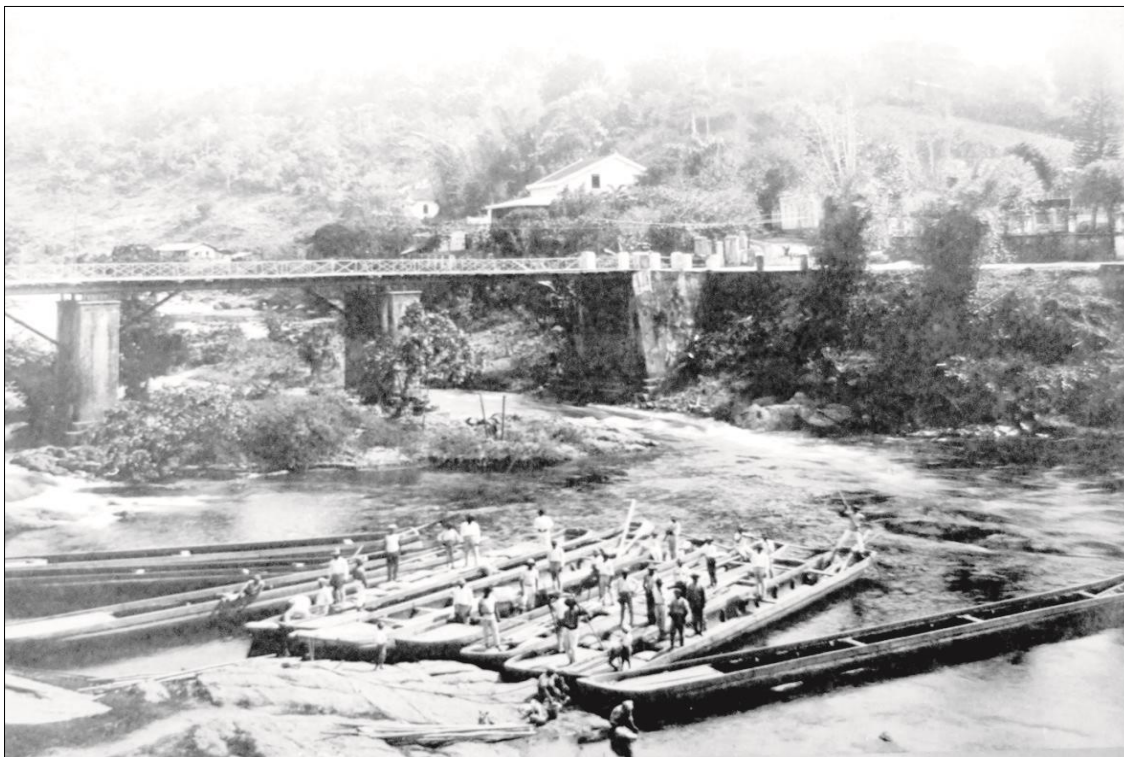


Figura 9 - Porto de Cachoeiro no início do século XX
Acervo da Secretaria de Cultura de S.M. Jetibá.

⁹ Real era a unidade (1\$) monetária do Brasil.

Toda a produção cafeeira da região central da província era transportada para o Porto de Cachoeiro e daí seguia por meio das barcas pelo Rio Santa Maria para o Porto Vitória, onde era comercializado para o Rio de Janeiro ou para o exterior. “Utilizando-se do mesmo circuito comercial, as importações seguiam esse trajeto no sentido inverso” (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 93).

A capital tornara-se dependente da Colônia de Santa Leopoldina, pois a produção de outras regiões do interior da província não circulava em Vitória, havia um trajeto que não passava pelo Porto de Vitória:

[...] Vitória era uma cidade isolada dentro do próprio território estadual [...] A produção da região de Cachoeiro de Itapemirim, no sul, era transportada diretamente para o Rio de Janeiro, pela Estrada de Ferro Leopoldina, que ligava o sul do Espírito Santo ao Rio de Janeiro. A produção da região norte, polarizada em São Mateus, era escoada por mar para o Rio de Janeiro, sem que se passasse obrigatoriamente por Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 122).

O Porto de Cachoeiro era o ponto de encontro dos tropeiros responsáveis pelo escoamento da produção de café da região do interior por meio das tropas de burros, depois o café era levado pelas canoas nas águas do Rio Santa Maria até o Porto de Vitória (figura 10).



Figura 10: Tropeiros carregando as mercadorias para o transporte em 1906
Acervo da secretaria de cultura de S.M. Jetibá

Além da carga, também carregavam agasalhos, utensílios, mantimentos necessários aos tropeiros nas longas viagens por pequenos caminhos dentro das matas. As mercadorias eram colocadas em balaios feitos de couro ou em caixas de madeira, e fixadas nas selas dos animais, que partiam para o seu destino. As tropas eram compostas por até dez animais,

[...] às vezes acrescidos de um burro de cozinha e cana, para transportar utensílios, agasalhos e alimentos, e de uma madrinha, égua miúda, que não procriava e cuja função, com o cinorro no pescoço, era manter a tropa reunida nos pousos e paradas (MORAES, 1984, p. 27).

Entre os trechos de origem até o destino dos produtos eram construídos ranchos, que davam abrigo aos tropeiros e aos animais no repouso da viagem. Esse tipo de transporte gerava atividades de outras profissões, tais como seleiros, que eram os artesãos que fabricavam as selas e arreios para os animais de carga (MORAES, 1984).

Santa Leopoldina se tornou um centro comercial com lojas de produtos nacionais e importados. Uma fábrica de cerveja, limonadas e gelo foi construída na cidade. O holandês Norbert Van de Kamp preparava as cervejas de vários tipos. A fábrica atendia outros mercados e tinha propaganda nos jornais da capital (figura 11).



Figura 11- Propaganda da fábrica de cerveja em Santa Leopoldina no início do século XX
Acervo de Littio Silva da Rosa (Caramurú, Santa Maria de Jetibá)
Foto do autor em 08/04/2012.

As bebidas eram bem aceitas, contudo, após a sua morte, o negócio fechou. Sem as fórmulas dos produtos, os descendentes não conseguiram dar continuidade ao negócio (SCHWARZ, 1994).

A importância logística do Porto de Cachoeiro era reconhecida na fala do Presidente da Província do Espírito Santo em 1880: “ O Porto de Cachoeiro, a sede e o mais antigo núcleo, é hoje um centro de grande atividade agrícola e comercial, incontestavelmente um dos mais prósperos da Província” (SOUSA MARTINS, 1880, p. 17).

Por meio de decreto nº 19 de 12 de abril de 1890 o Governo elevou a sede da ex-colônia para a categoria de cidade de “Porto de Cachoeiro” (APEES, Ofício nº 41, de 17/04/1890. Caixa 08, Ofícios recebidos pelo inspetor Geral de instrução pública: 1890:1899).

Na medida em que o Espírito Santo foi se desenvolvendo, as estradas de rodagem eram necessárias para escoar os produtos agrícolas produzidos nas regiões do interior. Com a construção da estrada que ligou a Capital à sede de Santa Leopoldina, o comércio caiu, visto que a estrada dava condições dos produtos serem comercializados e transportados diretamente com a Capital. O escoamento direto trouxe a redução do tempo e do custo do transporte dos produtos da região, e “Santa Leopoldina perdeu a sua razão de ser centro comercial nascido da troca de meio de transporte, *umschlagplatz* e suas casas perderam imediatamente o controle do comércio, e logo depois até mesmo a freguesia direta” (ROCHE, 1968, p. 236-237).

Depois da construção da estrada de rodagem unindo o Porto de Cachoeiro a Vitória, tornou-se desnecessário o transporte fluvial, então o transporte da produção passou a ser feito pelas estradas e “o desastre era então irremediável, pois o município não se havia preparado para a eventualidade e não era possível improvisar meios e modos de evitar-lhe a ruína” (RIBAS DA COSTA, 1982, p. 43).

Posteriormente, outras estradas foram construídas pelas próprias mãos dos moradores da região, usando picaretas, enxadas para abrir caminhos por pedras e pela mata. O trabalho cooperativo sempre foi uma marca presente entre os colonos

pomeranos. Os mutirões (figura 12) eram feitos para construir casas, estradas, igrejas e fazer uma determinada colheita.



Figura 12: Mutirão de trabalhadores para construção de estradas
Acervo da Secretaria de Cultura de S.M. Jetibá.

A tradição agrícola da ex-Colônia de Santa Leopoldina e sua filha Santa Maria de Jetibá vem da influência dos pioneiros, que já trabalhavam na agricultura na Pomerânia. A antiga Pomerânia era uma região plana, de atividade predominantemente agrícola, com grandes latifúndios, em que pequenos agricultores eram agregados dos barões proprietários de terras. Com a finalidade de ocupar a terra brasileira, a maioria dos imigrantes se instalou e desenvolveu as atividades agrícolas.

As condições das estradas e dos transportes na colônia eram muitos precários, além das grandes distâncias das comunidades aos centros urbanos, por isso as comunidades se organizaram de maneira a serem autossuficientes com relação aos produtos de subsistência. Além de agricultores, também havia os marceneiros, ferreiros, sapateiros, pedreiros, alfaiate, barbeiro, pastor, professor, dentre outros. Muitas vezes um só indivíduo fazia o trabalho de várias profissões, os homens construía suas casas, faziam o serviço de pedreiros e carpinteiros e as mulheres costuravam as roupas da família (fotografia 3).



Fotografia 3: Berço do século XX, fabricado à mão, exposto no museu de S. M. de Jetibá
Foto do autor em 2012.

Na Colônia de Santa Leopoldina vieram luteranos e católicos, os primeiros subiram o vale do rio Santa Maria e os católicos em menor número, se instalaram na região montanhosa, em Tirol (ROCHE, 1968).

A Igreja Luterana desempenhou um papel importante no processo imigratório dos germânicos: “É, alias, a fundação das paróquias, mais ainda das comunidades protestantes, que serve de marco à expansão da colonização (ROCHE, 1968, p. 27).

Desde o início da colonização havia a preocupação da Igreja pela assistência religiosa e pela educação do imigrante sem cultura. Até mesmo a arquitetura das pequenas vilas demonstra essa preocupação.

Diferindo da dos colonos italianos ou luso-brasileiros, as casas dos colonos alemães diferem também das dos outros rurais de mesma origem, comerciantes, pastores e professores. Sua piedade fervorosa, a preocupação com instrução levam os habitantes mais modestos destas regiões a dar ao seu ministro de seu culto e ao mestre-escola uma moradia mais vasta, mais cuidada, mais confortável, cujo traçado inspira, com frequência, em reminiscências da Alemanha. Os presbíteros e as escolas, perto dos templos que alteiam acima da verdura circundante, suas torres góticas, “exóticas”, são também características das zonas de colonização (ROCHE, 1968, p. 72).

A primeira Igreja Luterana construída na Colônia de Santa Leopoldina foi da comunidade de Luxemburgo¹⁰, fundada em 17 de setembro de 1867. O primeiro pastor foi Herman Reuther, que desempenhava várias funções nesta comunidade: “Na ausência do Estado, que, na fase inicial da colonização e por muitos anos

¹⁰ Luxemburgo atualmente é um distrito de Santa Leopoldina.

depois, omitiu-se completamente dos problemas enfrentados pelos imigrantes, a igreja ocupava o lugar do governo [...]” (MEDEIROS, 1987, p. 21).

Atualmente, há liberdade de culto no Brasil, mas, no século XIX, as denominações diferentes da Igreja Católica Apostólica Romana eram discriminadas¹¹. A construção de igrejas luteranas era permitida, mas era proibida a construção de torres com sinos. Os sinos eram importados da Alemanha e como as torres altas eram proibidas, os mesmos eram colocados na parte baixa da igreja. Posteriormente, foi permitida a construção de Igrejas com torres altas. No município de Domingos Martins está localizada a primeira Igreja Luterana construída no Brasil com os sinos colocados na torre.

O pomerano e a religião sempre tiveram uma forte ligação. O pastor da Igreja Luterana analisou a espiritualidade dos pomeranos sob o prisma da frequência nos cultos dominicais e afirma que os pomeranos oriundos da Pomerânia Oriental sempre foram mais sensíveis à religiosidade:

Na Pomerânia ocidental a comunidade pode ter o melhor pastor possível, e mesmo assim ele não conseguirá encher a igreja com fiéis. O contrário vale para a Pomerânia Oriental: pode ser o pior pastor, que mesmo assim não conseguirá afugentar os fiéis. A igreja estava sempre lotada (ROELKE, 1996, p. 27).

Carvalho (1978) apresentou um levantamento com 300 famílias de descendentes de imigrantes germânicos, pesquisando os aspectos culturais, tendo como base o fator sócio-econômico na comunidade de Santa Maria de Jetibá, na época um distrito de Santa Leopoldina. Em relação à religião da comunidade, constatou-se que 87,66% das famílias eram praticantes da religião Luterana. No estudo comparativo dos nomes das famílias de imigrantes que chegaram da Europa no século XIX com os nomes dos moradores pesquisados, em 1977, constatou-se que 91,44% eram de origem germânica. Portanto, ainda hoje, o pomerano é um povo ligado à religião, conforme reforça Seibel:

No dia a dia facilmente se pode constatar que o povo pomerânico (sic) continua muito religioso. Ele utiliza esta religiosidade das mais variadas formas inclusive no procedimento das benzeduras. Ao valer-se de forças sobrenaturais, aquele povo passou a sentir-se menos abandonado. Passou

¹¹ Artigo 5º da Constituição Imperial de 25/03/1824: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu uso doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do templo”.

a conviver com a utilização diária de expressões bíblicas com fixação de frases bíblicas nas paredes da sua sala de estar e na utilização de frases ou textos bíblicos na elaboração de suas cartas de proteção ou cartas do céu (2010, p. 458).

Em geral, as igrejas eram construídas numa posição geográfica superior, dando a oportunidade de ser avistada de longe pelos moradores. A figura 13 ilustra a primeira Igreja Luterana construída onde hoje é o centro do município de Santa Maria de Jetibá. Localiza-se em posição elevada e ainda pode-se observar que aos fundos encontra-se a moradia do pastor responsável e à frente, encontra-se a escola.



Figura 13 - Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá no início do século XX

Acervo da professora Gerda Potratz.

Na comunidade de Santa Maria de Jetibá, antigo distrito de Santa Leopoldina, Heinrich Wrede foi o primeiro pastor na Igreja Luterana entre os anos 1904 e 1923, atuou também como professor dos colonos que se instalaram na comunidade.

Atualmente, o Brasil é um dos países que possui grande número de descendentes de pomeranos no mundo. Após a Segunda Grande Guerra Mundial, a antiga Pomerânia não mais existia e seus moradores se espalharam em quase todos os continentes. Neste período, o Espírito Santo não recebeu esses imigrantes.

A preservação dos valores culturais pomeranos é importante, não só para integrantes da comunidade que vive em Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e dos outros municípios falantes da língua pomerana, mas para todos nós, pois a memória cultural de um povo é um patrimônio da humanidade e deve ser valorizada.

Outros núcleos de povoação de pomeranos foram realizados em São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul, Nova Petrópolis, Pelotas, São Leopoldo no Rio Grande do Sul e em Pomerode, Santa Catarina.

Assim como em outras comunidades, os pomeranos do Espírito Santo viveram em comunidades quase fechadas, devido aos problemas de acesso nas estradas precárias que ligavam as comunidades aos centros comerciais da época, dificultando a influência de culturas de outras etnias.

1.5 A IMIGRAÇÃO NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX.

Para se conhecer a história da imigração germânica, é necessário conhecer quais foram as condições que os imigrantes encontraram ao chegarem nas colônias da Província do Espírito Santo. Bloch sugere que autores de livros de história deveriam ter um capítulo explicativo de como foi a busca dos dados, as dificuldades e os sucessos do trabalho do pesquisador, recomenda a criação de um capítulo a parte com o título “Como vou saber o que vou lhes dizer?” (2001, p. 83). Por meio deste conselho tentarei colaborar com outros pesquisadores que se interessem em estudar o tema da imigração, no esforço em “conhecer melhor” (BLOCH, 2001, p. 46).

Nesse processo a respeito da imigração germânica no Espírito Santo, um caminho que não pode ser evitado é a pesquisa no APEES. Os relatórios dos presidentes de Província do Espírito Santo são fontes primárias riquíssimas para os pesquisadores e estão disponíveis no APEES por meio de microfimes ou em arquivo digital

disponíveis no site www.apees.gov.br. Os relatórios também podem ser encontrados em publicações de jornais antigos que se encontram disponíveis no APEES. Por estar disponibilizado digitalmente o acesso ao site é a maneira mais fácil de leitura desses documentos.

Ressalto ainda que os relatórios dos presidentes são documentos oficiais, carregados de interesses políticos, que nos apresentam uma versão da história, a versão oficial, assim, não temos condições de conhecer “a história” e sim “uma história”, porque entendemos efetivamente que documentos são um vestígio, uma marca (BLOCH, 2001).

Os presidentes da província enviavam, anualmente, relatórios para a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, com as prestações de contas das administrações e da situação da província, ou quando havia mudança de governo de um administrador para outro. Ao analisar a quantidade enorme de relatórios, constata-se que no período do Império eram comuns as constantes trocas dos governantes, que se tornou uma característica peculiar dessa província.

Pode-se presumir que algumas informações sobre a imigração contidas nos relatórios não eram as reais condições existentes, tendo em vista que os presidentes de província tinham poucas condições de conhecer toda província do Espírito Santo. Buscar nas fontes oficiais ou outros tipos de registros que possam construir, ou reconstruir a história é primordial para a pesquisa, além disso, é “necessário ler os documentos nas entrelinhas” (BURKE, 1992, p. 25), cruzar as informações entre os relatórios e outras fontes.

Com uma população concentrada na capital Vitória e muito fragmentada no interior, com poucas estradas e tendo o mar como seu principal meio de transporte, era difícil conhecer a fundo os problemas da província. Além disso, as mudanças constantes dos governantes prejudicavam a continuidade dos trabalhos dos presidentes, haja vista que, no período em estudo, registram-se mais de 50 presidentes e troca de dois presidentes num único ano.

Os relatórios oficiais dos administradores da Província do Espírito Santo são fontes primárias importantes que possibilitam ao pesquisador obter diversas informações dos mais diversos assuntos relativos aos diferentes setores. A longa lista dos itens

que constam nos relatórios serão aqui relacionados para que possam ser divulgados e quem sabe despertar o interesse por algum pesquisador: saúde pública, colonização, tesouraria, instrução pública, culto público, obras públicas, iluminação pública, comércio e navegação, administração da justiça e segurança individual, força pública, cadeias, estatística, catequese e civilização dos índios, casas de caridade, Capitania do porto, administração de rendas provinciais, relação de juízes, relação de chefes de polícia, quadro de crimes cometidos, balanços de receita e despesa provincial, mapas de nascimentos, casamentos e óbitos e ainda dados das cidades e vilas do Espírito Santo. São documentos que devem ser analisados para se conhecer um pouco da história da sociedade do Espírito Santo no século XIX:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é o produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 536).

Foram pesquisados 52 relatórios disponíveis no APEES. Para se obter as informações nos relatórios, faz-se necessária uma leitura regular e atenta de todos eles, às vezes, os dados apresentados são contraditórios em relação a outros relatórios, portanto, foi necessário pesquisar o motivo de tais diferenças para se obter a informação correta.

Além dos comentários dos presidentes da Província do Espírito Santo nas secções citadas, alguns relatórios apresentavam apêndices com quadros estatísticos assinados pelas secretarias de governo ou mesmo elaborados por diretores ou administradores das colônias. A partir dos dados encontrados nos apêndices, foi possível construir novas tabelas, que serão apresentados no decorrer do texto.

Ao analisar os relatórios disponíveis, observa-se que a partir de 1846 a colonização começou a ser abordada em praticamente todos os relatórios que os presidentes de província enviavam para a Assembleia ou deixavam para seus sucessores.

No interesse pela imigração, focamos nos títulos das secções dos relatórios que apresentam diferentes denominações para o mesmo assunto: “colonização”, “imigração”, ou mesmo o nome da colônia.

A província dependia basicamente da produção agrícola para impulsionar a economia, gerar riquezas e impostos. Por outro lado os fazendeiros dependentes da produção da mão de obra escrava tendiam a perder esses braços produtivos, tendo em vista os movimentos internacionais que objetivavam a extinção da escravidão no Brasil, conseqüentemente a economia iria entrar em colapso sem mão de obra.

A população da Província do Espírito Santo em 1843 era apenas 32.720 habitantes, sendo 21.122 (64,5 %) livres e 10.376 (35,5 %) escravos, dividida em três comarcas: Vitória, São Mateus e Itapemirim, com um total de 10 municípios. A população era concentrada na Capital da Província (Vitória), com 10.611 habitantes, sendo 7.310 (69 %) livres e 3.301 (31%) escravos (ALMEIDA MONJARDIM, 1844).

A expectativa era grande para a vinda dos imigrantes para o trabalho nas terras inabitadas da Província do Espírito Santo. Com uma população concentrada na capital e no litoral, a mão de obra imigrante era a esperança do desenvolvimento da economia.

Eram necessários investimentos; novas verbas da província deveriam ser destinadas para custear o processo imigratório, além de se construir uma estrutura na colônia onde seria o centro administrativo e outros espaços sociais para os imigrantes.

À partir de 1847, com a criação da Colônia de Santa Isabel, a primeira de colonização germânica do Espírito Santo, pelo presidente Francisco Alberto Rubim, os relatórios destacam uma secção específica para dar conhecimento dos fatos ocorridos na colônia. Os relatórios tratavam permanentemente, segundo a visão dos administradores da província do Espírito Santo, da importância da imigração, da organização social, da saúde, da segurança, da produção agrícola e dos dados populacionais, dentre outros.

O Presidente Luiz Pereira do Couto Ferraz (1847) tomou a iniciativa de receber imigrantes europeus, tendo em vista que a Província do Espírito Santo tinha uma pequena população livre que se dedicava à produção agrícola e também pelas grandes extensões de matas devolutas que possuíam recursos naturais ainda inexplorados. Couto Ferraz solicitou ao Governo Imperial o envio de imigrantes, que

enviou 163 colonos para a primeira colônia germânica da Província do Espírito Santo, localizada a 40 quilômetros da Capital Vitória. Os imigrantes receberam lotes de terras para construir suas novas moradias, lavravam a terra para a produção agrícola necessária para o consumo familiar e para a exportação dos excedentes para outros mercados.

O Governo Imperial tinha interesse em receber os imigrantes estrangeiros e adotava como contrapartida um subsídio para que eles se estabelecessem e fossem autossuficientes:

Por conta do governo imperial se lhes adianta a subsistência por um espaço de seis meses, medicamentos, algum gado, e os instrumentos próprios para a lavoura, comprometendo-se os colonos ao reembolso durante o prazo de quatro anos (COUTO FERRAZ, 1847, p. 38).

A construção de uma capela e uma escola para os filhos dos primeiros imigrantes da Colônia de Santa Isabel foi uma demanda imediata de Couto Ferraz:

Portanto, senhores, um pequeno sacrifício do cofre municipal vale bem a pena para se dar incremento a esta grande ideia, e hoje sobretudo que tanto ressentem os fazendeiros da falta de braços para darem valores as suas terras. Espero que me habiliteis com alguma quantia para este fim, desde já, e também me autorizeis a fazer construir uma pequena capela, com toda a economia, no centro da povoação para os que ficarem mais distantes, além da criação de uma escola de 1^{as} letras. Existem na colônia 46 crianças em estado de aprender (COUTO FERRAZ, 1847, p. 39).

Em 1851, a Província do Espírito Santo contava com os seguintes produtos para exportação: café, açúcar, couros, tartaruga, madeira, algodão, aguardente e outras pequenas produções agrícolas, com o café representando a maior parte da renda (AZAMBUJA, 1852).

A importância da imigração da província pode ser entendida nos relatórios por meio de dois aspectos: a povoação do interior da província dominada por matas virgens e o aumento da produção agrícola da província. A província era pouco povoada, com concentração da população na capital e algumas cidades portuárias, enquanto o interior era praticamente inabitado (tabela 4).

Tabela 4 - População da Província do Espírito Santo em dezembro de 1856

Distritos	População livre	População escrava	Total
Capital	4.139	863	5.002
Cariacica	3.253	896	4.149
Viana	2.228	1.274	3.502
Mangaraí	1.388	316	1.704
Carapina	1.125	205	1.330
Espírito Santo	1.031	280	1.311
Serra	2.004	520	2.524
Queimado	919	569	1488
Nova Almeida	2.048	465	2.513
Santa Cruz	2586	251	2837
Linhares	928	36	964
Cidade São Mateus	1743	1.859	3602
Barra de São Mateus	1.859	354	2.213
Guarapari	2.924	213	3.137
Benevente	2.518	412	2.930
Piuma	994	133	1127
Itapemirim	2.508	1.885	4.393
Cachoeiro	1.494	1.254	2.748
Itabapoana	986	315	1301
Total	36.675	12.100	48.775

Fonte: BARROS (1857, p. 9).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Os discursos oficiais dos presidentes da província do Espírito Santo demonstram a urgência declarada em investir na colonização do interior da província por imigrantes europeus, considerados bons trabalhadores.

As discussões sobre a política da imigração traziam constantes referências ao aumento da mão de obra para a produção de café, produto de grande valor, agregado à agricultura da província. Na visão dos governantes com seus recursos naturais inexplorados, aliado à mão de obra imigrante, o Brasil poderia tornar-se celeiro do mundo. Percebe-se nos relatórios dos presidentes que havia certo exagero na descrição das reais condições da Província do Espírito Santo, tentando passar para o exterior uma imagem atrativa aos estrangeiros, mas a realidade não era bem essa.

A administração provincial continuava a reforçar nos discursos que a colonização era o único meio de fazer prosperar a Província do Espírito Santo:

[...] a colonização estrangeira é o único meio de fazer prosperar com rapidez uma província que encerrando tantos elementos de engrandecimento se conservava em estado de abatimento, e ocupa uma posição muito secundária entre as suas coirmãs por falta de população inteligente e ativa (AZAMBUJA, 1852, p. 38-39).

O Barão de Itapemirim (1856) informou que o Governo Imperial resolveu fundar outra colônia de imigrantes nas margens do Rio Santa Maria, mandou demarcar o centro da povoação e os prazos para as primeiras cinquenta famílias. A Colônia de Santa Maria foi criada pelo Governo Imperial pelo Aviso nº 10, do Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, de 27 de fevereiro de 1856 (BARROS, 1857, p. 12).

Na mensagem, o Presidente da Província expôs o ponto de vista do governo em relação à imigração nas colônias da Província do Espírito Santo:

Ninguém hoje desconhece a necessidade da colonização no país; todos proclamam a uma, que dela depende a prosperidade, e riqueza pública, e se alguma província presta-se com propriedade para estabelecimentos coloniais, é sem dúvida esta, que além de exiguidade de população, tem extensas e férteis matas devolutas, muitos portos e rios navegáveis, e um clima assaz benigno e salubre (BARÃO DE ITAPEMIRIM, 1856, p. 10).

Dez anos depois da fundação da Colônia de Santa Isabel, em 13 de fevereiro de 1857, o presidente Maurício Fernandes Pereira de Barros, faz a primeira referência específica nos relatórios dos administradores da província do Espírito Santo sobre a nova colônia recém-criada, às margens do Rio Santa Maria. O presidente estabeleceu os limites do território da colônia, as dimensões dos lotes demarcados para as igrejas, praças, ruas, casa do diretor, armazém, “as picadas”, que eram as trilhas dentro da mata construídas pelos colonos. A colônia deveria ser

[...] dividida em lotes de 62.500 braças quadradas, e na extensão de quatro léguas quadradas se escolhesse a localidade própria para o assento da povoação, devendo o espaço ter 500.000 braças quadradas, com designação dos lugares para as igrejas, praças, [...] (BARROS, p. 12).

Primeiramente, a colônia chamou-se “Colônia de Santa Maria”, tendo o seu nome alterado para “Colônia de Santa Leopoldina”, conforme Despacho do Ministro dos Negócios do Império, Sr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, publicado no dia 13 de abril de 1857, no Jornal Correio da Vitória (figura 14).

Segundo Seibel (2007) a troca do nome foi uma homenagem do Imperador D. Pedro II à imperatriz da Áustria. A troca de nomes gerou confusão com alguns imigrantes ao chegarem a Santa Leopoldina, eles se diziam enganados, pois desejavam se estabelecer na Colônia de Santa Maria e não em Santa Leopoldina.

**Secretaria de Governo
Ministério dos Negócios do Império**

Nº 10 - Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império, Repartição geral da terras públicas em 27 de março de 1857. II^{mo} e E^{xmo}: Sr. – Sua Majestade o Imperador houve por bem determinar que a nova colônia fundada junto ao rio Santa Maria tome a invocação de Santa Leopoldina. O que comunico a V. E^{xa} para seu conhecimento e execução. Deus guarde a V. E^{xa} Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Sr. vice-presidente da Província do Espírito Santo. Cumpra-se e archive-se. Palácio do Governo da cidade de Vitória em 13 de abril de 1857. Barão de Itapemirim.

Figura 14 - Transcrição do despacho ministerial alterando o nome original da Colônia de Santa Maria

Fonte: Correio da Victória, Vitória, p. 1, 13/04/1857.

O presidente da província do Espírito Santo deu ordens para a construção de um grande barracão para acomodar as famílias dos imigrantes que chegariam na colônia, e que se construísse uma casa para o Diretor e um armazém para guardar os mantimentos. Para a primeira administração da colônia foi nomeado Fernando Antônio Ferreira Castello, que já tinha demarcado 18 prazos (terrenos) para receber os futuros colonos (BARROS, 1857).

O administrador da província apresentou sua avaliação sobre a importância da colonização, depositando, na vinda dos imigrantes, um futuro com prosperidade para a província do Espírito Santo, acreditando que “A colonização torna-se cada vez mais necessária nesta província; é ela que exclusivamente guarda a chave de ouro de seu futuro” (BARROS, 1857, p. 10).

A colônia de Santa Maria é descrita pela primeira vez nos relatórios como um lugar mais favorável para a criação de uma colônia, o presidente elogiou todas as partes do terreno da colônia: “Águas excelentes, e abundantes, clima saudável, terras fertilíssimas, [...] e o terreno que se apresenta todas as configurações só recomenda para todos os gêneros de cultura e todas as aplicações industriais” (BARROS, 1857, p. 13).

Aos olhos do presidente, havia tabuleiros de relva apropriados para pastagens de gado ou plantações de arroz e de cana de açúcar, que à “semelhança do Nilo”, seriam produtivas devido às inundações, tais como as margens do famoso rio egípcio. Em outra parte do terreno “algum tanto acidentado, apresenta ondulações

embelezadas por pequenos outeiros” e nas demais partes existem as montanhas, “algum tanto elevadas, mas facilmente acessíveis, e muito usadas para plantação do café e talvez do chá” (BARROS, 1857, p. 13)

Na realidade, a região escolhida é formada por poucos terrenos planos e muitas montanhas, que são desfavoráveis à agricultura. O terreno, além de montanhoso, era pouco fértil, entretanto, aos olhos dos governantes, tudo era favorável à produção. Como havia o interesse em promover a imigração numa região inabitada e desconhecida de muitos, o discurso do presidente não poderia ser contestado naquele momento inicial da colonização, era necessário manter uma imagem favorável para o interesse dos imigrantes por esta província.

A estratégia da administração provincial em mostrar uma imagem positiva da colônia remete à crítica que o historiador deve fazer a todos os documentos, pois “A crítica interna deve interpretar o significado dos documentos, avaliar a competências do seu autor, determinar sua sinceridade, medir a exatidão do documento, controla-la através de outros testemunhos” (LE GOFF, 2003, p. 110).

O exagero da administração provincial na sua primeira avaliação das terras da nova colônia foi observado mais tarde até mesmo por outro administrador, que reconheceu que as terras não eram tão férteis: “Infelizmente parece que o lugar em que se estabeleceram os primeiros colonos não era tão admirável como se tinha informado ao digno administrador” (PEREIRA JÚNIOR, 1861, p. 72). O presidente da Província do Espírito Santo registrou a chegada dos primeiros 160 imigrantes, em março de 1857, encaminhados pelo Governo imperial. Os colonos, quando aqui chegaram, encontraram uma realidade diferente da imagem divulgada por Pereira de Barros, encontraram matas virgens, fechadas e de difícil acesso, um emaranhado de cipós que os abraçavam tentando detê-los na abertura das picadas.

Logo depois da fundação da colônia, sua sede foi mudada para o Porto de Cachoeiro, onde hoje é a cidade de Santa Leopoldina, pois o governo reconheceu que o local designado “não era próprio para a colonização” (BARÃO DE MONJARDIM, 1858, p. 11). Na nova avaliação do administrador provincial, o novo local escolhido era melhor que a sede original. Na visão do Presidente da Província, um “Terreno ótimo para a cultura, pouco montanhoso, regado em todos os sentidos

por pequenos córregos, e oferecendo planícies extensas tanto para o sul, como para o oeste, eis que se encontra na nova Colônia de Santa Leopoldina” (BARÃO DE MONJARDIM, 1858, p. 11).

Pelo que se observa na análise das mensagens da administração da Província do Espírito Santo a respeito da imigração, percebe-se a preferência pela vinda do imigrante europeu, considerado trabalhador e inteligente:

Para receber uma larga imigração europeia, que nos venha importar trabalho e capital, sobretudo o capital da inteligência, mais valioso que o dinheiro, não vejo, talvez, no país, uma província, que de si ofereça mais favoráveis condições do que esta, [...] (VELLOSO, 1859, p. 37-38).

As primeiras iniciativas para estabelecerem condições para o convívio social das colônias foi a construção de igrejas e de escolas. Em relação à construção de templos religiosos, em 1860, a administração da província liberou uma quantia de 4:000\$000 para a construção da primeira capela católica da Colônia de Santa Leopoldina. Os católicos eram assistidos pelo Frei Adriano Lanstchner, mas evangélicos ainda não tinham pastor e nem igreja (BARÃO DE MONJARDIM, 1860).

No cotidiano da Colônia de Santa Leopoldina predominava a atividade agrícola, por meio da produção de gêneros alimentícios diversificados, desenvolvida no plantio de mandioca, feijão e café. Primeiramente, centrou-se na agricultura de subsistência, permitindo certa independência econômica da capital Vitória; somente o café era um produto plantado com o objetivo da exportação. As pequenas criações de gado, aves e porcos também tinham como finalidade o consumo doméstico.

O trabalho familiar era uma necessidade econômica, onde os membros da família tinham que trabalhar para a produção, pois os colonos não tinham condições financeiras de pagar funcionários para trabalhar nas suas terras. Os colonos recebiam terras para se estabelecerem na colônia para produzir e não para trabalhar como meeiros em outras propriedades.

Após a chegada dos colonos, a administração provincial fornecia um subsídio em dinheiro para que tivessem como se sustentar até terem condições de sobreviver do trabalho no campo. Havia necessidade de ajudar financeiramente os colonos no sustento das suas famílias, pois precisavam de um tempo para a preparação das

terras, para o plantio e a colheita. Eles recebiam diárias por seis meses, mas depois o Governo Imperial chegou a prorrogar o pagamento dos recursos para os colonos, pois os colonos tiveram muita dificuldade de se adaptar por causa das condições diferentes as que estavam acostumados na Europa.

Alguns colonos abandonaram o trabalho nas plantações das suas propriedades, vivendo exclusivamente do dinheiro do governo, o que motivou o Ministro dos Negócios do Império no Rio de Janeiro a emitir em 02 de julho de 1860 um ofício suspendendo o pagamento de diárias aos colonos ociosos (Anexo C).

A administração passou a contratar os próprios colonos para abrirem as novas estradas na colônia, mas alguns colonos deixaram as suas plantações e passaram a trabalhar exclusivamente nas estradas, tornando-se assalariados.

Na visão da administração provincial, haveria um problema maior: quando terminassem os serviços das estradas, os colonos não teriam nem o salário pago e nem a renda de sua produção agrícola, ficando novamente dependentes exclusivamente de novas ajudas para se sustentarem. Diante do impasse, o presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior, por meio de uma portaria, de 03 de fevereiro de 1861, suspendeu preventivamente a contratação dos colonos. Alguns colonos, que já estavam dependentes das diárias, reclamaram junto à direção da colônia solicitando os subsídios. Entre a sua decisão de não contratar os colonos, contrariando a ordem imperial e contratar, causando um problema social maior, o presidente da província resolveu o embaraço determinando novamente a contratação dos colonos, mas com trabalhos em dias alternados, ocupando os colonos na construção das estradas e sem deixar os trabalhos agrícolas:

É necessário que se continuem os trabalhos das estradas autorizado pelo governo Imperial vou dar-lhes andamento, de modo porem que os colonos empregados nesse serviço, dediquem-se alternadamente a ele e ao cultivo dos prazos para que novas imprevidências não gerem novas despesas com que se aumentar a dívida dos colonos, cuja cobrança será difícil como já esta acontecendo com os próprios de S. Izabel (PEREIRA JÚNIOR, 1862, p.74-75)

As informações dos administradores da província do Espírito Santo, relativas às populações para o período em estudo, permitiram algumas reflexões e questionar porque os dados numéricos eram apresentados constantemente nos relatórios. Os quadros normalmente apresentavam as idades, religião, sexo, estado civil, e, às

vezes, profissões e a nacionalidade dos habitantes. De um ano para outro havia inserções ou exclusões de categorias sem justificativas. O historiador deve inquirir os documentos: “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79). Podemos tentar refletir por que não eram comentados? Por que não eram explicitados os motivos das coletas dos mesmos?

Os relatórios apresentam apêndices contendo vários quadros e tabelas, com dados financeiros de receita e despesas, mapas populacionais, a partir dos quais foram adaptados e gerados pelo autor para uma melhor visualização e estudo dos dados. A tabela 5 compara os dados populacionais das duas colônias vizinhas:

Tabela 5 - População das colônias de Santa Leopoldina e Santa Izabel em 1860

Categorias	Sub-categorias	Santa Leopoldina	%	Santa Izabel	%
Habitantes	Número	1003	100	589	100
Famílias	Número	232	100	138	100
Idades	menores de 12 anos	543	54	323	55
	maiores de 12 anos	460	46	266	45
Religião	Católicos	325	32,5	225	38
	Protestantes	678	67,5	364	62
Sexo	Masculino	542	54	312	53
	Feminino	461	46	277	47
Estado Civil	Solteiros	630	63	385	65
	Casados	373	37	204	35
Profissão das famílias	lavradores	166	71,5	106	77
	Mecânicos	66	28,5	32	23

Fonte: Mapa das colônias existentes na Província do Espírito Santo extraídos do Relatório do Presidente de Província Dr Antônio Alves de Souza Carvalho, em 11/03/1861, p. 12.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Comparando-se o número de pessoas das duas colônias pode-se concluir que houve a chegada de um contingente bem maior na Colônia de Santa Leopoldina em relação à Santa Isabel, fundada dez anos antes. Observa-se também que os demais dados relativos a idades, religião, sexo, estado civil e profissão, as quantidades relativas à população total são semelhantes, diferindo um pouco na religião com uma diferença de 4,5 % e nas profissões das famílias diferindo em 5,5%.

Os dados da população com menos de 12 anos apareciam com frequência nos mapas, o que se presume que servissem de indicativo para se conhecer a quantidade de alunos em idade escolar e para avaliar a necessidade de se prover

escolas nessas localidades. No ano de 1860 tal número de menores representava mais de 50% da população em ambas as colônias.

Em outra tabela divulgada pela presidência da província foram inseridos os dados das nacionalidades dos imigrantes, mas foram excluídas as profissões das famílias, provavelmente por serem, na maioria, lavradores (tabela 6).

Tabela 6 - População da Colônia de Santa Leopoldina em dezembro de 1863

Habitantes	Número	1169	%
Idades	Menores	632	54
	Adultos	537	46
Religião	Católicos	399	34
	Protestantes	770	66
Sexo	Masculino	594	51
	Feminino	575	49
Estado Civil	Solteiros	448	83,5
	Casados	57	10,5
	Viúvos	32	6
Nacionalidades	Prussianos	425	36,3
	Holandeses	215	18,4
	Tirolezes	97	8,2
	Suíços	89	7,6
	Hesseianos	80	6,8
	Saxônios	72	6
	Luxemburgueses	69	6,3
Outros	122	10,4	

Fonte: Relatório de André Augusto de Pádua Fleury em 22/10/1863.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Mais tarde, em 1863, os dados absolutos da Colônia de Santa Leopoldina eram bem mais expressivos em relação a Santa Isabel (Tabela 7), demonstrando a preferência maior por aquela colônia.

Tabela 7 - Populações das colônias de S. Leopoldina e S. Isabel em 1865

Categorias	Sub-categorias	Santa Leopoldina	%	Santa Isabel	%
Habitantes	Número	1.235	100	1109	100
Idades	Menores	674	(1)	599	54
	Adultos	541	(1)	510	46
Religião	Católicos	421	34	597	51
	Protestantes	814	66	512	49
Sexo	Masculino	651	53	596	54
	Feminino	584	47	513	46
Estado Civil	Solteiros	64	(1)	664	(1)
	Casados	458	(1)	415	(1)
	Viúvos	39	(1)	-	-

Fonte: Relatório do Presidente Dr José Joaquim do Carmo em 26/05/1865 (pp.16 -19).

Notas: Dados trabalhados pelo autor

(1) Não calculado, pois os dados apresentados no relatório não equivalem ao total da população

A entrada de imigrantes ia crescendo na Colônia de Santa Leopoldina. Em três anos a população aumentou 13%, conforme comprova-se na tabela 8:

Tabela 8 - População da colônia de Santa Leopoldina em 1868

Categorias	Sub-categorias	Quantidades
		1395
Idades	Menores	727
	Adultos	668
Religião	Católicos	502
	Protestantes	893
Sexo	Masculino	747
	Feminino	648
Estado Civil	Solteiros e viúvos	864
	Casados	531
Nacionalidades	Alemães	837
	Holandeses	338
	Tirolezes	102
	Suiços	85
	Belgas	11
	Franceses	9
	Ingleses	7
	Norte-americanos	4
	Russos	2

Fonte: Relatório do presidente Francisco Leite Bittencourt Sampaio em 1868.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

A imigração ia engrossando o número de habitantes da Província do Espírito Santo, principalmente de Vitória, já que as colônias pertenciam à capital. Comparando com os dados de 1856, em apenas quinze (15) anos o aumento da população de Vitória foi de 12.698, enquanto que em toda a Província o aumento foi de 21.810. A população da Província do Espírito Santo em 1871 está na tabela 9 a seguir:

Tabela 9 - População da Província do Espírito Santo em 1871

Distritos	População livre	População escrava	Total
Capital	14.669	3.031	17.700
Viana	3.857	1.139	4.996
Espírito Santo	882	237	1.119
Serra	2.513	1.240	3.753
Nova Almeida	1.358	498	1.856
Santa Cruz	2.910	179	3.089
Linhares	1.159	89	1.248
Cidade São Mateus	2.651	1.951	4.602
Barra de São Mateus	2.071	730	2.801
Guarapari	4.835	678	5.513
Benevente	2.977	796	3.773
Itapemirim	4.680	2.013	6.693
Cachoeiro	7.263	6.179	13.442
Total	51.825	18.760	70.585

Fonte: Relatório de Francisco Ferreira de Correia, em 09/10/1871, pp. 137-138.

Notas: - Dados trabalhados pelo autor.

- Não apareceram os dados das localidades de Carapina, Queimado, Piúma e Itabapoana.

Somente no ano de 1872 foram 557 entradas de imigrantes em Santa Leopoldina, acumulando em quatro anos 1.100 novos moradores (tabela 10):

Tabela 10 - População da Colônia de Santa Leopoldina em 1872

Categorias	Sub-categorias	Quantidades
		2.495
Famílias		634
Idades	Menores de 10 anos	885
	de 10 a 20 anos	426
	Maiores de 20 anos	1.184
Religião	Católicos	686
	Protestantes	1.809
Sexo	Masculino	1.305
	Feminino	1.190
Estado Civil	Solteiros	1.471
	Casados	953
	Viúvos	71
Nascimentos		98

Fonte: Relatório do Presidente Antonio Gabriel de Paula Fonseca em 02/10/1872 (p. 21-22).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

A saúde nas colônias era um fator importante considerado pela administração da Província do Espírito Santo. Comprova-se pela leitura dos relatórios que divulgam a população da colônia, o número de doentes, número de mortes, o número de pessoas que se recuperava. Não bastava trazer os imigrantes, era necessário mantê-los bem fisicamente, dar condições de sobrevivência num ambiente de poucos recursos sanitários.

Morar em novas terras, numa região isolada, longe dos parentes, aliado ao trabalho duro dos pioneiros em terras pouco férteis, afetava o ânimo dos colonos. Como as doenças e as mortes eram muito comuns naqueles tempos, o ânimo dos colonos sofria fortes abalos.

Observa-se a preocupação da administração quanto à saúde, contudo, na prática, não havia na colônia uma estrutura para atender os imigrantes. O estado sanitário da Colônia de Santa Leopoldina era precário, em poucos meses após a chegada dos primeiros imigrantes, em 1857, as doenças castigavam os colonos e sucumbiam suas crianças. Os discursos apresentavam os dados da saúde, entretanto, o problema era minimizado, como se comprova nos discursos oficiais. Os administradores iniciavam os relatórios elogiando o andamento dos trabalhos na colônia, mas ao final apresentava-se as notícias das mortes das crianças: “Os colonos estão satisfeitos e progridem em seus trabalhos, apenas as crianças

sofreram em sua saúde, e apesar dos socorros que foram de pronto ministrados sucumbiram cinco, menores de cinco anos” (ITAPEMIRIM, 1857, p. 16).

Com o passar do tempo, os problemas se agravavam, em apenas seis meses de 1860 foram registradas 432 pessoas doentes e destas 27 morreram, entretanto, diante desse número expressivo, sob o ponto de vista do administrador provincial “O estado de saúde é muito animador” (VELLOSO, 1860, p. 14).

Desde a fundação da Colônia de Santa Leopoldina até 1862, não havia médico residente, os doentes tinham que esperar as visitas trimestrais do médico da colônia vizinha de Santa Izabel. Somente naquele ano a administração provincial nomeou o médico Francisco Gomes de Azambuja Meirelles para trabalhar, exclusivamente, na Colônia Santa Leopoldina.

Em 1862, registrou-se o falecimento de 14 pessoas (PEREIRA JÚNIOR, 1862). Em 1863, registraram-se dez óbitos, sendo sete de crianças menores de dois anos (FLEURY, 1863, p. 30).

Em 1875, o número de pessoas adoentadas por varíolas alcançou o expressivo número de 125, das quais dezessete faleceram. Mesmo diante do sério problema, o relatório do Presidente da Província minimizava a situação lastimável: “O estado sanitário da colônia é lisonjeiro. A exceção de uma epidemia de varíola, felizmente extinta, nenhuma outra moléstia, reinou entre os colonos que exigisse sérios cuidados” (PEIXOTO, 1875, p. 18).

Diante das contradições entre os números apresentados e as falas registradas nos documentos oficiais dos administradores da província do Espírito Santo percebe-se que é necessário ler o documento histórico nas suas “entrelinhas”. O documento histórico deve ser criticado, questionado, pois “o documento não é qualquer coisa que fica por contado passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo suas relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

Diante de outros dados do mesmo relatório observa-se ainda que em 25 de agosto de 1875 o médico, Dr Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, deixou de atender a colônia, sendo criada uma enfermaria que funcionaria numa casa no Porto de Cachoeiro (PEIXOTO, 1875).

Os recursos chegavam com bastante atraso, somente em 1866 o Governo Imperial autorizou a construção de uma casa para o pastor luterano e de uma escola de Primeiras letras na Colônia de Santa Leopoldina, designando a verba de 500\$000 (CHAVES, 1866).

As dificuldades em resolver os problemas dos imigrantes deveram-se a dois motivos. O primeiro foi a situação financeira da província do Espírito Santo em prover as colônias com condições mínimas de saúde, transporte e educação. Em segundo lugar, não menos importante, o problema da constante troca da administração tanto da colônia como da província. A Colônia de Santa Leopoldina foi fundada em 1856 e nos seus primeiros quatro anos administrada por seis diretores, que conheciam superficialmente a região e os colonos. O mesmo aconteceu na administração da Província do Espírito Santo, que de 1842 até a república em 1889, teve mais de 50 governantes. A falta de continuidade e a falta de conhecimento dos problemas locais e regionais impediam os administradores de adotarem medidas que tivessem continuidade. Por desconhecimento das regiões que estavam sob sua responsabilidade, os administradores descreviam os locais como se fossem a “terra prometida”, mas a realidade era muito diferente e adversa.

Não havia preocupação administração provincial em construir outros espaços públicos, a não ser pela construção de estradas e igrejas. Nos relatórios eram poucos os comentários sobre os espaços sociais, tais como ruas da sede, casa do administrador colonial, cadeia, praças ou cemitérios.

Os imigrantes que chegaram ao Espírito Santo provocaram mudanças na economia e na sociedade da época, eles foram “Os sujeitos construtores da História são, enfim, todos que anonimamente ou publicamente deixam sua marca, visível ou invisível no tempo em que vivem, no cotidiano de seus países e também na história da humanidade” (DELGADO, 2006, p. 56).

As análises acerca das ações da administração para o estabelecimento dos imigrantes europeus da província do Espírito Santo demonstram que as iniciativas ocorreram isoladamente, uma vez que, no século XIX, até o término do Império em 1889, foram criadas quatro colônias, sendo uma delas particular, mas que não teve êxito.

1.6 A VIAGEM DOS IMIGRANTES

Os historiadores têm publicado que as viagens da Europa até o Brasil duravam seis semanas e eram muito penosas para os imigrantes. Na viagem eles enfrentaram os extraviados do seu destino, frio, calor, doenças, a fome e até a morte. Naquela época o prejuízo material e humano no transporte marítimo era enorme. O Ministério da Marinha dos Estados Unidos publicou uma estatística dos navios perdidos entre os anos de 1868 a 1871, onde apresentou um prejuízo de 13.373.850,00 dólares e a morte de 1.455 pessoas provocada por incêndios, explosões, choques e naufrágios (Correio da Vitória, Vitória, p. 3, 18/07/1872), portanto, as perdas de vidas nas viagens eram comuns dadas as condições precárias da navegação marítima em geral.

Na pesquisa aos códices do APEES, observei o registro de vários navios. Com os dados analisados constatou-se que as viagens dependiam dos navios e que o tempo variava bastante de uma embarcação para outra, por isso, também foi necessário buscar informações em jornais da época que divulgavam as entradas e saídas das embarcações no Porto de Vitória para verificar o tempo das viagens.

Segundo os dados do APEES, 82,3% dos imigrantes embarcaram na Europa pelo Porto de Hamburgo. Os outros portos de onde embarcaram para o Brasil foram os portos de Antuérpia, na Bélgica, com 14,3% dos imigrantes e o porto de Bremen com 2,2% dos imigrantes¹².

Na viagem da Europa para o Brasil os imigrantes vinham diretamente para o Porto de Vitória (57%) ou faziam uma escala no Rio de Janeiro (43%) antes de chegarem até o Espírito Santo (gráfico 3).

¹² Disponível em: < <http://www.apec.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

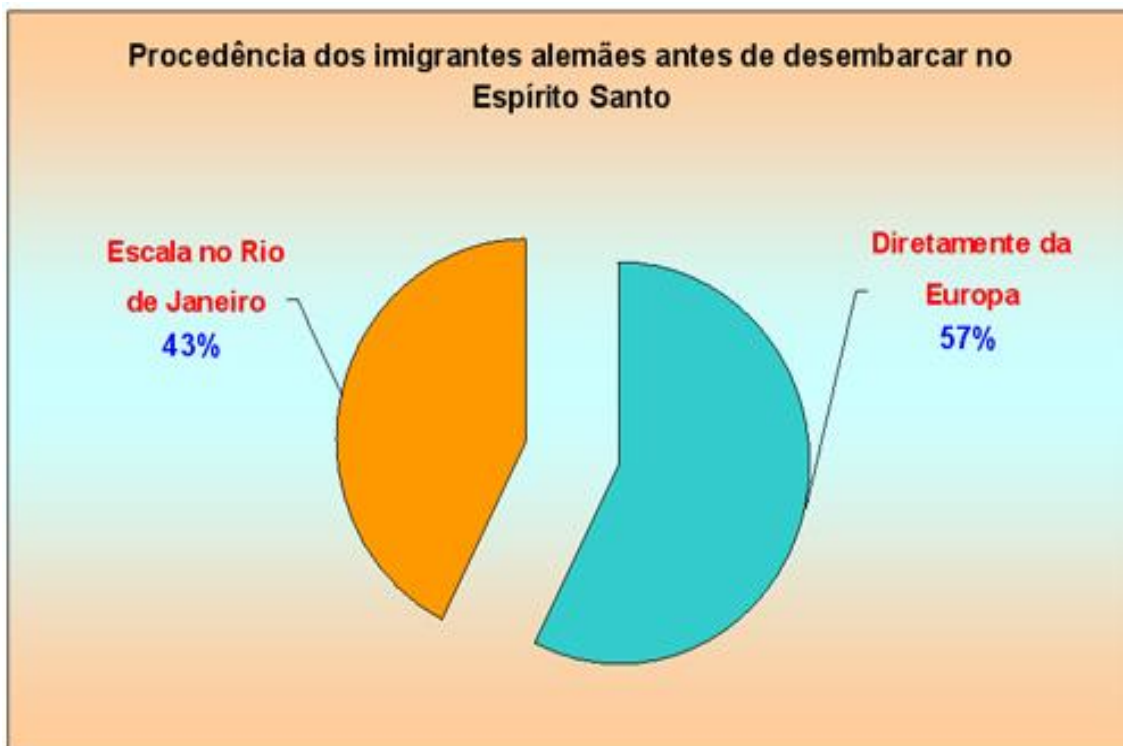


GRÁFICO 3 – PROCEDÊNCIA DOS IMIGRANTES ALEMÃES ANTES DE DESEMBARCAR NO ESPÍRITO SANTO

Fonte: www.apee.es.gov.br/imigrantes/html/estatistica.htm. Acesso em: 11 mar. 2012.

Na pesquisa no APEES nos códices da Capitania do Porto de Vitória e também nos jornais da época, constata-se que entre os anos de 1869 e 1873, as viagens dos navios que trouxeram os imigrantes para o Porto de Vitória levavam de 41 a 99 dias¹³, portanto, o tempo de viagem dos navios que trouxeram os imigrantes germânicos era bem variado.

Com os dados do documento acima e complementados com a pesquisa em outros livros e em jornais da época, elaboramos um quadro com datas de desembarque, tipo de embarcação, as nacionalidades, as procedências, os nomes dos capitães e os dias de viagem de vários navios que trouxeram os imigrantes.

Obviamente, as viagens dependiam das condições do tempo e do tipo de embarcação. Os registros nos mostram que das 14 embarcações que saíram do Porto de Hamburgo para o Porto de Vitória, a média de tempo foi 55 dias, ou seja, quase oito semanas de viagem, entretanto, cada navio levou um tempo diferente de viagem (quadro 1).

¹³ APEES códice 344, Fundo Governadoria, Série 383, "Ofícios da Capitania dos Portos de 1872 e 1873".

Data	Tipo	Nome dos navios	Nacionalidade	Procedência	Capitães	Dias
22/05/18- -	Galera	Gutemberg	Norte Alemã	Hamburgo	C. Brosen	42
01/06/18- -	Galera	Humboldt	Norte Alemã	Hamburgo	F. Rump	48
18/06/18- -	Brigue	J.G. Fichst	Norte Alemã	Hamburgo	F. I. Huberth	64
27/05/1872	Galera	Gutemberg	Norte Alemã	Hamburgo	C. Brosen	45
25/06/1872	Patacho	Anna Helene	Norte Alemã	Hamburgo	Henrich Krusse	63
01/07/1872	Barca	Maria Heydorn II	Norte Alemã	Hamburgo	R.V.H.C. Heesemann	47
20/07/1872	Brigue	Ceres	Norte Alemã	Hamburgo	J. Piening	99
19/12/18- -	Barca	H. O. Frederich	Sueco	Hamburgo	A. Norberg	52
19/12/18- -	Barca	Zorida Norvega	Sueco	Hamburgo	G. B Sandt	54
14/03/1873	Patacho	Maria Heydorn II	Norte Alemã	Hamburgo	A.G. Mahermann	83
21/05/1873	Barca	Adolph	Norte Alemã	Hamburgo	C.G.A. Hupher	43
09/06/1873	Galera	Doctor Barth	Norte Alemã	Hamburgo	C. Rockwoldt	41
07/06/1873	?	Hainan	Norte Alemã	Hamburgo	H.P.Kichr	42
26/06/1873	Galera	Gutemberg	Norte Alemã	Hamburgo	Braren	46
18/05/1874	Brigue	Ceres	brasileira	R. Janeiro	J.A. Farias	?
30/05/1875	Brigue	Ceres (1)	brasileira	R. Janeiro	?	?
31/05/1875	Vapor	Bahia	brasileira	R. Janeiro	?	?
26/10/1876	Vapor	Werneck	?	R. Janeiro	Manoel L. da Cruz	?
01/02/1877	Vapor	Isabela	Italiana	Gênova	Giuseppe Villa	34
27/10/1877	Vapor	Clementina	Italiana	Gênova	Emmanuel Carbone	24
26/01/1878	Vapor	Izabela	Italiana	Gênova	Giuseppe Villa	42

QUADRO 1 - TEMPO DAS VIAGENS DE NAVIOS DOS IMIGRANTES NO SÉCULO XIX

Fontes: Códices do APEES, Jornal O Espírito Santense.

Notas: 1) Dados trabalhados pelo autor.

2) Os imigrantes partiram do Porto de Harvre em 17/04/1875 com o navio Rivadávia e chegaram à Vitória no navio Ceres em 30/05/1875.

Por meio da pesquisa, comprova-se que a embarcação mais rápida foi a Galera “Doctor Barth” (anexo D) com 41 dias de viagem, trazendo 366 imigrantes para a Colônia de Santa Leopoldina e mais 126 para a Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina.

A embarcação que levou mais tempo foi o Brigue “Ceres” com 99 dias de viagem. Este navio aportou em 18 de julho de 1872 com 68 imigrantes a bordo.

A barca “Adolph” trouxe mais imigrantes germânicos para a Colônia de Santa Leopoldina em 23 de maio de 1873 quando aportou com 413 imigrantes vindos de

Hamburgo. O navio com o maior número de imigrantes foi o vapor “Isabela” vindo de Gênova, aportou com 813 italianos em 26 de janeiro de 1878.

Era comum os passageiros adoecerem ou falecerem na viagem. A Galera “Gutenberg” chegou ao Porto de Vitória no dia 26 de junho de 1873, com 514 imigrantes, sendo 109 imigrantes com destino à Colônia de S. Leopoldina e a maioria (405) para Santa Catarina. Nessa viagem, chegaram ao Porto de Vitória nove imigrantes doentes e um morto, mas no dia 30 de junho de 1873 a mesma galera seguiu para a Colônia Dona Francisca com 393, ou seja, 12 passageiros a menos, ficando a dúvida se outras pessoas adoeceram e ficaram em Vitória para recuperação ou se mais algum dos doentes veio a falecer.



Figura 15 - Desembarque de imigrantes no Porto de Vitória
Acervo: Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá.

De posse de mais dados a respeito dos navios elaborei outro quadro com a quantidade de passageiros e os destino dos imigrantes que aportaram no Espírito Santo (quadro 2):

Data	Tipo	Nome dos navios	Destino S. Leopoldina	Destino SC (D. Francisca)	Destino RS
22/05/18- -	Galera	Gutemberg	183	0	0
01/06/18- -	Galera	Humboldt	38	0	0
18/06/18- -	Brigue	J.G. Fichst	159	0	0
27/05/1872	Galera	Gutemberg	283	62	0
25/06/1872	Patacho	Anna Helene	170	0	0
01/07/18??	Barca	Maria Heydorn II	59	55	0
20/07/1872	Brigue	Ceres	68	0	0
19/12/18- -	Barca	H. O. Frederich	230	0	0
19/12/18- -	Barca	Zorida Norvega	274	0	0
14/03/1873	Patacho	Maria Heydorn II	39	5	0
21/05/1873	Barca	Adolph	413	0	0
09/06/1873	Galera	Doctor Barth	366	126	0
07/06/1873	?	Hainan	133	0	108
26/06/1873	Galera	Gutemberg	109	405	0
18/05/1874	Brigue	Ceres	203	0	0
08/02/1875	Brigue	Ceres	30	0	0
31/05/1875	Vapor	Bahia	163	0	0
26/10/1876	Vapor	Werneck	745	0	0
01/02/1877	Vapor	Isabela	371	0	0
27/10/1877	Vapor	Clementina	472	0	0
26/01/1878	Vapor	Izabela	813	0	0
Totais			5.321	653	108

Quadro 2 – DESTINO DOS IMIGRANTES QUE CHEGARAM EM NAVIOS NO SÉCULO XIX.

Fontes: Códices do APEES, Jornal 'O Espírito Santense'.

Nota: Dados trabalhados pelo autor

Constatou-se que entre 1872 e 1878 vieram 5.321 imigrantes para a Colônia de Santa Leopoldina, 653 se dirigiram para Santa Catarina e 108 para o Rio Grande do Sul. Por causa da passagem de imigrantes pelo Porto de Vitória antes de chegarem ao seu destino final (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), eram comuns reclamações dos imigrantes que foram remetidos por engano para a Colônia de Santa Leopoldina. Ao constatarem o erro, os imigrantes solicitavam aos governantes a permissão para a saída e passagens para o destino correto, conforme registrados os pedidos em livros do governo (Anexo E).

Foram encontrados registros de outros navios, mas, por falta de informações completas, não foram inseridos nos quadros acima: o navio Mucury trouxe imigrantes em 1857 e 1858; o navio D. Afonso em 1858; o navio Eleonora em 1859; o navio Humboldt em 1859 e o navio Gutemberg em 1869.

2 UM PANORAMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX

Estudar a instrução primária no século XIX é um desafio para qualquer pesquisador tendo em vista a dificuldade de acesso aos dados, mas ao mesmo tempo é de suma importância para a história, pois traz à luz novos dados que ajudarão a entender um pouco mais a complexidade da educação no Espírito Santo. Há poucos trabalhos que abordam a História da Educação no Espírito Santo no século XIX, no inventário realizado por SIMÕES; FRANCO; SALIM (2009, p.19) consta apenas uma dissertação de mestrado, defendida em 2006, “em períodos anteriores ao século XX e a concentração de dados originados na Capital do Estado”. Para continuar o levantamento de Simões, não podemos deixar de citar uma tese mais recente de Eduardo Viana Gaudio (2010) que tratou de construir, a partir de indícios históricos, uma identidade do ensino primário de matemática na Província do Espírito Santo durante o período imperial brasileiro.

Antes de abordarmos a educação na Província do Espírito Santo, primeiramente devemos nos situar dentro do contexto educacional do Brasil Imperial. Sabemos que a vinda da família real portuguesa para o Brasil provocou importantes modificações na sociedade da colônia. No campo cultural foi criada a Imprensa Régia em 1808, a Biblioteca Nacional em 1810, o Jardim Botânico em 1810, o Museu Real em 1818 e o convite para a vinda da missão francesa em 1816 (ARANHA, 1996).

D. João VI criou escolas de nível superior para atender às necessidades daquele momento histórico. Foram criadas a Academia Real da Marinha em 1808, a Academia Militar em 1810, os cursos médicos-cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808, e diversos cursos avulsos de economia, química e agricultura também na Bahia e Rio de Janeiro (ARANHA, 1996).

A promulgação da lei das reformas constitucionais ocorreu em 12 de agosto de 1834. Na lei, ficou determinada a responsabilidade do ensino, atribuindo à Coroa promover e regulamentar o Ensino Superior e cada província legislava sobre a “instrução primária e secundária, nos limites de sua competência” (ALMEIDA, 2000, p. 64).

Enquanto o ensino superior era destacado, os níveis elementar e secundário iam se arrastando em todo o Brasil:

O precário sistema de tributação torna a falta de recursos um crônico empecilho para qualquer realização, seja a construção de escolas, seja a preparação de professores, ou a sua remuneração mais decente. Por isso não é boa a qualidade do ensino, com professores improvisados, incompetentes e, devido aos baixos salários, obrigados a se dedicar a outras atividades ao mesmo tempo (ARANHA, 1996, p. 154).

O governo Imperial tinha objetivos bem claros para promover a instrução, atribuindo à instrução elementar um papel fundamental, “como responsável pelo desenvolvimento e harmonia social, designando à escola a missão de contribuir para a unidade nacional, mediante a unificação da língua e preparo do eleitor-cidadão e cidadão-trabalhador” (MACHADO, 2010, p.154 -155).

Após esta síntese da educação no Brasil imperial no início do século XIX passaremos para o contexto da Província do Espírito Santo neste período.

A escola primária pública no Espírito Santo pode ser estudada no período provincial a partir dos relatórios elaborados pelos presidentes de província enviados à Assembleia Legislativa Provincial ou aos seus sucessores entre os anos de 1842 a 1889. Este período em estudo é de suma importância para a história da educação do Estado do Espírito Santo, visto que nele ocorreu a implantação e organização da instrução pública sob a responsabilidade do governo.

As informações contidas nos relatórios oficiais dos presidentes de Província nos fornecem dados a partir da visão governamental, que se organizava e representava uma pequena parte da sociedade da época, mas que nos permitem entender como se deu a instrução pública no período.

A precariedade da escola pública refletia a situação econômica da Província do Espírito Santo, que contava com poucos recursos, dependendo principalmente da agricultura e sem condições de implantar e manter um sistema escolar que atendesse às necessidades da população da província.

Tomando como início para o nosso estudo sobre a instrução o relatório governamental de 1842, constata-se que existiam apenas dezesseis (16) escolas públicas da província, e todas do sexo masculino, conforme quadro 3 a seguir:

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AULAS MAIORES E MENORES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, QUE SE ACHAM PROVIDAS					
NATUREZA DAS AULAS	LUGARES	Nº DAS AULAS	NOME DOS PROFESSORES	ALUNOS	ORDENADOS
Gramática Latina	Cidade de Vitória	1	Ignacio Felix d'Alvarenga Salles	18	500\$000
Gramática Latina	Vila de S. Mateus	1	Manoel Gomes Montenegro	7	500\$000
Primeiras Letras	Vila de S. Mateus	1	Francisco das Chagas Araujo	21	250\$000
Primeiras Letras	Vila de Linhares	1	José Maria Nogueira da Gama	22	250\$000
Primeiras Letras	Aldeia Velha	1	José Barbosa Ribeiro Pereira	14	250\$000
Primeiras Letras	Vila de Nova Almeida	1	Manoel Soares Leite Vidigal	17	250\$000
Primeiras Letras	Vila da Serra	1	Antônio Ferreira Maya	41	250\$000
Primeiras Letras	Cidade de Vitória	2	Ignácio dos Santos Pinto	130	450\$000
Primeiras Letras	Cidade de Vitória	1	Manoel Ferreira das Neves	41	400\$000
Primeiras Letras	Cariacica	1	Antônio Pereira de Barros	26	250\$000
Primeiras Letras	Viana	1	João Baptista Pires	19	250\$000
Primeiras Letras	Vila do Espírito Santo	1	Luciano Antunes das Neves	24	250\$000
Primeiras Letras	Vila de Guarapari	1	João Tolentino Pinheiro	37	250\$000
Primeiras Letras	Vila de Benevente	1	Manoel André dos Santos	19	250\$000
Primeiras Letras	Vila do Itapemirim	1	Joaquim José Gomes da Silva Netto	45	250\$000

Quadro 3: Professores da Província do Espírito Santo em 1842

Fonte: Coito, João Lopes da Silva. Relatório. Vitória, 28/08/1842, p.14.

Observa-se que o salário do professor dependia da localização da escola e do tipo de ensino. Os professores de primeiras letras situadas nas vilas recebiam bem menos que os da capital. Em 1842, os salários dos professores variavam de 250\$000 a 500\$000 anuais. Os professores de Gramática Latina recebiam salários superiores aos demais, mesmo trabalhando no interior da Província, seus salários eram de 500\$000 anuais.

As escolas, criadas por meio de leis, estavam localizadas, em sua maioria, na capital e algumas no litoral do norte e do sul da província, pois era pouco habitada no interior. Não havia estradas de rodagem entre as cidades e vilas, limitando o transporte dos moradores e dos alunos destas localidades. Para chegar à escola, os alunos tinham que caminhar grandes distâncias.

Era comum o governo autorizar a abertura de novas escolas, mas que permaneciam fechadas por falta de professores ou por falta de alunos. O crescimento do número de escolas dependia da disponibilidade de professores e do número de alunos em idade escolar para frequentarem as aulas.

Em 1847, havia três povoações com um grande número de crianças sem escolas, dentre elas Mangaraí, localizada na região que mais tarde faria parte da Colônia de Santa Leopoldina. O presidente da província fez menção em construir uma escola para atender os filhos de agricultores na localidade “longe dos lugares que estão montadas as escolas mais próximas, filhos de pessoas de apoucados meios para os terem nesses lugares distantes de sua companhia” (COUTO FERRAZ, 1848, p.17-18).

Nem sempre a nomeação dos professores era feita pela capacidade profissional ou por meio dos concursos. Antes de 1827, os professores eram nomeados por contrato, pois a lei de 1823 abria a todos o livre exercício do magistério. Somente em 1827 criaram-se critérios estabelecidos por lei que exigiam professores nomeados mediante concurso público e, na lei de 1846, instituiu-se o concurso para o provimento dos professores.

Houve casos de escolas que eram nomeados professores independentes de concursos, visando agilizar a criação das escolas em regiões que havia alunos em espera de professores, geralmente localizadas no interior:

Aprovado de forma provisória em 1848, o “Regulamento da Instrução Primária” tentou solucionar problemas referentes à educação que se arrastavam a mais de dez anos. Até então não havia concursos para ingressos e uma grande maioria ocupava as “cadeiras” docentes sem habilitação (BARRETO, 1999, p. 55)

A abertura de escolas dependia da população, especificamente do número de crianças em idade escolar. A população da província era pequena, com poucas cidades povoadas. Em 1856, além da capital Vitória havia apenas 19 localidades povoadas, com uma população total de 48.775 habitantes, conforme apresentado anteriormente na tabela 4.

Além da população da província ser pequena, era grande a quantidade de escravos (gráfico 4), que não tinham direito de frequentar as escolas, conforme determinava o artigo 69 da reforma Couto Ferraz do ensino primário e secundário na Corte, mas que era aplicada nas províncias e que proibia os escravos de frequentarem as escolas públicas.

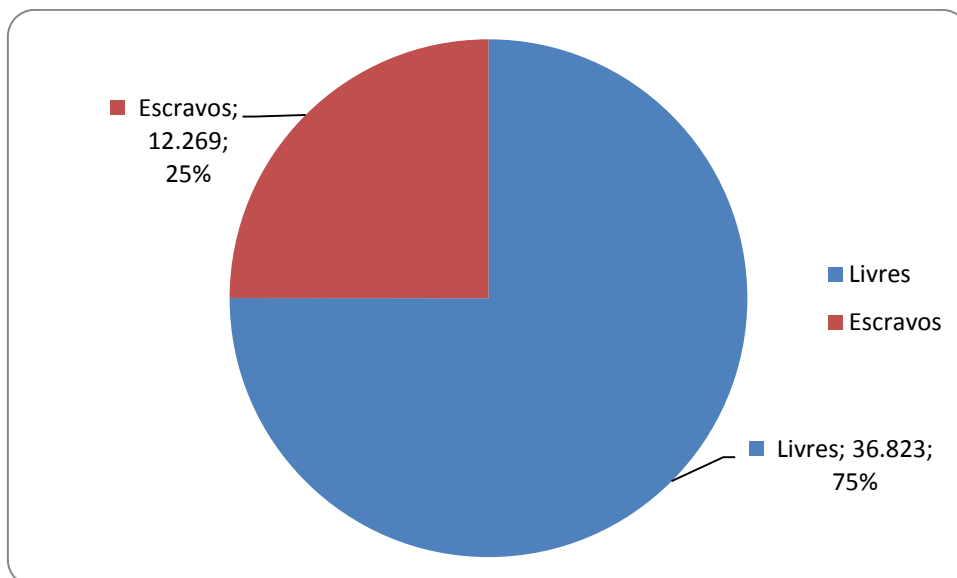


GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO EM 1857

Fonte: Barão do Itapemirim (1857, p. 6).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Considerando que a população escrava da Província do Espírito Santo em 1857 representava 25% do total de habitantes, e que as crianças escravas não tinham direito à instrução pública, reduzia-se ainda mais o número de crianças em idade escolar, que poderiam estar nas escolas.

Em 1868, a instrução pública foi regulamentada e proibia a matrícula nos casos de crianças não vacinadas, sofrendo de moléstias contagiosas, os menores de cinco anos e maiores de quinze, e, os escravos (artigo 64, Regulamento de 1868).

O governo tinha muitas dificuldades de manter as escolas em funcionamento, principalmente aquelas localizadas fora da Capital onde as dificuldades dos professores eram maiores devido à distância da Capital. Além disso, como já dissemos, os salários dos professores do interior eram menores do que na Capital, desmotivando o trabalho docente.

O número reduzido de matrículas e a evasão escolar tinham como motivos principais a falta de estradas, as grandes distâncias das casas dos alunos até as escolas e a falta de interesse dos pais dos alunos pelos estudos de seus filhos, preferindo que se dedicassem ao trabalho na roça. A fala do Presidente da Província do Espírito Santo, em 1848, é muito esclarecedora sobre esta questão: “Já o quase nenhum cuidado que a maior parte dos pais de família por fora emprega na educação dos

seus filhos, preferindo antes, se não exclusivamente, aplicá-los desde logo à lavoura, enlevados pelo interesse do presente [...]" (COUTO FERRAZ, 1848, p.16).

Para os pais, a continuidade dos estudos dos filhos não era prioridade, somente o aprendizado básico da leitura, da escrita, e dos cálculos matemáticos elementares era suficiente para seus filhos viverem na sociedade. No interior, a situação se agravava, pois os filhos eram necessários no trabalho nas lavouras, competindo com a escola. Era necessário faltar às aulas nos meses de colheita, portanto, alguns pais não faziam questão que seus filhos estudassem para garantir a própria sobrevivência.

Mesmo nas cidades, havia escolas com pequeno número de alunos, como foi o caso de uma escola da cidade de São Mateus que tinha apenas três alunos matriculados na aula de latim, demonstrando a falta de interesse do estudo da língua:

[...] o pouco amor e nenhum apreço que os habitantes têm as ciências e letras, tendo a alguns dizerem que para plantar mandioca e ser lavrador não é preciso saber latim, e a outros que de nada serve mandarem seus filhos aprender o dito idioma, se depois não podem levar a estudos maiores, nem dar-lhes outro emprego que não seja a lavoura [...] (AZAMBUJA, 1852, p. 31).

Numa sociedade baseada na agricultura familiar, os braços dos filhos eram indispensáveis para ajudar o trabalho na lavoura. Os pais tinham um sentido prático de vida, para o trabalho duro na roça não era necessário aprender latim. Dar continuidade aos estudos dos filhos, de fato, parecia ser supérfluo para os pais dos jovens. Ainda hoje ouvimos alguns depoimentos de alunos que moram em áreas rurais que terminam o Ensino Médio, mas não buscam o ensino superior, pois não vêem utilidade para o trabalho no campo.

Em relação ao trabalho docente, os relatórios apontavam sempre para o baixo desempenho do professor como causa da precariedade da instrução, mas os baixos salários não atraíam as pessoas a se habilitarem ao professorado. Colocar a culpa no professor era uma visão simplista das autoridades em relação ao problema.

Em 1854, constata-se que houve um aumento no valor dos salários dos professores. O salário das escolas primárias de Primeira Classe passou para 500\$000 anuais para os professores de Vitória, e 300\$000 anuais para os professores do interior. O

salário do professor das Escolas Primárias de Segunda Classe localizadas no interior era de 150\$000 anuais¹⁴.

Em 1857, o 1º vice-presidente da província fez um apelo à Assembleia Legislativa para se promover de todos os meios a fim de melhorar a instrução do povo da província, classificada por ele como “lastimável” (BARÃO DO ITAPEMIRIM, 1857). Nesse relatório, há informações dos salários dos professores, segundo as salas em que trabalhavam; constata-se que os salários dos professores das aulas de Primeira Classe eram 350\$000 anuais e os de Segunda Classe 150\$000. Nota-se também que os professores da capital recebiam salários maiores que os do interior (600\$000 anuais).

Há registros de casos de funcionários públicos designados para o trabalho docente sem receber nenhuma remuneração a mais, isso comprometia a frequência e o desempenho do professor.

O professor, além de dar as aulas, também era responsável pelo funcionamento da escola. Era o mestre que alugava a casa para as aulas, comprava os móveis da escola, mantinha a escrituração dos alunos, fazia o controle da frequência, elaborava mapas com data de matrícula, idades, profissões do pais, data de saída, e outros dados dos alunos para enviar à Diretoria de Instrução Pública. Recebia e distribuía o material enviado pelo governo para os alunos pobres, adquiria os materiais didáticos e os utensílios necessários para as aulas que ficava sob sua responsabilidade. A mobília e os utensílios para as aulas eram compostos de “bancos, cadeira para professor, quadros de leitura, mesas, lousas, modelos de escrita, tinteiros, talha¹⁵, assim como papel, pena¹⁶, tinta, e compêndios para os meninos pobres” (Art. 74 do Regulamento de Instrução, 1868).

No Brasil, no que diz respeito à falta de escolas, a situação era praticamente a mesma em todas as províncias. No Rio Grande do Sul, em 1846, havia somente 51 escolas elementares (WILLEMS, 1980, p. 272). Em 1842, eram apenas 16 escolas em toda a Província do Espírito Santo (Ver quadro 3).

¹⁴ As escolas de Primeira Classe se localizavam nas cidades e vilas populosas e as de Segunda Classe em outras freguesias e povoações em que houvesse mais de 20 meninos em condições de aprendizagem.

¹⁵ Vaso de barro usado para armazenar a água no intuito de conservá-la fresca.

¹⁶ Caneta tipo pena.

No Espírito Santo, os programas de ensino das escolas variavam de acordo com o tipo das escolas: as de primeira e de segunda classes. As escolas de primeira classe funcionavam nas cidades, vilas e nas freguesias mais importantes; e as de segunda classe eram localizadas nas freguesias de menor desenvolvimento.

Os conteúdos das salas de Primeira e Segunda Classe também se diferenciavam “ensinando-se nas de primeira classe: a leitura, a escrita, os rudimentos de língua nacional, a teoria e a prática da aritmética até proporções inclusive, as noções de geometria prática, a moral cristã, e a doutrina da religião do estado; nas de segunda classe: o mesmo, exceto pela geometria, aritmética limitada a prática das quatro operações dos números inteiros (VELLOSO, 1859, p. 49).

As escolas eram predominantemente masculinas, até 1848 não havia registro de escola para o sexo feminino. A primeira escola do sexo feminino funcionou na capital Vitória, em 1849, com 26 alunas matriculadas, sendo a sua primeira professora Maria Carolino Ibrense Brasileira. Em 1851, a mesma escola tinha apenas 36 alunas. Apesar do crescimento lento da escola feminina, o administrador provincial elogiou o zelo, o profissionalismo da professora e o aumento das matrículas:

[...] professora de meninas D. Maria Carolino Ibrense Brasileira, cujos conhecimentos foram obtidos fora da província. [...] sendo esta credora de todo o respeito e proteção pelo seu caráter, educação, e incansável zelo. O número de suas alunas que no ano passado foi de 36, este ano excede a 40 [...] (AZAMBUJA, 1852, p. 30).

Franco (2011) aborda aumento gradativo do acesso feminino à instrução na província do Espírito Santo no período (1845-1888). Utilizou, para sua análise, os relatórios dos presidentes de província, mas quando aborda as causas da saída da professora da primeira escola de meninas, deixa uma lacuna:

Não conseguimos, pelas fontes por nós pesquisadas, desvendar o que teria ocorrido para, que no ano seguinte, o presidente da província tecesse comentários que contradiziam a fala dos seus antecessores em relação à professora Maria Caroline Ibrense. O fato é que, nesse ano, ela pediu demissão do cargo (FRANCO, 2011, p. 99).

Para entender o problema, é necessário estudar mais a fundo o conteúdo dos relatórios. No dia 23 de maio de 1853, o Presidente da Província, Evaristo Ladislau e Silva, apresentou um relatório à Assembleia Provincial onde comenta a redução do número de escolas por falta de dinheiro para pagar os professores. Relata que tomou conhecimento que a maioria absoluta das escolas funcionava somente pela manhã, então defendeu junto à assembleia a necessidade das escolas funcionarem pela manhã e à tarde, para ocupar os alunos o dia inteiro, tirando as crianças do

“ócio ou entretidos em divertimentos que os iam acostumando aos desvios da aplicação necessária a seu futuro [...]” (SILVA, 1853, p. 26).

Obviamente que esta medida era antipática e houve a reclamação de muitos professores. Os salários eram baixos, trabalhando em dois turnos, sem aumento da gratificação, o vencimento seria ainda menos compensador. O próprio presidente relata ainda que houve resistência de muitos professores e citou o pedido de demissão da professora da Escola de Meninas, que se ausentou do cargo antes mesmo que seu requerimento de demissão fosse deferido pela direção geral das escolas. Também foi instaurado um processo administrativo contra a professora para servir de exemplo para que outros professores não repetissem o ato. Ao finalizar o comentário sobre o caso, o presidente afirmou que a professora, sem citar diretamente o nome, não era habilitada para reger a escola de meninas, e nomeou uma professora substituta com um salário um terço menor que recebia a professora exonerada.

Interessante lembrar que a professora que pediu demissão por causa da dupla jornada, é a mesma que havia sido elogiada pelo presidente da Província anterior, José Bonifácio Nascentes D’Azambuja, em 1852.

Mais tarde, em 1854, ainda só havia uma escola de meninas, localizada na capital Vitória, na sala de Maria da Conceição Barata, que fora nomeada no lugar da professora exonerada por não aceitar a alteração da dupla jornada de trabalho.

Em 1855, foram criadas mais duas escolas de meninas, sendo uma em São Mateus e outra na Vila de Itapemirim, contudo, não funcionaram imediatamente. Em São Mateus, já havia sido designada a professora Vitória Antunes da Penha, mas em Itapemirim ainda estava vaga. Em 1857, começou a funcionar a escola em São Mateus, com 10 alunas matriculadas e, na escola de Vitória, havia somente 22 alunas.

A leitura e análise dos relatórios governamentais no período imperial nos mostram que a situação da instrução pública era uma lamentação constante nos relatórios dos presidentes da Província do Espírito Santo. As queixas se repetiam, ano após ano, nos discursos na Assembleia Legislativa, assim observamos no discurso do presidente em 1843: “A instrução primária não prossegue com aquelas vantagens que seria muito para desejar” (BELLO, 1843, p. 6). Poucos anos depois no discurso,

outro presidente denuncia novamente a situação da instrução: “Deplorável é o estado da instrução pública nesta província. Esta fonte primária de bens da vida social precisa de muitos melhoramentos” (LIMA, 1845, p. 4-5).

Bem mais tarde, em 1870, a falta de professores preparados para trabalhar nas escolas foi apontada pelo Diretor Geral de instrução Pública, Fernando Affonso de Mello¹⁷, como responsável pelo fracasso da instrução: “Poucos são os professores que têm os requisitos necessários para educar a infância, de sorte que a educação pública nesta província deixa a mocidade numa perfeita ignorância” (MELLO, 1870, p. 5). Quase no fim do império, no ano de 1879, ainda permanecia o discurso de lamentação acerca da instrução pública: “Infelizmente, a Instrução pública nesta província, quer a primária, quer a secundária, está bem longe de atingir o alvo que fora desejar” (MARTINS, 1879, p. 2).

As causas apontadas pelos governantes pelo insucesso da educação estavam no baixo número de escolas, o número reduzido de matrículas, o desempenho do professor e a baixa frequência dos alunos na sala de aula. O governo não tomava iniciativa na formação dos professores, apenas colocava culpa nos professores.

Antes de prosseguir com os dados do Espírito Santo, vamos utilizar os dados do Brasil para verificar o quantitativo de alunos matriculados em 1869.

As vinte províncias do Império possuíam, nesse mesmo ano, 2602 escolas públicas que tinham 90.116 alunos e 777 escolas privadas que aí recebiam 16.508 alunos. Isto representa para o Império, 115.935 crianças que frequentam as escolas primárias ou um aluno para cada 100 habitantes (ALMEIDA, 2000, p. 119). Almeida nos mostra que, em 1869, apenas 1% das crianças do Brasil estavam nos bancos das escolas.

A pouca valorização do sexo feminino era refletida no baixo número de escolas e alunas matriculadas. Em 1865, havia 12 escolas de meninas, com apenas 114 alunas matriculadas. Constata-se que houve um aumento significativo de novas escolas femininas nesse período, mas que não foi acompanhado pelo número de matrículas, em média, cada escola tinha 9,5 alunas matriculadas.

¹⁷ Anexo C (Diretor Geral da Instrução Pública de 11 de julho de 1870) do relatório do presidente da província do Espírito Santo Antônio Dias Paes Leme, enviando a Assembleia Provincial em 1870.

Em 1867, enquanto existiam na província 50 escolas do sexo masculino, apenas 12 do sexo feminino, sendo que três delas sem professoras. As duas escolas mais frequentadas eram as da capital Vitória, com 30 alunas, e da Vila do Espírito Santo (atual cidade de Vila Velha), com 25 alunas, as demais escolas não chegavam a 15 alunas por sala.

Mais tarde, em 1880, o número de escolas do sexo feminino chegou a 19 com 449 alunas matriculadas, enquanto eram 70 do sexo masculino, com 1944 alunos matriculados. Em 1881, o número de alunas aumentou para 509, enquanto o número de alunos foi para 1.208. Em 1885, existiam 32 escolas do sexo feminino com 488 alunas e 66 escolas do sexo masculino com 1648 alunos. Em 1886, foram matriculadas 625 meninas e 2.160 meninos nas escolas públicas.

A desvalorização do gênero feminino era percebido em documentos oficiais, como no Regulamento para a Instrução Pública da Província do Espírito Santo, confeccionado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Aureliano de Azevedo Monteiro, em 1868. Chamou-nos à atenção o fato que determinava que os conteúdos prescritos para as escolas do sexo feminino, deveriam ser diferenciados das escolas do sexo masculino. O artigo 5º do citado Regulamento determinava as matérias a serem ensinadas:

- 1º Leitura e Escrita,
 - 2º Instrução Moral e religiosa.
 - 3º Princípios elementares de aritmética, e noções do sistema métrico dos pesos e medidas.
 - 4º Noções essenciais de gramática.
- (SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt, Vitória, 1868, Anexo C, p. 8)

Entretanto, no artigo 9º do regulamento, no caso de escolas femininas, limitava os conteúdos de matemática descritos no 3º parágrafo artigo 5º, prescrevendo apenas a obediência às regras elementares de aritmética, completando com o ensino das prendas domésticas. Na visão dos governantes, parece que o aprendizado da matemática não tinha importância para as mulheres, que deveriam aprender o necessário para o trabalho doméstico.

Outro ponto a tocar são as exigências de pré-condições de trabalho para o magistério feminino. No Regulamento, há um artigo exclusivo quanto ao estado cível das mulheres:

Art. 14- As concorrentes que forem casadas, devem exhibir certidão de casamento; as viúvas certidão de óbito de seus maridos; e as que viverem separadas de seus maridos, a publica forma da sentença que decretou a separação: devendo em todo caso pelo menos a idade de dezoito anos. (SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt, Vitória, 1868, Anexo C, p. 9)

Obviamente que este artigo não se aplicava aos homens, portanto era uma clara discriminação quanto ao sexo feminino, e quanto ao estado civil. As mulheres separadas ficavam sujeitas a explicações formais do motivo da separação, por meio de documentos comprobatórios, dificultando ainda mais o espaço da mulher no mercado de trabalho docente. A imposição da lei se refletia na falta de professoras que poderiam assumir as novas escolas a serem criadas.

Os números demonstram que a educação feminina parecia ter menos importância para as autoridades governamentais que a educação masculina, visto que os governantes descreviam nos relatórios os dados quantitativos das escolas femininas, mas apresentavam propostas para tentar alterar o quadro vigente. O problema do desprestígio da educação do sexo feminino parece ser um reflexo da discriminação da própria sociedade da época:

Nessa sociedade, eram estabelecidas funções para os gêneros. Ao masculino cabia mandar, dar ordens, papel associado ao mundo público- à rua-, enquanto ao gênero feminino estavam previstas tarefas restritas ao lar, estabelecendo-se uma profunda desigualdade entre essas funções, com as masculinas mais valorizadas que as femininas (FRANCO, p. 91).

Em Portugal, a situação do gênero era parecida com a do Brasil, o ensino elementar para o sexo feminino demonstrava que a mulher deveria ter uma formação voltada a atender a classe baixa: “O ensino elementar compreende as mesmas matérias e os mesmos trabalhos de agulha necessários às classes sociais menos abastadas” (REIS, 1992, p.13) Os programas de ensino primário em Portugal também eram diferentes para os dois sexos, para as escolas femininas, havia supressões de conteúdos e acréscimo, como por exemplo dos “Deveres de mãe de família, e as prendas, bordar a cores, tomar medidas e fazer rendas e flores (REIS, 1892, p.13).

Os concursos para seleção de professores eram publicados em jornais por editais que exigiam requisitos tais como: prova de moralidade, capacidade profissional e física. A prova de moralidade era comprovada mediante a apresentação de atestado emitido pelo juiz da cidade onde residia o candidato. A prova de capacidade física era comprovada por meio de atestados médicos. A prova de capacidade profissional

era comprovada por meio da apresentação de títulos científicos, literários e também pela avaliação de uma comissão que assistia às aulas dos candidatos, aprovando-os ou não para o cargo.

A professora Maria Roza D'Oliveira prestou concurso em 18 de janeiro de 1888 para atuar em Santa Leopoldina como professora de uma escola primária. O exame presidido pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Espírito Santo começou com uma prova escrita de Português, caligrafia e ortografia, concluindo pela prova oral, com a leitura e aplicações das regras gerais da gramática portuguesa. Depois fez a prova escrita de aritmética compreendendo o sistema métrico decimal e a doutrina cristã, algumas noções de história e geografia do Brasil, geometria prática e metodologia (Códice 128. Registro de atas de exames. Fundo Educação, 1890).

Interessante citar que no edital publicado no Jornal "A Província do Espírito Santo", em maio de 1882, as condições para mulheres participarem nos processos de seleção para professores, como já foi citado anteriormente, eram mais exigentes que dos homens. Se fossem solteiras menores de idade deveriam apresentar autorização escrita dos pais; se casadas deveriam apresentar a certidão do casamento juntamente com a autorização dos maridos; as separadas deveriam apresentar justificativas provando não serem elas as causadoras da separação, e se viúvas, a certidão de óbito do marido. Conclui-se que a forma discriminatória que o governo tratava a mulher se reproduziu pela força da informação oficial divulgada.

No Regulamento de 1868 havia um artigo específico para o estabelecimento das escolas em locais onde não existia o número suficiente de alunos:

Art. 10- Não havendo em alguma povoação número bastante de alunos que determine a criação de uma escola pública, poderá o presidente da província contratar com qualquer professor particular, que tenha as habilidades precisas, a admissão de meninos pobres mediante a uma gratificação de dez mil réis anuais por cada aluno com frequência efetiva atestada pelo inspetor municipal (Regulamento para a instrução pública da província do Espírito Santo, 1868, p. 8-9).

Apesar do Regulamento não tratar das escolas criadas em colônias, é a partir deste artigo que foram feitas as contratações de professores para atuar nas escolas particulares e públicas na Colônia de Santa Leopoldina.

Um projeto do Ensino Público Primário, encaminhado para a aprovação da Assembleia Legislativa Provincial em 1882, determinava a gratuidade do ensino primário público, classificando as escolas em entrâncias: “Art. 1º- O ensino público primário é gratuito e obrigatório, e será ministrado em escolas de 1ª, 2ª e 3ª entrância, segundo classificação desta lei, além de uma escola Primária Superior na Capital da Província” (A Província do Espírito Santo, Vitória, 19/04/1882). O artigo 16 do projeto apresentava os conteúdos a serem trabalhados nas escolas primárias da província:

Art. 16. O ensino nas escolas primárias compreende: leitura e caligrafia, recitação em voz alta de trechos de prosadores e poetas nacionais, análise gramatical lógica de trechos recitados, instrução moral e religiosa, elementos de geografia e história pátria, principalmente da Província, aritmética até proporções, inclusive, geometria prática, sistema legal de pesos e medidas (A Província do Espírito Santo, Vitória, 19/04/1882).

O artigo 17 do projeto rezava que não era permitido criar ‘cadeira’¹⁸, com menos de 25 alunos frequentando regularmente. Esta medida visava economia de recursos por parte do governo, pois a província era financeiramente carente, e a abertura de novas salas com poucos alunos geraria mais despesas. A ideia do governo era juntar salas para obter um número mínimo de alunos que justificasse a despesa.

O jornal traz uma tabela com os vencimentos dos diretores, professores e de outras funções educacionais das escolas públicas, reproduzida na tabela 11 a seguir:

TABELA 11 - VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE CARGOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO EM 1882

Cargos	Ordenados	Gratificações	Total
Inspetor Geral de Instrução Pública	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Diretor de Escola Primária Superior	1:800\$000	600\$000	2:400\$000
Professor de Escola Primária Superior	1:500\$000	500\$000	2:000\$000
Professor da 1ª entrância	500\$000	200\$000	700\$000
Professor da 2ª entrância	600\$000	300\$000	900\$000
Professor da 3ª entrância (da Capital)	1:200\$000	300\$000	1:500\$000
Professor da 3ª entrância (fora da Capital)	900\$000	300\$000	1:200\$000
Secretário de Instrução Pública	800\$000	200\$000	1:000\$000
Adjunto dos professores primários da Capital		600\$000	600\$000
Porteiro e bedéis da escola	500\$000	200\$000	700\$000
Contínuo da Secretaria da Instrução	500\$000	200\$000	700\$000
Ilegível (art. 3º, parágrafo 2º da lei)		90\$000	90\$000

Fonte: Jornal a Província do Espírito Santo, Vitória, 19/04/1882.

O Projeto de Instrução Pública foi aprovado pela Assembleia Provincial no mês seguinte sem emendas (A Província do Espírito Santo, Vitória, 03/05/1882).

¹⁸ Uma sala de aula, uma vaga.

A administração provincial, por meio da Secretaria de Instrução Pública do Espírito Santo, dirigida pelo secretário Antônio Ignácio Rodrigues, divulgou, no jornal, o edital de concurso público dos candidatos ao magistério público primário. O exame exigia provas da moralidade, de capacidade física e profissional. As exigências para os candidatos participarem do concurso eram:

- 1) Ser cidadão brasileiro, ou cidadã;
- 2) Maior de 18 anos;
- 3) Professar a religião do Estado;
- 4) Moralidade;
- 5) Capacidade profissional (A Província do Espírito Santo, Vitória, 03/05/1882).

O exame para comprovar a capacidade profissional era feito da forma escrita e também oral. Exigia-se o perfeito conhecimento das matérias que constituíam o ensino primário:

- 1) Leitura e caligrafia;
- 2) Elementos de Gramática Portuguesa;
- 3) Exercícios de correspondência epistolar;
- 4) Doutrina cristã, elementos da História Sagrada;
- 5) Elementos de História e Geografia Pátria, principalmente da Província;
- 6) Elementos de aritmética em suas aplicações em números inteiros, decimais, quebrados e complexos.
- 7) Sistema legal de pesos e medidas.
- 8) Costuras e trabalhos de agulha, mais necessários nas escolas para o sexo feminino (A Província do Espírito Santo, Vitória, 03/05/1882).

No dia 24 de setembro de 1882, o mesmo jornal trazia a notícia que a Secretaria de Instrução Pública forneceu todos os livros à escola do sexo feminino de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, e também cartilhas do Método João de Deus¹⁹. Foi contratado Antônio Silva Jardim, professor da Escola Normal de São Paulo, para vir à Província do Espírito Santo ministrar lições diárias e palestras para os professores, justificando a grande utilidade deste método de ensino (INGLEZ DE SOUZA, 1882).

Meses depois, em outubro de 1882, o governo publicou partes do novo regulamento da Instrução pública, onde as escolas públicas foram divididas não mais em entrâncias. As escolas passaram a ser divididas em três níveis de ensino:

¹⁹ Cartilha de Alfabetização publicada em 1876 em Lisboa, destinada ao ensino da leitura para crianças, com grande aceitação em Portugal e também adotada no Brasil (CARVALHO, 1986).

Nas escolas de 1º grau ensinar-se-a: leitura, noções de geometria prática, desenho linear, caligrafia, noções das coisas, contabilidade (as quatro operações fundamentais), sistema métrico decimal, rudimentos de geografia física da Província, e trabalhos de agulhas e tesouras nas aulas de sexo feminino.

Nas escolas do 2º grau, além das matérias precedentes, professa-se: leitura da poesia de autores nacionais, declamação; elementos de geografia física do Brasil e especialmente do Espírito Santo, aritmética até proporções exclusive, noções gerais de geometria plana, e trabalhos de agulhas e tesouras nas aulas de sexo feminino.

Nas escolas do 3º grau, ensina-se além das matérias indicadas, mais: elementos de gramática portuguesa, análise sintática e etimológica da constituição política do Império; exercícios de correspondência epistolar, geografia física e elemental da comercial, principalmente do Brasil; cosmografia; aritmética; geometria; noções gerais de física, química e história natural; leitura de livros de história e de agricultura, com explicação do professor, e trabalhos de agulha, cortes, moldes e bordados nas aulas de sexo feminino (A Província do Espírito Santo, Vitória, 28/10/1882).

Observam-se, no documento, os conteúdos de matemática ministrados nos diferentes graus. No primeiro grau, a matemática era baseada nos conhecimentos dos números e das quatro operações fundamentais, além do conhecimento do sistema métrico decimal. No segundo grau, era ensinada a aritmética, mas sem abordar o conteúdo de proporções; nesse grau, iniciavam-se as noções de geometria plana. No terceiro grau, além das disciplinas constantes nas escolas de primeiro e segundo grau, havia a inserção das noções de física, química e história natural.

A Província do Espírito Santo, no fim de 1882, contava com 92 escolas públicas primárias, sendo 72 do 1º grau, 14 do 2º grau e seis do 3º grau, distribuídas nas diversas localidades da província (A Província do Espírito Santo, 28/10/1882).

A administração provincial tinha dificuldades para criar e manter as escolas, mas comparada com as outras despesas, a instrução pública recebia valores relativos expressivos, entretanto devido ao déficit orçamentário da Província do Espírito Santo, as despesas não cobriam os custos²⁰. Em 1858, o déficit financeiro divulgado pelo presidente de foi de 6:087\$829 (VELLOSO, 1860, p.54). Em 1859, registrou-se uma despesa total de 100:146\$000²¹, com a Instrução pública

²⁰ Nos apêndices (Apenso N) do relatório do Presidente da Província Pedro Leão Velloso enviado para a Assembleia, no dia 25 de maio de 1859, consta uma tabela intitulada "Orçamento da Despesa provincial para o exercício de 1860", elaborada pelo Secretário da Província Dr. Antônio Rodrigues de Sousa Brandão, com os títulos das despesas e os seus valores, onde é possível comparar as despesas da Província nos anos 1859 e 1860.

²¹ Real era a unidade monetária do Brasil, um conto de réis significava 1.000 vezes mil réis, ou seja, 1.000\$000.

recebendo 20:920\$000, representando 19,1% do total orçado, sendo a terceira em ordem de valores recebidos, ficando atrás apenas das verbas de *Obras Públicas* e *Polícia e Segurança Pública*. Em 1860, o valor do recurso para a instrução aumentou para 21:070\$000, representando 21% do total do orçamento 100:189\$000.

Observa-se que em 1867, o orçamento total da Província foi de 129:683\$860 com uma verba para a instrução 23:524\$917 (PINTO, 1867), representando 18,14% do total das despesas. A verba designada para a instrução só era inferior a da *Polícia e Segurança Pública*, com 28:800\$270, equivalentes a 22,25% do total das despesas provinciais. Um ano depois, em 1868, a despesa anual com a educação teve um substancial incremento de valores elevando-se para 33:648\$000 (SAMPAIO, 1868).

Almeida (2000) apresenta uma tabela constante do relatório do Conselheiro Paulino José Soares de Souza, onde estão discriminados o número de escolas, alunos e as despesas com instrução de todo o Brasil no ano de 1870. É interessante notar que a província do Espírito Santo investiu 29:670\$000 para um total de 1.133 alunos matriculados em suas escolas de ensino primário e secundário. Ao calcular o valor investido para cada aluno, obtém-se uma despesa de 26\$187 por aluno. O mesmo cálculo para algumas províncias constata que a província do Amazonas investia 45\$829, a do Piauí 22\$168, a do Mato Grosso investiu 19\$975, a do Paraná investiu 12\$476 e do Rio Grande do Norte 8\$157.

Em 1871, a província tinha um orçamento de 220:000\$000 e uma despesa com instrução de 42:334\$000, representado 19,24% do orçamento (ALMEIDA, 2000, p.155). A província de Goiás se sobressaiu com um orçamento de 39% da despesa destinada à instrução, e a província que menos investiu foi a do Amazonas com apenas 9,9% do total de receitas (ALMEIDA, 2000).

Em valores absolutos, a província de menor receita era o Espírito Santo (220:000\$000) e a de maior receita era o Rio de Janeiro (4.208.736\$170), que investia 12,08% em instrução, seguida de Pernambuco (2.425.194\$612) com investimentos em instrução de 15,28% (ALMEIDA, 2000). Percebe-se com os números divulgados que a economia da província do Espírito Santo era precária.

Os números apresentados revelam uma disparidade de valores absolutos e relativos das receitas e despesas nas províncias do Império. “As províncias, como se verá, não se empenham do mesmo modo em favor da instrução pública; umas se mostram muito generosas, outras, ao contrário, parecem ajudar com pesar o que é necessário a este importante ramo do serviço público” (ALMEIDA, 2000, p. 155)

Em 1874, a despesa com instrução pública foi de 62:153\$886, representando 23,2% do total das despesas da província de 267:744\$548. Em 1876, o orçamento geral da província foi de 256:852\$000 com uma despesa com a instrução de 86:900\$000, sendo o maior valor porcentual (33,8%) entre as demais despesas do governo (PEIXOTO, 1875, p.10).

Em 1888, a receita do Espírito Santo foi de 501:946\$297 e a despesa com instrução foi de 158:020\$000, representando 31,5%, considerada elevada em relação ao restante das vinte províncias. Para que se tenha uma ideia dos investimentos de todas as províncias no final do período imperial, apresenta-se a tabela 12 a seguir:

TABELA 12 - RELAÇÃO DE ESCOLAS, ALUNOS, DESPESAS E RECEITAS COM ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO PÚBLICO E PARTICULARES NO BRASIL EM 1889

Províncias	Nº Escolas	Nº Alunos	Despesas	Alunos/ população	% Receita instrução	Despesa por aluno
Amazonas	132	4355	464:960\$000	4,33	17,6	106\$742
Pará	350	12903	734:586\$000	3,3	18,3	56\$931
Maranhão	192	8300	191:113\$000	1,8	24	23\$026
Piauí	88	2269	54:540\$000	0,9	23	24\$037
Ceará	253	10723	234:353\$000	0,88	22,4	21\$855
Rio G. do Norte	171	5430	135:460\$000	19	23,7	24\$947
Paraíba	96	2770	136:014\$000	0,56	25	49\$103
Pernambuco	762	22915	779:012\$000	1,7	28,4	33\$996
Alagoas	211	7987	200:702\$000	2	26,2	25\$129
Sergipe	212	4025	176:040\$000	1,02	22	43\$737
Bahia	685	24655	589:987\$000	1,4	21,3	23\$930
Espírito Santo	110	2835	158:020\$000	3,8	31,5	55\$739
Rio de Janeiro	843	31947	1.137:490\$000	2,67	26	36\$252
São Paulo	1110	42093	977:835\$000	1,6	19	23\$230
Paraná	222	7272	89:603\$000	3,75	14,8	12\$322
Santa Catarina	177	7634	196:300\$000	2	40	25\$714
Rio Grande do Sul	369	24544	554:500\$000	3,8	19,4	22\$592
Minas Gerais	1774	48162	1.035:030\$000	19,2	30,3	21\$491
Goiás	100	3101	64:600\$000	1,46	26,5	20\$832
Mato Grosso	52	1873	40:720\$000	1,7	22	21\$741
Município Neutro	294	33180	4.000:000\$000	6,2	5	120\$554

Fonte: ALMEIDA (2000, p. 276-292).

Notas:

- 1) O quadro foi construído a partir do Quadro Sinótico por província, escolas e estabelecimentos de instrução pública e particulares no Brasil.
- 2) A coluna despesa por aluno foi calculada pelo autor.
- 3) O quadro original de Almeida (2000, p. 290) referem-se a dados do ES ano de 1889.
- 4) No ES em 1889 a população de 106.778 habitantes, a receita total de 501:946\$297, com 108 escolas primárias, onde estavam matriculados 2679 alunos e 02 escolas secundárias com 156 alunos.

Os números acima indicam que os valores relativos determinados para a instrução pública eram vantajosos, comparados até mesmo com os números de hoje, porém a província não possuía condição financeira para cobrir o custo das despesas com a instrução, e pode-se dizer também para os demais setores do governo.

A situação financeira da Província era tão precária que há registros de pedidos de doações do presidente a cidadãos abastados para compra de livros e materiais escolares, e até mesmo doação de moradores para a manutenção e funcionamento de escolas. As doações eram em dinheiro ou até mesmo de imóvel, como relata o presidente da Província em 1873: “O alferes honorário do exército João Barbosa das Neves, fez uma doação de uma casa numa localidade chamada “Tanque” para funcionar a aula de instrução primária ali existente” (BARBOZA, 1873, p. 9).

Neste período, o governo não possuía prédios próprios para as escolas. As aulas eram nas casas dos professores, ou mesmo em casas alugadas por eles mesmos para este fim, assim como acontecia na maioria das localidades do interior durante o Império.

O Governo não conseguia prover as escolas com condições favoráveis ao aprendizado dos alunos. Essa questão era quase sempre debatida nos relatórios. Muitas escolas não dispunham de móveis e utensílios para acomodar os alunos, alguns professores compravam os móveis para as suas aulas e depois solicitavam o ressarcimento dos valores gastos ao governo, mas, às vezes, o pedido era negado.

A escola primária pública passou a ter outras funções além de ensinar, ler, escrever e contar. Passou a ser responsável também em disseminar para o governo as regras morais, éticas e religiosas. Os discursos oficiais nos relatórios produziram uma ideia da instrução como uma tábua de salvação para o povo rude e ignorante, depositando-se nela um futuro próspero da província.

Os discursos são contraditórios, de acordo com Saviani (2006) os gastos com a manutenção da instrução não acompanhavam os discursos: “Durante 49 anos, correspondentes ao Segundo Império, entre 1840 e 1888, a média anual de recursos financeiros em educação foi de 1,86% do Governo Imperial, destinado para a instrução primária e secundária, a média de 0,47%” (CHAIA, 1965, p. 129-131, apud SAVIANI, 2006, p. 28).

Com os dados apresentados por Almeida (2000) e Chaia (1965), juntamente com os dados colhidos dos relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo, podemos inferir que, apesar dos valores relativos dos investimentos no Brasil serem muito superiores aos valores divulgados por Chaia, os recursos não atendiam às demandas da instrução, por conta dos investimentos que teriam que ser feitos.

De posse dos relatórios da administração foi feito um levantamento do número de escolas e alunos desde 1838 até 1872, para avaliar como foi a evolução quantitativa da instrução primária e secundária na Província do Espírito Santo (tabela 13).

TABELA 13 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS E DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1838,1872)

Anos	Primeiras Letras			Escolas Secundárias			Total		
	Salas	Alunos	Média	Salas	Alunos	Média	Salas	Alunos	Média
1838	7	298	42,57	1	13	13	8	311	38,87
1840	7	330	47,14	1	12	12	8	342	42,75
1841	5	286	57,2	2	23	11,5	7	309	44,14
1842	14	429	30,64	2	25	12,5	16	454	28,37
1843	11	420	38,18	2	30	15	13	450	34,61
1844	13	503	38,69	2	28	14	15	531	35,14
1845	9	356	44,5	1	22	22	9	378	42
1847	15	515	34,33	2	29	14,5	17	544	32
1849	26	690	28,75	2	23	11,5	26	713	27,42
1851	33	775	23,48	3	34	11,33	36	809	22,47
1851	28	775	27,67	3	34	11,33	31	809	26,09
1853	?	736	?	?	27	?	?	763	
1854	23	919	39,95	6	67	11,16	29	986	34
1856	22	756	34,36	7	93	13,28	29	849	29,27
1857	28	760	25,33	7	87	12,42	35	847	24,2
1858	29	919	31,68	6	43	8,83	35	972	27,77
1859	40	958	23,95	?	32	?	?	990	
1861	31	913	21,45	4	36	9	35	949	27,11
1862	40	1065	26,62	7	62	8,85	47	1127	23,97
1867								1048	
1872								2286	

Fonte: Relatórios da administração provincial e cálculos feitos pelo autor.

A população da província do Espírito Santo também foi pesquisada nos relatórios para se calcular a proporção entre os alunos e a população. De posse dos dados das décadas de 1840, 1850, 1860 e 1870, comparou-se o número de alunos com a população para verificar a proporção entre eles, conforme demonstrada na tabela 14 a seguir:

TABELA 14 - NÚMERO DE ALUNOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DO ES (1843, 1872)

Anos	Alunos	População	Alunos por habitante
1843	450	32720	1 para 73
1856	849	48913	1 para 57,5
1857	847	49092	1 para 58
1858	972	50000	1 para 51
1867	1048	70000	1 para 67
1872	2286	82137	1 para 36

Fontes: Relatórios governamentais.

Nota: Cálculos feitos pelo autor.

Observa-se que houve um crescimento populacional expressivo em 30 anos, a população em 1875, cresceu 2,5 vezes em relação a 1843, e o número de alunos matriculados cresceu 5 vezes.

Para fazer uma comparação dos números da província com os do Brasil, usamos os dados do recenseamento de 1872, que publicou uma população brasileira de 9.930.478. A média brasileira era de um aluno para cada 31 habitantes, portanto, a Província do Espírito Santo (um aluno para 36 pessoas) estava numa situação um pouco inferior à média brasileira.

Os números apresentados acima mostram ao longo de quase trinta anos como o número de crianças nas escolas foi aumentando numa proporção maior que o aumento da população. Enquanto a população de 1872 cresceu duas vezes e meia em relação a 1843, o número de alunos matriculados nas escolas aumentou cinco vezes mais.

Sem ações e investimentos que pudessem acelerar o processo de educação no período estudado, essa prosperidade ficou a cargo da evolução do tempo, pois sem uma economia sustentável, a Província do Espírito Santo ainda levaria muito tempo para chegar a um desenvolvimento no campo econômico e educacional.

Percebeu-se ao longo do período estudado, várias ações governamentais na área da educação por meio de leis, decretos e regulamentos, mas que não foram suficientes para mudar o quadro de precariedade da instrução pública da província. Com base nos relatórios, percebe-se as dificuldades financeiras da administração provincial, a falta de professores, o desprestígio da educação na sociedade, a baixa atratividade pela carreira docente em relação às outras profissões, a população pequena e espalhada pelo território do Espírito Santo foram os empecilhos significativos para um maior crescimento da instrução na Província do Espírito Santo no período estudado.

3 OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS: O ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR NA COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA

A administração da colônia era de responsabilidade de um diretor residente em Santa Leopoldina, mas as questões importantes, ou que dependiam de recursos financeiros, eram tratadas junto à Presidência da Província do Espírito Santo, que por sua vez remetia do Governo Imperial. O Governo Imperial, no Rio de Janeiro, era responsável pela administração indireta da Colônia de Santa Leopoldina. A comunicação entre as três instâncias: colonial, provincial e Imperial, era feita por meio de ofícios. Devido à falta de estradas, o Rio Santa Maria foi a principal via de transporte entre a colônia e a capital, Vitória. As grandes distâncias entre as localidades e a lentidão dos meios de transporte dificultavam ainda mais a solução dos problemas da colônia na época da imigração.

A administração provincial não tinha condições financeiras para prover as escolas na colônia. O número de escolas públicas era insuficiente para atender as crianças em idade escolar. A falta de escolas foi resolvida inicialmente com os alunos estudando nas próprias casas dos moradores com alguma instrução, que ministravam as aulas.

Diante da falta de escolas as Igrejas, sobretudo a Igreja Luterana, investiram na construção de escolas paroquiais. Essas escolas foram montadas ao lado das igrejas que eram construídas em regime de mutirão, ou seja, os moradores construía imóveis unindo-se em grupos para dividirem as tarefas.

Há também registros iniciativas de professores que montaram escolas particulares que ensinava na língua alemã ou italiana (em Santa Teresa). Em algumas escolas particulares a administração provincial pagava o salário do professor, mas não obedecia a uma tabela de valores como os das escolas públicas. A administração da província sugeria à administração da colônia efetuar pagamentos com valores menores que os da escola pública, tentando reduzir os custos da colônia.

No processo de expansão da instrução na Colônia de Santa Leopoldina, no período estudado, foram identificadas três tipos de escolas: as escolas públicas, as escolas paroquiais e comunitárias, e as escolas particulares.

3.1 ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES SUBVENCIONADAS PELO GOVERNO

O primeiro registro de uma escola na região da Colônia de Santa Leopoldina deu-se em 1849, na localidade de Mangaraí, numa época anterior à criação da colônia, mas achamos relevante registrar, tendo em vista que este distrito faria parte da colônia, desde a sua criação, em 1857.

Observa-se que o número de alunos na escola de Mangaraí vinha crescendo desde a sua criação em 1849, conforme demonstrada na tabela 15:

TABELA 15 - EVOLUÇÃO DE ALUNOS NA ESCOLA DE MANGARAÍ ENTRE 1849 E 1854

Anos	Número de alunos
1849	9
1852	23
1854 (início do ano)	42
1854 (final do ano)	43

Fonte: Relatórios de presidentes de província do Espírito Santo.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

O primeiro cidadão atuante como professor foi Ernesto Emiliano de Mendonça, conforme consta registrado em documento expedido pela Secretaria do Governo da Província. Nele, o Secretário manda pagar o professor pelos serviços prestados até o dia da sua demissão em 14 de setembro de 1849 (Correio da Victória, Vitória, nº 66, p.1, 11/08/1849).

Dando prosseguimento em descobrir mais detalhes sobre este cidadão, encontramos um registro no jornal “Correio da Vitória”, na parte de publicações do governo, no qual o mesmo nome é citado prestando serviços de construções de pontes. Neste caso, podemos presumir que ele estava trabalhando em obras em Mangaraí e ao mesmo tempo montou uma sala de aula no local. Lembramos que era prática comum de outros profissionais, que dominavam a leitura e a escrita, trabalharem em escolas para complementarem a renda ou até mesmo sem receber salários, como foi o caso de alguns funcionários públicos.

Outros professores também trabalharam na região onde seria formada a futura colônia de imigrantes em 1857. O professor José do Patrocínio Grijó foi nomeado para trabalhar em 07 de dezembro de 1849, provavelmente para ocupar a vaga

deixada pelo professor Ernesto Emiliano de Mendonça (Livro 351, Fundo Governadoria, p. 97).

A partir dos dados encontrados, elaborou-se a tabela 16 com a evolução das matrículas de alunos na escola de Mangaraí:

TABELA 16 - ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA DE MANGARAÍ ENTRE 1849 E 1858

Anos	Alunos
1849	9
1850	20
1851	23
1852	30
1853	42
1854	43
1855	47
1857	41
1858	42

Fonte: Relatórios dos presidentes de Província do ES.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Desde o início da criação da colônia, os pais de alunos solicitaram à administração da colônia a construção de escolas para seus filhos, conforme documentos existentes no APEES e nos jornais. O Presidente da Província, Olímpio Carneiro Viriato Catão, em visita à recém-criada Colônia de Santa Leopoldina, constatou um grande número de crianças em idade escolar, e, posteriormente, atendeu o pedido dos moradores de criação de uma escola primária de segunda classe em 13 de outubro de 1857 (figura 16):

Expediente do dia 17 de setembro de 1857

Resolução nº 131 - O presidente da província, tendo observado na sua visita à colônia de Santa Leopoldina, que um avultado número de meninos carece de instrução; e atendendo a representação, que lhe dirigiram os pais de família da mesma colônia, tem resolvido criar ali uma escola de segunda classe, usando do direito que lhe confere o art. 4º do regulamento de 20 de fevereiro de 1848 –

Palácio da Presidência da Província do Espírito Santo, na cidade de Vitória, em 17 de setembro de 1857.

– Olímpio Carneiro Viriato Catão.

Figura 16 - Transcrição da resolução nº 131 da criação de uma escola em Santa Leopoldina.

Fonte: Jornal Correio da Vitória, p. 1, 17/09/1857.

Nas escolas de primeira classe os conteúdos eram: “leitura e escrita, noções preliminares de gramática, princípios elementares de aritmética (até sistema de

pesos e medidas e proporções); noções de geometria prática e instrução moral e religiosa” (ROCHA, 1960, p. 45). Nas escolas de segunda classe os conteúdos eram ministrados de maneira mais resumida: escrita e leitura, noções preliminares de gramática, princípios elementares de aritmética (limitando-se às quatro operações básicas) e instrução moral e religiosa. O pastor e posteriormente os colonos que sabiam falar bem a língua alemã eram os professores da Colônia de Santa Leopoldina (ROCHA, 1960).

Ao chegarem na colônia, os imigrantes não sabiam falar nem ler o português, tornando difícil o relacionamento com brasileiros. Os demais grupos étnicos que imigraram para Santa Leopoldina tiveram a mesma dificuldade, pois em casa se falava o alemão, o pomerano, o holandês ou até o italiano (no núcleo colonial de Santa Teresa) e, na escola, as crianças aprendiam o português.

A condição da estrutura física das escolas era um problema sério para os professores, normalmente as escolas eram alugadas de moradores locais, mas, na sede do Porto de Cachoeiro, havia um prédio construído para servir de escola. Em 1870, o prédio desabou (figura 17) causando estragos e, por fim, as aulas foram remanejadas para outro local.

Nº 127 - Palácio do Governo em 17 de dezembro de 1870.

Tendo o Dr Chefe de Polícia por ofício de 13 do corrente sob nº 396, me participado que no dia 1º do mesmo mês pelas 7 horas da noite, havia desabado no distrito de Santa Leopoldina, o prédio nacional construído no Porto de Cachoeiro, que servia para aulas de primeiras letras daquele distrito bem como os objetos pertencentes a dita aula apesar de estragado, acham-se depositados, assim comunico a Vm^{ce} para a sua inteligência e para que ordene ao respectivo professor que providencie, a fim de que os objetos que se possam aproveitar, sejam removidos para a aula, que pela Lei nº 14 de 19 de novembro último, foi transferida para Caioaba. Cumpre mais que Vm^{ce} faça estranhar ao dito professor, não haver ele pelos meios ao seu alcance dado conta da ocorrência de tal sinistro como lhe cumpria a fim de providenciar-se a respeito.

Deus guarde a Vm^{ce}.

Vice-Presidente Dionísio Alvaro Resendo..

Dr Diretor Geral da Instrução Pública.

Figura 17 - Transcrição do ofício nº 127 (desabamento da escola em Santa Leopoldina).

Fonte: Livro 354, FGNS, p.76.

Ao analisar os documentos oficiais, devemos ter o cuidado para não aceitar os fatos sem uma crítica, é necessário que outros tipos de fontes possam ser pesquisados para confrontar os dados divulgados pelo governo, na perspectiva da história nova,

“se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras” (BURKE, 1992, p. 25), para tentar reconstruir o que realmente aconteceu, para “isso é necessário ler os documentos nas entrelinhas” (BURKE, 1992, p. 25). No caso acima se observa que havia reclamações de professores quanto ao estado precário das escolas, mas não houve providências que evitassem um acidente que poderia ter sido mais grave se o desabamento tivesse ocorrido em horário de aula.

Os relatórios da presidência da Província do Espírito Santo apontam a criação de uma escola pública de segunda classe em 1858 na colônia, mas não tinha um professor nomeado (ALMEIDA MONJARDIM, 1858). Em 1865, havia três escolas funcionando na colônia: uma do pastor Reuther, da Igreja Luterana com 58 alunos; a escola do Capelão Lanstchner, da Igreja católica, com 25 alunos; e, a terceira, do professor contratado pelo governo, professor Passos com 13 alunos (CARMO, 1865, p. 19). Vale observar que o número de alunos que frequentava a escola do pastor era superior às outras duas, possivelmente porque a maioria da população era da religião luterana.

Em 1868, o professor Manoel dos Passos Ferreira Júnior se desligou da escola para se juntar aos Voluntários de Pátria, sendo substituído pelo professor Francisco Rodrigues dos Passos. Esta sala de aula era paga pelo cofre da administração provincial, e havia ainda mais duas escolas particulares: uma do Pastor Hermann Reuther e outra de Gaspar Singer, que recebia salário da administração (SAMPAIO, 1868). Em 1869, a sala de aula do colono Gaspar Singer tinha 23 alunos matriculados e a do professor Francisco Rodrigues dos Passos não tinha alunos (PINHEIRO, 1869, p. 7 (anexo B).

Os documentos comprovam que os imigrantes germânicos sempre fizeram questão de terem uma escola para seus filhos. As dificuldades estavam no número insuficiente de escolas e na permanência dos seus professores que reclamavam dos baixos salários pagos pelo governo.

À partir dos dados encontrados no Recenseamento Geral do Brasil de 1872, analisamos a instrução da Colônia de Santa Leopoldina, comparando-os com a Província do Espírito Santo e o Brasil. Nesse Censo, observa-se que a população brasileira em 1872 era 9.930.478, sendo 1.510.806 (15,2%) de escravos e 8.419.672

(84,8%) livres. O quadro da população livre contém mais informações do que a população escrava, tais como instrução dos homens, mulheres e crianças de 6 a 15 anos e o número de casas. A falta dessas informações na população escrava deve-se ao fato de que os escravos não tinham direito à instrução pública.

Os dados da população livre possuem categorias divididas por pessoas que 'frequentam a escola' ou 'não frequentam'. Vamos analisar a categoria dos dados das crianças de 6 a 15 anos, que era considerada a faixa em idade escolar para depois compará-los com o Espírito Santo e com o Brasil.

Dos dados referentes à população de crianças retirados do Quadro Geral do Recenseamento de 1872, calculamos as respectivas taxas e acrescentamos ainda uma razão entre o número de crianças nas escolas e o total de crianças, conforme demonstra a tabela 17 apresentada a seguir:

TABELA 17 - INSTRUÇÃO NO BRASIL, NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO E NA COLÔNIA DE SANTA LEOPOLDINA EM 1872

Categorias	Brasil	%	E. Santo	%	S. Leopoldina	%
Meninos frequentam escola	155.651	16,5	1.564	22,7	111	56
Meninos que não frequentam escola	786.131	83,5	5.323	77,3	87	44
Total de meninos	941.782	100	6.887	100	198	100
Meninas frequentam escola	165.098	17,2	722	10,6	14	7,8
Meninas que não frequentam escola	795.574	82,8	6.101	89,4	167	92,2
Total de meninas	960.672	100	6.823	100	181	100
Crianças que frequentam a escola	320.749	16,9	2.286	16,7	125	33
Crianças que não frequentam a escola	1.581.705	83,1	11.424	83,3	254	67
Total de crianças em idade de 6 a 15 anos	1.902.454	100	13.710	100	379	100

Fonte: Dados coletados Censo de 1872.
Dados trabalhados pelo autor.

Os dados do Brasil apresentam uma população de crianças em idade escolar totalizando 1.902.454, sendo 941.782 meninos e 960.672 meninas. Constata-se que 320.749 crianças frequentavam as escolas, ou seja, apenas 16,9% estavam sendo instruídas nas escolas do Brasil, e a grande maioria (83,1%) não estava nos bancos da escola. Comparando entre as crianças que frequentavam as escolas, observa-se que o número de meninas era um pouco superior (17,2%) ao dos meninos (16,5%), com uma pequena margem de menos de 1%.

No caso da Província do Espírito Santo, a população de crianças em idade escolar era de 13.710, sendo 6.887 meninos e 6.823 meninas. Contando com apenas 2.286 crianças nas escolas, representando 16,7% em termos relativos, a situação de falta de alunos matriculados nas escolas do Espírito Santo era praticamente a mesma do Império, com a grande maioria fora das escolas (83,3%). Em relação ao gênero, os dados são opostos, havia mais meninos (22,7%) matriculados nas escola do que as meninas (10,6%). A diferença entre os gêneros era de 12,1% a mais para o masculino.

Na Colônia de Santa Leopoldina, o total de crianças era de 379. Frequentam as escolas 111 meninos e 14 meninas, ou seja, 125 matriculados, representando 33% das crianças estavam matriculadas em escolas. Em relação ao gênero das crianças em escolas, os dados demonstram que a presença dos meninos matriculados (56%) era muito superior ao das meninas (7,8%). As matrículas do gênero feminino (7,8%) eram muito inferiores aos da Província do Espírito Santo (10,6%) e do Brasil (17,2%).

Com os dados, podemos inferir que as meninas da Colônia de Santa Leopoldina não tinham incentivos da família para frequentarem a escola. O número reduzido de meninas nos bancos da escola deveu-se à falta de perspectiva de trabalho feminino na comunidade daquela época, o que resultou no baixo número de mulheres na busca da alfabetização.

Eram muitas as dificuldades dos alunos em frequentarem as escolas, mas, para as meninas, eram ainda maiores. As meninas ajudavam as mães nos trabalhos domésticos, trata-se de um quadro geral existente na sociedade daquela época que se manifestava com mais intensidade na Colônia de Santa Leopoldina.

Um dado importante a ser analisado é o número de crianças nas escolas. Muitos pais não incentivavam seus filhos nos estudos, as crianças tinham que fazer as suas tarefas diárias na casa ou na roça, e isso prejudicava a frequência, por isso, as aulas eram ministradas em apenas dois dias por semana. Na época de colheita, os alunos faltavam as aulas. O trabalho da criança na roça “de certa forma, constitui-se um traço cultural que viria a persistir durante muitas gerações” (SEIBEL, 2007, p. 119).

Contata-se pelos dados da tabela 17 que a taxa de alunos matriculados nas escolas em todo o Brasil era de apenas 16,9%, mas a Colônia de Santa Leopoldina tinha uma taxa de 33%, quase o dobro do Brasil e do Espírito Santo, como demonstrado no gráfico 5:

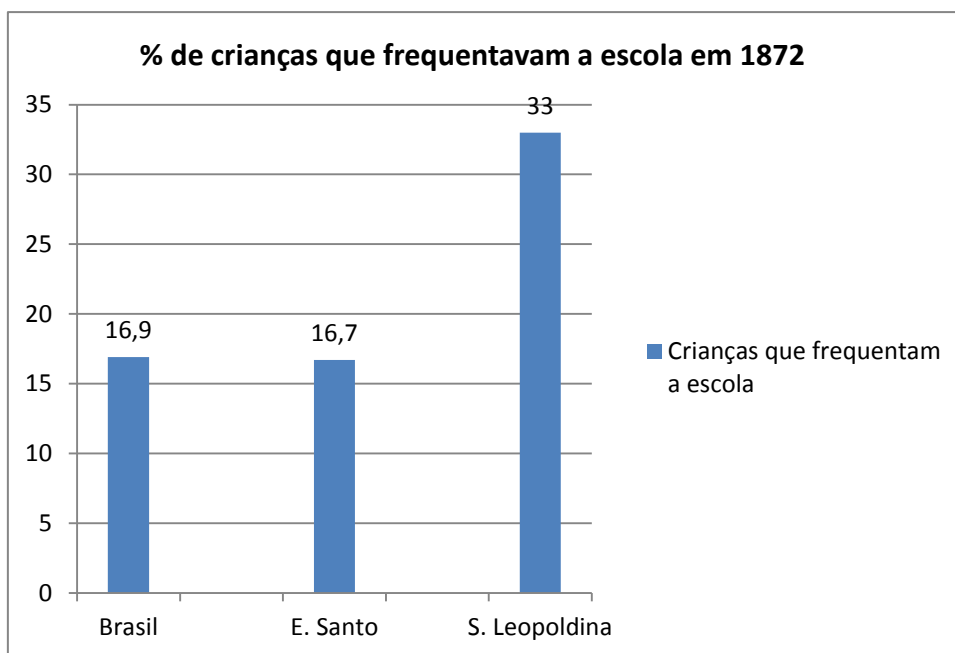


GRÁFICO 5 – PORCENTAGEM DE CRIANÇAS QUE FREQUENTAVAM AS ESCOLAS DO BRASIL, ESPÍRITO SANTO E SANTA LEOPOLDINA EM 1872.

Fonte: Dados retirados do Recenseamento de 1872 e trabalhados pelo autor.

Apesar de ser uma colônia de imigração, criada pouco antes do recenseamento, situada no interior e com mais dificuldades de deslocamento para os alunos, ao comparar-se os seus dados, visualiza-se que relativamente às matrículas, as taxas da Colônia de Santa Leopoldina eram muito superiores as da Província do Espírito Santo e do Império.

O problema do deslocamento dos alunos até as escolas era generalizado, conforme comentário sobre o estado da instrução pública em 1889 no Brasil, “[...] onde vive, no interior do país, uma população muito dispersa, havendo paróquias cuja sede está a cinco, seis, oito quilômetros ou mais da moradia de um grande número de habitantes, [...]” (ALMEIDA, 2000, p. 8).

Quando se compara o número de crianças matriculadas com a população livre encontramos dados interessantes. No Brasil, comparando-se 320.749 crianças nas

escolas do Império com uma população livre de 8.419.672, obtemos um aluno na escola para cada 26,25 habitantes, ou 3,81 % de alunos matriculados nas escolas.

Na Província do Espírito Santo, 2.286 crianças frequentavam as escolas, considerando a população livre de 59.478 pessoas, encontra-se um aluno para cada 26,01 habitantes, ou seja, 3,84 % de alunos matriculados nas escolas. Praticamente a mesma proporção do Brasil.

A Colônia de Santa Leopoldina contava em 1872, com 125 crianças matriculadas nas escolas e uma população livre de 1.455. Com esses números encontra-se a razão de uma criança na escola para cada 11,65 habitantes, ou 8,59% de crianças frequentando as escolas. Comparando as taxas de alunos relativas às matrículas nas escolas, observa-se novamente que os números da Colônia de Santa Leopoldina são mais expressivos que os da Província do Espírito Santo e do Brasil. Com os dados (tabela 18) inferimos que em Santa Leopoldina a valorização dos imigrantes pela educação dos seus filhos foi diferente que a do Brasil.

TABELA 18 - TAXAS DE MATRÍCULAS (EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO LIVRE) DE ALUNOS NO BRASIL, ESPÍRITO SANTO E SANTA LEOPOLDINA EM 1872

Locais	Alunos matriculados	População	% de matrículas
Brasil	320749	8.419.672	3,81
Província do ES	2286	59.478	3,84
S. Leopoldina	125	1.455	8,59

Fonte: Dados retirados do Recenseamento de 1872.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

As taxas apresentadas acima referem-se aos dados da população “livre”, pois os “não livres” (escravos) não tinham direito a frequentarem as escolas públicas, portanto não foram computados no total da população. A visualização das taxas expostas acima está no gráfico 6 abaixo:

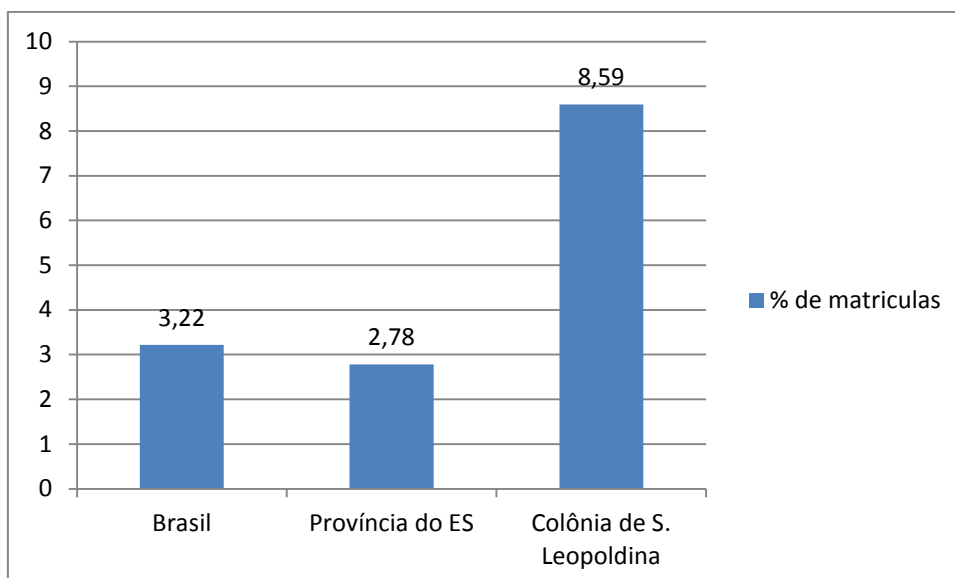


GRÁFICO 6 – TAXAS DE MATRÍCULAS DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO LIVRE DO BRASIL, DO ESPÍRITO SANTO E DE SANTA LEOPOLDINA, EM 1872

Fonte: Recenseamento de 1872.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Buscando estabelecer a mesma relação, nos apoiamos em Roche (1968) com os dados do recenseamento do Espírito Santo de 1950, para verificar as taxas de alfabetização dos municípios de Santa Leopoldina e Domingos Martins, ex-colônias da imigração germânica, que apresentavam altas taxa de alfabetização em relação ao Estado do Espírito Santo. Os dados de Roche demonstram que a taxa de alfabetização de Santa Leopoldina naquele ano foi 55%, Domingos Martins (antiga Colônia de Santa Isabel) 50%, seguidos de Itaguaçu com 44% (p. 296). Para que se tenha maior clareza do assunto (conforme tabela apresentada Roche na página 226), havia 710.762 indivíduos maiores de cinco anos no Estado do ES, e apenas 291.162 sabiam ler e escrever, portanto a taxa de alfabetização estadual era de 40,9 %, ou seja, bem menor que os três municípios acima citados.

Weber (1998) tomou os dados de um levantamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de 1987 e constatou que o índice de analfabetos entre os descendentes pomeranos luteranos da Região Centro-Serrana do Estado do Espírito Santo era de aproximadamente 6,32%, o que confirma uma alta taxa de alfabetização mais de 40 anos depois de Roche.

Os números apresentados por Roche e Weber são interessantes, para refletirmos sobre o papel da colonização e a escolarização germânica, pensarmos em

pesquisar outros municípios que receberam imigração de outras nacionalidades, e fazermos comparações entre elas.

Retornando ao relato histórico da criação de escolas, com o crescimento da população, a administração provincial anunciou, em agosto de 1873, a criação de várias escolas femininas na Província do Espírito Santo, dentre elas uma em Mangaraí, na Colônia de Santa Leopoldina²².

A administração provincial não tinha condições de construir escolas, naquela época as aulas funcionavam nas casas alugadas. Em 1873, só havia uma escola pública na sede Colônia de Santa Leopoldina, a defasagem em relação ao número de escolas era tão grande que o Governo Imperial autorizou a construção de duas escolas de uma só vez (figura 18):

Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1873.

Reconhecendo ser urgente desenvolver a instrução primária na Colônia de Santa Leopoldina, onde uma só escola é insuficiente ao ensino, principalmente por causa das distâncias que residem as famílias, autorizo a V. E^{xa}. a mandar construir, sem demora, duas casas apropriadas às aulas mediante a despesa de dois contos de réis (2:000\$000) cada uma, sendo colocadas nos lugares mais convenientes, à escolha do comissário do Governo daquela colônia, Conselheiro Thomaz José Pinto de Serqueira, dependendo de aprovação de V. E^{xa}. juntamente deverá V. Exa. nomear mais um professor devidamente habilitado, ao qual e ao atual mandará abonar vencimento equivalente ao que perceberão os empregados da mesma ordem pagos pelos cofres dessa província.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

José Fernandes da Costa Pereira Júnior

Cumpra-se e archive-se- Palácio do Governo do Espírito Santo em 18 de setembro de 1873.

Figura 18 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura para a criação de duas escolas em 13/09/1873.

Fonte: Livro 17, Fundo Educação, p. 35, da 5ª secção.

Podemos deduzir que havia somente um professor atuando na sede da Colônia de Santa Leopoldina, e em portaria datada de 31 de outubro de 1873 o governo fez referência a este professor e deu ordens para o pagamento do seu salário²³.

²² Livro 357, ofício de 02/08/1873.

²³ Portaria datada de 14 de outubro de 1873, livro 17, Fundo Educação, p. 71, da 5ª secção.

A desinformação dos governantes a respeito da colônia era evidente, como podemos constatar num ofício emitido em 12 de fevereiro de 1873, pelo Ministro dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Rio de Janeiro, ao Presidente da Província do Espírito Santo, solicitando que fosse a ele informado acerca das necessidades da Colônia de Santa Leopoldina, e que declarasse se existia na colônia prédio apropriado a uma escola e ainda se existia igreja católica²⁴.

As distâncias, as dificuldades de transportes e a precariedade de comunicação da época, provocaram certa lentidão das tomadas de decisões. Além disso, a visão dos governantes a respeito de Santa Leopoldina era limitada, pois conheciam a colônia por meio de uma lente de outros funcionários públicos.

O pedido de contratação de professores para o ensino de língua estrangeira não se limitou aos imigrantes de origem germânica; os italianos localizados no núcleo de Santa Teresa, que pertencia à Colônia de Santa Leopoldina, em 1874, também solicitaram professor que ensinasse em italiano²⁵, conforme ofício transcrito na figura 19 seguir:

Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1874.

Acusando o recebimento do ofício de V. E^{xa}. de 19 de junho último, acompanhado de informação prestada pelo Diretor interino da Colônia de Santa Leopoldina sobre o requerimento em que alguns imigrantes italianos ultimamente estabelecidos na mesma colônia pedem um professor que ensine aos seus filhos a língua italiana, declaro que fica V. E^{xa}. autorizado a cometer a tarefa do ensino desta língua ao italiano Paol Giuseppe, indicado pelos peticionários, mediante a gratificação anual de quinhentos mil réis (500\$000), obrigando a ele a dar também aos adultos lições nos domingos.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

José Fernandes da Costa Pereira Júnior

Figura 19 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura autorizando a contratação do professor Paol Giuseppe em 21/07/1874

Fonte: Livro 17, Fundo Educação, p. 57, da 1ª secção.

Com um salário anual de 500\$000 o professor Paol Giuseppe trabalhou na escola particular de ensino na língua italiana em Santa Teresa até 14 de setembro de 1876.

²⁴ Livro 11, Fundo Governadoria Novas séries.

²⁵ Ofício 21 de julho de 1874 do Governo Imperial, Livro 17, Fundo Educação, p. 57, 1ª secção, APEES, Ministério dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Rio de Janeiro.

O governo determinou que o professor também trabalhasse aos domingos com alunos adultos²⁶. Dois anos mais tarde, em 1876, o mesmo professor foi demitido do cargo sem explicação das causas da demissão (Livro 12, Fundo Governadoria Novas Séries, p.115).

Em 1875, havia 274 alunos matriculados em cinco escolas da colônia: três professores eram alemães, sendo um deles o pastor George Hertz, e dois brasileiros. Não havia uma escola feminina funcionando na colônia (PEIXOTO, 1875). Em 1870, foi criada uma escola para meninas em Santa Leopoldina, entretanto, os registros de professores demonstram que somente no final de 1875 foi nomeada Ambrosina Colares Barroso, a primeira professora da colônia (figura 20):

Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1875.

Declaro a V. E^{xa}. em reposta ao seu ofício de 18 de novembro último, que aprovo o ato pelo qual nomeou D. Ambrosina Colares Barroso para o cargo de professora de 1^a classe e trabalhos de agulhas da Colônia de Santa Leopoldina percebendo a gratificação mensal de 50\$000 réis.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

Cumpra-se. E archive-se

Diretor da Colônia de Santa Leopoldina

Figura 20 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura nomeando a professora Ambrosina Colares Barroso em 17/12/1875.

Fonte: Livro 12, Fundo Governadoria Novas séries, p.16, 3^a secção, 17/12/1875.

A professora trabalhou até 1877, quando foi exonerada e contratou-se a professora Firmiana Correia de Souza com um salário de 50\$000 mensais²⁷. De acordo com dados governamentais, a partir de 1878, a escola feminina ficou novamente sem professora até 1881 (TOSTES, 1881).

Em 1876, o Governo Imperial autorizou a criação de uma nova escola de primeiras letras em Mangaraí no distrito da Colônia de Santa Leopoldina (figura 21):

²⁶ Livro 12, Fundo Governadoria Novas Séries, 3^a secção.

²⁷ Livro 13, Fundo Governadoria Novas Séries, ofício 33, de 09/08/1877.

Diretoria da Agricultura

Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 9 de janeiro de 1876.

Autorizo a V. Exa. a criar uma escola de primeiras letras na localidade que demora entre a capela católica do rio do Galo e Mangarahy, na Colônia de Santa Leopoldina e a nomear, mediante concurso, o respectivo professor arbitrando-lhe o ordenado de oitocentos mil réis (800\$000) anuais.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

Thomaz Jose Coelho D'Almeida

Cumpra-se, lavre o ato de criação da escola, e proponha o concurso-

Comunique a Tesouraria da Fazenda e ao Diretor da Colônia de Santa Leopoldina.

Palácio do Governo do Espírito Santo em 23 de fevereiro de 1876.

Figura 21 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura para a criação de uma nova escola e nomeação de um professor, em 9/01/1876, em Santa Leopoldina.

Fonte: Livro 12, Fundo Governadoria Novas Séries, 3ª secção.

Muitas vezes não eram feitos concursos para lecionar, os professores atuavam interinamente, era uma maneira de providenciar um professor com mais facilidade. Havia uma permissão da legislação que liberava essa prática em escolas de Segunda Classe, mas “com a obrigação de prestarem concurso dentro do prazo de um ano” (CORREA, 1871, p. 39).

Outras vezes os professores concursados demoravam em ser nomeados para o trabalho, como foi o caso do professor Manoel Amâncio de Barros, após ser habilitado em concurso, para reger escola nova criada num distrito da Colônia de Santa Leopoldina, em 1876 (figura 22):

Observa-se, no ofício, a demora em nomear o professor que foi aprovado em concurso em fevereiro, mas só foi declarado efetivado em agosto de 1876. Por meio da pesquisa, constatamos que o professor não ficou muito tempo trabalhando nesta nova escola. Em 26 de outubro de 1876 solicitou exoneração do cargo que ocupava e recebeu a resposta do pedido de sua exoneração em 10 de novembro de 1876, certamente uma resposta mais rápida que a nomeação (livro 12, FGNS, p. 78, 10/11/1876).

Diretoria da Agricultura

Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 23 de agosto de 1876.

Em ofício de 25 do mês próximo passado, comunicou V. E^{xa}. haver nomeado para reger efetivamente a escola criada, na Colônia de Santa Leopoldina, por aviso de 24 de fevereiro último, o cidadão Manoel Amâncio de Barros, que em concurso mostrou-se habilitado.

Em resposta declaro que aprovo o ato dessa Presidência.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

Thomaz Jose Coelho D'Almeida

Cumpra-se, comunique e archive-se.

Palácio do Governo do Espírito Santo.

1º de setembro de 1876.

Sr. Presidente da Província do Espírito Santo.

Figura 22 - Transcrição do ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura com a nomeação de um professor em Santa Leopoldina, em 23/08/1876

Fonte: Livro 12, FGNS, p. 52, 3ª secção, 23/08/1876.

Muitos dados referentes às escolas talvez não possam mais ser recuperados, como foi constatado na pesquisa ao códice 157, cujo título é “Matrículas de professores primários das Escolas do sexo feminino da Província do ES no período de 1878 a 1892”. No índice, consta uma lista de 61 localidades com as respectivas escolas. Nas páginas 22, 23 e 24, encontra-se registrada a escola em Santa Leopoldina de “Mangarahy”, hoje o distrito denominado Mangaraí, distante 15 km da sede de Santa Leopoldina. Nas páginas de 81 a 84, está registrado o “Distrito de Santa Leopoldina”. Nas páginas 139 e 140, está registrada a localidade “Cidade do Porto de Cachoeiro”, ou seja, a sede de Santa Leopoldina. Nas páginas 108 e 109 está registrada uma escola mista na localidade de Santa Teresa. Infelizmente, este importante livro para a pesquisa está incompleto, faltam páginas onde deveriam estar os registros de várias escolas.

Vale lembrar que a criação de uma escola não significava que funcionasse imediatamente. Por causa da falta de professores, havia dificuldades de aparecerem candidatos em alguns locais, e, não raro, as escolas permanecerem vagas por um bom tempo. Este era um problema na Província do Espírito Santo e na Colônia de Santa Leopoldina não era diferente. No Brasil, o número de escolas crescia a passos lentos, em todo o Império em 1832, eram 162 escolas de meninos e 18 de

meninas, [...] sobre essas 180 escolas, havia ao menos 40, nos quais o lugar do professor estava vacante, e, deste número, 8 eram escolas de meninas” (ALMEIDA, 1888, p. 61). No caso das escolas de meninas era mais difícil a colocação dos professores, porque “[...] naquele tempo a instrução das mulheres era nula ou quase nula e, doutra feita, os hábitos e costumes quase não permitiam à mulher exercer uma função pública” (ALMEIDA, 1888, p. 61).

Em Porto de Cachoeiro, sede da Colônia de Santa Leopoldina, a situação da falta de escolas para meninas era semelhante ao restante da província, só havia uma escola feminina, mesmo assim, ficou sem professora até 1879, quando assumiu a professora Ana Abreu Peixoto e Silva:

Existem criadas e funcionam regularmente duas escolas de instrução primária na Colônia de Santa Leopoldina sustentada pelos cofres provinciais, sendo uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, e não tem sido provida desde 1878 (TOSTES, 1881, p. 9).

A professora Clemencia Maria Pinto Rezende foi designada para trabalhar na escola feminina em Santa Leopoldina, pela resolução de 14 de junho de 1879, para entrar em exercício em 8 de julho de 1879. Constatamos que essa professora não assumiu a sua cadeira alegando não encontrar moradia e nem sala para a sua escola. Ao tomar conhecimento do fato, o Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, Dr. Herculano Marcos Inglês de Souza, determinou que a professora voltasse imediatamente ao trabalho, pois no ponto de vista do inspetor não havia falta de “prédios apropriados para a residência da professora e sede da escola”²⁸.

Não se sabe ao certo se nesta época a colônia dispunha de instalações apropriadas para a escola, mas a professora não retornou a Santa Leopoldina, por isso, no mês seguinte à advertência do Inspetor, foi declarada avulsa, ou seja, sem vínculo empregatício e sem salário:

Achando-se esta professora fora do exercício, devido à força maior, como alegou por despacho de 11 de julho de 1882, foi-lhe marcado o prazo de 15 dias para ir tomar conta de sua cadeira, e não o tendo feito, ficou avulsa por ato de 21 do mês de agosto do citado ano (Livro 361, Fundo Governadoria, Série 751, p. 10, ofício nº 129, de 21/08/1882).

Naquela época, a questão de gênero entre os imigrantes não era diferente do Brasil e do mundo, a mulher tinha um papel secundário dentro da sociedade, ainda mais

²⁸ Livro 361, Fundo Governadoria, Série 751, p. 4, ofício nº 1, de 12/07/1882.

no interior onde ainda a criança era usada para fazer as atividades domésticas em detrimento aos estudos:

[...] a menina desempenhava funções específicas e importantes no trabalho doméstico, que os homens não estavam sujeitos a realizar, como lavar, passar, coser, remendar, cozinhar, bordar, educar as crianças na esfera moral e religiosa. Desse modo, a escolarização das meninas estava muito atrelada ao papel social que desempenhariam futuramente, no interior da sociedade daquela época: o de mãe de família (MASCHIO, 2011, p. 229).

Dentro de uma sociedade em que a mulher era criada para ser dona de casa, tornar-se uma professora era uma tarefa muito difícil.

Na consulta ao códice 17 do Fundo Educação, que tem como título “Matrículas dos professores da escola pública primária do ES”, no período de 1878 a 1888, observou-se no índice do livro, uma parte do livro com o sub-título “Escolas Mistas”²⁹, onde há o registro de 50 localidades no Espírito Santo com escolas mistas, sendo que na capital (Vitória) constam sete cadeiras³⁰.

O livro tem o registro de vários nomes de professores que atuaram em Santa Leopoldina. Foi o meu primeiro contato com uma fonte primária que revelava nomes dos ex-professores da colônia. Com estas informações, juntamente com outras, foi possível fazer um levantamento dos nomes dos professores que atuaram em Santa Leopoldina, que será apresentado ainda neste capítulo.

Neste livro, encontram-se registros de professores que atuaram em Santa Leopoldina, tais como: a data que entrou em exercício da função, a data da remoção ou exoneração com as suas respectivas resoluções, se interino³¹ ou efetivo, e algumas observações a respeito do professor.

Em Santa Teresa, que pertencia à Comarca de Santa Leopoldina, a professora Maria Pereira da Conceição Loureiro trabalhou numa escola mista criada pela Lei de nº 18 de 17/08/1888. Pelo ato nº 253 de 20/07/1890 foi transferida para outra escola

²⁹ Escolas mistas eram escolas cujas classes eram formadas por meninas e meninos.

³⁰ O termo cadeira refere-se a escola que o professor ocupava.

³¹ O termo interino referia-se a situação profissional da professora, que trabalhava provisoriamente na escola, exercendo a função da professora titular da escola, até que um professor fosse nomeado oficialmente efetivo por meio de concurso público.

mista em Petrópolis (Livro 31, Fundo Educação, ofícios 1883-1891, p.181). Mais tarde, registrou-se a criação de uma escola do sexo feminino em 1893 em que ela foi a primeira professora:

Esta escola era do sexo masculino e fora subvencionada com a quantia de 400\$000. Em 3/12/89, em virtude do decreto do Dr. Affonso Cláudio foi suprimida por não ter exame a professora depois que foi a cadeira considerada mista, digo, do sexo feminino, sendo sua primeira professora D. Maria Pereira da Conceição Loureiro, que assumiu o exercício a seis de maio de 93 e removida por ato de três de novembro do mesmo ano para a cidade de Nova Almeida (Livro 17 Fundo Educação, p. 49, ato de 29/04/1893).

As dificuldades com o aluguel e as precárias condições das escolas perduraram por muito tempo na Colônia de Santa Leopoldina. Numa visita do Inspetor de Instrução Pública do Espírito Santo, em 1882, um jornal denunciou os problemas nas escolas (figura 23):

Visita às escolas- Seguiu ontem com destino a freguesia do Queimado, Mangarahy, Santa Leopoldina, Santa Izabel e Cariacica o Sr. Dr. Pessanha Póvoa, Inspetor de Instrução Pública desta Província.

Estamos informados que vai instalar a escola do sexo masculino, da freguesia do Queimado, na nova casa que a província adquiriu ali por adjudicação. A casa que é própria provincial pertencera a um empregado de Fazenda, que ficara alcançado com esta.

Aí o Sr. Inspetor fará às visitas as escolas e seguirá depois para as outras freguesias.

Consta-nos que o seu principal fim é habilitar o Governo da Província para poder possuir ou alugar casas na freguesia de Santa Leopoldina, onde, devido ao excessivo preço do aluguel, as escolas funcionam em casas que não oferecem condições necessárias.

Figura 23 - Transcrição da notícia das visitas do Inspetor de Instrução Pública da Província do Espírito Santo em 1882

Fonte: Jornal a Província do Espírito Santo, Vitória, 22/03/1882.

O inspetor Dr. Pessanha Póvoa visitou uma escola do sexo masculino em Santa Leopoldina, e constatou 28 alunos frequentando, de um total de 41 alunos matriculados. A falta observada dos 13 alunos foi justificada pelas chuvas constantes na sede da escola. No dia da visita, o Inspetor aplicou “rigorosos” exames aos alunos da 2ª e 3ª série e pelo resultado obtido, o professor Ponciano foi elogiado por seu zelo e interesse no magistério. O inspetor continuou o seu trabalho visitando uma escola de Ribeirão dos Pardos, localizada a uma distância de duas léguas (A Província do Espírito Santo, Vitória, 29/03/82).

A manutenção das escolas dependia do número de alunos matriculados, e esses dados eram solicitados anualmente pelos inspetores para encaminhar para as estatísticas da administração provincial. Nas análises aos relatórios provinciais observa-se que eram constantes as reclamações dos governantes em relação aos professores que não enviavam os dados. Pode-se presumir que alguns professores, ao reterem os dados estatísticos, retardavam ou mesmo impossibilitavam certas decisões do governo com o propósito de garantir seus empregos, pois salas com poucos alunos poderiam ser fechadas.

Há ainda casos de envio de números falsos, superiores aos dados reais, da parte de professores da Colônia de Santa Leopoldina, mas que foram descobertos pela administração por causa de denúncias de moradores da região. Um dos casos aconteceu em 1859, quando o Jornal “Correio da Vitória” divulgou dados do governo a respeito do número de alunos matriculados em toda província, então, um morador não identificado, ao tomar conhecimento dos números divulgados sobre Santa Leopoldina, fez uma denuncia informando que a escola tinha somente quatro alunos (figura 24).

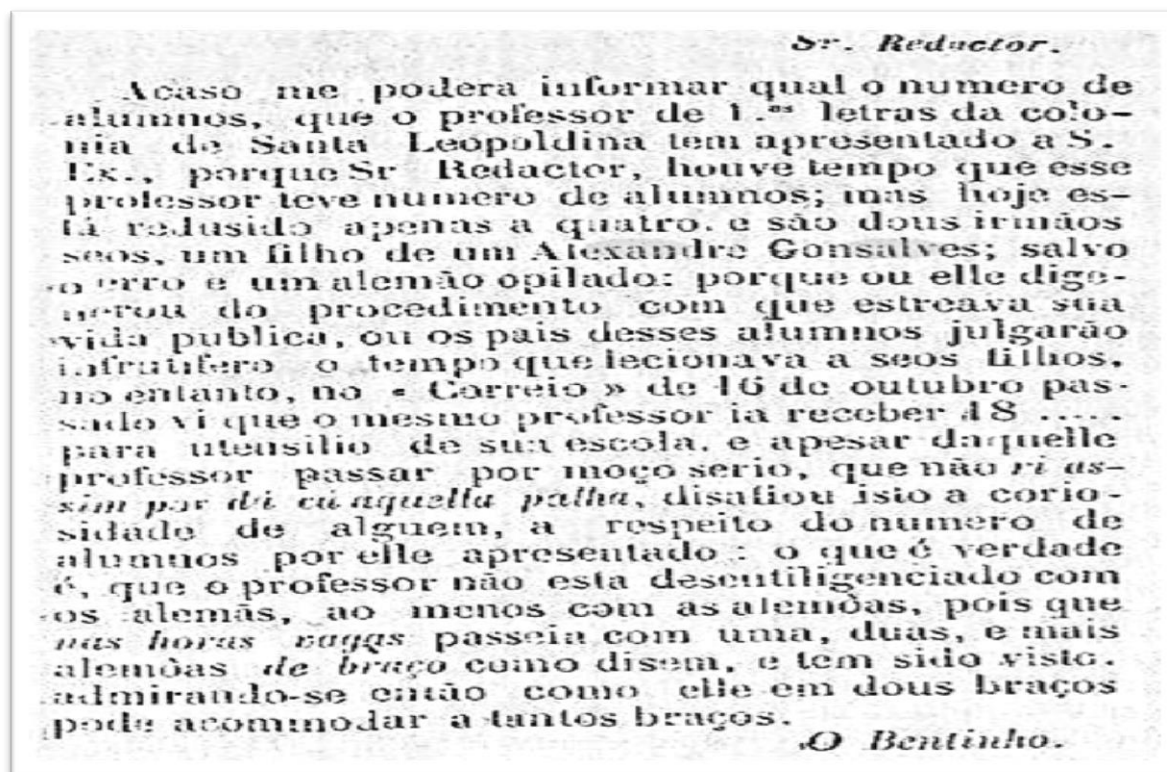


Figura 24 - Denúncia a respeito de um professor de Santa Leopoldina em 1859
Fonte: Correio da Vitória, Vitória, p. 4, 08/01/1859.

Outro fato grave aconteceu em 1868 com a prisão de um professor de Santa Leopoldina. Nas pesquisas feitas, não foi possível identificar o nome e o motivo da decisão das autoridades em determinar a prisão do professor (figura 25):

Nº 94 - Palácio, 30 de novembro de 1868.

Remeto a Vm^{ce} para a conhecimento e fins convenientes cópia do ofício que o Dr. Chefe de Polícia me dirigiu em data de 28 do presente mês, sob nº 390, relativamente a prisão do professor de 1^{as} letras de Cachoeiro de Santa Leopoldina, efetuada por ordem do respectivo sub-delegado, ficando o fim satisfeito o que Vm^{ce} pede em ofício de 2 do mês próximo passado, sob nº 120.

Deus Guarde a Vm^{ce} - Luiz Antônio Fernandes Pinheiro-
Sr Diretor Geral da Instrução Pública.

Figura 25 - Transcrição do ofício nº 94 (prisão do professor em S. Leopoldina em 30/11/1868)

Fonte: Livro 354, Fundo Governadoria, série 751.

Mais um caso de manipulação de dados de alunos ocorreu anos mais tarde em 1886, numa denúncia no jornal “A Folha de Vitória” (figura 26):

Comunica-nos um amigo de Mangarahy que a escola de “Holanda” funciona atualmente com uma frequência de quatro alunos, isto mesmo com a maior irregularidade.

Achamos acertada a supressão daquela aula, que de nada interessa à instrução pública da província.

Figura 26 - Transcrição da denúncia de um leitor, em 1886, em Santa Leopoldina

Fonte: Folha da Vitória, Vitória, p. 4, 18/04/1886.

Um professor da escola de Holanda, na freguesia de Mangaraí, mantinha uma escola funcionando com apenas quatro alunos. O fato foi comunicado ao Jornal que publicou a denúncia. O Presidente da Província do Espírito Santo, diante da denúncia do jornal, tomou as providências para apurar a veracidade dos fatos para decidir em manter ou não a escola em funcionamento:

Palácio do Governo da Província do Espírito Santo.
Em 20 de abril de 1886

Nº 78- 1^a secção-

Havendo o periódico A Folha de Vitória de 18 do corrente noticiado que a escola do lugar denominado Holanda, na freguesia de Mangarahy, funciona atualmente com frequencia de quatro alunos e este mesmo com a maior irregularidade, convém que com urgência, nos informe se é exata aquela matéria, a fim de que se resolva sobre a continuação ou supressão daquela escola.

Deus guarde a V. E^{xa}
Antônio Joaquim Rodrigues

Figura 27 - Transcrição do Ofício nº 78 (irregularidade na escola de Holanda, em 20/04/1886)

Fonte: Livro 361, ofício 78, de 20/04/1886, p. 108.

Em 1878, a administração da província enfrentou dificuldades com as despesas da colônia e chegou a dar ordens para se reduzir os salários de todos os funcionários. Em relação aos professores, determinou a redução dos “vencimentos” para um auxílio mensal de 15\$000 em cada escola na colônia. Também, sugeriu que o professor completasse a renda com uma mensalidade a ser combinada com os pais dos alunos. Na relação dos funcionários consta o nome de quatro professores e duas professoras: Francisco Antônio Ribeiro com salário de 850\$000, Gonçalo Pinto de Azevedo com salário de 850\$000, Rudolf Muller com salário de 800\$000, Paol Giuseppe com salário de 600\$000, Henriqueta Carolina M. Freitas Guimarães e Fismiana Correia de Souza com salário de 600\$000. Observa-se, com os dados acima, que os professores públicos ganhavam mais que os professores particulares, e mais que as mulheres as quais tinham os menores salários entre todos eles.

Os registros comprovam que Fismiana Correia de Souza começou a trabalhar em Santa Leopoldina em 1877 e saiu em 1878, mas não temos dados que indiquem que ela tenha saído por causa da redução de salário.

Em 1886, Santa Leopoldina contava com 11 professores sendo nove do sexo masculino e duas do sexo feminino, conforme dados divulgados pelo governo e demonstrados na tabela 19:

TABELA 19 - RELAÇÃO DE ESCOLAS DE SANTA LEOPOLDINA EM 1886

Localidades	Professores	Vinculo	Criação da cadeira	Classe	Sexo	Alunos
Porto de Cachoeiro	Porciano Fialho de Menezes	efetivo	13/11/1875	3ª	Masculino	63
Porto de Cachoeiro	Aurea de Abreu Peixoto e Silva	efetivo	09/05/1879	3ª	Feminino	22
Ribeirão dos Pardos	Francisco Rodrigues dos Passos	efetivo	04/05/1877	4ª	Masculino	21
Santa Tereza	João Pedro Simões	efetivo	08/05/1884	4ª	Masculino	35
Queimado	Franciso Pereira Pinto Coutinho	interino	12/04/1828	4ª	Masculino	24
Itaiobaya	José Pereira Duarte do N. Neves	efetivo	14/11/1874	4ª	Masculino	35
Mangarai	Tertuliano Pinto de Andrade	efetivo	19/07/1853	3ª	Masculino	31
Mangarai	Cercilia Lauriano do Bonfim Rosa	interino	08/05/1884	3ª	Feminino	21
Rio do Meio	Manoel do L. Bonfim Junior	efetivo	30/10/1872	4ª	Masculino	16
Holanda	Francisco Augusto de Araújo	efetivo	15/09/1882	4ª	Masculino	25
Una de Santa Maria	Domingos Rodrigues Batalha	efetivo	03/07/1861	4ª	Masculino	15
					Total	308

Fonte: Mapa número 9 - Dr Domingos Gomes Barroso- Secretaria de Instrução Pública da província do Espírito Santo, em 31/08/1886.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Somente em 1884 a administração provincial efetivou o professor para trabalhar em Petrópolis, descendo a serra de Santa Teresa, sendo o seu primeiro professor efetivo João Pedro Simões. Em 1885, foi contratado Francisco José dos Santos Salles, o primeiro professor público de escolas de primeiras letras na Vila de Santa Teresa³².

A baixa permanência de professores nas escolas públicas da Colônia de Santa Leopoldina era um fator de dificuldade para a administração da província e para os alunos, que mal conheciam os novos mestres e logo depois eles saíam da escola. Havia muitas remoções, exonerações e até desistência dos professores designados. Alguns professores ficaram pouquíssimo tempo nas escolas. A interrupção provocava a fragmentação dos conteúdos e a queda de ritmo do trabalho escolar que certamente interferiram no rendimento dos alunos. Podemos questionar que tipo de trabalho eles exerceram em tão pouco tempo na escola. Apresento alguns casos que encontrei na documentação:

O professor Manoel Correa do Nascimento foi nomeado para trabalhar na escola de Mangaraí em 14 de julho de 1869 e foi removido para Santa Cruz em 16 de setembro de 1869, ou seja, atuou apenas dois meses na escola. Antônio Gomes Pereira, nomeado para a escola de Mangaraí em 28 de janeiro de 1878, foi removido menos de dois meses depois para Santa Izabel em 11 de março de 1878. O professor Francisco Antônio Ribeiro, nomeado em 08 de março de 1877 interinamente para a escola do Porto de Cachoeiro, foi demitido em 20 de setembro de 1877.

O professor João da Vitória Coutinho foi removido em 24 de fevereiro de 1887 da escola de 'Tanque' para a escola de Ribeirão dos Pardos e foi declarado avulso em menos de quatro meses em 22 de junho de 1887. O professor Joaquim Manoel de Almeida trabalhou numa escola localizada no terreno de um colono chamado Simão Walker, em Suíça, assumiu em 11 de setembro de 1889 e foi removido pouco mais de um mês para a escola de Taquarassú em Cariacica, em 16 de outubro de 1889³³. O professor Palmerindo Alvaro Martins foi nomeado em 01 de outubro de 1877 para trabalhar na escola de Porto de Cachoeiro em 08 de novembro de 1877, tirou 30

³² Livro 361, Fundo Governadoria, série 751, p. 54, nº 9, de 13/01/1885.

³³ Caixa 07, Fundo Educação. Ofícios 1882-1889.

dias de licença sem vencimentos para tratar de negócios do seu interesse na capital, mas em 16 de janeiro de 1878, pediu exoneração e não retornou, permanecendo pouco mais de 30 dias no cargo³⁴.

A professora Permínia dos Santos Mulullo trabalhou na escola feminina a partir de 16 de maio de 1894 sendo removida em 27 de agosto de 1895 para a cidade de São Mateus. A professora retornou em 08 de agosto de 1896 e logo depois, em 20 de novembro de 1896, foi exonerada³⁵. Na escola mista pública criada em Santa Teresa em 29 de abril de 1894, a primeira professora, Maria Pereira da Conceição Loureiro, assumiu em 06 de maio de 1893 e a seu pedido foi removida menos de sete meses depois para a escola de Nova Almeida, em 30 de novembro de 1893. O professor Francisco Pereira Pinto Coutinho veio transferido da escola de Queimado, na cidade de Serra para a escola de Suíça, distrito de Santa Leopoldina; assumiu em 16 de outubro de 1889 e retornou para a mesma escola em 05 de dezembro de 1889.

Outros professores nem chegaram a assumir as escolas, como o professor João da Vitória Coutinho, designado para as aulas em Ribeirão dos Pardos em 24 de fevereiro de 1877, mas foi declarado avulso em 12 de junho de 1887, por não ter assumido as suas funções³⁶. Também o professor Severo da Rocha Pinto, designado para atuar na escola de Ribeirão dos Pardos, foi demitido em 27 de setembro de 1887 por não ter assumido a função³⁷.

Por meio desta pesquisa pode-se inferir que a baixa permanência do professor na escola foi mais um fator que dificultou o avanço da instrução nas escolas primárias de Santa Leopoldina.

O APEES dispõe de mapas antigos do Espírito Santo, inclusive vários da Colônia de Santa Leopoldina, que podem ser pesquisados. De posse dos nomes dos imigrantes e números dos lotes, buscou-se identificar nos mapas as escolas e lotes dos

³⁴ Livro 358. Fundo Governadoria, Série 751. Correspondências com diversos funcionários da Instrução Pública:1874-1877.

³⁵ Livro 17, Fundo Educação. Matrícula dos professores da Escola Primária do Espírito Santo: 1878-1888..

³⁶ Livro 17, Fundo Educação. Matrícula dos professores da Escola Primária do Espírito Santo: 1878-1888.

³⁷ Livro 164, Fundo Educação. Matrícula dos professores públicos da província do Espírito Santo: 1873-1890.

professores que atuaram na colônia. Foi possível localizar uma escola no lote 37 do colono chamado Simão Walker (figura 28). Nesse lote, funcionou uma escola pública em Luxemburgo, distrito de Santa Leopoldina:

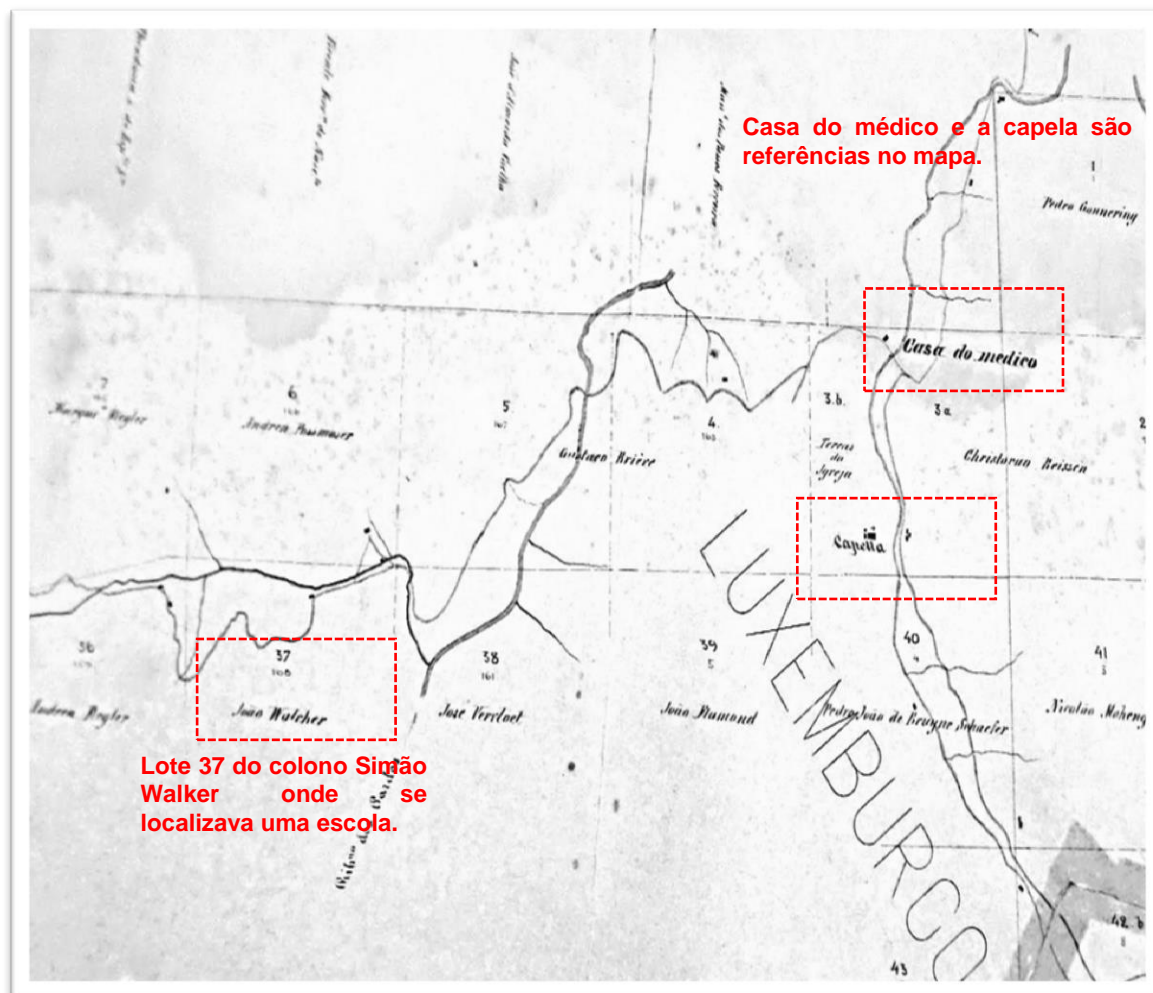


Figura 28: Mapa com a localização de uma escola no lote nº 37 do colono Simão Walker, em Luxemburgo, colônia de Santa Leopoldina

Fonte: Mapa dos prazos da Colônia de Santa Leopoldina em 1864 (APEES).

Os professores que estabeleceram moradias na região, logicamente tiveram uma permanência maior nas escolas, como o caso de Francisco Rodrigues dos Passos, que trabalhou de 1865 até 1887. A consulta aos livros de estatística da Colônia de Santa Leopoldina, permitiu constatar que o professor adquiriu o lote de terras número 66, em 1875. A partir do mapa dos lotes, identificou-se o local exato onde o professor se estabeleceu na colônia (figura 29).

De acordo com os registros, Francisco Rodrigues dos Passos era casado e tinha seis filhos. Era também lavrador e lecionava numa escola perto de sua casa em

Ribeirão dos Pardos (Livro 353, Fundo Governadoria, Série 751; Livro 184, Fundo Agricultura, série DCTC, 1875).

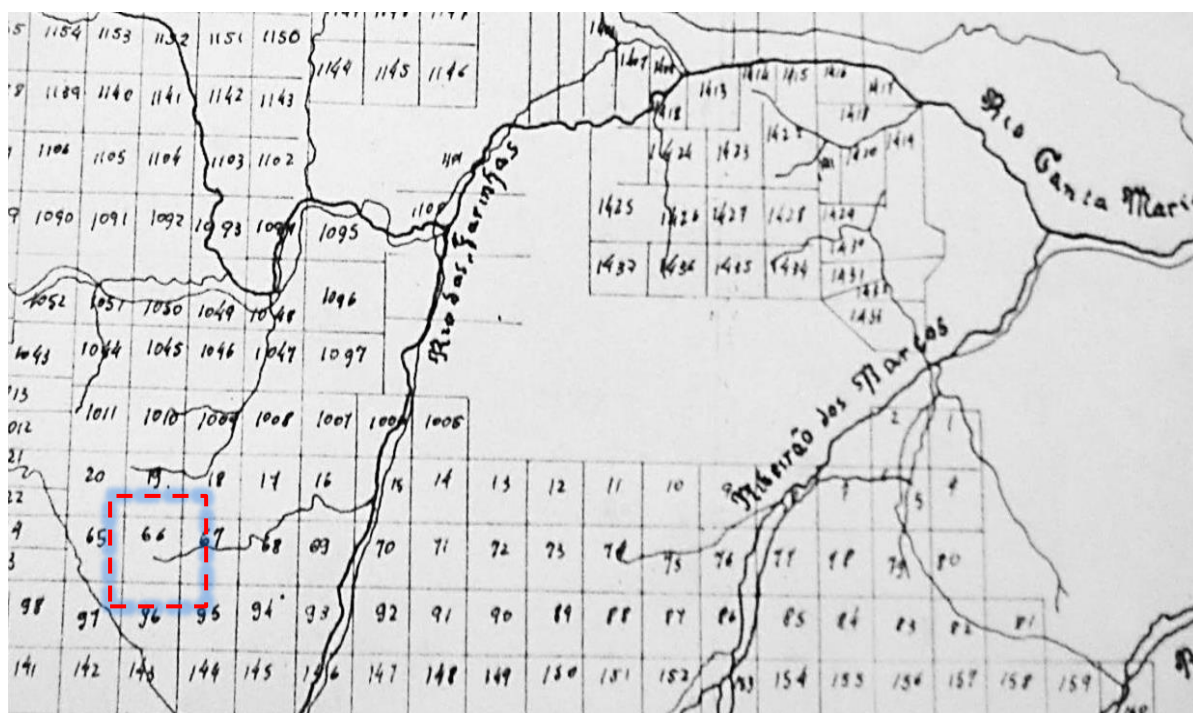


Figura 29 - Mapa com a localização do lote nº 66 do professor Francisco Rodrigues dos Passos
 Fonte: Mapa dos prazos da Colônia de Santa Leopoldina em 1864 (APEES).

Com a elevação da Vila de Santa Leopoldina do Cachoeiro para a categoria de cidade em 1890 (Decreto nº 19 em 12/04/1890), os salários dos professores públicos que trabalhavam na sede do Porto de Cachoeiro, foram aumentados para 1:000\$000 réis anuais³⁸.

3.2 ESCOLAS PAROQUIAIS E COMUNITÁRIAS

Os povos germânicos que imigraram para o Brasil, vinham de uma cultura que já dependia de “pelo menos o conhecimento da escrita” (WILLEMS, 1980, p. 271), mas não encontraram nas colônias as mesmas condições nas escolas para os seus

³⁸ Livro 31, Fundo Educação; Caixa 08, Fundo Educação.

filhos. Na Europa, as escolas eram públicas e gratuitas, mas, nas colônias, os imigrantes pouco encontraram em termos de educação.

O crescimento da demanda pela instrução era movido pela importância que o imigrante dava à escolarização e aumento da população na Colônia de Santa Leopoldina. Com a chegada de novos imigrantes, o número de crianças que deveriam sentar nos bancos escolares iria aumentar gradativamente.

No Rio Grande do Sul, os imigrantes não encontraram apoio e buscaram solução para o problema da falta de escolas. “Nessas condições o primeiro passo foi, provavelmente, uma espécie de escola doméstica em que a família mais interessada na instrução de seus filhos reunia estes e, talvez, mais algumas crianças da vizinhança na própria moradia” (WILLEMS, 1980, p. 280).

A instrução doméstica era a única maneira de ensinar as crianças numa época de poucas escolas e poucos professores:

Tal método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente. Na verdade, era o método por excelência da instrução doméstica, aquele que ocorria em casa, onde a mãe ensinava os filhos e filhas, ou os irmãos que sabiam alguma coisa ensinava àqueles que nada sabiam (FARIA FILHO, 2011, p. 140)

Na Província do Espírito Santo, o cenário era o mesmo, sem apoio da administração provincial, os imigrantes criaram um sistema de escolarização precária, mas que era possível naquele primeiro momento:

Aqueles que detinham um pouco de conhecimento começaram a ser convocados para ensinar os que menos sabiam [...]. Com isto, aos poucos, passou a ser gritante a diferença entre a preocupação dos colonos com a instrução da nova geração e o desinteresse do governo em cumprir uma promessa feita. Eles tinham determinação, muita garra e muita vontade de desbravar e crescer (SEIBEL, 2007, p. 141).

A partir da escola doméstica, é necessário que seja analisado o papel da Igreja Luterana na educação do povo germânico na Colônia de Santa Leopoldina, fundada em 1857, tendo em vista que os seus pastores vindos da Alemanha criaram escolas particulares, atuando também como professores, nas comunidades onde o poder público demorou a chegar. A educação dos imigrantes está relacionada com a presença marcante da Igreja Luterana nas comunidades e a importância dos seus

pastores, que viviam entre os colonos, trabalhando em suas igrejas, mas ao mesmo tempo procuravam “instruí-los, educá-los em todos os sentidos do termo” (ROCHE, 1968, p. 244). Além da liderança espiritual, a organização e o exercício do ensino particular em Santa Leopoldina ficaram sob a responsabilidade dos:

[...] padres ou dos pastores ou de seus delegados. Eles ministravam a instrução religiosa, contribuem para a conservação ou divulgação da vida cultural. Eles não são apenas conselheiros espirituais dos colonos, mas desempenham um papel na vida social (ROCHE, 1968, p. 244).

A falta de estrutura inicial na colônia restringia os imigrantes à dependência do comerciante que supria as necessidades básicas, assim como do pastor (ou padre) da igreja que ficou responsável por suprir as necessidades espirituais, educacionais e sociais:

O seu pequeno mundo, que na maioria dos imigrantes, especialmente dos pomerânios (sic), na Europa esteve restrito à propriedade do latifundiário, aqui logo organizou sua vida no seu lote de terras e na sua pequena comunidade. Seu contato com o mundo exterior, na área financeira, da compra e venda de mercadorias, ficou centrado no vendeiro, isto é no pequeno comerciante e no campo espiritual, educacional e de definição de conduta moral, no pastor ou no padre (SEIBEL, 2010, p. 174 -175).

A Colônia de Santa Leopoldina encontrou mais dificuldades na questão escolar que nas vilas e cidades já existentes da Província. Evidentemente que as dificuldades de se manter uma escola pública no interior eram maiores pela distância da capital e pela falta de professores numa comunidade inteiramente nova, que recebia imigrantes todos os anos. A administração da província tinha poucas condições de prover satisfatoriamente professores públicos nas escolas da colônia, então, a Igreja Luterana, por meio dos seus pastores, ocuparam os espaços deixados e criaram salas de aulas (escolas) e o governo se dispunha a pagar o salário do professor paroquial.

Não há uma expressão única para denominar esse agente social, no caso o professor paroquial. Entre os evangélicos, a expressão mais usada é professor comunitário, que enfatiza a função do professor que vai além do ensino da sala de aula. Também se encontram outros termos como professor colonial, professor de picada ou professor católico (KREUTZ, 2004).

A administração da província autorizou os padres da Igreja Católica a montarem escolas com os salários pagos. Em 18 de setembro de 1861 frei Adriano Lanstchner foi nomeado pelo Presidente da Província do Espírito Santo para substituir o capelão Schanaen que já estava trabalhando como professor. A substituição de Schanaen é o primeiro registro oficial de um professor de escola particular na Colônia de Santa Leopoldina, com salários pagos pelo governo³⁹. O capelão da Igreja católica, Frei Adriano Lanstchner, faleceu em 30/12/1868⁴⁰.

Como se tratava de uma colônia fundada pelo Governo Imperial para estabelecer os imigrantes, os custos dos serviços básicos e necessários para o funcionamento de Santa Leopoldina eram de responsabilidade dele. O Capelão católico Frei Adriano Lanstchner enviou pedido ao Governo Imperial solicitando verbas para a construção de uma igreja, de uma casa para a sua residência, e ainda solicitou um professor. O seu pedido (anexo F) foi atendido, e foi estipulado o salário de 400\$000 réis anuais para contratar o professor de Primeiras Letras em 28/03/1860.

Para se ter uma ideia do valor do salário de um professor, vamos comparar com o salário de profissão do setor público no Espírito Santo nesta mesma época. O salário de um porteiro da Secretaria da Presidência da Província recebia, em 1861, um salário de 350\$000 mais uma gratificação, perfazendo o total de 500\$000, portanto, em termos de valores monetários, o salário do professor era menos valorizado que o de um porteiro, com menos atribuições (PEREIRA JÚNIOR, 1861).

Quando os imigrantes chegaram à Colônia de Santa Leopoldina não havia estradas, igrejas, escolas e nem médicos. Os próprios imigrantes se reuniram para construir a primeira escola alemã, localizada em Luxemburgo (figura 30), onde também se realizariam os seus cultos. Holandeses e pomeranos se uniram para concluí-la em 1863.

A primeira celebração religiosa da Igreja Luterana nesta escola foi em 12 de março de 1864, em Luxemburgo, bem distante da sede da colônia (ROOS; ESHUIS, 2008). Este é o registro da primeira escola construída pela comunidade na Colônia de Santa Leopoldina.

³⁹ Livro 45, Fundo Governadoria Novas Séries, Abaixo assinado de colonos em Santa Leopoldina, 1860.

⁴⁰ Livro 09, Fundo Governadoria Novas Séries, Ofícios do Ministério da Agricultura, 1868-1870.

A Igreja Luterana, que enviava seus pastores da Alemanha para o Brasil para o trabalho de evangelização, forneceu os primeiros professores aos imigrantes e descendentes. Os pastores alemães que chegaram para trabalhar na assistência espiritual nas Igrejas Luteranas viram a necessidade de alfabetizar as crianças teuto-brasileiras, visto que o número de escolas e de professores não atendiam ao crescimento do número de imigrantes germânicos na colônia.



Figura 30 - Igreja Luterana e ao lado a escola em Luxemburgo no século XIX

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá.

O pastor Hermann Reuther foi o primeiro pastor e também o primeiro professor dessa escola. Originário da Basileia, Suíça, Reuther ficou na igreja de Luxemburgo até o retorno para a Suíça em 1871 (GAEDE, 2012). Apesar de muito exigente, o pastor/professor era muito querido pelos colonos, conforme depoimento de um dos colonos: “O pastor Reuther era nosso pastor, professor e doutor. Na escola ele era muito severo, ninguém podia faltar às aulas. Nós também aprendemos muitas coisas com o nosso pastor-professor. Nós gostávamos muito dele” (GAEDE, 2012, p. 50).

Na escola paroquial de Luxemburgo, o número de holandeses era elevado, assim como o dos pomeranos, eles tiveram que aprender o alemão em sala de aula, pois o pastor que atuava como professor era alemão (WERNICKE, 1910).

Como todas as outras comunidades luteranas, eram construídas as igrejas e também um prédio anexo onde funcionava a escola. Pode-se observar, por meio de fotos antigas, a arquitetura típica das igrejas luteranas e das escolas paroquiais lado a lado.

A instalação das escolas perto das igrejas vem da tradição alemã da Igreja Luterana, mas a importância que o povo pomerano deu aos estudos pode-se dizer que veio da tradição de sua região de origem, a Prússia, que se tornou modelo de educação na Europa, no fim do século XIX. Vários alunos de outras regiões da Europa foram para a Prússia realizar seus estudos. No final do século XIX, a Prússia tinha uma população quase toda alfabetizada (GILES, 1987).

Em 1865 havia três escolas funcionando na Colônia de Santa Leopoldina. A escola paroquial da Igreja luterana em Luxemburgo sob a responsabilidade do pastor Hermann Reuther, com 85 alunos matriculados, a escola da Igreja Católica do Frei Adriano Lanstchner com 25 alunos e a do professor público Manoel dos Passos com seis alunos (SEIBEL, 2007, p. 144). Comparando-se o número de alunos matriculados, podemos inferir que os esforços do pastor foram recompensados pelos resultados nas matrículas dos alunos.

Em 1868 a sala do professor Hermann Reuther havia 73 alunos matriculados. Para o ensino na escola o salário do pastor (professor) era pago pelos colonos (PINHEIRO, 1869, p. 7).

Em 12 de abril de 1871, o Governo imperial anunciou a nomeação do pastor George Hertz em substituição do pastor da colônia Hermano Reuther, estipulando o salário anual de 800\$000. (Livro 10, p. 62, Fundo Governadoria Novas Séries, Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e obras públicas, em 12/04/1871).

Para o exercício do magistério na escola particular, era necessária autorização do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, como aconteceu em 1873, o Presidente da Província (figura 31) informou que o cidadão Rudolf Muller fundou uma escola de língua alemã na Colônia de Santa Leopoldina:

Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1873.

Informe V. E^{xa}. se tendo entrado no exercício de suas funções Rudolf Muller, contratado para dirigir a escola de primeiras letras, destinada aos meninos pertencentes às famílias protestantes estabelecidas na Colônia de Santa Leopoldina, sem deixar de lhe ser pago o seu ordenado de oitocentos mil réis (800\$000) anuais, e, no caso afirmativo, expeça ordens não só para ser indenizado desde a data em que começou a servir, mas também para receber pontualmente o que for vencendo. Outrossim, convém se efetue sem demora a nomeação do segundo professor de ensino primário, de que trata o aviso de 15 de setembro último. Por último, declarará V. E^{xa}. se na mencionada colônia se fazem precisos dos serviços de mais um capelão.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

José Fernandes da Costa Pereira Júnior.

Presidente da Província o Espírito Santo. Cumpra-se.

Figura 31 - Transcrição do ofício nº 71 para contratação de Rudolf Muller em 31/10/1873

Fonte: Livro 17, Fundo Educação, 5ª secção, p. 71.

Em dezembro de 1873, mediante a autorização do Governo Imperial, o Presidente da Província do Espírito Santo, celebrou o contrato com Rudolf Muller (figura 32), para exercer as funções de professor primário de alemão na Colônia de Santa Leopoldina, estipulando o salário anual do professor em 800\$000 (Livro 17, Fundo Educação, p. 95), demonstrando que houve o ensino em alemão para os filhos dos imigrantes germânicos, incluindo os pomeranos que falavam língua própria, embora com semelhança à língua alemã. Todavia, não se sabe até quando o ensino do alemão foi ministrado e qual a regularidade. A partir da permissão do Governo imperial, no Rio de Janeiro, o Presidente da Província do Espírito Santo assinava o contrato de trabalho com os professores e, então, os salários eram pagos.

Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1873.

Declaro a V. E^{xa}, em resposta ao ofício de 12 do mês corrente, que aprovo o contrato celebrado pelo Diretor interino da Colônia de Santa Leopoldina com Rudolf Muller, para exercer o cargo de professor primário de alemão na mesma colônia.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

José Fernandes da Costa Pereira Júnior.

Cumpra-se e archive-se, dando-se ciência a Tesouraria da Fazenda e ao Diretor da Colônia- Palácio do Governo do Espírito Santo em 15 de janeiro de 1874.

Presidente da Província o Espírito Santo. Cumpra-se.

Figura 32 - Transcrição do ofício da contratação do professor Rudolf Muller em 31/12/1873

Fonte: Livro 17, Fundo Educação, p. 95, da 5ª secção.

Os pastores atuavam na assistência espiritual da comunidade e também como professores nas escolas particulares. Em 1874, George Hertz solicitou que fosse

designado um professor para uma escola particular que ele mesmo dirigia ou fizesse o pagamento para que ele continuasse o trabalho docente. O ministro autorizou a assinatura do contrato com o pastor com salário igual ao dos professores das outras escolas, mas com a condição de ministrar as aulas diariamente, uma prática diferente dos demais professores da colônia, que trabalhavam dois ou três dias por semana (figura 33):

Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1874.

Acusando a recepção do seu ofício de 23 de setembro último, o qual acompanhou o requerimento de Jorge Erret, pastor Evangélico da Colônia de Santa Leopoldina, dessa Província, pedindo ou a nomeação de um professor para a escola particular que o mesmo dirige, ou que lhe arbitre uma gratificação igual a que percebem os outros professores desta Colônia, declaro a V. Exa. que conceda aquele pastor a gratificação de quatrocentos mil réis (400\$000), que funcionará todos os dias e não unicamente duas vezes por semana, como expôs o peticionário, a quem V. Exa. fará constar a presente decisão.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

José Fernandes da Costa Pereira Júnior.

Cumpra-se.

Figura 33: Transcrição do ofício do pedido do Pastor Jorge Hertz para nomeação de um pastor para uma escola em Santa Leopoldina em 15 de outubro de 1874

Fonte: Livro 17, Fundo Educação, p. 84, 1ª secção.

George Hertz não concordou em trabalhar todos os dias da semana, com o salário de 400\$000, provavelmente por se negar em trabalhar mais e receber o mesmo salário que os outros professores. Diante da resposta negativa, o Governo Imperial autorizou a contratação do pastor para trabalhar três dias na semana (figura 34):

Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1874.

Com o seu ofício de nove do corrente recebi, por cópia, o que em data de 14 do mês findo, lhe endereçou o Diretor interino da Colônia de Santa Leopoldina, participando que o pastor evangélico Jorge Ertz, cujo ofício também por cópia acompanha o de V. E^{xa}. recusara assinar o contrato para manter a escola que ali dirige, mediante a gratificação de quatrocentos mil réis (400\$000) anuais, com condição de funcionar todos os dias, conforme fora autorizado por aviso deste Ministério de 15 de outubro último, acrescentando que pela referida gratificação só poderá prestar seus serviços durante dois ou três dias por semana. Em resposta declaro a V.E^{xa} que o Diretor da Colônia pode ser autorizado a celebrar o contrato no sentido de prestar o referido pastor Evangélico seus serviços durante três dias na semana.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

Presidente da Província o Espírito Santo.

Cumpra-se.

Figura 34 - Transcrição do ofício da nomeação do Pastor Jorge Hertz para uma escola em Santa Leopoldina em 29/12/1874

Fonte: Livro 17, Fundo Educação, p.113, 1ª secção.

A exigência para que a escola do pastor George Hertz funcionasse diariamente tratava-se de uma exceção, visto que as escolas do interior, naquela época, funcionavam em dois ou três dias por semana. Este quadro só mudou muitos anos depois.

O pastor George Hertz era casado com Mathilde Bertha, desembarcou no Brasil em 1858, com 30 anos, vindo da Alsacia, Alemanha, com escala no Rio de Janeiro, e destino Santa Leopoldina (APEES). Hertz consta na relação de pastores que atuaram nas igrejas luteranas na comunidade de Luxemburgo, conhecida com Santa Leopoldina I, entre os anos de 1871 a 1876⁴¹. Provavelmente, entre o ano que chegou e até mesmo depois de assumir o pastoreio daquela comunidade, ele se dedicou a lecionar e dirigir a sua escola particular. Em 02 de março de 1876 o pastor Hertz, sua mulher e seus dois filhos partem do Porto de Vitória para o Rio de Janeiro, no navio Ceará, juntamente com 163 imigrantes tirolezes. (Jornal O Espírito Santense, Vitória, 02/03/1876).

A primeira escola de Jequitibá foi construída em 1878, sendo o seu primeiro professor Friedrich Schulz (figura 35).



Figura 35 - Igreja Luterana de Jequitibá construída no século XIX

Acervo: Secretaria de cultura de Santa Maria de Jetibá.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.ieeclbhistoria.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

Observa-se na figura 35 à direita o templo da igreja, ao centro a escola e à esquerda a casa do pastor responsável.

Em 1879, foi criada a paróquia de Jequitibá que teve como primeiro pastor Johannes Schäfer, que trabalhou de maio a setembro deste mesmo ano. Até a vinda de outro pastor da Alemanha, no início de 1881, o professor Friedrich Schulz foi o responsável pelo trabalho na igreja luterana. Os cultos da igreja eram realizados na escola até a inauguração da igreja, em 28 de setembro de 1882 (VOLBRECHT; SCHAEFFER, 1982).

A Igreja foi reformada, mas ainda preserva a arquitetura original, com o aumento apenas da altura da torre, que originalmente não tinha sinos. Na torre atual podemos observar (fotografia 4) a inscrição da data 1882, ano de fundação da igreja.



Fotografia 4 - Fachada da Igreja Luterana fundada em 1882 em Jequitibá.
Acervo do autor.

Os pastores da Alemanha criaram as Escolas Alemãs (Deutsche Schule) e nomearam como professores os colonos que sabiam falar e escrever bem o alemão e que tinham alguma aptidão no trato com as crianças. As aulas eram de dois a três dias por semana, e aos sábados o pastor ministrava exclusivamente o ensino religioso. Neste dia, estudavam exclusivamente o catecismo e a memorização de versículos bíblicos (ROOS; ESHUIS, 2008).

Em 1890, o pastor alemão Friedrich Wilhelm Hasenack, que trabalhou como pastor nesta igreja, de 1882 a maio de 1890, propôs a vinda de um professor da Alemanha para trabalhar três dias na comunidade de Jequitibá e três dias em Santa Maria (sede), mas não obteve êxito. Hasenack também tentou aumentar de três dias para quatro dias de aulas por semana, mas também não teve êxito, pois os pais não mandavam seus filhos para a escola, provavelmente para que seus filhos os ajudassem na agricultura (VOLBRECHT; SCHAEFFER, 1982).

O pastor Hermann Grimm trabalhou em Jequitibá de 1907 a 1913. Em 1908, tentou trazer um professor da Alemanha, mas sem êxito. Grimm promoveu reuniões pedagógicas com os professores a fim de capacitá-los numa tentativa de melhoria do ensino (VOLBRECHT; SCHAEFFER, 1982).

Em 1891, foi construída uma pequena escola que funcionava também como capela em Santa Maria de Jetibá. A capela foi inaugurada em 26 de abril de 1892 pelo responsável pela Igreja Luterana de Jequitibá pastor Friedrich Lorenz (GAEDE, 2012, p. 110). O professor dos alunos da escola era um colono e a partir de 23 de outubro de 1904, com a chegada do pastor Heinrich Wrede, as aulas foram assumidas pelo pastor, mas ainda contaram com a ajuda do colono. No seu próprio depoimento, o Wrede explica como funcionava a sua escola:

Depois me foi dada a responsabilidade de lecionar, as crianças que ainda leem na cartilha continuam sob a responsabilidade do colono e frequentam a escola na segunda e terça-feira. Eu leciono para as crianças maiores e mais adiantadas na quarta e quinta-feira. Temos apenas um local para as aulas (WREDE, apud GAEDE, 2012, p. 122-123).

Em relação à língua falada na escola, o pastor relatou sobre a sua dificuldade para se comunicar com os alunos pomeranos, pois “A língua alta alemã é uma língua

nova e desconhecida para as crianças. Quem leciona precisa de tradutor ao mesmo tempo. Livros em língua pomerana não temos aqui” (WREDE, apud GAEDE, 2012).

As dificuldades dos professores que falavam o alemão em dar aulas para os alunos falantes de outra língua foi um fenômeno que aconteceu em outras colônias de imigrantes europeus. Para entender um pouco do assunto, precisamos recorrer ao estudo de Kreutz sobre a colonização dos alemães e o bilinguismo no Rio Grande do Sul. Apesar do número de imigrantes alemães que chegou ao Brasil ser muito inferior às outras nacionalidades, como os portugueses, italianos e espanhóis, a organização escolar teuto-brasileira se desenvolveu de maneira muito particular:

A particularidade da colonização alemã constitui em sua organização sócio-cultural e religiosa, formando comunidades rurais étnica e religiosamente homogêneas e exigindo seu mundo físico-social muito ao estilo da terra de origem, mantendo língua, costumes e organizações associativas típicas da região de Hunsrueck, na Alemanha. Instalaram-se no Rio Grande do Sul com elevado grau de transplante cultural (KREUTZ, 2004, p. 263).

Segundo Kreutz, no ensino elementar da colônia alemã no Rio Grande do Sul, os dois grandes desafios pedagógicos do professor paroquial era o bilinguismo e a unidocência. A unidocência não era exclusiva do professor paroquial, era uma “prática quase universal no ensino elementar” (2004, p. 240), uma tarefa complexa onde o professor tem que ensinar as crianças de diferentes níveis, de diferentes séries, na mesma sala de aula.

O bilinguismo no Rio Grande do Sul foi o obstáculo maior. Os alunos falavam o alemão na família e na sociedade, mas o alemão tinha ainda outra finalidade de caráter religioso por parte da Igreja Evangélica, “havia a opinião de que a fé e os valores morais estariam vinculados com a manutenção da língua alemã” (KREUTZ, 2004, p. 241).

Os pomeranos foram a grande maioria dos imigrantes que chegavam a Santa Leopoldina e seus filhos falavam exclusivamente a língua pomerana, diferente do alemão, portanto tiveram muita dificuldade na escola, pois o professor ensinava o aluno na língua alemã e ainda tinham que aprender o português para se comunicar em sociedade.

Observa-se até hoje, em Santa Maria de Jetibá, antigo distrito de Santa Leopoldina, alguns moradores antigos que falam as três línguas: o alemão, o pomerano e

português. Outros que falam o pomerano e muito pouco o português, necessitam de intérpretes quando se deslocam de suas propriedades para o centro da cidade para resolverem seus negócios nas lojas, bancos ou serem atendidas em clínicas ou hospitais.

O ensino nas escolas paroquiais também era ministrado em alemão, pois os pastores da Igreja Luterana eram oriundos da Alemanha, mas a língua falada em casa e na sociedade era o pomerano, ou o holandês. Na sede da colônia, o português era necessário para os negócios entre os colonos. Podemos inferir que as dificuldades de aprendizagem dos alunos nas escolas na Colônia de Santa Leopoldina foram ainda maiores que as citadas por Kreutz no Rio Grande do Sul, pois aqui estavam envolvidas três línguas diferentes dificultando ainda mais o aprendizado das crianças nas escolas.

A deficiência dos alunos em falar o português era devido à pequena carga horária para a língua portuguesa na sala de aula e também pela dificuldade do professor em ensinar na língua vernácula, pois era difícil para ele ensinar numa língua diferente que ele não dominava.

O trabalho dos pastores nas paróquias não era suficiente para atender todas as crianças na fase de alfabetização, “O pároco ensina parte dos meninos; a maioria, porém, em virtude da distância, não pode ir à escola e cursa uma das várias “escolas das colônias”, existente em cada comunidade” (WAGEMANN, 1949, p. 91).

Devido ao grande número de alunos das escolas paroquiais do interior e poucos pastores, que atuavam como professores em suas comunidades, a solução foi buscar outros professores para trabalharem nas comunidades filiais, onde não havia o pastor residente. Os colonos de idade mais avançada, ex-comerciantes se desdobravam com suas tarefas rotineiras e também de professor (WERNICKE, 1910).

Nessas escolas os colonos ensinavam, visando um ganho adicional da renda mensal, raras vezes o colono estava comprometido com este importante trabalho. Granzow relata a fala de um colono que aprendeu a ler, escrever e realizar cálculos matemáticos, em três anos:

Quando os pastores não davam conta de dar aula, muitas vezes eram contratados professores que não tinham como comprovar sua qualificação para tal. O principal era que ensinassem as crianças ao menos as letras. Muitas vezes as crianças aprendiam a realizar cálculos apenas até o número 100 (1972, p. 56).

Eram escolhidos entre os colonos os que se sobressaiam nos estudos, sem nenhuma preparação para a docência, poucos tinham qualidades para ministrar aulas, a ponto de falharem na produção de textos “Quase todos estão em desavença com a ortografia e a gramática, e a tal ponto que, muitas vezes, ignoram que um vocábulo se compõe de determinadas sílabas e, por isso, juntam-nas erradamente” (WAGEMANN, 1949, p. 91).

Na disciplina de matemática, as escolas paroquiais e as comunitárias apresentavam baixos resultados pedagógicos:

Os meninos apreendem a somar e diminuir, de 1 a 1.000, encontrando bastante dificuldades de operar com números compostos de três algarismos. Praticamente não aprendem a lidar com frações. Não adquirem segurança nenhuma em multiplicar e dividir. A maioria lê as horas (WAGEMANN, 1949, p. 91).

Os conhecimentos de geografia e história eram praticamente nulos, ao contrário da instrução religiosa em que era dada ênfase excessiva pelos professores (WAGEMANN, 1949).

Para os pastores, o objetivo principal da alfabetização das crianças era conhecer a Bíblia e os hinários usados nos dias de culto na igreja, a evangelização passava antes pela alfabetização. Além de ler e escrever, outro objetivo dos pastores era preparar seus alunos para as relações sociais e econômicas com a sociedade.

No início da colonização de Santa Leopoldina, os colonos germânicos valorizaram a educação e a religiosidade, que pode ser comprovado pelos privilégios que eram dados aos professores ou pastores; como a residência mais ampla e confortável:

Sua piedade fervorosa, a preocupação com a instrução levam os habitantes mais modestos destas regiões a dar ao seu ministro de culto e ao mestre-escola uma moradia mais vasta, mais cuidada, mais confortável, cujo traçado inspira com frequência, em reminiscências da Alemanha (ROCHE, 1968, p. 72).

Durante muitos anos o governo brasileiro não deu conta da instrução dos colonos germânicos e seus descendentes em escolas fora da sede. O mérito da educação deve-se exclusivamente ao trabalho dos pastores que só admitiam a confirmação

aos alunos que já tinham frequentado a escola, desse modo, tornaram o ensino praticamente obrigatório na colônia (WAGEMAN, 1949).

Na primeira década do século XX, nas escolas paroquiais, os pais pagavam ao pastor, que recebia salários 6\$000 anuais por aluno, mas se houvesse mais alunos da mesma família, era concedido um desconto, ou seja, por dois alunos recebia 10\$000 e se fossem três alunos recebia 12\$000. O salário pago pelos pais era uma forma de complementar a renda do pastor, além de manter vivas as tradições germânicas da colônia (WERNICKE, 1910).

No arquivo da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Santa Maria de Jetibá, encontrou-se um manuscrito de 15 páginas, de autoria do pastor alemão Erich Krumpel, que atuou numa comunidade formada por imigrantes e descendentes de pomeranos de Alto São Sebastião e Alto Limoeiro. O pastor Erick Krumpel atuou como pastor e professor na paróquia de Alto Jatibocas entre os anos de 1925 e 1931.

Este documento é valioso porque nele Krumpel fez um histórico que abrange no período investigado da situação do trabalho de colonos alemães que atuaram como professores dos filhos dos imigrantes. Eram idosos imigrantes do século XIX, que mesmo tendo estudado na Europa, possuíam poucos conhecimentos para transmitirem aos alunos das escolas comunitárias. Houve casos de professores leigos que trouxeram muitos problemas para os alunos, como foi o caso de um médico veterinário arruinado que atuou como professor, trazendo, com isso, a decadência no ensino.

Segundo Krumpel, o agricultor se acostumou com o ensino decadente, onde aprenderam somente a ler e escrever poucas palavras. Eles não estimulavam seus filhos para o estudo e não valorizavam uma boa escola, considerando que apenas trabalhar na roça, saber ler e escrever era suficiente para os jovens⁴². Krumpel avaliou a condição do ensino em algumas escolas comunitárias localizadas longe da sede, onde a escola funcionava precariamente, com professor sem a devida habilitação para o exercício do magistério. O governo não conseguia atender às

⁴² KRÜMPEL, Bericht über die Ev.-luth.-Gemeinde zu Limoeiro- Jatiboba. Manuscrito de 15 páginas: Arquivo da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Santa Maria de Jetibá. Traduzido por Valdemar Gaede.

demandas destes alunos e a solução encontrada estava dentro das possibilidades destas comunidades.

Nota-se que Krumpel se preocupava com a formação dos professores e com os danos causados ao ensino por má qualificação do mestre. A falta de professores formados para trabalharem nas escolas comunitárias do interior era um problema comum a outras comunidades de outras regiões do ES, e também do Brasil.

3.3 ESCOLAS PARTICULARES

As escolas particulares também se consolidaram na colônia, a Administração da Província do Espírito Santo pagava os salários dos professores das escolas alemãs particulares na colônia, cujos valores eram estipulados pelo Governo Imperial na Corte do Rio de Janeiro, e também complementados por mensalidades pagas pelos pais dos alunos.

Em 1869, o professor Joaquim Pereira da Costa Muniz pediu licença ao Presidente de Província para abrir uma escola particular em Califórnia, numa região afastada do centro do Porto de Cachoeiro⁴³.

No núcleo colonial de Santa Teresa, descendo em direção às terras mais quentes, chegaram quatro famílias católicas suíças, num total de 30 pessoas, vindas da Argentina, no fim da década de 1870. Na década seguinte, outras famílias de alemães, pomeranos, holandeses vieram se juntar aos suíços neste lugar chamado “Baixo Timbuhy”, atualmente chamado “25 de julho”, município de Santa Teresa. O registro da primeira escola particular deste local data de 1882, quando o médico Emílio Häussler, foi também o primeiro professor. Dr Emílio trabalhou (anexo G) na escola primária fundada naquele vale até o ano de 1889 (GRÜTZMANN, 2002).

⁴³ Livro 355, Fundo Governadoria - série 751, Correspondências com diversos funcionários da instrução pública, 1869, p. 96.

Em 1888, a comunidade Evangélica de Confissão Luterana de 25 de Julho comprou uma extensa área de 367.300 m² para a construção de uma escola para as suas crianças. Em 1892, Anton Blaser (anexo H), nascido em 31 de outubro de 1869, em Westernohe, Alemanha, assumiu a escola no lugar do médico. Blaser deixou duas vezes o Brasil, mas retornou mais tarde e lecionou na escola de 25 de julho e também na localidade vizinha chamada “15 de agosto”, com aulas em dois dias por semana. No início, o ensino era somente em língua alemã e o material vinha da Suíça e da Alemanha, mais tarde passou a usar o material impresso no Rio Grande do Sul. Em 1934, o professor Anton encerrou a carreira de professor ao ver sua escola ser fechada por falta de alunos (GRÜTZMANN, 2002).

Nos locais não atendidos pelo governo, houve iniciativas particulares de criar escolas que dessem condições de instruir os filhos dos colonos imigrantes. A abertura da escola particular era facilitada, exigiam-se poucos requisitos, conforme o artigo 31 do Regulamento Geral do Ensino que em 1882 estabelecia condições de funcionamento das escolas na província:

Art. 31. É livre o ensino particular primário e secundário da Província; qualquer pessoa pode estabelecer e dirigir aulas sem outras dependências além de comunicar ao Diretor da Escola Superior ou Inspetor Geral da Instrução Pública e inspetores paroquiais, conforme foi a categoria da escola ou aula, as matérias professadas e o número de alunos (A Província do Espírito Santo, Vitória, 19/04/1882).

Em 1º fevereiro de 1885 a professora Carlotta de Souza Salles criou a primeira escola particular primária feminina de Santa Teresa. A escola particular funcionava gratuitamente para 32 alunas matriculadas, conforme ofício transcrito na figura 36 abaixo:

Nº 52. 1ª secção- Palácio do Governo em 27 de março de 1885.

Fico inteirado, pelo seu ofício de 21 deste mês, sob nº 38, de ter a professora D. Carlota de Souza Salles, aberto em o dia 1º de fevereiro último, na povoação de Santa Tereza, núcleo colonial, uma escola particular de ensino primário para o sexo feminino, lecionando gratuitamente, e na qual já se achavam matriculados trinta e duas alunas, conforme lhe deu ciência o Delegado Literário de Cachoeiro de Santa Leopoldina-

Deus guarde a E^{xa} – Laurindo Pitta- Ilmo Inspetor da Instrução Pública.

Figura 36 - Ofício da criação da primeira escola particular feminina de Santa Teresa em 1885
Fonte: Livro 361, Fundo Governadoria, série 751, ofício nº 52, 27/03/1885.

Em 1886, o comerciante, agente consular da Alemanha, fotógrafo e professor, Albert Richard Dietze (anexo I) inaugurou outra escola particular de ensino alemão e português em Santa Leopoldina. Dietze contratou o professor Carl Otto Schwarz, que veio da Alemanha para trabalhar na escola particular mista, com salário de 700\$000 réis anuais. A escola iniciou as aulas, provisoriamente, em 08 de janeiro de 1886, com 30 alunos matriculados, mas Dietze estava construindo um imóvel amplo, com 94,8 m², com 12 bancos para acomodar até 72 alunos.

A importância da criação da escola particular de Dietze na colônia foi reconhecida pelos jornais da capital: “A Província do Espírito Santo”, na edição de 31 de março de 1886, e o jornal “O Espírito-Santense”. A figura 37 ilustra o recorte do Jornal “O Espírito-Santense” na edição de 23 de janeiro de 1886:



Figura 37- Notícia da criação da escola particular de Albert Richard Dietze, em 1886, em Santa Leopoldina.

Fonte: O Espírito-Santense, Vitória, p.3, 23/01/1886.

Na pesquisa a respeito do trabalho da igreja Católica na colônia, identificamos apenas uma comunidade católica que se estabeleceu em Tirol, um distrito situado na região mais alta de Santa Leopoldina, visto que o povo germânico era, na sua maioria, luterano. Em visita a esta comunidade, em julho de 2011, conheci a Igreja católica de Tirol, construída pela denominada Ordem do Verbo Divino, inaugurada em 1895. Esta igreja foi tombada pelo Patrimônio Histórico do Espírito Santo. Ao lado da Igreja foi construída a casa paroquial de dois andares, onde moravam os

padres e funcionavam os escritórios. Na parte superior da casa, há uma sala grande onde encontramos vestígios do funcionamento da escola. Neste sótão ainda estão guardados carteiras antigas e um pedestal de madeira para o quadro do professor. São objetos históricos em condições precárias que provam que ali funcionou uma escola.

A casa possui um porão onde se encontram diversos objetos antigos das mais variadas idades. De acordo com relatos de moradores do local, antigamente havia uma passagem subterrânea deste porão da casa até a Igreja ao lado. Conta-se que às vezes os padres apareciam repentinamente no salão da Igreja, sem que fossem vistos entrando pelas portas principais.

3.4 PROFESSORES DAS PRIMEIRAS ESCOLAS

Com o aumento do número de alunos, houve a necessidade de mais professores, então, os alunos que mais se destacavam nos seus estudos primários se tornavam professores das novas classes que iam surgindo. Era renovação do corpo docente.

O professor era muito respeitado pela comunidade. Inicialmente os agricultores pagavam os salários dos professores. Se faltasse dinheiro para o pagamento, os alunos levavam os produtos cultivados nas suas propriedades, para o pagamento do professor na escola.

Os professores enfrentaram grandes dificuldades, tais como: baixos salários sem perspectivas de melhorias financeiras, salas de aulas, na maioria, inadequadas, muitos trabalhando em outras atividades. Ainda assim, tinham a consciência do importante papel na educação daquelas crianças que se tornariam cidadãos respeitáveis no futuro.

Até a presente pesquisa conhecia-se poucos nomes dos professores que atuaram nas escolas da Colônia de Santa Leopoldina. Era preciso buscar os nomes desses professores, pois não há história sem homens:

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2001, p. 54).

Segundo Bloch (2001) o homem é o objeto da história, por isso considero esta parte da pesquisa uma das mais relevantes deste trabalho investigativo.

Motivado pelas palavras de Bloch as pesquisas foram intensificadas aos códices do APEES, jornais da época, aos relatórios dos presidentes da Província do Espírito Santo, enfim, todas as fontes que dispunha para levantar os nomes de professores que atuaram na Colônia de Santa Leopoldina, pequenos heróis que trabalharam em favor da educação, pessoas que fizeram parte da história da educação no Espírito Santo, lembrando que “a história vista de baixo pode desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros ministros, ou generais” (BURKE, 1992, p. 60).

A história também é feita por essas pessoas comuns que participaram do processo educacional do Espírito Santo, neste caso, os professores que atuaram numa época em que havia poucas pessoas preparadas para exercer o magistério.

As palavras não podem descrever o trabalho, na busca perseverante de informações dos nomes dos professores, da época e local em que atuaram. Foram vários meses, anos, e, a cada nome encontrado, uma motivação ao ver aumentar a lista desses sujeitos construtores da história, “[...] todos que anonimamente ou publicamente deixam sua marca, visível ou invisível no tempo em que vivem, e no cotidiano de seus países e também na história da humanidade” (DELGADO, 2006, p. 56).

Eles fazem parte da história da educação da colônia germânica e do Espírito Santo e por isso estão destacados com as suas respectivas localidades, datas de atuação e o tipo da escola. São 105 nomes que merecem ser citados no quadro 4 a seguir:

Seq.	Nomes	Local de trabalho	Data	Tipo de escola
1	Adrian Cordovil Trindade	Rio Pardo	1885	Pública
2	Adriano Lanstchner (Frei)	Porto de Cachoeiro	1861-1868	Particular
3	Albert Richard Dietze	Porto de Cachoeiro	1886	Particular
4	Ambrosina Colares Barrozo	Mangaraí	1875-1877	Pública Feminina
5	Ana Abreu Peixoto e Silva	Porto de Cachoeiro	1879	Pública feminina
6	Ana Carolina de Castro	Arraial da N.S. da Boa Família	1879	Pública
7	Anton Blaser	XXV de Julho/XV de agosto	1889-1939	Particular
8	Anton Lauret	Holanda	1903	Particular
9	Antonio Barbosa dos Santos Ramos	Rio Pardo	1885	Pública
10	Antônio Gomes Pereira	Mangaraí	1878	Pública
11	Antônio Serapião da Trindade	Rio Pardo	1886-1888	Pública
12	Augusto Luciano do Nascimento	Mangaraí/ Rio do Meio	1875-1878	Pública
13	Aurea de Abreu Peixoto da Silva	Porto de Cachoeiro	1882-1886	Pública feminina
14	Bernardina Maria da Penha Pereira	Mangaraí	1885	Pública
15	Bernardino da Senna Dutra	Ribeirão dos Pardos	1888-1889	Pública
16	Carl Otto Schwarz	Porto de Cachoeiro	1886	Particular
17	Carlotta de Souza Salles	Santa Teresa	1885	Particular feminina
18	Carolina Adelaide Garcez	Mangaraí	1885	Pública feminina
19	Carolina Maria do Sacramento	Porto de Cachoeiro	1888-1889	Pública
20	Cercília Lauriano do Bonfim Rosa	Mangaraí, S. Teresa	1886	Pública
21	Clemência Maria Pinto de Azevedo	Porto de Cachoeiro	1882	Pública feminina
22	Domingos Antunes de Siqueira	Mangaraí/Ribeirão dos Pardos	1877-1878	Pública
23	Domingos Rodrigues Batalha	Una Santa Maria	1885	Pública
24	Emília Martins de Azevedo Pacca	Porto de Cachoeiro	1890	Pública
24	Emiliano Menezes de Campos Ribeiro	Ribeirão dos Pardos	1878	Pública
26	Emilio Haussler (Médico)	XXV de Julho	1882-1889	Particular
27	Ernesto Emiliano de Mendonça	Mangaraí	1849	Pública
28	Faustino Francisco do Nascimento	Rio Pardo	1881	Pública
29	Felix do Amadeu Tozetti	Timbuhy	1876	Pública
30	Fernando Pinto Ribeiro	Rio Pardo	1885	Pública
31	Fismiana Correia de Souza	Mangaraí	1877-1878	Pública
32	Francisco Antônio Ribeiro	Porto de Cachoeiro/Rio Pardo/Rio do Meio	1877-1885	Pública
33	Francisco Augusto de Araújo	Holanda	1886-1888	Pública
34	Francisco de Paula Grijó	Mangaraí	1853	Pública
35	Francisco Ferreira Borges	Mangaraí	1877	Pública
36	Francisco José dos Santos Salles	Santa Teresa	1885	Pública
37	Francisco Paulino da Costa Requinta	Holanda	1897	Pública
38	Francisco Pereira Pinto Coutinho	Suíça	1886	Pública

continuação				
39	Francisco Pinto de Barcelos Silva	Santa Teresa	1891	Pública
40	Francisco Prudente Rodrigues	Rio Pardo	1866	Pública
41	Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro	Porto de Cachoeiro	1905	Pública
42	Francisco Rodrigues dos Passos	Ribeirão dos Pardos	1850, 1865, 1865-1887	Pública
43	Francisco Teixeira Borges	Mangaraí	1877	Pública
44	Frederich Wilhelm Hasenack (Pastor)	Jequitibá	1882-1890	Particular
45	Friederich Schulz	Jequitibá	1878	Particular
46	Gaspar Singer	Porto de Cachoeiro	1867	Particular
47	George Hertz (Pastor)	Porto de Cachoeiro	1874-1876	Particular
48	Georgina Kill Rocha Lima	Mangaraí	1905	Pública
49	Gonçalo Pinto de Azevedo		1878	Pública
50	Heinrich Wrede (Pastor)	Santa Maria	1905	Particular
51	Henrique Thiennes	25 de julho/Santa Teresa	1888/1891	Pública
52	Henriqueta Carolina M. Freitas Guimarães		1878	Pública
53	Hermann Reuther (Pastor)	Luxemburgo	1865-1870	Particular
54	Horácio Plínio do Nascimento	Alto Santa Maria	1906	Pública
55	Joana Amélia da Cruz	Mangaraí	1897	Pública
56	João Augusto de Lemos	Alto Santa Maria	1906	Pública
57	João da Vitória Coutinho	Ribeirão dos Pardos	1879	Pública
58	João Pedro Simões	Petrópolis/Simão Walker	1884-1889	Pública
59	João Vítor da Silva		1876	Pública
60	Joaquim da Silva Maia	Rio Pardo	1872	Pública
61	Joaquim Manoel de Almeida	Simão Walker/Suíça	1889	Pública
62	Joaquim Pereira da Costa Muniz	Califórnia	1869	Particular
63	Joaquim Ribeiro de Mendonça	Mangaraí	1864-1869	Pública
64	Johannes Rudolph Muller	Porto de Cachoeiro	1873/1878	Particular
65	José Alves da Motta	Mangaraí/Una S. Maria	1866-1885	Pública
66	José da Fraga Neves Loureiro	Porto de Cachoeiro	1870	Pública
67	José do Patrocínio Grijó	Mangaraí/Una de S. Maria	1849/1853- 1871	Pública
68	José Domingos da Silva Braga	Caioaba/Porto de Cachoeiro	1866	Pública
69	José Gonçalves da Vitória	Caioaba	1878	Pública
70	José Machado Ribeiro Lima	Mangaraí	1865	Pública
71	José Pereira de Barros Couto	S. Miguel	1870	Pública
72	José Pereira Duarte do Nascimento Neves	Itaiobaya	1886	Pública
73	José Soares Leite Passos	Porto de Cachoeiro	1860	Pública
74	José Thomaz de Aquino Ferras	Rio do Meio	1897	Pública
75	Leonor Alves Rebelo	Rio Pardo	1889	Pública
76	Leovigildo Antonio do Patrocínio	Holanda	1888-1890	Pública
77	Manoel Amâncio de Barros		1876	Pública

continuação				
78	Manoel Correa do Nascimento	Mangaraí	1869	Pública
79	Manoel dos Passos Ferreira Júnior		1864	Pública
80	Manoel João de Alvarenga	Una de Santa Maria	1888	Pública
81	Manoel João de Alvarenga	Una Santa Maria	1888	Pública
82	Manoel Lauriano do Bomfim Junior	Rio do Meio	1885	Pública
83	Manoel Pinto de Oliveira Castro	Simão Walker/Petrópolis	1888	Pública
84	Manoel Vieira Machado	Porto de Cachoeiro	1888	Pública
85	Marcelino Pinto de Alvarenga Carneiro	Rio do Meio	1880-1885	Pública
86	Maria D'Alcantara Soares	Porto de Cachoeiro	1897	Pública
87	Maria Pereira da Conceição Loureiro	S. Teresa/Petrópolis	1888-1893	Pública
88	Maria Roza de Oliveira	Porto de Cachoeiro/S. Teresa	1886	Pública feminina
89	Miguel Antônio Villas Boas	Rio do Meio	1873	Pública
90	Miguel Manoel de Aguiar	Una de Santa Maria	1882	Pública
91	Olímpio Higino	Rio Pardo	1889	Pública
92	Olyntho Rodrigues Batalha	Mangaraí/Holanda	1888-1889	Pública
93	Otto Haasse	Jequitibá	1889	Pública
94	Palmerino Alvaro Martins de Souza	Porto de Cachoeiro	1877-1878	Pública
95	Paol Giuseppe	Santa Teresa	1874-1876	Particular
96	Pedro José das Neves	Queimado/Santa Teresa	1889	Pública
97	Perminia dos Santos Mululo	Porto de Cachoeiro	1894-1895	Pública
98	Porciano Fialho de Menezes	Porto de Cachoeiro	1878-1904	Pública
99	Procópio Rodrigues Pinto	Rio Pardo	1889	Pública
100	Rudolf Scheneider	Rio Perdido	1905	Particular
101	Severo da Rocha Pinto	Rio Pardo/Ribeirão dos Pardos	1879	Pública
102	Sizenando Correa Lemos	Caioaba	1878	Pública
103	Tereza de Freitas Calazans	Porto de Cachoeiro	1889	Pública
104	Tertuliano Pinto de Andrade	Mangaraí/Rio do Meio	1874	Pública
105	Zeferino José Mululo	Queimado	1864	Pública

QUADRO 4 - Professores que atuaram na Colônia de Santa Leopoldina (1850-1907)

Fontes: Códices do APEES, Relatórios governamentais e Jornais.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

As aulas de primeiras letras já estavam sendo ministradas em Mangaraí, uma localidade que já tinha uma pequena população e que depois passou a ser parte da Colônia de Santa Leopoldina, em 1857. Os registros apontam que o primeiro professor foi Ernesto Emiliano de Mendonça, em 1849. O professor, que era um construtor de pontes, ficou pouco tempo na sala de aula, sendo substituído por José do Patrocínio Grijó em dezembro de 1849.

A partir dos dados coletados pode-se constatar que a Igreja Católica, em 1861, e a Igreja Luterana, em 1865, foram as primeiras instituições particulares a estabelecerem a instrução primária na Colônia de Santa Leopoldina.

Os professores eram recrutados de outras profissões para trabalhar nas escolas. Eram construtores de estradas, médicos, padres, pastores, militares e agricultores. Numa época em que praticamente não havia formação de professores essa foi uma maneira de se criar, e manter, as escolas no interior do Espírito Santo.

Da relação de 105 docentes, foram identificadas 20 professoras, que começaram a trabalhar nas escolas a partir das três últimas décadas do século XIX. A primeira professora, que atuou em Santa Leopoldina, foi Ambrosina Colares Barrozo, em 1875, numa escola feminina em Mangaraí.

O professor tem uma grande importância na sociedade, é um agente de transformação social, portanto são relevantes os estudos temáticos ligados ao professor. A partir destes nomes podem ser feitas outras investigações para se conhecer a fundo a história de vida dos professores, o modo de organizar a sua escola, suas aulas, os recursos pedagógicos utilizados pelos pioneiros, a questão de gênero na docência, que podem dar origem à reflexão sobre as práticas dos professores atuais. “Uma história de educação vista de baixo deveria deslocar-se dos ministros e teóricos da educação para os professores comuns” (BURKE, 1992, p. 22), trazendo à tona pessoas comuns com a experiência de mudança social.

4 ANÁLISE DO LIVRO “RECHENBUCH FÜR DEUTSCH-BRASILIANISCHE VOLKSSCHULEN” DE FERDINAND HACKBART, KONRAD GLAUS E HERMANN LANGE, 1906, 1º VOLUME:

O livro didático é um importante apoio para o ensino e aprendizagem, não é possível pensar em educação sem os livros. Trata-se de um documento histórico e cultural, produzido por uma determinada sociedade num determinado tempo. Em tempos em que a formação dos professores era praticamente inexistente, além do isolamento das escolas nos lugares mais remotos do Brasil continental, o livro servia de esteio do trabalho em sala de aula. O livro era mais do que um instrumento de transmissão do saber, era um símbolo de pertencimento, uma maneira de seu leitor se sentir integrante de um grupo ou de uma sociedade detentora de um determinado saber.

4.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA

Por ser um documento (ou monumento) o livro didático está sujeito a diversas análises por parte dos pesquisadores.

O livro didático independente da condição do professor, no decorrer do século XIX, transformou-se em uma ferramenta de trabalho indispensável na sala de aula. Nos anos seguintes, ao aperfeiçoamento técnico na fabricação do livro e a possibilidade de ser consumido por um número cada vez maior de alunos aliados à continuidade de uma precária formação do corpo docente fizeram do livro didático um dos símbolos da cultura escolar, um depositário privilegiado do saber a ser ensinado (BITTENCOURT, 2008, p. 190).

O livro didático é um material que está muito próximo das pessoas que passaram por um ambiente escolar, portanto faz parte do cotidiano. A familiaridade e a facilidade de obtenção do livro talvez seja o motivo da pouca valorização desse importante instrumento da educação, muitas vezes mal cuidado e descartado logo após o uso. Os livros didáticos fazem parte do cotidiano de alunos, professores e

pais, e essa proximidade com o livro confere às obras escolares um baixo valor (CHOPPIN, 2002).

O livro escolar surgiu como campo de investigação histórica no final da década de 70 do século passado. O livro escolar é um objeto complexo da história, cujo objetivo é “transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber-ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se” (CHOPPIN, 2002, p.14). Ao mesmo tempo, é um meio de transmissão dos valores morais, políticos, religiosos da sociedade, e certamente um instrumento pedagógico “na medida em que propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores” (CHOPPIN, 2002, p.14).

O desenvolvimento da instrução popular e a obrigatoriedade escolar em diversos países contribuíram para aumentar a produção de livros didáticos, além disso, o crescimento das especialidades nas disciplinas escolares também contribuiu para aumentar o número de títulos de livros.

Para o pesquisador de livros didáticos, assim como na pesquisa histórica, o trabalho é muito cansativo. Compara-se ao trabalho de um arqueólogo, que pacientemente escava aos poucos, buscando os vestígios, para encontrar o resultado almejado.

Os manuais escolares são uma grande fonte de pesquisas em diversas áreas, dentre elas a educação, sobretudo a educação matemática, onde há pouquíssimos estudos. As fontes primárias são escassas, mas os estudos devem prosseguir; mesmo que uma determinada obra já tenha sido pesquisada, nada impede que nela sejam feitos novos estudos, pois cada pesquisador traz consigo uma bagagem social, cultural, com experiências próprias e bem específicas, que possibilitam enxergar o livro por outro ângulo: “É fascinante - até mesmo inquietante - constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo” (CHOPPIN, 2002, p. 13). Isso abre muitas perspectivas para novas pesquisas com os livros didáticos, tendo em vista que alguns livros já foram analisados, mas poderão ter novas leituras que irão complementar o trabalho, gerando novos conhecimentos.

Ao analisar um livro didático o leitor deve ter o cuidado de considerar que o livro é “parte de um contexto social mais amplo, como da produção do conhecimento pela comunidade científica em geral” (SCHUBRING, 2003, p.16), os pesquisadores devem lembrar-se que “É preciso, portanto, ter a preocupação de analisar a obra segundo os conhecimentos da época, não de agora. Para tanto, faz-se necessário conhecer o contexto sócio-econômico-cultural e, principalmente, educacional, de cada período” (MOREIRA, 2011, p. 238). É necessário conhecer todo o contexto histórico do local onde o livro foi usado, as condições sociais da escola e dos alunos, para depois tecer considerações sobre o processo educativo que o livro faz parte.

Antes da invenção da imprensa, a transmissão oral do conhecimento era predominante, e mesmo depois, devido às dificuldades de se produzirem os textos, a oralidade continuou. Só mais tarde, com a modernidade e o avanço tecnológico, que reduziu-se o custo de produção dos livros, a situação do ensino mudou (SCHUBRING, 2003). A partir daí, a produção dos livros foi crescendo.

O início da produção de impressos no Brasil ocorreu com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, quando foi criada a Imprensa Régia. Antes disso, havia sido impressa apenas uma obra no Brasil, em 1747, por Antônio Izidoro de Fonseca, em uma tipografia no Rio de Janeiro, fechada posteriormente pelas autoridades (TAMBARA, 2002).

Até 1821-1822 poucos livros didáticos foram produzidos no Brasil para as escolas de ensino elementar, “isto estava vinculado com as limitações da estrutura educacional do Brasil na época” (TAMBARA, 2002, p. 29). A partir deste período até 1850, a publicação dos livros escolares é caracterizada pela produção portuguesa, francesa e do município da Corte (Rio de Janeiro). Prosseguindo até a década de 1882, a publicação se caracterizou pela produção de livros escolares no município Neutro e com autores nacionais.

Nas últimas décadas do século XIX, houve um avanço de produção por autores regionais, “as produções regionais desde cedo foram elaboradas. Entretanto, é a partir da década de 80 que se tornam mais frequentes e na década de 90, em muitas províncias, se tornam hegemônicas” (TAMBARA, 2002, p. 30).

Uma das províncias mais produtivas de livros didáticos foi a do Rio Grande do Sul, que “consolidou um parque editorial e uma gama de autores que praticamente monopolizou os livros escolares utilizados em sala de aula” (TAMBARA, 2002, p. 30-31). Segundo Bittencourt (2008) a primeira obra de gramática de um escritor brasileiro, chamada “Compêndio de Língua Nacional”, foi de autoria de Antônio Álvares Pereira Coruja, publicada em 1835, na cidade de Porto Alegre.

Várias editoras no Rio Grande do Sul tiveram como seu principal produto os livros escolares, dentre elas a Editora Rotermund, localizada em São Leopoldo, que além da grande quantidade de livros editados se caracterizou pela produção de livros escolares escritos na língua alemã, utilizados nas escolas teuto-brasileiras (TAMBARA, 2002). Wilhelm Rotermund nasceu em 21/11/1843 perto de Hanover, emigrou para São Leopoldo na província do Rio Grande do Sul, em 1874. Foi pastor de 1874 a 1918, mas, a partir de 1877, tornou-se um grande empresário do ramo gráfico (DREHER, 1984).

A editora Rotermund editava Bíblias, catecismos, hinários, livros de orações e periódicos. Enviava os seus livros para os locais onde estavam presentes uma Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) com seus pastores professores: “Na edição e divulgação de literatura e periódicos, já nos primeiros anos, o pastor Dr. Rotermund não se restringia ao Rio Grande do Sul, mas atendia a pedidos também de outros estados e fazia remessas até para o Espírito Santo” (WEBER, 1980, p. 294)

De uma maneira geral, os livros produzidos para as escolas teuto-brasileiras apresentavam as matérias de ensino que “limitavam-se ao estritamente necessário: aprendizado da leitura e da escrita, história bíblica, catecismo (religião) e os fundamentos de matemática aplicados às necessidades cotidianas” (KREUTZ, 1994, p. 38).

Os pastores da Igreja Luterana utilizavam a bíblia, livros e cartilhas impressos em alemão, mas alguns livros de leitura eram bilíngues em alemão e português. Estes livros vinham da Alemanha com os pastores ou eram comprados no Brasil, impressos, na maioria, em gráficas em São Leopoldo ou Porto Alegre, no Rio grande do Sul, em menor quantidade em Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em grande parte do século XIX, os manuais e livros para as escolas teuto-brasileiras eram editados na Alemanha, pois não havia interesse pela impressão dos mesmos no Brasil. Com o passar do tempo, entendeu-se que os manuais estrangeiros não serviam para a escola brasileira, pois o trabalho pedagógico deveria centrar-se na formação da cidadania do aluno, partindo da sua realidade, preparando-o para uma melhor inserção na comunidade local, dando preferência ao concreto, às coisas reais em torno do aluno e da comunidade (KREUTZ, 1994). A partir daí, editores passaram a produzir os livros no Brasil atendendo às demandas específicas do ensino.

O reflexo da vasta produção de livros didáticos para as escolas teuto-brasileiras na instrução das comunidades alemãs no Rio Grande do Sul foi a redução do analfabetismo, enquanto no Brasil, na época, a maioria da população era analfabeta:

Na década de 1920/1930, os imigrantes alemães haviam organizado, na região rural do estado uma rede de 1041 escolas comunitárias com 1200 professores, paroquiais e comunitários. Praticamente não havia analfabetos nestas comunidades teuto-brasileiras, quando a média nacional, em área rural ainda passava de 80% (KREUTZ, 1994, p. 9).

Kreutz deu uma grande contribuição para a recuperação da memória, pois localizou, levantou e catalogou grande parte dos livros e manuais didáticos utilizados nas escolas dos descendentes dos imigrantes no Rio Grande do Sul. O autor levantou, em sua pesquisa, uma relação de 124 livros impressos especificamente para as escolas teuto-brasileiras, 42 livros de apoio para o período pós-escolar, 95 livros estrangeiros, quase todos em língua alemã, 86 livros de uso comum às escolas públicas e teuto-brasileiras de adoção do português a partir de 1900. A relação de Kreutz cita ainda 40 títulos impressos específicos para as escolas teuto-brasileiras constando somente o nome do autor e o título do livro, mas que não foram localizados na sua pesquisa.

Dos 124 livros específicos da relação de Kreutz 16 são de ensino da matemática (representando 12,9% dos títulos). Os demais livros são de Geografia, Leitura, Catecismo, Gramática portuguesa, livros bíblicos, Língua alemã, História do Brasil, Ciências, Caligrafia, Desenho, Tabuada e Hinários. Além desses livros editados no Brasil, são relacionados outros 95 livros estrangeiros, quase todos escritos em alemão, que foram utilizados nas escolas até 1880.

O mercado de impressão no Rio Grande do Sul cresceu com as escolas teuto-brasileiras, pois lá houve a

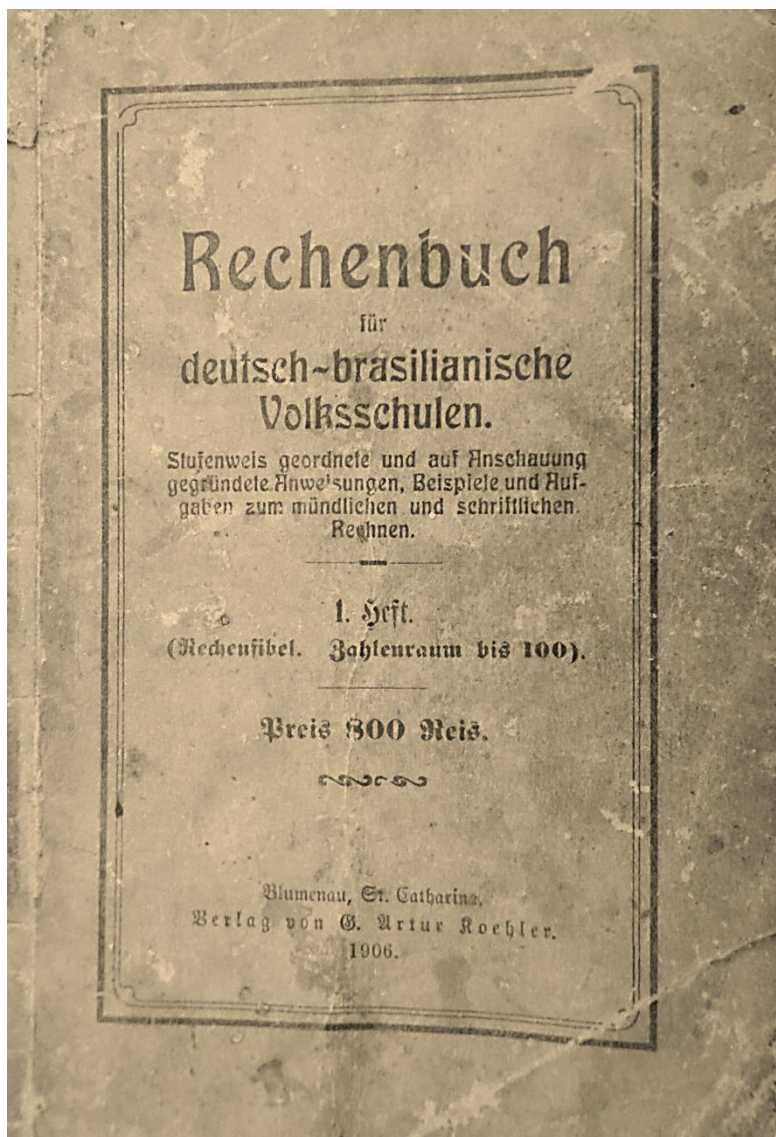
[...] maior concentração de escolas étnicas, também teve proporcionalmente, maior estrutura de apoio para o seu processo escolar. Nessa estrutura de apoio salientam-se, especialmente as associações de professores; os periódicos educacionais e as publicações complementares a estes, os livros didáticos; as escolas normais, um fundo de pensão e aposentadoria, a realização de assembleias escolares gerais da imigração alemã, assembleias regionais e locais, cursos e semanas de estudo (KREUTZ, 2006, p. 350).

O livro mais vendido pela Editora Rotermund teve sua 1ª edição em 1915, foi o de matemática de Otto Büchler: *Praktischen Rechenschule* (O Ensino prático de Matemática). Em 1931, já tinham sido vendidos 160.000 unidades, portanto pode ser considerado um best-seller pela sua alta tiragem (KREUTZ, 1994). Percebe-se que a disciplina tinha grande interesse dos professores e alunos, e do mercado editorial como um todo, por isso a importância de estudarmos os aspectos do livro didático da matemática.

A riqueza das fontes primárias que o autor apresenta abre muitas possibilidades para várias pesquisas relacionadas ao ensino de várias disciplinas nas escolas dos descendentes dos imigrantes germânicos no século XIX e no início do século XX.

Observando-se a relação de livros do autor constata-se que a produção dos livros foi vasta no Rio Grande do Sul, e que estes livros também foram usados em outros estados, dentre os quais o Espírito Santo, pois localizamos alguns livros da relação de Kreutz em Santa Leopoldina. Esses livros são de descendentes de alunos e professores que frequentaram as escolas, demonstrando que o imigrante valorizava o livro didático, pois guardaram seus livros como se fossem objetos pessoais.

Como já foi dito, no levantamento das obras usadas nas escolas teuto-brasileiras, Kreutz não conseguiu localizar 40 títulos dos livros da sua pesquisa, ou seja, o autor comprovou a existência dos mesmos, mas não conseguiu o exemplar para a sua catalogação. Dentre esses livros encontrei em Santa Leopoldina a coleção formada pelos dois volumes do livro de matemática “*Rechenbuch für Deutsch-Brasilianische Volksschulen*” (Livro de aritmética para as escolas das colônias alemãs no Brasil), autoria de Ferdinand Hackbart, Konrad Glaus e Hermann Lange. A capa do primeiro volume está apresentada a seguir (fotografia 5):



Fotografia 5: Capa do 1º volume do Livro ‘Rechenbuch für Deutsch-brasilianische volksschulen’, 1906

Foto tirada em 27/03/2013. Acervo do autor.

Observa-se que a obra foi publicada em 1906, em Blumenau, Santa Catarina, pela Editora Arthur Koehler, escrito em alemão em letras góticas, com 84 páginas. Este livro é objeto da análise no próximo capítulo.

O segundo volume possui 80 páginas foi escrito em alemão e também foi editado em Blumenau, Santa Catarina, pela Editora Artur Koehler em 1906. Este volume foi analisado na obra “Livro didático de Matemática de Escola Teuto-brasileira: considerações sobre a obra de Ferdinand Hackbart, Konrad Glaus e Heman Lange em 1906”, por Maria Sallet Biembemgut e Rosinéte Gaertner, em 2010.

Encontramos outro livro antigo de matemática numa visita à moradora do Tirol, Olga Nagel Thomas. Trata-se do 1º volume do livro de matemática “Rechenbuch für Deutsche Schulen in Brasilien” (Livro de contas para escolas teuto-brasileiras), do autor Matthäus Grimm, professor na cidade de Dois Irmãos no Estado do Rio Grande do Sul. A capa da obra está apresentada abaixo (fotografia 6):



Fotografia 6 - Capa do 1º volume do livro “Rechenbuch für Deutsche Schulen in Brasilien”, s.d.

Foto do autor em julho de 2011.

O livro foi editado pela Selbach & Cia, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na sua 3ª edição, com 86 páginas em preto e branco, escritas em alemão, sem indicação do ano da publicação.

Segundo Kreutz (1994) a primeira edição desse livro tinha 130 páginas e também não constava o ano da impressão. Kreutz observou que este livro teve outras edições e que o número de páginas foi reduzido em relação à primeira edição. Na sua relação de livros didáticos, constam outros dois livros do mesmo autor publicados em 1906, portanto pode-se concluir que a primeira edição seja anterior a essa data, ou seja, pode ter sido impressa no século XIX e, que a 3ª edição do livro seja do início do século XX.

Em relação à impressão de ilustrações, observa-se que eram poucas e impressas somente na cor preta. As dificuldades de impressão das tipografias e a falta de interesse dos desenhistas, refletiam na escassez de figuras dos livros didáticos. As figuras tinham por finalidade favorecer o aprendizado das crianças “sobretudo, na fase inicial da alfabetização, onde se mesclava a oralidade. A presença de ilustrações favorecia, em princípio, o diálogo, suscitando comentários que deslizavam continuamente do escrito para o oral e do oral para o escrito” (BITTENCOURT, 2008, p. 197).

No livro obra de Grimm as figuras aparecem em apenas cinco páginas, no início das lições, quando o autor trata da ideia do número (fotografia 7).

Foi a partir dos avanços do século XX que as editoras produziram livros com ilustrações coloridas.

Até o fim do século XIX os livros eram ilustrados em preto e branco, as obras coloridas eram publicadas no exterior, devido a precariedade das tipografias da época e a falta de interesse pelos desenhistas no trabalho de livros didáticos, pois os serviços eram poucos e mal remunerados (BITTENCOURT, 2008, p. 197).

A introdução das figuras, novas fontes e disposições de textos deram um novo padrão gráfico aos livros didáticos, que se tornou um fator de diferenciação entre as editoras na competição pelo mercado de venda de livros (TAMBARA, 2002).



Fotografia 7 - Ilustrações das páginas 6 e 9 do livro Rechenbuch für Deutsche Schulen in Brasilien, s.d.

Foto do autor em julho de 2011.

Outra característica do livro é a impressão da segunda capa, nela, as editoras faziam propaganda da empresa e dos seus produtos para comercialização (anexo J).

Os conteúdos escolares deveriam auxiliar os alunos no seu cotidiano, no trabalho no campo, a escola deveria ter uma formação prática. O aprendizado da matemática era baseado nas operações básicas por meio da memorização e do cálculo mental :

A escola era concebida em função da família, buscando-se o envolvimento efetivo entre o trabalho escolar e a situação real da vida dos alunos. [...]. No ensino da matemática, a prioridade eram as operações básicas que pudessem ser feitas mentalmente, nas circunstâncias concretas da vida agrária (KREUTZ, 2006, p. 367).

Ao contrário dos autores que produziam livros de matemática escritos em alemão, utilizados nas escolas teuto-brasileiras, os livros de contos infantis para crianças caminhavam em outra direção, utilizavam “situações e circunstâncias distanciadas da realidade do leitor brasileiro. Havia uma clara predominância de ambientações no Oriente com contos eivados de sheiks, vizires, sultões, magos, etc.” (TAMBARA, 2002, p. 44). Portanto, pode-se dizer que os autores de livros para as escolas teuto-

brasileiras se anteciparam a uma tendência das editoras brasileiras em abordar temas do cotidiano dos alunos em suas obras:

No decorrer do século XIX e anos iniciais do século XX, os textos oficiais incentivavam a transformação no que se refere ao processo de “nacionalização” da obra didática. [...] As críticas aos livros estrangeiros, sobretudo os portugueses, recaiam no uso dos termos desconhecidos do público brasileiro, insistindo na necessidade de produzir livros com termos sobre o país, sua natureza e costumes. A concepção do livro didático, entretanto permaneceu. O livro era fundamental para a formação dos professores e para garantir os diversos conhecimentos a serem divulgados na escola (BITTENCOURT, 2008, p. 32).

No Espírito Santo, mais especificamente em Santa Leopoldina, Albert Richard Dietze ousou ao produzir o seu próprio didático (*Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien*), impresso em Berlin, para ser utilizado na sua escola particular alemã em Santa Leopoldina. Na secção seguinte será apresentada uma análise do conteúdo do livro.

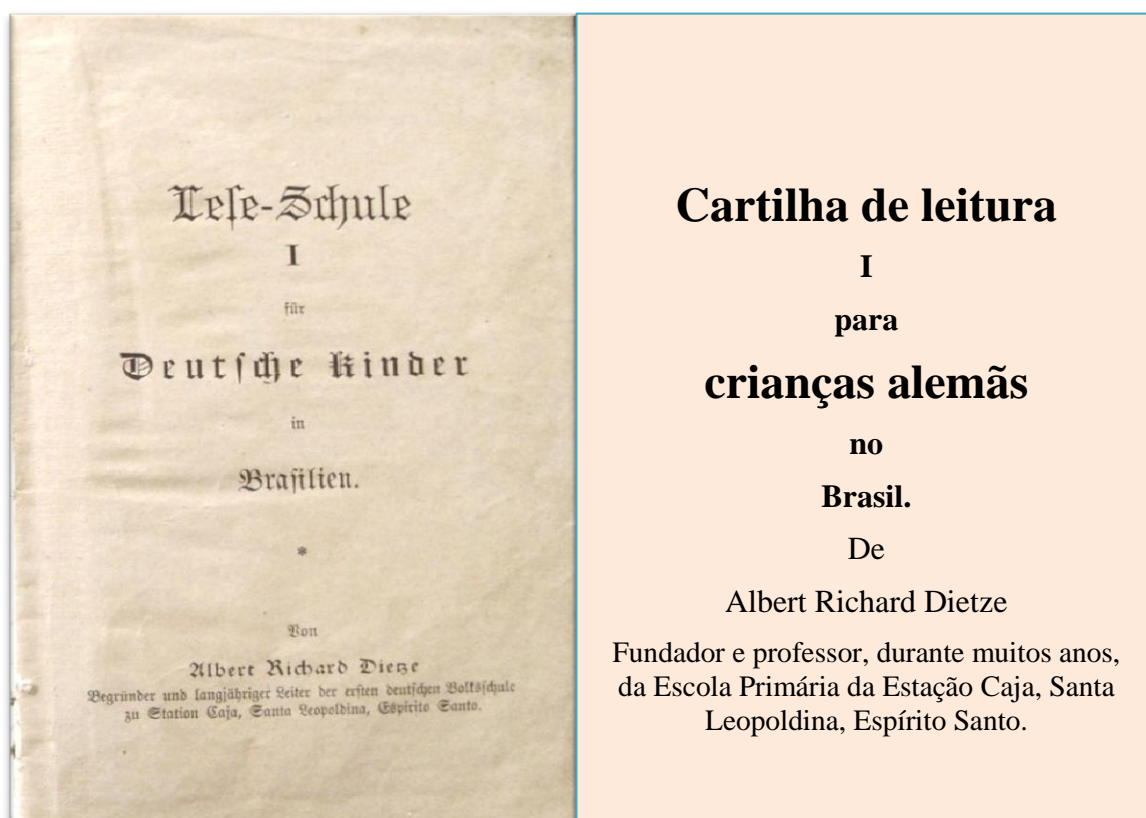
4.2 ALBERT RICHARD DIETZE: UM AUTOR DE LIVRO DIDÁTICO EM SANTA LEOPOLDINA

Albert Richard Dietze nasceu em Kaja, na Saxônia, emigrou para o Brasil em 1862, trabalhou como fotógrafo da elite e dos imigrantes estrangeiros. No Brasil, se estabeleceu em Vitória, depois se deslocou para Santa Catarina e depois para o Rio de Janeiro, mas, em 1876, adquiriu um lote de terras na Colônia de Santa Leopoldina e passou a trabalhar em diversas atividades. Foi produtor e exportador de café, comerciante de secos e molhados e de instrumentos musicais, pois também era um músico experiente (LOPES, 2003). As iniciativas de Dietze em várias atividades numa região de poucos recursos nos fazem reconhecer a sua determinação em promover o desenvolvimento da arte, da cultura, da economia e da educação, a sua

[...] coragem e ousadia também não deixam de ser notórias, ao pretender levar para aquela colônia, isolada na serra capixaba, e distante mais de 50 km da capital, empreendimentos que, utopicamente, contribuíram para melhorar as condições de vida dos conterrâneos (LOPES, 2003, p. 115).

Dietze preocupava-se com a vida dos imigrantes na colônia, exerceu a função de agente consular da Alemanha na província do Espírito Santo. Fotógrafo talentoso Albert Richard Dietze foi um artista que atuou no distrito de Suiça, em Santa Leopoldina, até a sua morte em 24 de agosto de 1906, onde foi sepultado.

Foi também um educador à frente de sua época, criou uma escola particular dedicada ao ensino do alemão e do português em Santa Leopoldina (LOPES, 2003) e produziu o seu próprio didático *Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien* (fotografia 8). Nesta pesquisa, deseja-se realçar Dietze como educador e autor de livro didático adotado na sua escola em Santa Leopoldina.



Fotografia 8 - Folha de rosto do livro de A.R. Dietze escrito em alemão com tradução para português.

Fonte: *Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien*.

O seu livro possui dimensões 12 cm x 18 cm, com 79 páginas, com capa de papelão dura, folha de rosto e prefácio. Na folha de rosto do livro de sua autoria “atribuiu ao

local o nome de Caja, foi a melhor maneira que encontrou para homenagear (ou lembrar?) a cidadela natal, que tinha deixado para trás” (LOPES, 2003, p. 114).

O prefácio escrito em alemão compreende cinco páginas. O prefácio foi traduzido para o português (apêndice G). O autor ressalta a importância da sua cartilha para o professor e para o aprendizado do aluno. Alega que outras obras chegaram às suas mãos, mas que nenhuma correspondeu às suas expectativas, mesmo as que eram impressas no Brasil. Depois de muitos estudos e testes, com seus próprios alunos em sala de aula, escreveu a cartilha. Dietze aponta os cuidados que deveriam ser observados na educação dos jovens descendentes de europeus. Referia a todos os alunos como alemães, e que eles deveriam ter essa consciência, por isso deveriam ter o domínio da língua, da geografia, da história e literatura alemã. Entretanto, os jovens deveriam honrar o país onde nasceram, então, tornava-se indispensável aprender a língua portuguesa, a geografia e a história do Brasil para que fosse inserido na sociedade.

Outro ponto interessante na metodologia do autor foi sua proposta de equilibrar as lições em termos de extensão, partindo do ensino do mais simples para o mais complexo. Começa a cartilha de alfabetização com letras isoladas, depois passa para duas letras juntas e palavras monossílabas; avança para as palavras monossílabas e dissílabas, trabalhando ao mesmo tempo a fala, a leitura e a escrita, com ênfase na aprendizagem da língua portuguesa.

O autor sugere que o ensino deve dar atenção às coisas práticas que são importantes na vida das crianças, como a casa, a colônia, a cidade, a viagem. Dietze afirma “em poucas palavras: é dado à criança o desafio de dominar a língua para as questões necessárias e úteis em seu contexto de vida” (s.d., p. 8)

O conteúdo das lições é bilíngue: em alemão inicia-se na página 9 e vai até a página 52, passando para as lições em português, da página 53 a 79. As lições são numeradas de 1 a 176 na língua alemã e de 177 a 290 em português, portanto, observa-se que há um número menor (114) de lições em português.

As lições são divididas em cinco partes. A primeira parte se inicia na página 9 e vai até 18, com lições numeradas de 1 a 46. São apresentados letras alemães góticas,

depois passa para duas letras e palavras monossílabas, finalizando com 6 lições com pequenos textos (lições 41 a 46). A segunda parte vai da página 19 até 24, com lições são numeradas de 47 a 75. São apresentados lições com textos usando palavras monossílabas e dissílabas em letras minúsculas. A terceira parte vai da página 25 a 34, com lições numeradas de 76 a 124, onde são apresentadas palavras e textos com letras maiúsculas. A quarta parte vai da página 35 a 48 com as lições numeradas de 125 a 176. Nesta parte, inicialmente são apresentadas as letras latinas e alemãs, indispensáveis para aprender a língua portuguesa. As lições começam com frases curtas evoluindo até pequenas histórias criadas pelo autor.

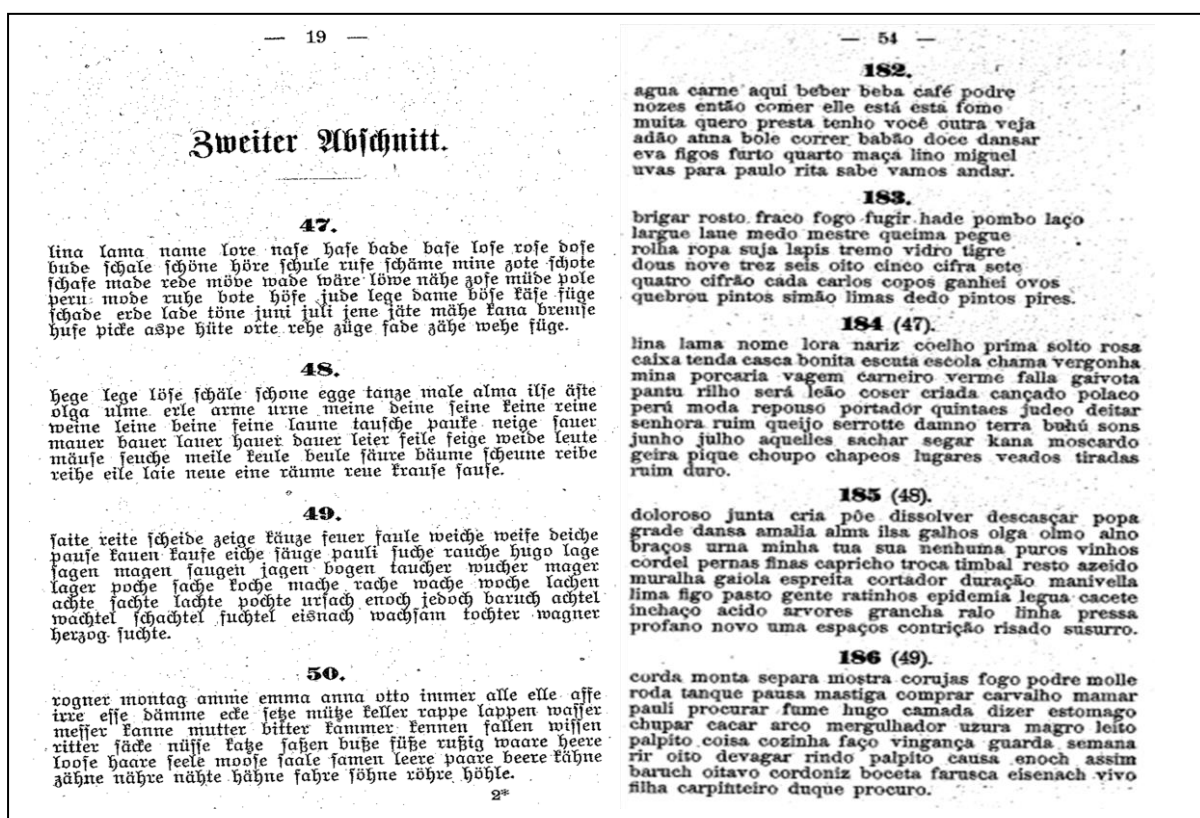


Figura 38 – Lições das páginas 19 e 54 do livro Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien

A quinta parte vai da página 49 até 79, com lições numeradas de 177 a 290. Nesta lição estão as letras, sílabas e textos na língua portuguesa. Nesta parte há 106 lições traduzidas das partes anteriores.

As lições traduzidas são identificadas aparecem por meio de parênteses com as indicações da correspondência com o texto na língua alemã, como se observa acima na figura 38, onde a lição 184 da página 54 tem indicada a sua tradução na lição 47

da página 19. Analisando toda a obra, constata-se que há somente oito lições que não têm a tradução para o português.

Dietze usou palavras simples nos seus textos para facilitar o entendimento dos alunos. Trabalhou com a natureza, os animais e vegetais, temas acessíveis aos alunos, e, ao mesmo tempo, abordou a geografia, a história e conhecimentos gerais (figura 39).

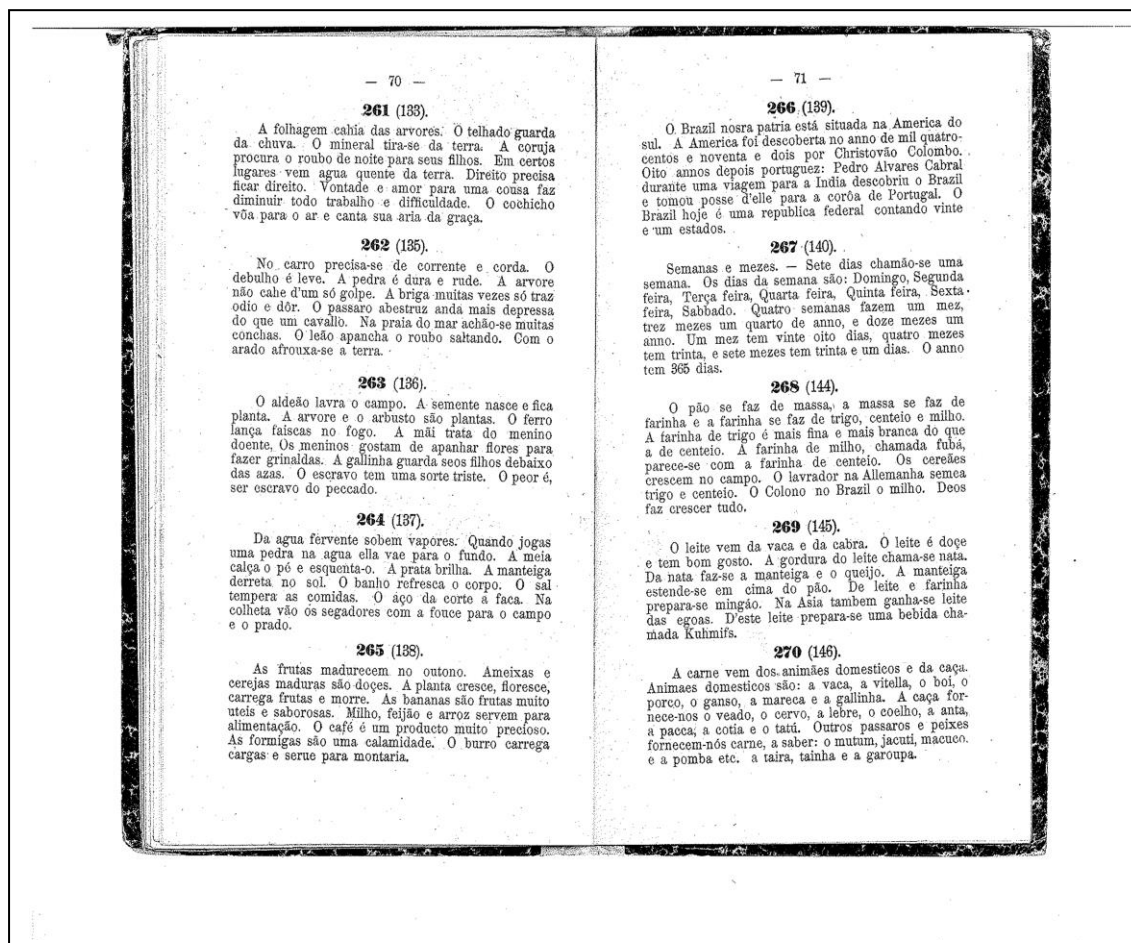


Figura 39 - Lições das páginas 70 e 71 do livro *Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien*

O autor se preocupou em abordar, nas lições, assuntos referentes ao cotidiano dos alunos:

A criança deverá apenas aprender o que é prático e necessário e, por isso, toda a atenção estará em coisas que são importantes na vida diária, na casa, na colônia, na cidade, na viagem e assim por diante. Em poucas palavras: é dado à criança o desafio de dominar a língua para questões necessárias e úteis em seu contexto de vida (DIETZE, s.d, prefácio).

Quanto ao uso de figuras, observa-se que não há impressão, o próprio autor considerou-as “supérfluas, pois as mesmas são pouco observadas e, por isso, cumprem seu papel apenas em parte” (DIETZE, s.d., prefácio).

Não temos conhecimento da tiragem do livro para avaliar se o livro foi produzido visando somente o público de Santa Leopoldina, ou se o autor pretendia atingir um mercado maior, mas, na análise do prefácio podemos inferir que o objetivo de Dietze era alcançar outras escolas.

No final, do livro há informações que o livro foi impresso por Lamprecht Früher S. Schröder, em Berlin, sem indicação do ano de impressão, mas, certamente, foi na última década do século XIX, após Dietze fundar a sua escola.

As editoras eram poucas e os custos de impressão de livros eram altos: “As taxas sobre o papel eram mais elevadas do que a estabelecida para os livros importados, fato que agravava as já precárias condições da indústria nacional” (BITTENCOURT, p. 75). Talvez fossem esses os motivos para o autor produzir o livro na Alemanha. A iniciativa de Albert Richard Dietze deve ser mencionada na história da educação do Espírito Santo e do Brasil, como um fato digno de destaque, quando se sabe que foram poucos os escritores no Brasil que obtiveram sucesso financeiro com a venda de livros didáticos:

[...] o texto didático constitui uma privilegiada fonte de renda para os autores e efetivamente para alguns o era. Entretanto a maioria dependia do próprio esforço para distribuir suas obras e, de modo especial, estas edições dependiam em muito de subscrições que, a priori, garantiam um retorno mínimo ao investimento feito. A rigor, o risco ficava com o autor (TAMBARA, 2002, p. 47- 48).

Dietze formou-se em agronomia em seu país de origem, exerceu, no Brasil diversas atividades sempre visando o bem estar da sociedade, entretanto, podemos questionar qual delas era sua paixão, qual delas o motivava?

Se considerarmos as informações de alguns de seus netos, que dizem ter ouvidos de seus pais a confirmação de que Dietze dizia ter vindo para o Brasil com a missão de exercer o magistério, essa atividade parece empanar a verdadeira vocação dietzeana. Por que não a exerceu com exclusividade? A pergunta continuará sem resposta, mas talvez se possa concluir que a morte do professor despertou e deu vida ao artista (LOPES, 2004, p. 177).

Hugo Wernicke descreveu as condições das escolas em Santa Leopoldina no início do século XX. Relatou a existência de um livro (ou cartilha) de matérias variadas, editado e impressos por Rotermund, pastor atuante em São Leopoldo. O livro era adequado ao contexto brasileiro sem prejuízo ao germanismo. A cartilha de

matemática na escola em Santa Leopoldina também foi editada por Rotermond, mas não forneceu mais detalhes sobre a obra. Quanto à cartilha de leitura, descreveu-a como composta de duas partes: a primeira parte escrita em alemão e a segunda parte é escrita em alemão e português, provavelmente estava se referindo à Cartilha de Albert Richard Dietze. A segunda parte da cartilha de leitura, não era trabalhada na comunidade de Santa Leopoldina 1 (Luxemburgo), por falta de tempo do professor, pois os alunos frequentavam a escola somente dois anos (WERNICKE,1910).

Ao contrário do que diz Chopin que afirmou acerca da desvalorização do livro didático, Dietze, o professor-autor de Santa Leopoldina o considerou essencial a todos:

Trata-se de um instrumento importante para o professor, para o aluno e para o autor. Para o professor é muito importante conseguir habilitar os seus pequenos alunos para a leitura o quanto mais depressa possível, sem exigir deles um esforço muito grande, pois isto afetaria negativamente a sua motivação para o estudo (DIETZE, s.d., prefácio).

Nesse período, o livro didático era muito importante e valorizado pelo professor, era uma referência para o ensino na sala de aula, visto que muitos professores não eram formados para exercerem a docência.

4.3 ANÁLISE DO LIVRO “RECHENBUCH FÜR DEUTSCH-BRASILIANISCHE VOLKSSCHULEN” DE FERDINAND HACKBART, KONRAD GLAUS E HERMANN LANGE, 1906, 1º VOLUME:

Na pesquisa, foram encontrados alguns livros escritos em alemão usados na ex-Colônia de Santa Leopoldina impressos entre 1893 a 1962. Dentre os livros de matemática, encontram-se os volumes I e II da obra “Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen” (Livro de aritmética para as escolas das colônias alemãs no Brasil), editado em 1906, em Blumenau- SC, de autoria de Ferdinand

Hackbart, Konrad Klaus e Hermann Lange, destinados às escolas das colônias alemãs no Brasil. Estes livros citados no levantamento de Kreutz foram usados pelas escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul, mas não foram encontrados em sua pesquisa. Será apresentada a análise do primeiro volume da obra que foi usada no período delimitado pela pesquisa e a escolha para a análise do livro pauta-se pela sua raridade.

4.3.1 Os aspectos físicos e formais da obra

Em relação aos aspectos físico e formal, observa-se que o livro foi escrito em alemão em letras góticas, com 84 páginas, publicado em 1906, em Blumenau- SC, pela Editora Arthur Koehler. Partes do livro foram traduzidas para o português a fim de apresentar as reflexões (figura 40).

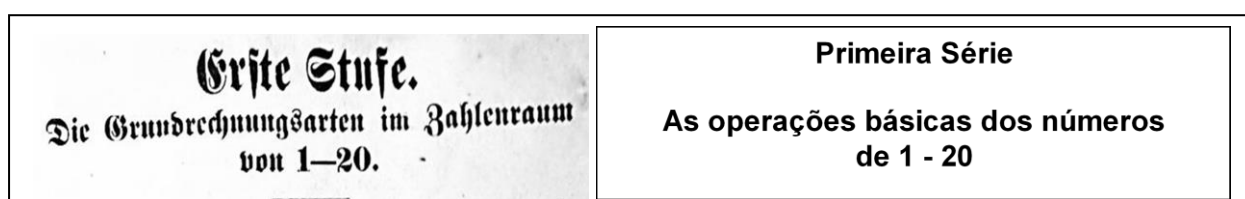


Figura 40 - Primeira parte do livro e a tradução do livro *Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschule*, (p. 1)

O primeiro volume foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte referente à primeira série e a segunda parte aborda a segunda série do ensino primário. O segundo volume apresenta os conteúdos da terceira série e quarta série, será citado em nossa análise a título de comparação com o primeiro volume.

O primeiro volume apresenta uma capa de papelão dura, de dimensões 12,5 cm de largura por 18,5 cm de altura, com 1 mm de espessura que serve de proteção para o livro. A capa é composta de quatro páginas, sendo a primeira externa onde estão impressos: o título do livro, o volume, o valor, o local da impressão, a editora e o ano da publicação. Os autores não estão impressos na capa (figura 41).



Figura 41 - Capa do livro *Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen*

Uma característica dos livros didáticos do século XIX era a capa dura, que tinha como objetivo ajudar na conservação dos livros. Por causa da capa dura há “livros que se preservam até os nossos dias, é raro encontrar algum manual escolar elaborado em brochura, pois têm menos resistência e dão menos proteção livro” (TAMBARA, 2002). A brochura (capa dura do livro em papel ou cartolina) ajudou a conservação deste livro com mais de cem anos. Na pesquisa, foram encontrados vários livros antigos que não tinham a capa original, mas seus proprietários montaram uma capa de papelão de maneira a proteger os livros.

A seguir, apresentamos a tradução da capa do livro analisado (figura 42):

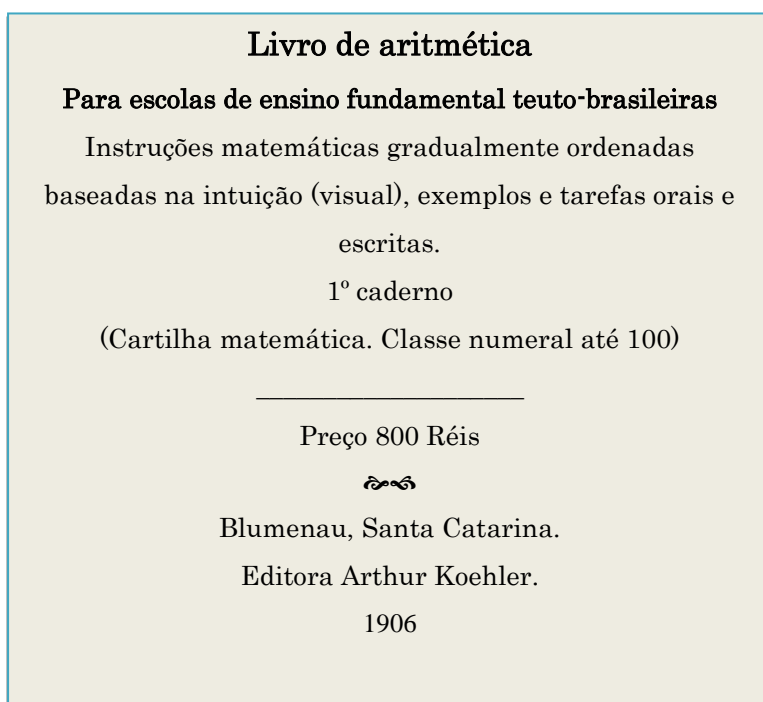


Figura 42 - Tradução da capa do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen

A segunda capa é o verso da primeira, é uma página introdutória, onde está impresso o prefácio; nela, os autores descrevem suas propostas (anexo K).

A terceira capa é localizada na parte interna; no final da obra, estão impressas uma tabuada, uma relação de siglas e conversão de unidades (anexo L).

A quarta capa, na parte externa, estão impressas algumas informações sobre o 1º e o 2º volume da obra. A imagem da quarta capa não está em condições de ser reproduzida por causa do desgaste que impediu a legibilidade dos textos.

O livro não tem sumário, referências bibliográficas e nem apêndices. A paginação do livro é feita com algarismos arábicos iniciando a contagem a partir da primeira página do texto, pois o prefácio não foi contado. A primeira página não é numerada, mas é contada; somente a partir da segunda é que aparece o número impresso na parte superior e no centro da página. Os conteúdos referentes à primeira série abarcam as primeiras 40 páginas do livro e os da segunda série vão da página 41 até 84.

A seguir, apresenta-se (quadro 5) um sumário construído a partir da leitura completa do livro para ter uma visão geral dos conteúdos abordados na obra:

Sumário	
Conteúdos da 1ª série	
As operações matemáticas básicas no conjunto de números de 1-20.....	1
1. Introdução ao conjunto de números de 1-5.....	1
2. Dividir, adicionar e subtrair os números de 1-5.....	3
3. Introdução ao conjunto de números de 6-10	8
4. Adição e subtração de números de 6- 10.....	9
Multiplicação	17
Divisão	21
O conjunto dos números de 10-20.....	24
1. Introdução ao conjunto de números de 10-20.....	24
2. Adição e subtração, sempre com base na observação	25
A. adicionar e subtrair sem ultrapassar o 10.....	27
B. adicionar e subtrair ultrapassando o 10.....	31
Multiplicação.....	36
Divisão.....	38
Conteúdos da 2ª série	
Os números de 20 a 100.....	41
1. Introdução	41
A- Somente dezenas até 100.....	41
B- As dezenas misturadas até 50.....	42
2. Adição e subtração	42
1. Somente dezenas até 100.....	42
2. Dezenas misturadas até 50.....	44
3. Dezenas misturadas até 100.....	49
a- Adição e subtração sem passagem das dezenas.....	50
b- Completar e reduzir as dezenas puras.....	52
c- Adição e subtração com passagem das dezenas.....	54
d- Adição e subtração com dezenas mistas.....	57
e- Complemento de dezenas mistas até 100.....	58
3- Multiplicação.....	58
Troca de fatores (comutabilidade).....	64
Transformar os inteiros em frações.....	70
Dividir.....	72
Transformar frações impróprias em inteiros.....	82
Divisão com resto.....	82
Algumas perguntas sobre o relógio.....	84

Quadro 5 - Sumário do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen, 1906

Nota: Tradução livre a partir do livro texto.

Comparando-se com o 2º volume da mesma obra dos autores, os conteúdos da terceira série ocupam 34 páginas e da quarta série 42 páginas, totalizando 80 páginas. Podemos concluir que os dois volumes apresentam um equilíbrio na distribuição dos textos com números aproximados de páginas, por isso, o preço de venda era o mesmo para os dois livros (800 réis).

No que se refere à organização do texto, observa-se os capítulos numerados, cada

um tem seu título exposto em letras em negrito em tamanhos maiores que os demais textos. Da mesma maneira são feitas secções dos capítulos. A seguir (figura 43) é apresentado o recorte do título do capítulo 3 com a tradução:

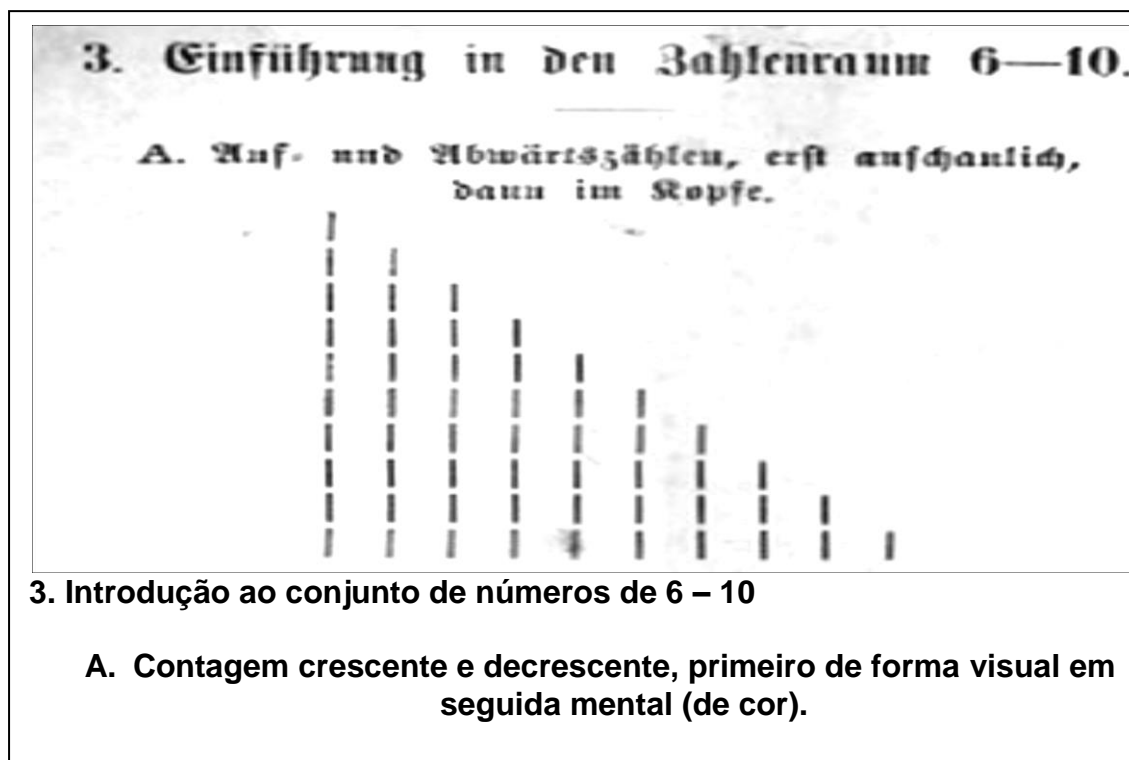


Figura 43 - Título do Capítulo 3 do livro *Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen* (p. 8) com a tradução.

Entre os capítulos, não há nenhum espaçamento ou indicativo gráfico para facilitar a visualização do leitor, trata-se de um texto corrido do início ao fim.

As primeiras páginas do livro destinado para a primeira série tem como objetivo ensinar os algarismos de 1 até 100 e as suas operações básicas. Para isso, apresentam vários exercícios para as quatro operações, tendo em vista a aplicação dos conhecimentos no dia a dia dos alunos.

Na parte onde são trabalhados os exercícios, observa-se que cada um deles subdivide-se em outros, como podemos observar na figura 44:

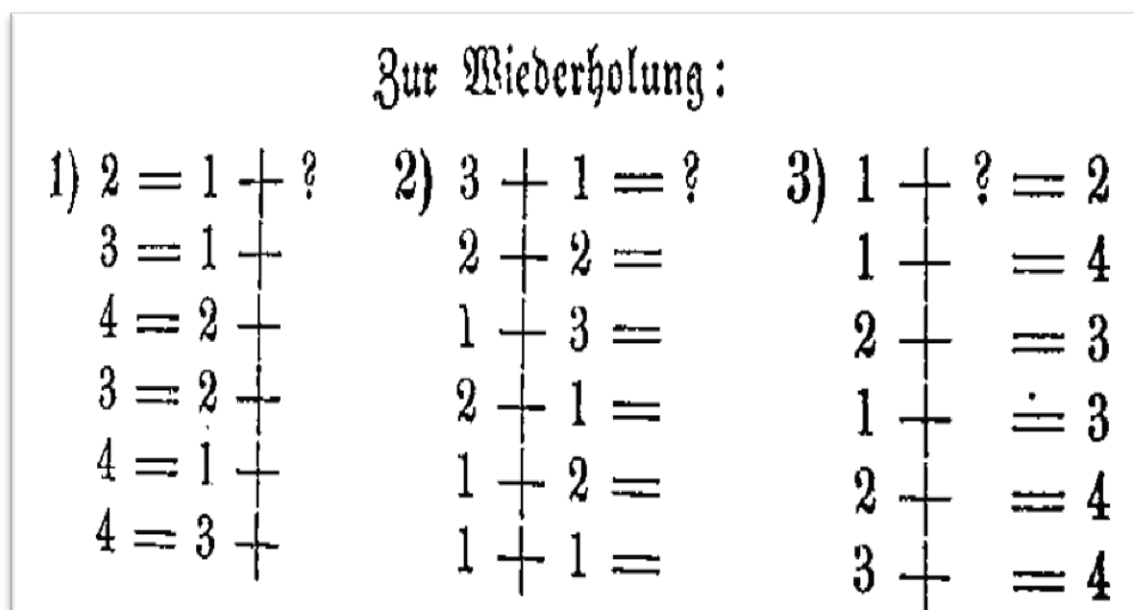


Figura 44 - Exercícios propostos do livro *Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen* (p. 6)

Na página 6 é trabalhado o conceito do número “quatro”. Depois de orientar o leitor a decompor o número 4 em função dos números 1, 2 e 3, os autores numeram três atividades contendo cada uma seis exercícios, totalizando 18.

4.3.2 O processo de ensino da obra

Os autores propõem ao professor, na parte introdutória, desenvolver as atividades primeiramente de maneira “oral”, como aparece no texto original ‘Mundlich’. A palavra alemã ‘Mundlich’ significa oralmente (ou mentalmente), e indica um dos métodos do ensino da matemática usado pelo autor (figura 45).

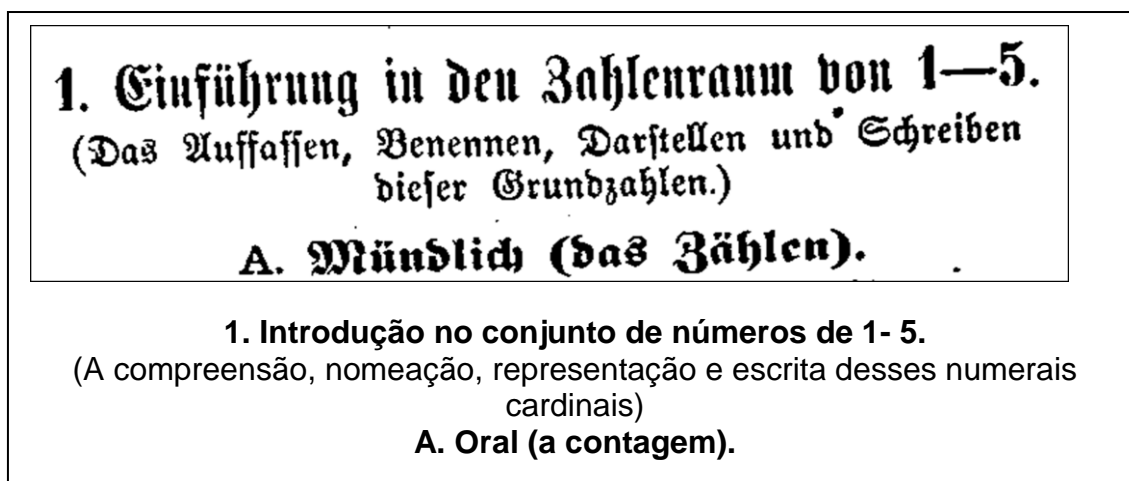


Figura 45 - Título em alemão e tradução do 1º capítulo e 1ª secção do livro *Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen*, (p.1)

O ensino da matemática adotado pelo autor, baseado no cálculo mental para resolver os problemas, era uma orientação que estava em voga nos países da Europa no século XIX.

Na França, segundo Reis⁴⁴, o ensino primário era dividido em: elementar, para crianças com idades entre 7 e 9 anos; médio, para crianças entre 9 e 11 anos; e, superior, para crianças de 11 a 13 anos. Em todos os cursos, os programas de ensino de matemática das escolas prescreviam o cálculo mental e o uso de tabuadas, conforme se observa no programa resumido do curso elementar (para crianças entre 7 e 9 anos) da escola primária:

Cálculo aritmético - Princípios de numeração falada e escrita. **Cálculo mental.** As quatro regras aplicadas intuitivamente: primeiros aos números de 1 a 10; depois de 1 a 20; depois de 1 a 100.

Estudo da tabuada de adição e multiplicação. Cálculo escrito.

Adição, a subtração, a multiplicação. Regras gerais das três operações, sobre números inteiros. A divisão limitada aos números de dois algarismos no divisor. Pequenos problemas orais ou escritos sobre assuntos usuais; exercícios de raciocínio sobre os problemas e operações executadas. Noções de metro, litro, do franco, do gramo, dos seus múltiplos e submúltiplos (REIS, 1892, p. 202-203).

Nos programas dos outros dois cursos, médio e superior, se observa também a ênfase no cálculo mental, pois eram prescritos a “continuação e desenvolvimento dos exercícios de cálculo mental e aplicado a todas as operações” (REIS, 1892, p.

⁴⁴ Luiz Augusto dos Reis visitou escolas de Portugal, Espanha, França e Bélgica, no final do século XIX, a pedido do Governo brasileiro, para elaborar um relatório a respeito da instrução pública naqueles países.

205), acrescenta-se o cálculo escrito: “Calculo aritmético: revisão, com desenvolvimento teórico e prático, de cálculo mental e escrito” (REIS, 1892, p. 206).

Reis afirma que, na Bélgica, escolas eram bem organizadas, “um dos países europeus em que mais e melhor se cultiva a ciência pedagógica” (1892, p. 336). O Regulamento das Escolas Comunais de Bruxelas, no seu artigo 3º prescrevia o ensino da matemática com “base a geometria e o cálculo mental” (REIS, 1892, p. 382).

Os programas de ensino eram acompanhados por um guia do professor para cada disciplina, com recomendações para o uso do cálculo mental: “Todo o exercício intuitivo é seguido de numerosas aplicações de cálculo mental e escrito: o fim a atingir é o de ensinar a calcular rapidamente de memória e a resolver sem hesitação e com presteza as operações” (REIS, 1892, p. 451). O cálculo mental era considerado a base do ensino:

O cálculo mental, que é a base do conhecimento dos números, deve ser objeto de cuidados especiais em todas as classes; os alunos são exercitados em calcular de memória e por processos rápidos; estes cálculos são raciocinados e não executados maquinalmente. Pode-se empregar no cálculo mental a notação por algarismos para representar os números, mas com a condição de fazer cálculos sobre os números e não sobre os algarismos (REIS, 1892, p. 452).

Não era somente no ensino da disciplina de matemática que exigia dos alunos a memorização, os professores das outras disciplinas também incentivavam os alunos a “aprender de cor”, a “memorização era a técnica do processo de aprendizado e era esta a principal capacidade dos alunos para o sucesso escolar” (BITTENCOURT, 2008, p. 203). Esta capacidade de decorar os textos para os professores distinguiu os alunos uns dos outros.

O livro “Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen” possui poucas ilustrações, provavelmente devido à limitação de produção de efeitos gráficos das editoras existentes na época em que o livro foi editado. As ilustrações facilitam o entendimento dos conteúdos pelos leitores, mas os autores superaram a falta de ilustrações pelo uso de problemas de fácil entendimento dos alunos, utilizando assuntos que faziam parte do cotidiano das crianças nas regiões colonizadas pelos

germânicos. As poucas figuras que aparecem no texto são linhas, pontos, asteriscos (estrelas).

Os autores indicam também o material pedagógico, algo que fosse concreto, o ábaco e também palitos, para que o aluno compreendesse a ideia das operações, como se observa na figura acima. No texto, professor indicou a utilização do ábaco (apêndice H) na explicação sobre a adição e subtração do número 2.

Por meio da leitura do livro constata-se que ele se destinava especialmente aos professores, como pode observar que os autores simulam no texto (figura 46) um diálogo imaginário entre o professor e seus alunos apresentando uma resposta que seria aceita como correta:

<p>2. Zerlegen, Zusammenzählen und Abziehen der Zahlen 1 bis 5.</p> <p>Die Zahl 2.</p> <p>A. Anschaulich.</p> <p>Die Zahl wird dargestellt (Rechenmaschine und Stäbchen).</p> <p>Lehrer: Wieviel Kugeln sind dies?</p> <p>Kinder: Zwei.</p> <p>Die Kugeln werden aus einander geschoben.</p> <p>Kinder: Zwei besteht aus eins und eins.</p> <p>Die Kugeln werden wieder zusammengerückt.</p> <p>Kinder: Eins und eins sind zwei.</p> <p>Eine Kugel wird fortgeschoben.</p> <p>Kinder: Zwei weniger eins sind eins.</p> <p>Zwei Kugeln werden aufgestellt und fortgeschoben.</p> <p>Zwei weniger zwei sind null.</p>	<p>2. Dividir, adicionar e subtrair os números de 1-5</p> <p>O número 2.</p> <p>A. Demonstrativo (para visualização)</p> <p>O número é apresentado (ábaco e palitos).</p> <p>Professor: Quantas bolas são isto?</p> <p>Criança: Duas.</p> <p>As bolinhas são separadas.</p> <p>Criança: dois é composto por UM e UM.</p> <p>As bolinhas são unidas novamente.</p> <p>Criança: UM e UM são DOIS.</p> <p>Uma bolinha é retirada.</p> <p>Criança: DOIS menos UM é UM.</p> <p>Duas bolinhas são colocadas e retiradas.</p> <p>Criança: DOIS menos DOIS é ZERO.</p>
---	---

Figura 46 - Diálogo dos autores e o professor com a tradução do livro *Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen* (p. 3)

Pode-se observar que o processo de ensino proposto pelo livro baseia-se na memorização e repetição dos conteúdos, envolvendo o treino intensivo, que pode ser comprovado pelo grande número de exercícios propostos na obra.

4.3.3 As categorias de análise da obra

Para o presente estudo, são apresentadas as cinco categorias: 'o conceito de número', 'as operações de adição e subtração', 'as operações de multiplicação e divisão', 'resolução de problemas' e 'frações'. Os motivos pelos quais foram selecionados os conteúdos supracitados deve-se ao seu realce na obra analisada, e à importância dos mesmos na construção dos conhecimentos básicos de matemática para a aquisição de competências básicas necessárias ao aluno exercer sua cidadania.

4.3.3.1 O conceito de número

Na primeira parte do livro aborda os conteúdos da primeira série referentes ao aprendizado dos números de um até vinte (20), divididos por capítulos. O primeiro capítulo inicia com os números de um até cinco.

Não é feita uma definição formal de número, os autores estabelecem uma relação de figuras conhecidas dos alunos para representar os números, tais como traços verticais ou palitos, pontos pretos (ou bolinhas), círculos, asteriscos (ou estrelas), cruzes, feijões e dedos, pequenos quadrados vazios e ainda pontos pretos dentro de um quadrado, lembrando as faces de um jogo de dados (anexo M).

Aqui se observa o método de ensino usado pelo professor, sugerindo para o mestre escrever ou desenhar no quadro e, a seguir, os alunos deveriam repetir oralmente os números de um a cinco. Os autores sugerem a associação de objetos conhecidos dos alunos com o conceito de número para facilitar o entendimento. Logo depois dessa apresentação, são propostos vários exercícios envolvendo os números naturais de um a cinco.

As operações de adição e subtração são propostas ainda dentro do primeiro capítulo que trata dos números de um a cinco. São apresentados os símbolos para explicar as operações: (+), (-) e (=). Nesta parte, os autores trabalham oralmente diretamente com os algarismos; como está indicado abaixo (figura 47) quando tratam do conceito do número dois. Na explicação indicam como efetuar os cálculos. Observa-se que depois da letra B está escrito “De cabeça”.

B. Im Kopfe.

Kind spricht:

$2=1+1$ das bedeutet: Ich habe zwei Stäbchen und zerlege sie, eins rechts, dann liegt links auch eins.

$1+1=2$ das bedeutet: Ich habe ein Stäbchen und lege noch eins dazu, dann sind's zwei.

$2-1=1$ das bedeutet: Ich habe zwei Stäbchen und nehme eins weg, dann habe ich nur noch eins.

$2-2=0$ das bedeutet: Ich habe zwei Stäbchen und nehme alle beide weg, dann habe ich null Stäbchen.

B. De cabeça (mental)

Criança fala:

$2=1+1$ Isto significa: eu tenho DOIS palitos e decomponho-os, UM a direita, então há UM a esquerda também.

$1+1=2$ Isto significa: eu tenho UM palito e adiciono UM, então são DOIS.

$2-1=1$ Isto significa: eu tenho DOIS palitos e retiro UM, então tenho somente UM.

$2-2=0$ Isto significa: eu tenho DOIS palitos e retiro os DOIS, então tenho ZERO palitos.

Figura 47 - Lição sobre o número dois (p. 2)

Como se observa na transcrição do texto da lição (figura 48) sobre o número dois (2), os autores tentam esgotar todas as possibilidades de tratar este número. Primeiramente, como a decomposição do número dois em 1 e 1; depois como um processo de reunião de 1 mais 1, de juntar coisas que podem ser contadas; e por fim como um processo de diminuir a quantidade que é exemplificado de duas maneiras: 2 menos 1 e depois 2 menos 2.

Somente depois de apresentar oralmente as duas operações básicas, os autores estabelecem a relação de objetos com a representação dos algarismos, utilizando os pontos pretos dentro de um quadrado, como se fosse um dado. Eles fazem a relação da quantidade de bolinhas com os algarismos correspondentes, como podemos observar na figura 48 a seguir:

D. Schriftlich.

(Setzt erst treten die Ziffern auf.)

Die Kinder schreiben das Zahlbild und setzen die Ziffer daneben.

• 1

•
• 2

••
• 3

0

1) •• = • + •

2 = 1 + 1

2) • + • = ••

1 + 1 = 2

Figura 48 - Representação de números (p. 5)

Nota-se novamente a metodologia do ensino direcionada para o professor, os autores se dirigem ao professor e não aos alunos. O autor dá instruções ao professor, conforme a tradução: “Agora pela primeira vez introduzem-se as cifras. As crianças escrevem a imagem do número (as bolinhas) e leem a cifra ao lado” (HACKBART; GLAUS; LANGE, 1906; p. 5).

É interessante notar que depois de apresentarem o conceito do número quatro aos autores, propõem três tipos de exercícios de diferentes níveis de dificuldade, conforme exercícios da página 6 (figura 49):

Zur Wiederholung :

1) 2 = 1 + ?

3 = 1 + ?

4 = 2 + ?

3 = 2 + ?

4 = 1 + ?

4 = 3 + ?

2) 3 + 1 = ?

2 + 2 = ?

1 + 3 = ?

2 + 1 = ?

1 + 2 = ?

1 + 1 = ?

3) 1 + ? = 2

1 + ? = 4

2 + ? = 3

1 + ? = 3

2 + ? = 4

3 + ? = 4

Figura 49 - Exercícios de adição (p. 6)

O primeiro exercício propõe completar uma soma sendo dado o resultado final e um dos termos que compõe a soma. Pela primeira vez pede-se determinar um termo desconhecido, uma incógnita, representada pelo símbolo de interrogação (?).

O segundo exercício tem um nível de dificuldade menor, usando a ideia de juntar os números, a solução é encontrar o resultado da soma de dois termos conhecidos.

O terceiro tipo de exercício é semelhante ao primeiro, propõe achar um dos termos da soma, mas diferencia-se do primeiro apenas pela posição do resultado. Enquanto no primeiro exercício o resultado é dado antes da soma, no terceiro o resultado é depois da soma.

Na segunda parte do livro (direcionado à segunda série) os autores apresentam símbolos de unidade e dezena, representados na figura abaixo:

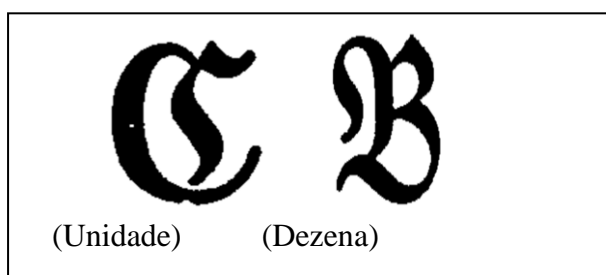


Figura 50 - Símbolos de unidade e dezena (p. 41)

As letras góticas são iniciais da palavra “Einer”, que significa um, e da palavra “Zehner”, que significa dezena.

O conceito de número que os autores apresentam no livro tem por base a construção da ideia do número a partir do concreto, algo que faz parte da vida do aluno, usando representações por meio de figuras simples que ajudam na construção da representação matemática dos números. Como foi proposto pelos autores no prefácio, o conteúdo matemático “presente nestes dois cadernos foi escrito levando em consideração as condições simples destas escolas e das comunidades. Apesar de ser diversificado (variado), foi dada atenção especial à exposição simples do conteúdo” (HACKBART; GLAUS; LANGE, 1906, prefácio).

Como podemos observar na obra, o conceito de número é abordado de uma maneira simples de modo a facilitar a compreensão dos alunos, com uma ênfase no

cálculo mental, como já foi observado por Kreutz nas escolas do Rio Grande do Sul, em que

[...] a preocupação era ensinar elementos básicos e necessários à vida nas comunidades *rurais*, dava-se muita ênfase ao treino de fazer os “cálculos de cabeça” (*Kopfrechnung*). Era uma prática muito comum na vida rural. Já correspondia a uma tradição secular da Alemanha (KREUTZ, 2004, p. 233).

Percebe-se pela análise da categoria “Números” que o ponto forte dos autores foi dar muita atenção para explicar o sentido do número e a estimativa de quantidades, utilizando o cálculo mental.

A sequencia didática do livro, adotada pelos autores, é semelhante ao que era prescrito nos programas de ensino das escolas primárias da Bélgica:

Os vinte primeiros números, sendo a base de toda a numeração, são objeto de exercícios repetidos de cálculo indutivo, mental de escrito. Faz depois calcular por dezenas, mais tarde por centenas, etc., considerando estes grupos como unidades. Os números compostos de diferentes ordens de unidades são decompostos nos cálculos, de modo a tornar a trazer todas as operações aos cálculos fundamentais sobre os dez primeiros números (REIS, 1892, p. 451).

Levando-se em conta que essa obra foi escrita em 1906, trata-se de uma proposta de ensino interessante, pois passados mais de 100 anos após a sua edição, a obra ainda se sustenta na sua perspectiva de ensino da matemática.

4.3.3.2 As operações adição e subtração

Assim como foi trabalhada a ideia de número, as operações de soma e subtração também foram expostas por meio da representação das figuras. As duas operações são trabalhadas simultaneamente no livro. A ideia de adição é proposta de uma maneira a utilizar o concreto para facilitar e entendimento dos alunos, utilizando-se pontos associados a algarismos.

Juntamente com a apresentação dos números, a operação adição é proposta por escrito utilizando a representação figuras de pontos associados aos algarismos,

propondo ao professor desenvolver as orações oralmente, como no exemplo da figura 51:

$$\begin{array}{l}
 1) \begin{array}{c} \square \\ \cdot \\ \cdot \end{array} = \begin{array}{c} \square \\ \cdot \end{array} + \begin{array}{c} \square \\ \cdot \end{array} \\
 2 = 1 + 1
 \end{array}
 \qquad
 \begin{array}{l}
 2) \begin{array}{c} \square \\ \cdot \end{array} + \begin{array}{c} \square \\ \cdot \end{array} = \begin{array}{c} \square \\ \cdot \\ \cdot \end{array} \\
 1 + 1 = 2
 \end{array}$$

$$\begin{array}{l}
 3) \begin{array}{c} \square \\ \cdot \\ \cdot \end{array} - \begin{array}{c} \square \\ \cdot \end{array} = \begin{array}{c} \square \\ \cdot \end{array} \\
 2 - 1 = 1
 \end{array}
 \qquad
 \begin{array}{l}
 4) \begin{array}{c} \square \\ \cdot \\ \cdot \end{array} - \begin{array}{c} \square \\ \cdot \\ \cdot \end{array} = \square \\
 2 - 2 = 0
 \end{array}$$

Figura 51- Exemplos propostos de adição e subtração (p. 5)


No primeiro exemplo, os dois pontos são decompostos, e logo abaixo demonstra a expressão numérica da soma. No segundo exemplo, os dois pontos são juntados e abaixo é demonstrada a expressão numérica da soma, passando a ideia de “juntar” os termos.

Da mesma maneira é feita para a subtração com auxílio das figuras, passando a ideia de “tirar” (exemplos 3 e 4).

Ao longo das lições, os autores vão apresentando os números de um a dez em ordem, construindo os números por meio da composição dos números antecedentes de maneira a facilitar os cálculos. A partir do número dois, os autores apresentam as diversas maneiras de se decompor um número, como apresentado o número quatro (figura 52):

Die Zahl und Ziffer 4

wird behandelt ganz wie zwei und 3. Es folgen auf einander Zerlegen, Zusammenzählen und das Abziehen, zuerst anschaulich, dann im Kopfe, nebenbei schriftlich.




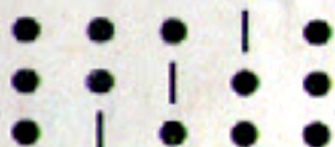
	$4 = 3 + 1$ $4 = 2 + 2$ $4 = 1 + 3$	
$4 = 3 + ?$ $3 + 1 =$ $4 - 1 =$	$4 = 2 + ?$ $2 + 2 =$ $4 - 2 =$	$4 = 1 + ?$ $1 + 3 =$ $4 - 3 =$ $4 - 4 =$

Figura 52 - Exercícios propostos sobre o número quatro (p. 6)

O dado (objeto concreto) é utilizado na exposição do número. Para apresentar as decomposições são utilizados palitos separados por pontos e bolas separadas por palitos. Primeiramente, o exercício deve ser resolvido oralmente e depois por escrito.

Observa-se pela figura que os autores demonstram a possibilidade de se decompor o número quatro como uma soma de três maneiras diferentes. A demonstração é feita por meio de figuras (palitos e bolinhas) e ao centro é montada a expressão numérica usando a propriedade comutativa: $3 + 1$; $2 + 2$; $1 + 3$.

A subtração é apresentada de quatro maneiras, passando a ideia de se 'tirar': $4 - 1$; $4 - 2$; $4 - 3$; $4 - 4$.

Como já foi dito, os conceitos dos números são trabalhados juntamente com as duas operações: soma e subtração. Na figura 53, também se observa a construção do conceito do número dez representada como pontos dentro de um quadrado e o algarismo corresponde a esses pontos. Para a decomposição, são utilizadas bolinhas separadas por palitos e, ao lado, apresenta-se a expressão numérica.

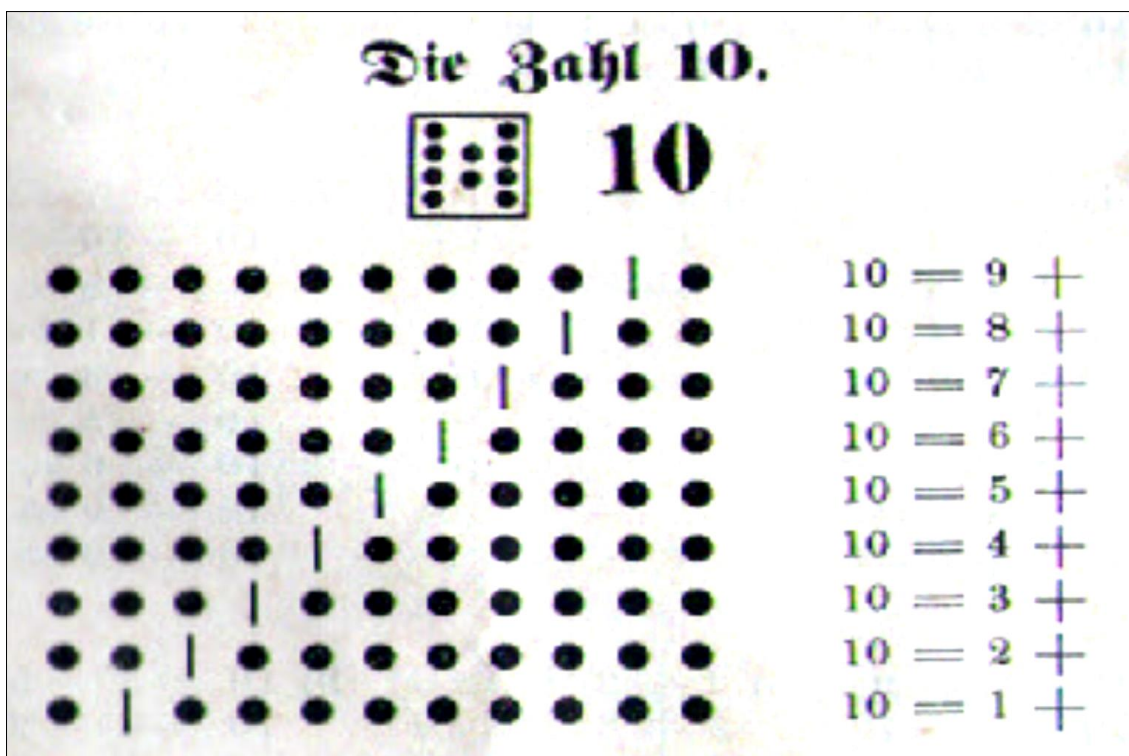


Figura 53 - Decomposição do número dez (p. 15)

Antes de passar para os números maiores que dez, os autores trabalham o conceito de dezena, partindo do conceito de unidade, utilizando traços verticais (ou palitos) de 1 até 10 (figura 54):

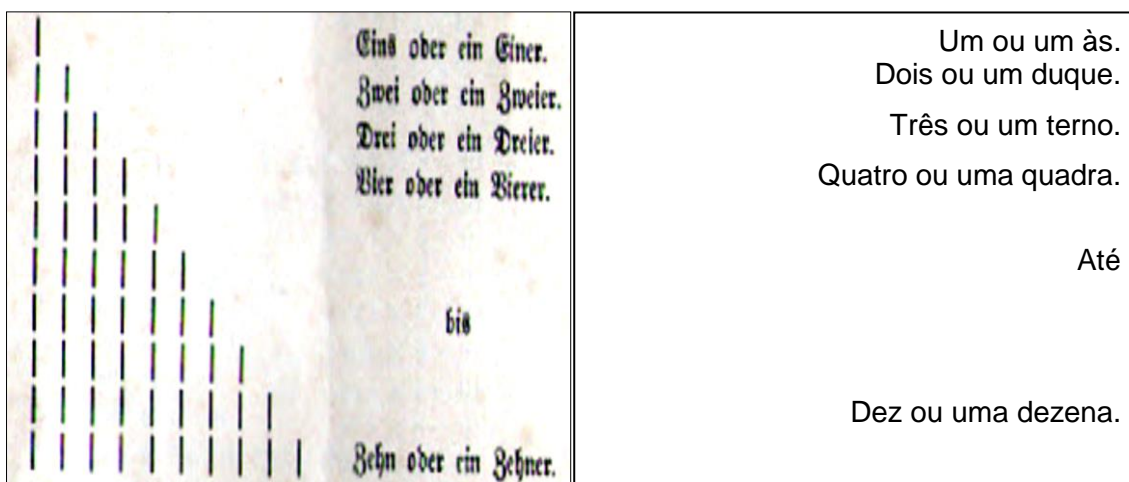


Figura 54 - Números ordinais e tradução (p. 24)

Da página 24 em diante, são trabalhados os números de 10 a 20 a partir da composição de uma dezena e unidades. Com o título 'A melhor sequencia dos números de 10 – 20', o número onze é apresentado como uma dezena e mais uma

unidade, e o número doze é representado como uma dezena e mais duas unidades, assim por diante até 20, com duas dezenas e nenhuma unidade (figura 55):

1. Die Einführung in den Zahlenkreis von 10—20.

$\begin{array}{l} | | | | | | | | | | \\ | \end{array} 1 \text{ Zehner} + 1 \text{ Einer} = 11 \text{ Einer.}$
 $\begin{array}{l} | | | | | | | | | | \\ | | \end{array} 1 \text{ Zehner} + 2 \text{ Einer} = 12 \text{ Einer.}$

$1 \text{ Z} + 3 \text{ E} = ? \text{ E}$	$1 \text{ Z} + 7 \text{ E} = ? \text{ E}$
$1 \text{ Z} + 4 \text{ E} = ? \text{ E}$	$1 \text{ Z} + 8 \text{ E} = ? \text{ E}$
$1 \text{ Z} + 5 \text{ E} = ? \text{ E}$	$1 \text{ Z} + 9 \text{ E} = ? \text{ E}$
$1 \text{ Z} + 6 \text{ E} = ? \text{ E}$	$2 \text{ Z} + 0 \text{ E} = ? \text{ E}$

Figura 55 - Apresentação dos números de 11 a 20 (p. 24)

Este procedimento tem por finalidade preparar os alunos iniciantes para as operações a fim de serem feitas mentalmente com números maiores.

Da mesma maneira, para a subtração é feita a decomposição dos números maiores que dez, de maneira que sempre o resultado final da operação seja dez (figura 56):

Dasfelbe auch rückwärts :

$20 - 10 = 10$	$10 + 10 = 20$
$19 - 9 = 10$	$10 + 9 = 19$
$18 - 8 = 10$	$10 + 8 = 18$
$17 - 7 = 10$	$10 + 7 = 17$
$16 - 6 = 10$	$10 + 6 = 16$
$15 - 5 = 10$	$10 + 5 = 15$
$14 - 4 = 10$	$10 + 4 = 14$
$13 - 3 = 10$	$10 + 3 = 13$
$12 - 2 = 10$	$10 + 2 = 12$
$11 - 1 = 10$	$10 + 1 = 11$

Figura 56 - Exercícios de subtração e soma (p. 26)

Aqui o processo de subtração é mais complexo, dado um número, quanto se deve retirar para achar o número dez. O professor faz a pergunta: Quanto se precisa retirar de dezoito para obter o número dez?

Com a ideia da dezena bem compreendida, as operações de adição e subtração com resultados maiores que dez podem ser feitas mentalmente pelos alunos sem o auxílio de algoritmo que hoje se utiliza.

Para a soma e subtração de dois números ultrapassando dez, é proposta a decomposição buscando sempre completar uma dezena, como se observa na figura 57:

B. Zuzählen und Abziehen mit Ueberschreiten der 10
und zwar von der 9, bezw. der 11 aus.
Beispiel:

$\begin{array}{r} 9 + 2 = ? \\ \hline 9 + 1 = 10 \\ 10 + 1 = 11 \\ \hline 9 + 2 = 11 \end{array}$	$\begin{array}{r} 11 - 2 = ? \\ \hline 11 - 1 = 10 \\ 10 - 1 = 9 \\ \hline 11 - 2 = 9 \end{array}$
---	--

Figura 57 - Adição e subtração (p. 31)

Observa-se que os autores propõem a decomposição do termo menor de modo a completar a dezena. O segundo termo da adição, neste caso o dois, é decomposto em (1+1); a seguir, soma-se o primeiro termo com a primeira parcela do número decomposto (neste caso pode ser qualquer uma, pois os números são iguais a um), obtendo-se uma dezena completa, usando intuitivamente a propriedade associativa da adição. Finalmente, soma-se a dezena com a segunda parcela, obtendo o resultado final. Concluindo que $9 + 2 = 11$, sem o uso do algoritmo da soma que usamos atualmente. Simbolicamente, podemos representar: Quanto é $9 + 2$? Explicação: $9 + 2 = 9 + (1 + 1) = (9 + 1) + 1 = 10 + 1 = 11$.

Para a subtração de números maiores que dez, o processo de decomposição também é usado. Primeiro decompõem o menor deles, neste caso o subtraendo, em duas parcelas, de forma que o minuendo ao ser subtraído da primeira parcela resulte dez. Em seguida, a outra parcela é subtraída da dezena, dando o resultado final.

No exemplo da página 31, primeiro foi decomposto o subtraendo $2 = (1 + 1)$; em seguida, diminui-se do minuendo uma das parcelas $(11-1)$ para obter o número 10; como ainda há mais um termo a ser subtraído, depois diminui de dez a outra parcela do subtraendo $(10 - 1)$, obtendo o resultado 9. Então, conclui-se que $11 - 2 = 9$. Simbolicamente podemos representar: Quanto é $11 - 2$? Explicação: $11 - 1 - 1 = (11 - 1) - 1 = 10 - 1 = 9$.

O procedimento adotado pelos autores objetiva facilitar o cálculo mental e obter o resultado rápido. Observa-se que não foram usados os algoritmos da soma e subtração que utilizamos atualmente, quando a soma dos números resulta em um número maior que dez, usamos “vai um”, e o mesmo pode-se dizer da subtração, que usamos “empresta um”.

4.3.3.3 As operações de multiplicação e divisão

A operação de multiplicação é demonstrada pela primeira vez na página 17 do livro, no conteúdo da primeira série, quando é trabalhado o número dez. São apresentados, simultaneamente, a multiplicação e a ideia de “estar contido”. A notação da multiplicação é a cruz deitada ‘X’ e para o termo “estar contido” os autores utilizam a preposição “em”. Por exemplo, na multiplicação:

2 é $2 \times 1 = 2$

$2 \times 1 = 2$

1 está contido em 2 duas vezes.

3 é $3 \times 1 = 3$

$$3 \times 1 = 3$$

1 esta contido em 3 três vezes. (p.17)

O ensino da multiplicação é baseada sob o aspecto de adição de parcelas iguais, como demonstrado na página 19:

Conte as linhas em todas as fileiras e pronuncie então:
 Uma vez 2 linhas são 2 linhas
 Duas vezes 2 linhas são 4 linhas
 E assim por diante até
 Cinco vezes 2 linhas são 10 linhas.

$$\text{Note: } 1 \times 2 = 2$$

$$2 \times 2 = 4$$

$$3 \times 2 = 6$$

$$4 \times 2 = 8$$

$$5 \times 2 = 10$$

Antes do fim dos conteúdos da primeira série, os autores retomam a exposição da multiplicação, iniciando com o número dois, sugerindo a utilização do ábaco e indicando que as crianças pronunciem os cálculos (figura 58):

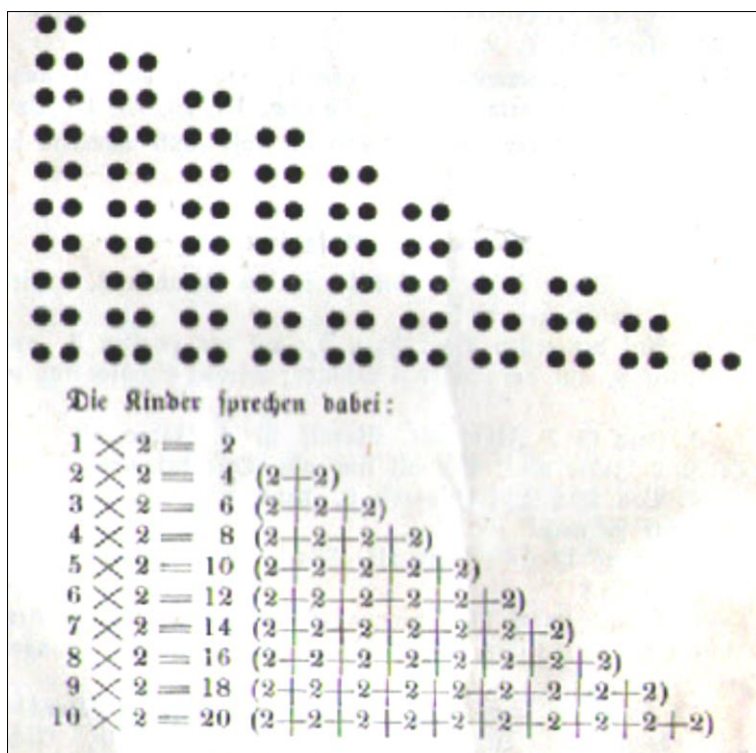


Figura 58 – Demonstração da multiplicação (p. 36)

A operação divisão é o inverso da multiplicação, o conceito é demonstrado com a ideia de “estar contido (figura 59):





Dann umgekehrt:	Então inversamente:
	2 está contido em 2 1 vez.
	2 está contido em 4 2 vezes.
	Assim por diante até
	2 está contido em 10 5 vezes.

Figura 59 – Demonstração da divisão (p. 19)

Mais adiante, na página 21, os autores apresentam o símbolo da divisão com dois pontos (:). Os exercícios propostos apresentam divisões exatas, ou seja, sem resto, pois na primeira série é o que se pode exigir do aluno.

Como feito com a operação multiplicação, no final das lições da primeira série, os autores retomam o conceito de divisão, iniciando a exposição da divisão por dois com a utilização de figuras acompanhadas de exercícios (figura 60):






	Die Hälfte von 2 ist 1
	" " " 4 " 2
	" " " 6 =
	" " " 8 =
	" " " 10 =
2 : 2 = 1	12 : 2 =
4 : 2 =	14 : 2 =
6 : 2 =	16 : 2 =
8 : 2 =	18 : 2 =
10 : 2 =	20 : 2 =

Figura 60 – Demonstração da divisão por dois (p. 38)

Os exercícios são propostos sempre com resultados de divisões exatas, mas no fim do livro, depois que o conteúdo de frações é encerrado, os autores dedicam um

pequeno espaço para trabalhar a divisão com resto, propondo 8 exercícios para os alunos resolverem. A divisão é feita decompondo-se o valor a ser dividido (dividendo) em partes, contendo o divisor e o resto. Na divisão do número cinco por dois é apresentada uma figura que demonstra a noção da divisão. Os cinco palitos são separados de dois a dois por pontos, sobrando um palito,. Ao lado da figura é representada a expressão da divisão com resto: $5 : 2 = 2$ e resta 1 (figura 61):

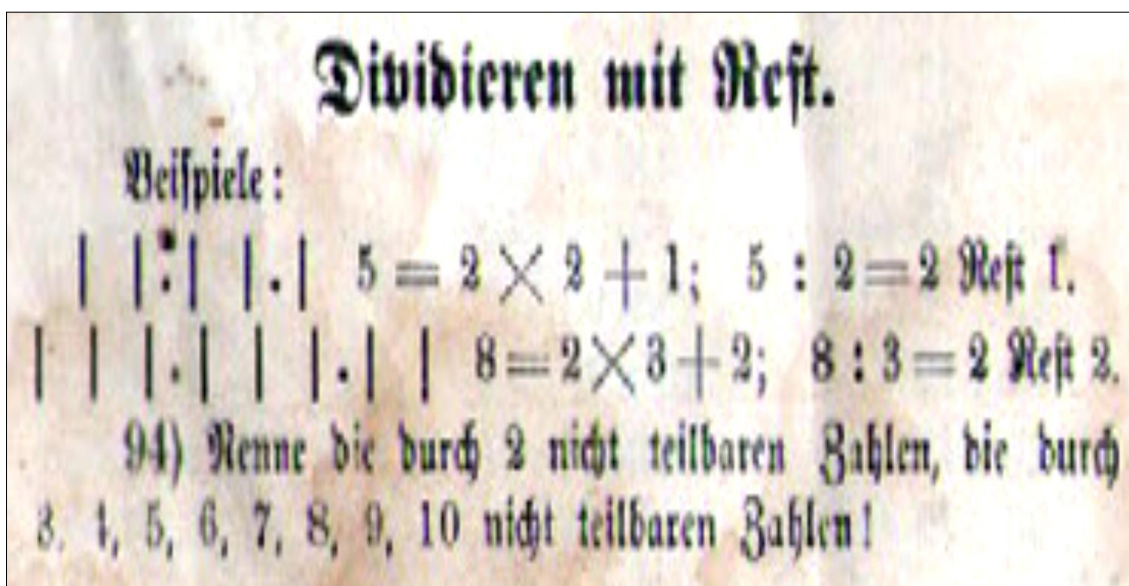


Figura 61 - Divisão com resto (p. 82)

Outro fato interessante a ser observado na obra é quanto ao uso da tabuada. Pelo fato dela estar impressa na terceira capa (no fim do livro), podemos concluir que não houve uma ênfase exagerada no seu uso para trabalhar os cálculos. Ela foi utilizada depois que os alunos já tinham a noção das operações de multiplicação, servindo como apoio aos cálculos para que as respostas fossem mais rápidas.

Na parte da segunda série, encontra-se um quadro de números chamado “Tabela de Cálculos I” (figura 62), para ser utilizada pelo professor a fim de exercitar as operações matemáticas básicas dos alunos na sala de aula. A tabela contém 9 linhas identificadas pelas letras ordenadas alfabeticamente de “a” até “i” e 10 colunas numéricas ordenadas pelas letras de “k” a “t”.

Rechenzettel I.										
	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
a	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
b	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
c	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
d	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
e	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
f	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
g	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
h	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
i	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90

Figura 62- Tabela de cálculo I (p. 54)

As linhas e colunas são preenchidas por números ordenados crescentemente de 1 até 90, possibilitando identificar a posição dos números de maneira semelhante ao plano cartesiano. Com a tabela em mãos, o professor orientava os alunos a efetuarem cálculos com os números das linhas ou das colunas.

Encontra-se uma outra “Tabela de Cálculos II”, com mesmo formato da tabela anterior, com 9 linhas identificadas pelas letras ordenadas alfabeticamente de “l” a “t” e 10 colunas numéricas ordenadas pelas letras de “a” até “k”. Nesta tabela, os seus números são dispostos aleatoriamente, conforme observa-se na figura 63:

Rechenzettel II.										
	a	b	c	d	e	f	g	h	i	k
l	1	10	61	55	38	23	14	13	48	11
m	2	19	74	60	43	31	22	21	12	27
n	3	18	69	86	56	37	30	29	20	87
o	4	26	53	77	58	42	36	35	28	90
p	5	34	17	68	83	57	41	88	85	84
q	6	40	25	52	76	82	81	89	79	78
r	7	45	33	16	67	75	73	80	71	70
s	8	54	39	21	51	66	65	72	63	62
t	9	59	44	32	15	50	49	64	47	46

Figura 63 - Tabela de Cálculo II (p. 55)

O uso desta tabela era um facilitador para o professor e alunos, pois não havia necessidade do professor escrever os números no quadro negro para os alunos copiarem durante a aula. A tabela permitia o professor trabalhar os cálculos oralmente, pois se referia aos números constantes nas linhas e/ou colunas da tabela, e depois os alunos faziam os cálculos por escrito.

No final do livro, há uma terceira tabela, contendo 9 linhas e 10 colunas, com a identificação das linhas por letras de 'a' até 'i', e sem identificação as colunas (figura 64):

a	12	17	13	19	15	16	14	11	18	20
b	25	29	21	24	28	22	26	23	27	30
c	38	36	34	32	35	33	39	37	31	40
d	49	41	48	43	42	47	45	46	44	50
e	53	55	52	56	51	54	57	58	59	60
f	64	62	65	68	63	69	61	67	66	70
g	77	73	76	71	74	78	72	79	75	80
h	86	84	89	85	87	81	83	82	88	90
i	92	95	97	99	91	96	98	94	93	100

Figura 64 - Tabela de Cálculo (p. 83)

A tabela está preenchida com os números de 11 a 100, dispostos fora de ordem, mantendo em cada linha os números da mesma dezena. Assim, na linha 'a' estão os números de 11 a 20, na linha 'b' os números de 21 a 30, e assim por diante até a linha 'i' que contém os números 91 a 100.

Os autores deram bastante ênfase às operações matemáticas realçando o seu significado, utilizando o cálculo mental e o escrito, propondo estratégias de raciocínio para as operações elementares, dando menos atenção a cálculos mais "complexos" que utilizam muitos algarismos. A tabuada servia de apoio, mas não era a única maneira de ensinar a efetuar os cálculos.

As atividades prontas, mesmo sem respostas no livro, auxiliavam o trabalho do professor na sala de aula, cobrando dos alunos exercícios padronizados de acordo com a linha de raciocínio dos autores.

Seguindo a proposta pedagógica germânica, era necessário que os alunos tivessem nas mãos um material didático que partisse da realidade e do contexto local, e que, ao mesmo tempo, fosse um auxiliar para o professor, evitando que todos os conteúdos e problemas fossem ditados em sala de aula.

4.3.3.4 Resolução de problemas

A análise da resolução dos problemas deste estudo tem por finalidade verificar se os conteúdos de matemática são explorados a partir de problemas vividos no cotidiano do aluno. O termo 'problemas' aqui usado refere-se aos exercícios propostos no livro didático.

Como já foi dito, a Bélgica foi um dos países europeus que mais se destacaram no ensino público primário no final do século XIX. Os documentos sobre a instrução prescreviam uma matemática mais ligada à prática e menos abstrata:

A aritmética desprendida das teorias abstratas. Os princípios serão ensinados por exercícios de observação sobre as coisas visíveis se cultiva a ciência pedagógica. O sistema métrico é ensinado pela experiência real das medidas. Os alunos calculam as superfícies e volumes por si mesmos as dimensões e não operando sobre dados imaginários (REIS, 1892, p. 382).

O 'guia do professor' das aulas de matemática das escolas da Bélgica prescrevia que "os problemas devem ser escolhidos no domínio da vida prática; as combinações muito complexas, as hipóteses irrealizáveis serão evitadas, porque não tem outro resultado senão desorientar os alunos" (REIS, 1892, p. 452). O ensino da matemática por meio da experiência real sugere que trate de assuntos conhecidos do cotidiano do aluno.

Observando o livro de matemática, pode-se constatar o grande número de problemas propostos, são 53 na primeira série e 94 na segunda série. Os problemas envolvem a contagem; as operações básicas dos números naturais; medidas de massa; medidas de comprimento; medidas de capacidade; valores monetários; cálculo de idades e unidades de tempo.

A quantidade de problemas propostos também tinha a finalidade de tornar o livro atrativo aos leitores, visto que os “exercícios tornaram-se um complemento indispensável das obras didáticas e deles, muitas vezes, dependia seu sucesso” (BITTENCOURT, 2008, p. 193).

Para exemplificar, são apresentados alguns problemas das lições da primeira e segunda série envolvendo:

1. Contagem:

- Papai presenteia o pequeno Fritz com uma laranja, a mãe o presenteia com mais duas, quantas laranjas ele tem no total? (p. 5)
- De 8 porcos 7 são vendidos, quantos restam? (p. 12)
- Uma mulher tem 2 vacas brancas, 3 pardas, 2 pretas, 3 vacas pintadas, quantas vacas ela tem? (p. 16)
- Carlos tem 3 figos e colhe outros 3 da árvore, quantos ele tem? (p. 9)

2. Medidas de massa:

- Quanto é a quinta parte de 15 quilogramas, 20 quilogramas? (p. 40)
- 1 arroba = 15 kg; quantos kg são 4, 6, 3, 5 2 arrobas? (p. 69)
- 6 quilogramas custam 2 vinténs, quantos custam 24,54,18,36,12,48 kg? (p. 72)
- Uma família precisa de 9 kg de farinha semanalmente. Para quantas semanas terá com 27, 45, 72, 36, 18, 64, 45 kg? (p. 81)

3. Medidas de comprimento:

- De 1 metro subtraia 10 cm. (p. 56)
- Uma casa tem altura de 18 m, uma linha paralela a ela é 8 m mais alta; qual a altura da linha? (p. 57)
- Com 8 metros de tecido eu posso fazer um vestido. Quantos vestidos pode-se aprontar com 64, 16, 40, 56, 24, 32, 48, 72 metros? (p. 80)
- 1 cm = 10 mm. Quantos mm tem 50,70,90,40,60,100,30? (p. 82)

4. Valores monetários:

- Adolf recebeu do seu tio 9 vinténs, primeiro ele gastou 3 vinténs, depois 4 vinténs, e por fim 1 vintém, quanto dinheiro ainda lhe resta? (p. 14)
- Um homem ganha diariamente 1\$; quanto ele ganha em 5 dias, em 8 dias, em 10

- dias? (p. 18)
- O colono M. vende um cavalo por \$65 e um porquinho por \$ 7, quanto ele arrecadou? (p. 57)
 - Um saco de batatas custa 3\$; quanto custam 4, 7, 3,5, 9,6, 10, 8 sacos? (p. 62)

5. Tempo:

- Karl tem 3 anos de idade, sua irmã é 2 anos mais velha, qual a sua idade? (p. 7)
- Fritz tem 7 anos de idade, Rudolf tem 4 anos, e Elfe tem 9 anos de idade. Qual a soma da idade dos três? (p. 35)
- Uma semana tem 7 dias. Quantos dias são 2 semanas e 6 dias? (p. 37)
- Quantos dias são 1 mês, 1 semana e 6 dias? (p. 56)

As situações problematizadas baseiam-se no cotidiano dos alunos das comunidades germânicas no Brasil, localizadas em regiões dependentes economicamente da produção agrícola, e num momento histórico específico, com poucos recursos econômicos. Na observação de toda a obra, verifica-se que há uma predominância de tipos de problemas envolvendo o cálculo de valores monetários e do tempo, mas aparecem outros exercícios relacionados às atividades comuns das comunidades agrícolas envolvendo plantas e animais:

- Anna tem 5 goiabas, ela devora 4 delas, quantas ainda lhe restam? (p. 7)
- Fritz tem 1 abacaxi, Maria tem 5 a mais, quantos Maria tem? (p. 12)
- Elfe tem 3 bananas, Lina tem 4 e Hans 2 bananas, quantas bananas eles tem juntos? (p. 14)
- Em um pomar há 60 fruteiras, entre elas 6 laranjeiras e 8 figueiras, as demais são pessegueiros. Quantos pessegueiros há no pomar? (p. 57)
- Um pepino custa 3\$; quanto custam 5, 9,4,8,10,3,6 pepinos? (p. 61)
- Carlos tem 4 coelhos, Franz tem 3 a mais, quantos coelhos Franz tem? (p. 10)
- De 8 porcos 7 são vendidos, quantos restam? (p. 12)
- Uma mulher tem 2 vacas brancas, 3 pardas, 2 pretas, 3 vacas pintadas, quantas vacas ela tem? (p. 16)
- Uma galinha pôs 8 ovos, outra apenas a quarta parte desse número; quantos ovos a última galinha pôs a menos? (p. 23)
- Quantas pernas têm juntas 2 vacas, 2 cavalos, 2 gansos? (p. 37)

Os problemas dão sequência dentro das lições, envolvendo situações do dia a dia dos alunos, na escola, na família, na comunidade, naquele momento histórico: “No ensino da matemática, a prioridade eram as operações básicas que pudessem ser feitas mentalmente, nas circunstâncias concreta da vida agrária” (KREUTZ, 2006, p. 367). Isto significa que o aluno deveria fazer os cálculos mentalmente sem nenhum apoio de lápis e papel à mão.

Os núcleos das comunidades germânicas não eram autosuficientes no seu modo de produção, da terra tiravam a sua alimentação, mas necessitavam de outros mantimentos produzidos em outros centros distantes. A matéria prima importada dos grandes centros era depois transformada pelos profissionais da comunidade, tais como, sapateiros, ferreiros, costureiros, artesões em geral. Portanto, citar as operações de compra e venda nos exercícios dos livros didáticos era uma maneira de capacitar o aluno para os negócios da comunidade.

Na proposta da resolução de problemas do livro em estudo, os autores utilizaram o cotidiano dos alunos com exercícios de diferentes estruturas não repetitivas. Até mesmo os exercícios de contagem se integram com os outros problemas de medidas, a fim de mostrar ao aluno a utilidade da matemática no dia a dia da comunidade.

A resolução de problemas relacionando os conteúdos matemáticos com cotidiano dos alunos, atualmente, é adotada por muitos autores e também indicado pelo MEC nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Matemática do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998).

4.3.3.5 As frações

É interessante notar que as frações são abordadas no livro com bastante ênfase no número de exercícios. O estudo faz parte da segunda série iniciando na página 70 até a página 84 que finda o livro. Na Bélgica, o programa de matemática do segundo ano do ensino primário prescrevia o “conhecimento das frações cujo denominador não passe de dez: formação, denominação e representação” (REIS, 1892, p. 453). No caso da obra analisada, os autores trabalharam com frações cujo denominadores eram menores que dez, mas antes do fim do conteúdo há algumas atividades envolvendo os denominadores 11,12 e 15.

O conceito de fração é apresentado por meio de uma ilustração, embora haja outros significados, os autores deram ênfase à noção de fração como uma grandeza dividida em partes iguais, relacionando a parte com o todo, conforme ilustrado na figura 65:

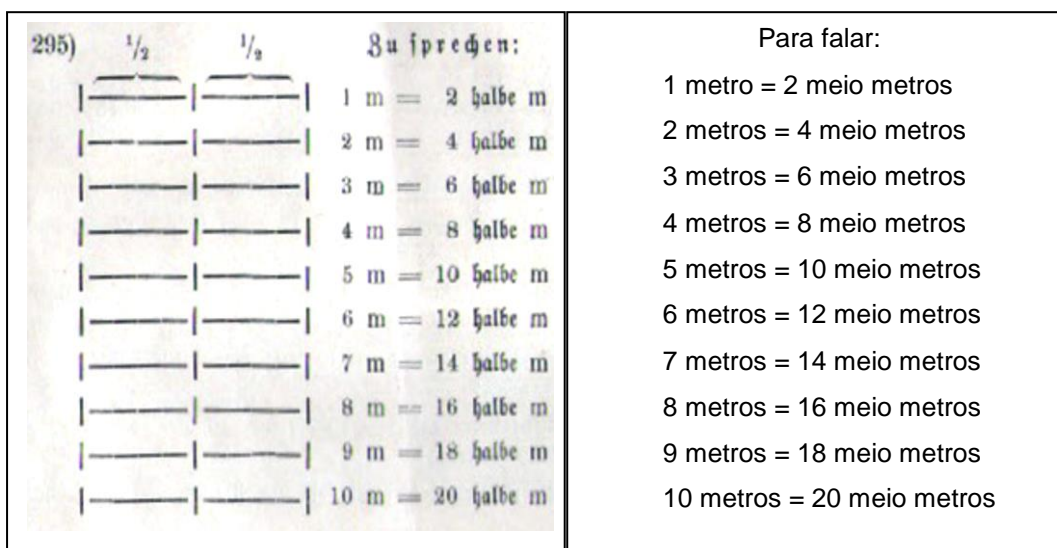


Figura 65 - Introdução ao conceito de frações (p. 70)

A partição de um metro em duas metades de $\frac{1}{2}$, depois dois metros em 4 partes de $\frac{1}{2}$, e assim por diante, reforçando a ideia de representar um número inteiro por frações. Logo depois da ilustração, a fração é associada ao símbolo a/b (quociente de a por b , sendo b diferente de zero). Os números inteiros são representados por meio da equivalência de frações: $1 = 2/2$, $2 = 4/2$, $3 = 6/2$ até $10 = 20/2$.

Percebe-se que há um reforço para que o conceito de frações seja bem entendido, como demonstrado ao trabalhar a fração $\frac{1}{3}$ e depois $\frac{1}{4}$, conforme figura 66:

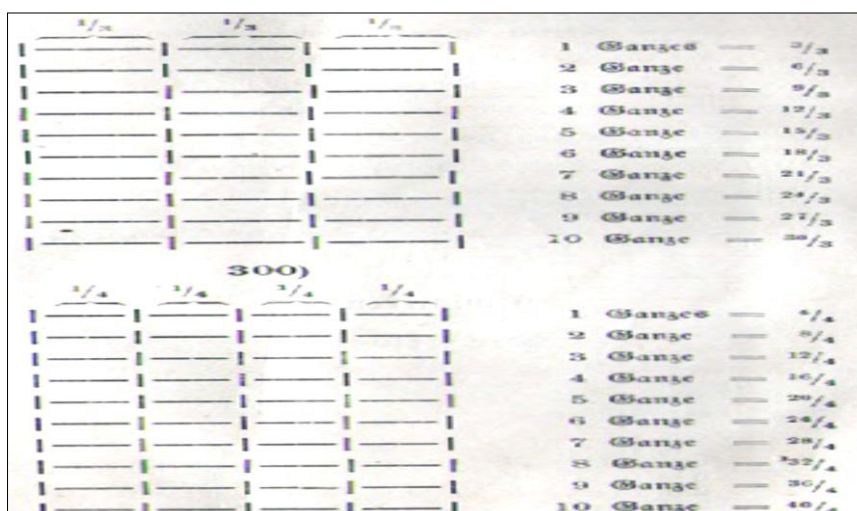


Figura 66 - Conceito das frações $\frac{1}{3}$ e $\frac{1}{4}$ (p. 71)

Os autores apresentam diversos exercícios com o conceito de equivalência, propondo a transformação da forma fracionária (a/b) em números inteiros e vice-versa, demonstrando a preocupação do aprendizado deste conceito base para trabalhar as comparações e operações com frações.

Observa-se também que os problemas de frações são relacionadas com as medidas de comprimento, massa, valores monetários, caracterizando uma forma de relacionar as frações com o cotidiano das crianças, para demonstrar a sua utilidade.

As frações eram conteúdos importantes a serem ensinados para os alunos que viviam numa cultura agrícola que usava frações de comprimento (no cálculo de distâncias entre as propriedades, nas construções de casas), de área (na demarcação de lotes, superfícies, terrenos, nas plantações em áreas cultiváveis), de volume (na produção caixas de mercadorias, acondicionamento de materiais e alimentos em tambores).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santa Leopoldina foi uma das colônias criadas no século XIX, na província do Espírito Santo, que recebeu os imigrantes europeus. O povo germânico, sobretudo da Pomerânia, veio para o Brasil e encontrou nas montanhas da província um novo lar, mantendo sua cultura, suas tradições e sua língua pomerana, de origem anglo-saxônica, transmitindo-as de geração a geração até os dias atuais.

Foi a partir da ex-Colônia de Santa Leopoldina, que os imigrantes abriram caminhos para outros locais do interior do Estado, criando importantes núcleos de colonização, como foi o caso de Santa Teresa, que fazia parte desta colônia e que recebeu um número expressivo de imigrantes italianos.

Os imigrantes não sabiam nem falar nem escrever o português, tornando difícil o relacionamento com os brasileiros nativos. Os demais grupos étnicos que imigraram para Santa Leopoldina tiveram a mesma dificuldade, pois em casa se falava o pomerano, o alemão, o holandês ou italiano (no núcleo colonial de Santa Teresa), e na escola pública, as crianças aprendiam o português. Nas escolas paroquiais pastores ensinavam na língua alemã e utilizavam livros também escritos em alemão.

As iniciativas governamentais em estabelecer colônias para receber imigrantes europeus ocorreram isoladamente. No século XIX, foram criadas apenas quatro colônias, sendo uma delas particular, mas que não teve êxito. A Colônia de Santa Leopoldina se destacou neste período como um importante centro comercial e fornecedor de produtos agrícolas para a capital Vitória. Os dados apresentados no trabalho reforçam a importância da imigração germânica para o Estado do Espírito Santo.

A análise dos relatórios oficiais dos presidentes de província demonstra que alguns aspectos da vida das colônias eram apresentados para serem conhecidos pela Assembleia Legislativa, mas a administração provincial se preocupava mais em descrever como era a situação vigente na época, do que encontrar propostas efetivas para a resolução dos problemas abordados. A administração da província

tinha por obrigação a manutenção dos espaços sociais das colônias, e os relatórios apresentam algumas ações para a criação desses espaços para os imigrantes, mas foram lentas e insuficientes e, efetivamente, não evoluíram por falta de recursos financeiros.

O governo demorou em estabelecer as escolas nas colônias, além disso, havia dificuldade de prover as escolas com professores. As escolas instaladas em pequeno número na colônia se localizavam longe das casas, e essas grandes distâncias que os alunos tinham que percorrer para chegar à escola era mais um impedimento à instrução das crianças.

Em consequência do aumento da população em idade escolar, com a chegada dos imigrantes, surge a necessidade de escolas. Os imigrantes germânicos que se estabeleceram na Colônia de Santa Leopoldina não se conformaram com a falta de estrutura da instrução pública e buscaram alternativas para a educação de seus filhos. A partir da segunda metade do século XIX, as primeiras escolas particulares na colônia foram estabelecidas pelas Igrejas Católica e Luterana.

A Igreja Luterana procurou dar condições de educação para os filhos dos colonos, sendo que em cada igreja construída havia também uma escola ao lado. A Igreja Católica também se preocupou com a educação, mas como os católicos eram minoria em Santa Leopoldina, o papel desta igreja não foi tão marcante como o da igreja Luterana. O governo também apoiou as escolas paroquiais pagando os salários dos professores (padres e pastores).

As escolas particulares também ocuparam os espaços escolares na colônia. Há casos que a administração da província do Espírito Santo auxiliava o professor pagando um salário, e outros casos em que os salários dos professores eram pagos inteiramente pelos pais dos alunos.

Os relatórios dos presidentes de província focam a educação e por isso são documentos essenciais para entender como começou a se organizar o ensino num período em que as condições econômicas e financeiras eram precárias na Província do Espírito Santo e também no Brasil.

A administração provincial buscava criar escolas, mas não conseguiu mudar o quadro de precariedade da instrução pública da província. A insuficiência de recursos financeiros, a falta de professores, a baixa permanência dos professores nas escolas, a população pequena e espalhada pelo território foram os empecilhos significativos para um maior crescimento da instrução em Santa Leopoldina e também na Província do Espírito Santo. Entretanto, podemos concluir que a criação de escolas subvencionadas na colônia foi uma demonstração da iniciativa do poder público para melhorar as condições educacionais da colônia, apesar da carência de iniciativas em outras áreas, como a saúde, o transporte, a segurança, dentre outras. A preocupação de criar e manter a criança na escola estava presente praticamente em todos os textos oficiais.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas por comunidades localizadas em zonas rurais isoladas da capital, os estudos sobre as escolas particulares dos imigrantes germânicos na Colônia de Santa Leopoldina demonstram uma característica importante no cenário da educação do Espírito Santo no século XIX. A comunidade valorizou a educação, visto que obtiveram uma elevada porcentagem de alfabetização em relação ao resto das escolas do Espírito Santo e até mesmo do Brasil., conforme demonstrado na seção 3.2 do trabalho.

Não houve no Espírito Santo uma estrutura de apoio ao ensino particular como no Rio Grande do Sul (RS), outro berço de colonização europeia. Lá foram criadas escolas normais para a formação de professores, associações de professores, assembleias escolares, fundo de pensão para professores, impressão de periódicos educacionais, publicações complementares e de livros didáticos.

A Igreja trazia seus pastores da Alemanha para o Brasil para o trabalho de evangelização, foram eles os primeiros professores dos imigrantes. As escolas foram montadas ao lado das igrejas que eram construídas em regime de mutirão, ou seja, os moradores construam imóveis unindo-se em grupos para dividir as tarefas.

Na pesquisa foram identificados os nomes de muitos professores que atuaram nas escolas, mas espera-se que outras pesquisas possam ajudar a conhecer os detalhes da história de vida desses importantes atores, agentes de mudanças

sociais, numa época em que o Brasil e o Espírito Santo enfrentavam enormes dificuldades com a falta de estrutura e recursos financeiros.

O levantamento dos nomes dos professores que atuaram em Santa Leopoldina preenche uma lacuna na História da Educação do Espírito Santo, pois trouxe à tona anônimos que fizeram história, pequenos heróis do seu tempo.

No processo de expansão da instrução da Colônia de Santa Leopoldina, podemos identificar três tipos de escolas: as escolas públicas, de ensino da língua portuguesa, com professores pagos pelo Governo da Província do Espírito Santo; as escolas paroquiais e comunitárias, com ensino em alemão, onde os professores eram os pastores e membros da comunidade, com os salários pagos pelos pais dos alunos, e alguns casos também recebiam ajuda governamental; as escolas particulares onde se ensinava o alemão, italiano e o português, com professores pagos pelos pais dos alunos ou subsidiadas pelo governo.

A consolidação das escolas se dava através de pedidos de subvenção do governo. Contatou-se que poucos professores mantiveram a regência nas escolas por períodos substanciais, alguns eram moradores da comunidade em trabalho temporário, outros eram professores de carreira que não perdiam a oportunidade de se transferir para a capital ou outras localidades mais desenvolvidas.

Os professores enfrentaram várias dificuldades, tanto em Santa Leopoldina, como na Província do Espírito Santo. Inicialmente eles não tinham uma formação pedagógica, as classes eram mistas, as aulas eram interrompidas na época das colheitas, as aulas eram somente em dois ou três dias, trabalhavam em casas alugadas, sem móveis adequados e sem livros para desenvolver os trabalhos.

O livro didático é um importante apoio para o ensino e aprendizagem, não é possível pensar em educação sem os livros. Trata-se de um documento histórico e cultural, produzido por uma determinada sociedade, num determinado tempo. Ele tornou-se um poderoso auxiliar para o professor substituindo a prática de “ditar” o conteúdo durante a aula. O livro era mais do que um instrumento de transmissão do saber, era um símbolo de pertencimento, uma maneira de seu leitor se sentir integrante de um grupo ou de uma sociedade detentora de um determinado saber.

Os livros didáticos são ricas fontes de pesquisa em várias áreas do conhecimento, carregam consigo a bagagem socioeconômica, cultural e educacional de uma determinada época, por isso a importância dos seus estudos. Em tempos em que a formação dos professores era praticamente inexistente, além do isolamento das escolas nos lugares mais remotos do Brasil continental, o livro servia de esteio do trabalho docente em sala de aula.

Evidenciou-se que os professores utilizaram os livros editados no sul do Brasil em escolas particulares de Santa Leopoldina, mas também houve o caso do professor Albert Richard Dietze que publicou o livro didático de alfabetização bilíngue 'Lese - Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien', impresso na Alemanha. Dietze foi um fotógrafo de destaque, empresário, professor, dono de uma escola particular de ensino em alemão, que contribuiu para o desenvolvimento da educação em Santa Leopoldina.

O trabalho analisou o livro de matemática 'Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen', impresso em 1906 em Blumenau, Santa Catarina, que foi utilizado nas escolas paroquiais e comunitárias da ex-Colônia de Santa Leopoldina. O primeiro caderno, destinado a primeira e segunda série do ensino primário, apresenta uma proposta de ensino de matemática apoiada em dois pilares, o "cálculo mental" e o escrito, com a repetição dos conteúdos, envolvendo o treino intensivo, também prescrito em muitos países da Europa.

Os conceitos de matemática são apresentados no livro de maneira simples, partindo de situações concretas do cotidiano do aluno para a construção dos conceitos mais complexos. Os conteúdos abordados visavam à construção de conhecimentos básicos de matemática para a aquisição de competências necessárias para inserir o aluno em sua comunidade. A fração era um conteúdo importante a ser ensinado para os alunos que viviam numa sociedade agrícola. Os autores deram ênfase à noção de fração como uma grandeza dividida em partes iguais, relacionando a parte com o todo.

Os autores do livro didático deram ênfase nas operações básicas de matemática (soma, subtração, multiplicação e divisão) utilizando o cálculo mental sem deixar de lado o cálculo escrito. Conclui-se que a matemática proposta por seus autores baseava-se na repetição e memorização dos conteúdos, envolvendo o treino intensivo, que pode ser comprovado pelo grande número de exercícios propostos na obra. Os conteúdos contemplados condizem com os de outros autores de livros utilizados em escolas do ensino primário impressos no Brasil.

Os problemas propostos no livro envolvem as situações vividas pelas crianças na família, escola e na comunidade. Os problemas envolviam cálculos das medidas de comprimento, massa, valores monetários, tempo e idades, relacionados com o cotidiano das crianças, a fim de demonstrar a sua utilidade. Também aparecem dentro da obra outros tipos de exercícios envolvendo a contagem de plantas e de animais.

Conclui-se que a proposta de contextualizar o ensino com o cotidiano dos alunos era adequada. Levando-se em conta que o livro foi editado em 1906, podemos concluir que se trata de uma obra relevante com uma proposta de ensino de matemática que se sustenta até os dias atuais.

Toda a produção humana é considerada documento e a partir dele podemos conhecer mais o passado. É necessário conhecer o passado, pois a falta de conhecimento impede entender os seus efeitos no presente. O campo de pesquisas sobre os livros didáticos impressos no sul do Brasil ainda é um vasto campo de pesquisa a ser explorado.

A análise repertório das fontes disponíveis centrou-se nos dados sobre a imigração e na trajetória da cultura escolar dos imigrantes germânicos na Colônia de Santa Leopoldina, mas há outras etnias importantes que também devem ser pesquisadas, como os italianos que imigraram para o Espírito Santo em maior número que os germânicos. Além disso, outras colônias foram fundadas na província do Espírito Santo que também podem ser objetos de pesquisas.

Os estudos sobre esta temática são poucos, mas buscou-se ampliar o repertório das fontes. O encontro das diversas fontes durante o processo de investigação permite novas descobertas e a revisão do conhecimento histórico, umas completando ou

outras confrontando as existentes. Este é o trabalho árduo do pesquisador. Espera-se que essa experiência em buscar conhecimento a respeito do objeto investigado possa estimular outros pesquisadores interessados na escrita da História da Educação, pois há muitas questões que podem ser pesquisadas. Outros estudos podem vir a completar, confrontar ou revisar o conhecimento.

No Brasil há poucos trabalhos em História da Educação que abordam a matemática ensinada nas comunidades germânicas. Mesmo tardia, a história desses imigrantes traz à tona várias possibilidades de trabalho junto a outras etnias que aqui se estabeleceram e formaram o povo do Espírito Santo e povo brasileiro.

É importante continuar os estudos de fenômenos que são pouco considerados pelos históricos tradicionais, é importante contar a história desses personagens comuns, é uma história “vista de baixo”.

6 FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 03 de abril de 1857. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 41. Livro de registro de correspondência: 1854:1861, folha n°137.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 11 janeiro de 1869. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 09. Livro de registro de correspondência: 1868:1870, folha n° 284.

APEES. Correspondências com diversos funcionários da instrução pública:1869. Vitória, 11 janeiro de 1869. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 355, folha n° 96.

APEES. Correspondências com diversos funcionários da instrução pública: 1848:1855. Vitória, 17 de dezembro de 1870. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 351, folha n° 76.

APEES. Correspondências com diversos funcionários da instrução pública: 1848:1855. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 351, folha n° 97.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 31 de outubro de 1873. Fundo Educação, livro 17. Livro de registro de correspondência, 5ª secção folha n° 71.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 31 de dezembro de 1873. Fundo Educação, livro 17. Livro de registro de correspondência, folha n° 95.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 21 de julho de 1874. Fundo Educação, livro 17. Livro de registro de correspondência, 1ª secção folha n° 57.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 14 de outubro de 1874. Fundo Educação, livro 17. Livro de registro de correspondência, 1ª secção folha n° 84.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 29 de dezembro de 1874. Fundo Educação, livro 17. Livro de registro de correspondência, 1ª secção folha n°113.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 17 de dezembro de 1875. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 12. Livro de registro de correspondência, 3ª secção folha n°16.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 23 de agosto de 1876. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 12. Livro de registro de correspondência, 3ª secção folha n°16.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 09 de janeiro de 1876. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 12. Livro de registro de correspondência, 3ª secção folha nº 52.

APEES. Ofício do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 09. Livro de registro de correspondência: 1868:1870, 3ª secção folha nº 407.

APEES. Correspondências com diversos funcionários da instrução pública: 1867:1871. Vitória, 17 de dezembro de 1870. Fundo Governadoria Novas Séries, livro 354., folha nº 16.

APEES. Ofício da Capitania dos Portos: 1872:1873. Vitória. Fundo Governadoria Série 383 livros, livro 344.

APEES. Ofício nº 94 do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 30 de novembro de 1868. Fundo Governadoria Série 751, livro 354. Livro de registro de correspondência relativa a instrução pública: 1867:1871, folha nº 10.

APEES. Ofício nº 1 do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 12 de julho de 1882. Fundo Governadoria Série 751, livro 361. Livro de registro de correspondência, secção folha nº 4.

APEES. Ofício nº 129 do Ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Vitória, 21 de agosto de 1882. Fundo Governadoria Série 751, livro 361. Livro de registro de correspondência, folha nº 10.

APEES. Ofício nº 78 do Palácio do Governo da Província do Espírito Santo. Vitória, 20 de abril de 1886. Fundo Governadoria Série 751, livro 361, folha nº 108

APEES. Ofício nº 9 do Palácio do Governo da Província do Espírito Santo. Vitória, 13 de janeiro de 1885. Fundo Governadoria Série 751, livro 361., folha nº 54.

APEES. Assuntos eclesiásticos e Câmara municipal de Santa Leopoldina: 1875:1921. Santa Leopoldina. Fundo Governadoria Série Acioly, livro 321.

APEES. Ofício recebido pelo Inspetor Geral de Instrução Pública: 1882 – 1889.. Vitória, 17 de outubro de 1889. Fundo Educação, caixa 07.

APEES. Correspondências com diversos funcionários de instrução pública: 1874 - 1877. Vitória. Fundo Governadoria, livro 358.

APEES. Mapa Estatístico de Santa Leopoldina. Vitória, 1875. Fundo Agricultura, Série DCTC, livro 184, p.12.

7 JORNAIS

1. A Província do Espírito Santo. Vitória, p.1, 31/03/1886.
2. Correio da Victória, Vitória, p. 3, 18/07/1872.
3. Correio da Victória. Vitória, p. 1, 11/08/1849.
4. Correio da Victória. Vitória, p. 1, 13/04/1857.
5. Correio da Victória. Vitória, p. 2, 02/05/1849.
6. Correio da Victória. Vitória, p. 2, 19/09/1849.
7. Correio da Victória. Vitória, p. 4, 08/01/1859.
8. Folha da Victória. Vitória, p. 4, 18/04/1886.
9. O Espírito Santense. Vitória, p. 3, 02/03/1876.
10. O Espírito Santense. Vitória, p. 3, 23/01/1886.

8 LIVROS DIDÁTICOS

1. DIETZE, Albert Richard Dietze. **Lese – Schule I für Deutsche Kinder in Brasilien.** Berlin: Lamprecht früher S. Schröder, s.d.
2. HACBART, Ferdinand; KLAUS, Konrad; LANGE, Hermann. **Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.** v. 1. Blumenau: Editora Arthur Koehler, 1906.
3. HACBART, Ferdinand; KLAUS, Konrad; LANGE, Hermann. **Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen.** v. 2. Blumenau: Editora Arthur Koehler, 1906.

9 RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS

1. ALMEIDA, Antônio Leite Ribeiro de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Leite Ribeiro de Almeida, no dia 09 de julho de 1888.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1888.
2. ALVES, Joaquim José Affonso. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Joaquim José Affonso Alves, na sessão ordinária do dia 08 de março de 1884.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1884.
3. ANDRADA JÚNIOR, Martim Francisco Ribeiro de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior, no dia 03 de março de 1883.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1883.
4. AZAMBUJA, José Bonifácio Nascentes de. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por José Bonifácio Nascentes D’Azambuja, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 24 de maio de 1852.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D’Azeredo Vitória: 1852.
5. BARBOSA, Luiz Eugênio Horta. **Relatório com que o Presidente Luiz Eugênio Horta Barbosa passou a administração da Província do Espírito Santo para Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, em 29 de abril de 1874.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1874.
6. BARROS, José Maurício Pereira de. **Relatório entregue por José Maurício Fernandes Pereira de Barros, Presidente da Província do Espírito Santo, que passou a administração para José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D’Azeredo, 1857.
7. BELLO, Wenceslau. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Wenceslau Bello, Presidente da Província do Espírito Santo no dia 25 de maio de 1843.** Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1843.
8. CARMO, José Joaquim do. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, José Joaquim do Carmo, na abertura da secção ordinária da Assembléia Legislativa Provincial no dia 26 de maio de 1865.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1865.
9. CARVALHO, Antônio Alves de Souza. **Relatório de Antônio Alves de Carvalho, ex-presidente da Província do Espírito Santo, passou a administração para o 1º vice-presidente, João da Costa e Castro, no dia 11 de março de 1861.** Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D’Azeredo, 1861.

10. CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, na abertura da secção ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1866.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1866.
11. _____. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, por ocasião de passar a administração para o 1º vice-presidente Carlos Cerqueira Pinto, no dia 08 de abril de 1867.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1867.
12. COITO, João Lopes da Silva. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por João Lopes da Silva Coito, Presidente da Província do Espírito Santo no dia 08 de setembro de 1838.** Rio de Janeiro: Typ. de Josino do Nascimento Silva, 1838.
13. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa em 01/04/1839 por João Lopes da Silva Coito, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 01 de abril de 1839.** Rio de Janeiro: Typ. do Diário. 1839.
14. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por João Lopes da Silva Coito, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 28 de agosto de 1842.** Rio de Janeiro: Typographia Nictheroyense de Rego, 1842.
15. CORREA, Francisco Ferreira. **Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial por Francisco Ferreira Correa, Presidente da Província no dia 09 de outubro de 1871.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1871.
16. FERRAZ, Luiz Pereira do Couto. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Luiz Pereira do Couto Ferraz, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1847.** Rio de Janeiro: Typ. do Diário de N.L. Vianna, 1847.
17. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Luiz Pereira do Couto Ferraz, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 1º de março de 1848.** Typ. do Diário de N.L. Vianna, 1848.
18. FLEURY, André Augusto de Pádua. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 20 de outubro de 1863.** Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1863.
19. FONSECA, Antônio Gabriel de Paula. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial por Antônio Gabriel de Paula Fonseca, Presidente da Província no dia 02 de outubro de 1872.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1872.
20. INGLEZ DE SOUZA, Herculano Marcos. **Relatório com que o Presidente Herculano Marcos Inglez de Souza passou a administração da Província do Espírito Santo para Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior, em 9 de dezembro de 1882.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1882.

21. ITAPEMIRIM, Barão do. **Relatório entregue a Assembleia Legislativa pelo Barão do Itapemirim, 1º Vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1857.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1857.
22. _____. **Relatório entregue ao Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros pelo Barão do Itapemirim, 1º Vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 08 de março de 1856.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1856.
23. LEAL, Filipe José Pereira. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Filipe José Pereira Leal, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 25 de julho de 1850.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1850.
24. LEME, Antônio Dias Paes. **Relatório com que o Presidente Antônio Dias Paes Leme assumiu a administração da Província do Espírito Santo, em 16 de setembro de 1869.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Vitória, 1869.
25. LIMA, Joaquim Marcellino da Silva. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Joaquim Marcellino da Silva, Vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 27 de maio de 1845.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1845.
26. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Joaquim Marcellino da Silva, Vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1846.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1846.
27. MARTINS, Eliseu de Sousa. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Eliseu de Sousa Martins, na sessão ordinária de 28 de outubro de 1879.** Vitória: Typ. Da Gazeta da Vitória, 1879.
28. _____. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Eliseu de Sousa Martins, na sessão ordinária de 9 de março de 1880.** Vitória: Typ. Da Gazeta da Vitória, 1880.
29. MASCARENHAS, Manoel Ribeiro Coitinho. **Relatório com que o Presidente Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas passou a administração da Província do Espírito Santo Luiz Eugênio Horta Barboza, em 6 de novembro de 1873.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1873.
30. _____. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo 1º Vice-presidente da Província do Espírito Santo, Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na sessão 1º de setembro de 1874.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1874.
31. _____. **Relatório com que o Presidente Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas passou a administração da Província do Espírito Santo para Antônio Joaquim Rodrigues, em 1885.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1885.
32. MATTOS, Eduardo Pindahyba de. **Relatório do 1º Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, Eduardo Pindahyba de Mattos, na abertura da secção**

- extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 21 de fevereiro de 1864.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1864.
33. **MONJARDIM, José Francisco de Andrade e Almeida. Relatório entregue a Assembleia Legislativa por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º Vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1858.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1858.
34. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1844.** Typ. Imp. e Cont. Villeneuve e Comp., 1844.
35. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º Vice-presidente da Província do Espírito Santo, no dia 24 de maio de 1860.** Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1860.
36. **NUNES, Sebastião Machado. Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1854.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1854.
37. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1855.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1855.
38. **OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Relatório enviado à Assembleia Legislativa em 01/04/1841 por José Joaquim Machado d' Oliveira, Presidente da Província do Espírito Santo no dia 01 de abril de 1841.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1841.
39. **PEIXOTO, Domingos Monteiro. Fala com que o Sr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito Santo, em 18 de setembro de 1875.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1875.
40. **PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 23 de maio de 1861, na abertura da sessão ordinária de 1861, pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior.** Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1861.
41. _____. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 23 de maio de 1863, pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior.** Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1863.
42. **PINHEIRO, Luiz Antônio Fernandes. Relatório com que o Presidente Luiz Antônio Fernandes Pinheiro passou a administração da Província do Espírito Santo ao 1º Vice-Presidente, Dionysio Álvaro Resendo, em 8 de junho de 1869.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1869.

43. PINTO, Carlos de Cerqueira. **Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo Dr. Carlos de Cerqueira Pinto, 1º Vice-Presidente da Província, no dia 23 no ano de 1867.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1867.
44. RODRIGUES, Antônio Joaquim. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Joaquim Rodrigues, no dia 22 de outubro de 1885.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1885.
45. _____. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Antônio Joaquim Rodrigues, no dia 05 de outubro de 1886.** Vitória: Typographia Espirito-Santense, 1886.
46. SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt. **Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial por Francisco Leite Bittencourt Sampaio, Presidente da Província, no dia 21 de abril de 1868.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1868.
47. SILVA, Evaristo Ladislau e. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Evaristo Ladislau e Silva, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1853.** Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1853.
48. TOSTES, Marcellino de Assis. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província do Espírito Santo, Marcelino Assis Tostes, na sessão ordinária de 8 de março de 1881.** Vitória: Typ. da Gazeta da Victória, 1881.
49. _____. **Relatório em que o Presidente da Província do Espírito Santo, Marcelino Assis Tostes, passou a administração da província para o 1º vice-presidente, Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida na sessão ordinária de 13 de fevereiro de 1882.** Vitória: Typ. Do Horisonte, 1882.
50. VALLE JÚNIOR, José Maria do. **Relatório com que José Maria do Valle Junior entregou a presidência da Província do Espírito Santo a Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, no dia 1º de setembro de 1868.** Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1868.
51. VELLOSO, Pedro Leão. **Relatório de Pedro Leão Velloso, ex-presidente da Província do Espírito Santo, passou a administração para o 2º Vice-presidente, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, no dia 14 de abril de 1860.** Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1860.
52. _____. **Relatório enviado à Assembleia Legislativa por Pedro Leão Velloso, Presidente da Província do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1859.** Vitória: Typografia Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1859.

10 REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889):** História e legislação. Tradução Antônio Chizzotti, ed. crítica Maria do Carmo Guedes - 2 ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.
2. ARANHA, Graça. **Canaã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1982.
3. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. Ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
4. BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico**. Vitória: EDUFES, 1999.
5. BÍBLIA, Português. **A Bíblia anotada**. Versão Almeida, revista e atualizada. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.
6. BIEMBENGUT & GAERTNER. Maria Sallet; Rosinéte. Livro didático de Matemática de Escola Teuto-Brasileira: Considerções sobre a obra de Ferdinand Hackbart, Konrad Glau e Hermann Lange em 1906. **Revista Brasileira de História da Matemática**. Vol. 10, nº 20 (outubro/2010-março/2011), p.173-192.
7. BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
8. BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **A apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
9. BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **A estranha derrota**. Tradução Eliana Aguiar Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
10. BRASIL. **Constituição Imperial do Brasil**. 1824.
11. BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D. O. U. de 23 de dezembro de 1996, Brasília, v. único, p. 207, 2005.
12. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
13. BURKE, Peter. **A escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. 2. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
14. _____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da História: Novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

15. CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
16. CARNEIRO, José Fernando Domingues. **Imigração e colonização no Brasil**. Faculdade Nacional de Filosofia. Publicação avulsa n. 2. Rio de Janeiro, 1950.
17. CARVALHO, Regina Hees. **Santa Maria de Jetibá- uma comunidade teuto-capixaba**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978.
18. CARVALHO, Romulo de. **História do ensino em Portugal- desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
19. CHOPIN, Alan. O historiador e o livro escolar. In: **História da Educação/ASPHE (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação)**. Pelotas: Editora da UFPel, 2002.
20. D'AMBROSIO, Ubiratan. A história da matemática: Questões historiográficas e políticas e reflexos na Educação Matemática. In: Bicudo, Maria Aparecida (org.). **Pesquisas em Educação Matemática: Concepção e Perspectivas**. São Paulo: Editoria da UNESP, 1999.
21. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História Oral: Memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
22. DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de confissão luterana no Brasil**. São Leopoldo (RS): Ed. Sinodal, 1984.
23. ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
24. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2011.
25. FRANCO, Sebastião Pimentel. A instrução feminina na visão dos presidentes de província do Espírito Santo (1845-1888). In: FRANCO, Sebastião Pimentel, PALHARES SÁ, Nicanor (Orgs). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: EDUFES, 2011.
26. GAEDE, Valdemar. **Presença Luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no Estado do Espírito Santo e a História da Paróquia de Santa Maria de Jetibá**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
27. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
28. GILES, Thomas Ramsom. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

29. GRANZOW, Klaus. **Grün ist das tal am Rio Itajai: Pommeranos in Brasilien.** Lübeck: Ed. Eugen Radtke, 1972.
30. GRÜTZMANN, Geraldo. **Centenário da Igreja Luterana em 25 de julho-Santa Teresa.** Santa Teresa: Gráfica São Geraldo, 2002.
31. JACOB, Jorcy Foerste Jacob. **A Pomerânia Brasileira: uma eterna migração.** Vila Pavão: 2010.
32. JACOB, Jorge Kuster. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo.** Vitória: Departamento estadual de cultura, 1992.
33. _____. **Cidades irmãs pomeranas. Vila Pavão (ES) e Espigão do Oeste (RO).** Nova Venécia, ES: Gráfica Cricaré, 2011.
34. KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas de imigrantes no cone sul: amplo repertório de fontes de pesquisa, ainda não trabalhadas. In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J.C.; MACHADO, M.C.G. (Orgs). **Educação em Debate: perspectivas e abordagens e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
35. _____. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.
36. _____. **Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã.** Pelotas: Seiva, 2004.
37. LE GOFF, Jaques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5ª ed. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2003.
38. LOPES, Almerinda da Silva. **Albert Richard Dietze: um artista fotógrafo alemão no Brasil do século XIX.** Vitória: Gráfica e Editora A1, 2003.
39. _____. **Memória aprisionada: a visualidade fotográfica capixaba: 1850/1950.** Vitória: EDUFES, 2004.
40. MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e políticas da educação no Império Brasileiro. In: Demerval Saviani (org.). **Estado e políticas da educação na História da Educação brasileira.** Vitória: EDUFES, 2010.
41. MARQUEZINE, Maria Cristina (et. al.). **Tópicos de metodologia de pesquisa para a educação especial.** Londrina: ABPEE, 2009.
42. MARTINUZZO, José Antônio. **Germânicos nas terras do Espírito Santo.** Governo do estado do Espírito Santo. Secretaria de cultura. Vitória, 2009.
43. MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Iniciativas escolares públicas entre os imigrantes italianos no Paraná do século XIX. In: Luchese, Terciane Angela; Kreutz, Lúcio (orgs.). **Imigração e educação no Brasil- Histórias, práticas e processos escolares.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2011.

44. MAURO, Suzeli. **Uma história da matemática escolar desenvolvida por comunidades de origem alemã no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX.** Tese de doutorado, Rio Claro, SP, 2005.
45. MEDEIROS, Rogério. **Espírito Santo- Encontro de raças.** Vitória: D. Quixote livraria e editora, 1987.
46. MIAN, Bernadete Gomes. **Educação escolar de filhos de imigrantes alemães no Espírito Santo: um processo pouco explicado.** Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 1993.
47. MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo- A epopeia das tropas e dos tropeiros.** Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1984.
48. MOREIRA, Herivelto; CALEFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa: para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
49. MOREIRA, Kênia Hilda. Pesquisa em História da Educação: Localização e seleção de livros didáticos de História do Brasil no contexto republicano. In: Libânea Xavier, Elomar Tambara, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (org.). **História da Educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI.** Vitória: EDUFES, 2011.
50. NOMA, Amélia Kimiko. A pesquisa histórica em educação com fontes audiovisuais. In: **Educação e debate: perspectivas, abordagens e historiografia.** SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
51. PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. As novas abordagens no campo da educação brasileira. In: Libânea Xavier, Elomar Tambara, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (org.). **História da Educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI.** Vitória: EDUFES, 2011.
52. RAMLOW, Leonardo. **Conflitos no processo ensino-aprendizagem escolas de crianças de origem pomerana: diagnósticos e perspectivas.** Dissertação de mestrado. PPGE UFES, Vitória, 2004.
53. REIS, Luiz Augusto dos. **O ensino público primário em Portugal, Espanha, França e Bélgica. Escolas primárias elementares e superiores, materiais, profissionais, normais, asilos e jardins infantis, museus pedagógicos.** Relatório apresentado a Inspeção Geral da Instrução Pública da Capital Federal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.
54. RIBAS DA COSTA, João. **Canoeiros do Rio Santa Maria.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1982.
55. ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Departamento de imprensa Nacional, 1960.

56. ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Tradução Joel Rufino dos Santos. Difusão europeia do livro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
57. ROELKE, Helmar Reihard. **Descobrimos raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia**. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e difusão, 1996.
58. ROOS, Ton; ESHUIS, Margje. **Os capixabas Holandeses- Uma história holandesa no Brasil**. Coleção Canaã, vol. 9. Vitória, ES, 2008.
59. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
60. SANTOS, Ezequiel Sampaio dos; KILL, Miguel A. **História, geografia e organização social e política no município de Domingos Martins**. Secretaria municipal de educação e cultura. Brasília Editora Ltda. Vitória, 2002.
61. SAVIANI, Demerval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: Demerval Saviani [et. al.]. **O legado educacional do século XIX**. 2. Ed. ver. e ampl. Campinas: Autores associados, 2006.
62. SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada- 1535-2002**. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.
63. SCHUBRING, Gert. **Análise histórica de livros de matemática: notas de aula**. Trad. Maria Laura Magalhães Gomes. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
64. SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit; FERREIRA, Sônia Maria de Oliveira; CONTI, Raquel Félix (Org.) **Relendo Imagens da Cidade: ontem e hoje**. In:_____. **Relendo imagens, atribuindo significados: as cidades que devem ser esquecidas**. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2011.
65. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos**. São Paulo: Cia da Letras, 1998.
66. SCHWARZ, Francisco. **O município de Santa Leopoldina**. Vitória, ES: Espaço Certo Editora LTDA, 1992.
- 67._____. **Famílias de Santa Leopoldina**. Vitória: Artgraf, 1994.
68. SEIBEL, Ivan. **Imigrante a duras penas**. Nova Petrópolis: Editora AMSTAD, 2007.
- 69._____. **Imigrante no século do isolamento/1870-1970**. 1. Ed. São Leopoldo (RS): Traço produções Gráficas Ltda, 2010.
70. SILVA, Circe Mary Silva da Silva. Educação Matemática numa perspectiva intercultural. In: FOERSTE, E.; FOERSTE, G. M. S.; LINS, A.C. (Org.). **Cadernos de formação de professores no campo** - Caderno II. Vitória: UFES, 2007.

71. SIMÕES, Regina Helena; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara. **História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Organizadores. Vitória, ES: EDUFES: UFES, 2009.
72. TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. In: **História da Educação/ASPHE (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação)**. Pelotas: Editora da UFpel, 2002.
73. TRESSMANN, Ismael. **Dicionário Enciclopédico pomerano-português**. 1. Ed. Vitória: Gráfica e Encadernadora Sodré, 2006.
74. _____. **O pomerano: uma língua da família germânica e subfamília baixo-alemão**. Rio de Janeiro, 2002.
75. _____. O Pomerano: uma língua Baixo-Saxônica. **Revista da Farese**, Santa Maria de Jetibá, v.1, n.1, p.10-21, 2008.
76. TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
77. VOLBRECHT, Edgard; SCHAEFFER, Dario Geraldo. **A igreja Luterana de Jequitibá: Resumo histórico dos cem anos de existência da Igreja de Jequitibá**. Vitória: Renograf, 1982.
78. WAGEMANN, Ernest. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Tradução de Reginaldo de Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.
79. WEBER, Bertholdo. 90 anos de Imprensa Evangélica. In: MULLER, Telmo Lauro (org.). **Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
80. WEBER, Gerlinde Merklein. **Escolarização entre os descendentes pomeranos em Domingos Martins**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.
81. WERNICKE, Hugo. **Deutsch-evangelisches Volkstum in Espírito Santo. Eine Reise zu deutschen Kaffeebauern in einem tropischen Staate Brasiliens**. Potsdam: Stiftungsverlag in Potsdam, 1910, pp. 68-72.
82. WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Fichamento dos livros antigos encontrados em Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá-ES

Autor: Ferdinand Hackbart, Konrad Glaus e Hermann Lange
Título: Rechenbuch für Deutsch-brasilianische volksschulen. 1 Helft.
Edição: ?
Local: Blumenau -SC
Editora: Verlag Von Artur Koehler
Data: 1906
Número de páginas: 84
Acervo: Telma Miertschink- moradora de Santa Maria de Jetibá.
Área: Matemática
Tradução do título: Livro de aritmética para escolas teuto-brasileiras.
Situação: digitalizado e fotocopiado em fevereiro/2013.
Observação: Este livro está citado como “não localizado” na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz.

Autor: Ferdinand Hackbart, Konrad Glaus e Hermann Lange
Título: Rechenbuch für Deutsch-brasilianische volksschulen. 2 Helft.
Edição: ?
Local: Blumenau -SC
Editora: Verlag Von Artur Koehler
Data: 1906
Número de páginas: 80
Acervo: Telma Miertschink- moradora de Santa Maria de Jetibá.
Área: Matemática
Tradução do título: Livro de aritmética para escolas teuto-brasileiras.
Situação: digitalizado e fotocopiado em abril/2011.
Observação: Este livro está citado como “não localizado” na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz.

Autor: Matthaus Grimm
Título: Rechenbuch für Deutsche Schulen in brasilien 1 Helft
Edição: 3ª
Local: Porto Alegre
Editora: Selbach e Cia
Data: s.d.
Número de páginas: 86
Acervo: Geraldo Thomas – Tirol- Santa Leopoldina
Área: Matemática
Tradução do título: Livro de contas para escolas teuto-brasileiras- 1º volume.
Situação: digitalizado.
Observações:
O livro foi fotografado por Arildo Castelluber em julho/2011.
As páginas do livro são ilustradas em preto e branco.
Este livro conta da relação de Kreutz (1994)
O livro teve várias edições mudando as páginas e a editora (Kreutz, 1994)

Autor: NAST, W. ; TOCHTROP, L.
Título: Mein Rechenbuch- 1º Helf
Edição: 3ª
Local: São Leopoldo – RS
Editora: Rotermund
Data: 1934
Número de páginas: ?
Acervo: Museu de Santa Maria de Jetibá-ES
Área: Matemática
Tradução do título: Meu livro de contas. 1º volume.
Situação: digitalizado em maio/2011.
Observação: Este livro está fichado na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz, classificado como E: específico. Destinado a católicos e evangélicos

Autor: NAST, W. ; TOCHTROP, L.
Título: Meu livro de contas - 2º volume
Edição: 2ª
Local: São Leopoldo – RS
Editora: Rotermund
Data: 1934
Número de páginas: 84
Acervo: Museu de Santa Maria de Jetibá-ES
Área: Matemática
Situação: digitalizado em maio/2011
Observação: Este livro está fichado na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz (1994)

Autor: DIETZE, Albert Richard.
Título: Lese- Schule I für Deutsche Kinder in brasilien.
Edição: ?
Local: Berlin- Alemanha
Editora: ?
Data: ?
Número de páginas: 79
Acervo: Telma Mierstchink- moradora de Santa Maria de Jetibá-ES
Área: Ensino de português.
Tradução do título: Livro de Leitura para crianças teuto-brasileiras (?)
Situação: digitalizado em abril/2011.
Observações:
Este livro não consta na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz.
Livro escrito em alemão para o ensino de português e alemão.
Editado especialmente para ser usado em S. Leopoldina.

Autor: BÜTTNER, A.
Título: Land-Fibel Bearbeitet mit gleichmükiger Berücksidjfung der Schreblese- und Lantier-Methode
Edição: 250
Local: Berlin

Editora: Verlag der Stubenrauch'schen Buchhandlung
Data: 1893
Número de páginas: 96
Acervo: Pastor Anivaldo Kuhn- Santa Maria de Jetibá
Observações:
O livro foi digitalizado por Arildo Castelluber em fevereiro/2013.
A capa do livro em papel cartão
Tradução: Minha Cartilha
Este livro não consta na relação de Kreutz (1994) de livros estrangeiros na escola teuto-brasileira.

Autor: H.W. Sellin
Título: Landeskunde Vereinigten Staten von Brasilien
Edição: (?)
Local: Hamburgo
Editora: ?
Data: 1909
Número de páginas: 59
Acervo: Pastor Anivaldo Kuhn- Santa Maria de Jetibá
Observações:
O livro foi digitalizado por Arildo Castelluber em fevereiro/2013.
A capa do livro em papel cartão
Tradução: História e cultura da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Autor: SCHÄFER, Rudi
Título: Lesen- und Übungsbuch für Erlernung der portugiesischen Sprache für die deutsch-brasilianischen Siedlungsschulen
Edição: 5
Local: Porto Alegre
Editora: Typografia do Centro
Data: 1931
Número de páginas: 144
Acervo: Pastor Anivaldo Kuhn- Santa Maria de Jetibá
Observações:
O livro foi digitalizado por Arildo Castelluber em fevereiro/2013.
Tradução:
Observações:
A capa do livro em papel cartão
Livro escrito em português e alemão.
Este livro conta da relação de Kreutz (1994)

Autor: ROTERMUND, Ebling
Título: Minha língua – gramática portuguesa para o uso nas escolas alemãs no Brasil (Portugiesishes Sprachbuch für die Deutschen Schulen in Brasilien)
Edição: 2ª
Local: São Leopoldo – RS
Editora: Rotemund
Data: 1935
Número de páginas: 82
Acervo: Museu de Santa Maria de Jetibá-ES
Área: Português

Situação: fotografado maio/2011.
Observação: Este livro está fichado na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz.

Autor: Deutshen Evangelischen Leehrververein Von RS
Título: Meine Bunte Fibel
Edição: 2ª (?)
Local: São Leopoldo – RS
Editora: Rotemund
Data: 1936
Número de páginas: 65
Acervo: Museu de Santa Maria de Jetibá-ES
Área: Português
Situação: fotografado em maio/2011.
Tradução do título: Minha cartilha colorida
Observações:
Este livro está fichado na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz.
A 1ª edição é do ano de 1934 (informação de Lúcio Kreutz).

Autor: CHRISTIAN, W.; Melrose, A.
Título: Christoph Kolumbus der Entdecker Amarikasl
Edição: (?)
Local: ?
Editora: ?
Data: ?
Número de páginas: 41
Acervo: Museu de Santa Maria de Jetibá-ES
Área: História
Tradução do título: Cristovão Colombo
Situação: fotografado em maio/2011.
Observação: Este livro não está na relação de livros didáticos da escola teuto-brasileira de Lúcio Kreutz.

Autor: R. Heuer
Título: Cartilha Moderna ou Leituras Primárias
Edição: 3ª
Local: São Leopoldo- RS
Editora: Rotermund
Data: 1931
Número de páginas: 76 (numeradas)
Acervo: Valdemar Gaede - morador de Santa Maria de Jetibá-ES
Situação: fotocopiado (07/2011)
Observação: o livro está escrito em Português
Esse livro não consta na relação de Kreutz (1994)

Autor: ?
Título: Ulle Meine Lieben freund
Edição: (?)
Local: ?
Editora: ?

Data: ?
Número de páginas: 8 (não numeradas)
Acervo: Museu de Santa Maria de Jetibá - ES
Tradução do título:
Situação: fotografado em maio/2011.
Observações:
As folhas do livro ilustrado colorido são bem grossas (papel cartão)

Autor:
Título: Leher Kalender
Edição:
Local: São Leopoldo
Editora: Rotermund
Data: 1934
Número de páginas: 144 (numeradas)
Acervo: Elizete- moradora de Santa Maria de Jetibá
Tradução do título:
Situação: fotocopiado junho/2011.
Observação:
Não é livro didático (trata-se de uma agenda).

Autor:
Título: Kinderherz und kinderfinn
Edição: (?)
Local: São Leopoldo- RS
Editora: Rotermund& Co
Data: ?
Número de páginas: 128
Acervo: Elisete – moradora de Santa Maria de Jetibá-ES
Área: ?
Tradução do título: ?
Situação: fotocopiado

Autor: ?
Título: Frisch auf
Edição: (?)
Local: ?
Editora: ?
Data: ?
Número de páginas: 8 (não numeradas)
Acervo: Museu de Santa Maria de Jetibá
Observações:
O livro foi fotografado por Arildo Castelluber em maio/2011.
As folhas do livro ilustrado colorido são bem grossas (papel cartão)

Autor: Hilário Ribeiro
Título: Novo Segundo Livro de Leitura
Edição: (?)
Local: ?
Editora: ?

Data: 1903
Número de páginas: 109 mais 3 não numeradas
Acervo: Pastor Anivaldo Kuhn- Santa Maria de Jetibá
Observações:
O livro foi digitalizado por Arildo Castelluber em fevereiro/2013.
A capa do livro em papel cartão com impressão ilegível

Autor: Federação dos Centros Culturais 25 de julho (RS)
Título: Meine Buntel Fibel
Edição: 8
Local: São Leopoldo- RS
Editora: Rotermund &Cia
Data: 1962
Número de páginas: 73
Acervo: Pastor Anivaldo Kuhn- Santa Maria de Jetibá
Observações:
O livro foi digitalizado por Arildo Castelluber em fevereiro/2013.
A capa do livro em papel cartão
Tradução: Minha Cartilha colorida.

APÊNDICE B - Relação de Códices pesquisados no Arquivo Público do ES

1) FUNDO GOVERNADORIA (Séries 383 livros)

Nº	Assuntos	Datas	Situação
11	Relação de estrangeiros	1854-1855	(lido)
25	Relatório sobre as condições nos prazos da Colônia de Santa Leopoldina. Problemas dos colonos - não cumprimento dos contratos	1858-1861	(Interditado)
27	Estatísticas de Santa Leopoldina.	1859-1866	(lido)
35	Mapa dos colonos estabelecidos.	1861-1871	(Interditado)
38	Relação dos títulos definitivos em 1881.	1878-1882	(lido)
57	Relação de imigrantes de 1857 a 1877.	1876-1872	(Interditado)
71	Mapa dos colonos polacos na Colônia de Santa Leopoldina.	1872-1875	(lido)
87	Relação de imigrantes de Santa Leopoldina em julho 1876. Chegada de 1200 colonos em Santa Leopoldina 1876. Reclamação dos colonos.	1876-1878	(lido)
119	Mapa Estatístico relativo à população.	1861-1871	(Interditado)
168	Relação de escolas particulares de Santa Leopoldina.	1871-1884	(lido)
203	Ofícios da chefatura de polícia	1860-1863	(lido)
209	Registro de instrução pública	1857-1859	(Interditado)
229	Mapa de colonização da população da Colônia de Santa Leopoldina.	1836- 1865	(Interditado)
238	Comunicando entrada de imigrantes pelo vapor "Werneck".	1874-1876	(lido)
260	Lista de passageiros embarcados e desembarcados nesta capital	1859	(lido)
302	Transporte de imigrantes para o RJ, que não quiseram se estabelecer em Santa Leopoldina.	1869-1875	(lido)
344	Ofícios da Capitania dos Portos- Imigração alemã	1872-1873	(lido)

2) FUNDO GOVERNADORIA (Novas séries)

Nº	Assuntos	Datas	Situação
8	Reclamações de imigrantes	1866-1867	(lido)
9	Ofícios do Ministério da Agricultura	1868-1870	(lido)
10	Solicitação de mão de obra (imigrantes). Lei do ventre Livre	1871-1872	(lido)
11	Criação de escolas para o sexo feminino em Santa Leopoldina	1873-1874	(lido)
12	Contrato com um pastor alemão para lecionar língua alemã em Santa Leopoldina.	?	(lido)
13	Orientações para os pagamentos dos colonos em Santa Leopoldina	1877-1878	(lido)
41	Ofícios do Ministério da Agricultura	1854-1861	(lido)
45	Abaixo assinado de colonos em Santa Leopoldina. Vinda do imperador. Relação de colonos holandeses vindo de Antuérpia.	1860	(lido)
56	Ofícios do Ministério do interior do RJ	1889-1908	(lido)
93	Ofícios do Ministério da Agricultura	1859	(lido)

3) FUNDO GOVERNADORIA (Série Accioly)

Nº	Assuntos	Datas	Situação
321	Santa Leopoldina- Assuntos eclesiásticos e Câmara municipal	1865	(lido)

4) FUNDO EDUCAÇÃO (período: 1859-1941)

Nº	Assuntos	Datas	Situação
17	Matrículas dos professores da Escola pública primária do ES	1878-1888	(lido)
31	Matrículas dos professores públicos do ES	1883-1891	(lido)
40	Matrículas das aulas primárias de diversas categorias.		(interditado)
68	Assentamento de professores em 1890	1890	(lido)
119	Registros de aposentadorias dos professores (antigo 288)	1896-1897	(interditado)
128	Registro de atas de exames de candidatos ao magistério público	1890	(lido)
157	Matrículas de professores primários (instrução pública)	1878-1892	(lido)
158	Matrícula Geral dos lentes e demais funcionários	1878-1892	(lido)
160	Matrículas de professores primários do ES em exercício até junho de 1897.	1897	(lido)
162	Nomeações, transferências, demissões	1905-1906	(lido)
164	Matrícula de professores públicos da província do ES. (lido)	1873-1890	(lido)

Caixas	Assuntos	Datas	Situação
6-A	Ofícios recebidos pelo inspetor geral de instrução pública.	1867-1877	(lido)
6-B	Ofícios recebidos pelo inspetor geral de instrução pública.	1867-1877	(lido)
07	Ofícios recebidos pelo inspetor geral de instrução pública.	1882-1889	(lido)
08	Ofícios recebidos pelo inspetor geral de instrução pública.	1890-1899	(lido)
09	Ofícios recebidos pelo inspetor geral de instrução pública.	1901-1913	(lido)

5) FUNDO AGRICULTURA (SÉRIE DCTC)

Nº	Assuntos	Datas	Situação
137	Núcleo do Porto de Cachoeiro de S. Leopoldina	1872-1881	(lido)
138	Registro de terras de S. Leopoldina	1877-1881	(lido)
145	Registro de terras de S. Leopoldina (continuação)	1877-1881	(lido)
172	Matrículas dos colonos estabelecidos no núcleo de Thimbuhy	1872-1876	(lido)
184	Mapa estatístico de Santa Leopoldina . (lido)	1885	(lido)

6) FUNDO GOVERNADORIA (SÉRIE 751)

Nº	Assuntos	Datas	Situação
351	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1848-1855	(lido)
352	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1855-1861	(lido)
353	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1862-1866	(lido)
354	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1867-1871	(lido)
355	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1869	(lido)
356	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1870	(lido)
357	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1871-1873	(lido)

	pública.		
358	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1874-1877	(lido)
359	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1878-1879	(lido)
360	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1880-1881	(lido)
361	Correspondências com diversos funcionários da instrução pública.	1882-1888	(lido)
514	Termos de inspeção de saúde de funcionários da instrução pública.	1859-1888	(lido)

APÊNDICE C - Torre da Igreja Católica de Tirol construída no século XIX e ao lado a moradia dos padres



Acervo do autor (09/07/2011)

APÊNDICE D - Carteira individual de madeira da escola de Tirol

Acervo do autor. (09/07/2011)

APÊNDICE E - Parte do pedestal de quadro de aula do século XIX

Acervo do autor. (09/07/2011)

APÊNDICE F - Pesquisador num museu da Alemanha com uma lousa de ardósia



Foto do autor em agosto de 2012.

APÊNDICE G - Prefácio do livro de leitura de Albert Richard Dietze

Cartilha de leitura 1 para crianças alemãs no Brasil. De Albert Richard Dietze. Fundador e professor, durante muitos anos, da Escola Primária da Estação Cajá, Santa Leopoldina, Espírito Santo.

Prefácio

Todo professor sabe que o assim chamado “livro do ABC” não é algo insignificante. Trata-se de um instrumento importante para o professor, para o aluno e para o autor. Para o professor é muito importante conseguir habilitar os seus pequenos alunos para a leitura o quanto mais depressa possível, sem exigir deles um esforço muito grande, pois isto afetaria negativamente a sua motivação para o estudo. Quanto melhor for organizado um livro de leitura, tanto mais seguramente ele alcançará a sua finalidade. Um livro de leitura ruim é um verdadeiro tormento para professores e crianças. Ele cansa e aborrece a ambos e dificulta uma leitura elementar. Uma cartilha mal elaborada vai exigir muitos exercícios de leitura durante vários anos. Este é o caso principalmente quando o professor precisa lidar com alunos de pouca capacidade ou de memória fraca. Por isso a cartilha é um livro importante para o professor. Somente um professor sabe com quantas dificuldades é necessário lidar, principalmente nas primeiras aulas de leitura. Sei, por experiência própria, que o autor de uma cartilha tem uma tarefa difícil a cumprir se ele tiver a pretensão de ajudar a solucionar as dificuldades nesta área do ensino.

Por menor que seja este livro, as exigências em relação a ele são grandes. Daí vem a minha constatação de que, até o momento, ainda não existia uma cartilha que correspondesse a todas as exigências, embora as que existem sejam valiosas em outros sentidos. As cartilhas existentes sempre deixaram a desejar para o professor. Não pretendo me vangloriar em relação a outros autores. Cada um contribuiu com a sua parte para que chegássemos mais próximos do nosso objetivo. Precisamos nos apoiar mutuamente até que o Supremo consiga providenciar para nós um “Funil de Nürnberg”. Mas até lá ainda temos muitas dificuldades a enfrentar juntos, entre elas a questão do baixo salário do professor. Durante os meus vários anos de atividade como professor, muitas cartilhas passaram pelas minhas mãos. Como uma boa habilidade para a leitura é essencial em qualquer matéria, estudei, com cuidado, todas estas cartilhas. Testei-as, em parte, com os meus alunos, e pude fazer várias constatações. Desta maneira nasceu a presente cartilha de leitura. Ela foi se desenvolvendo nas minhas aulas, pois nenhuma das outras cartilhas correspondeu às minhas expectativas e necessidades, mesmo aquelas que foram editadas por vários dos meus colegas aqui no Brasil. Não pretendo afirmar que a minha cartilha seja perfeita. Isto ainda precisa ser comprovado. Mas não considero secundário o fato de que apresento a motivação que me levou a editar esta cartilha como também a maneira e a forma em o faço, além de alguns comentários e esclarecimentos que ainda seguem, para que todos possam perceber os princípios que me nortearam neste trabalho.

Dois pontos principais devem ser observados na formação dos jovens alemães daqui:

1. Os jovens são de descendência alemã. Esta consciência deve ser mantida viva. O ensino da língua, da geografia, da história e da literatura alemãs ajuda para isto.
2. A pátria destes mesmos jovens é o Brasil, pois aqui nasceram e aqui devem exercer a sua cidadania. Mas eles somente honrarão a sua pátria, se o seu respeito e o seu amor pela mesma for despertado, e se eles também aprenderem a língua, a geografia e a história deste país, o que lhes possibilitará compreender as exigências das instituições e das leis daqui.

Com a minha “Cartilha de Leitura I” pretendo abrir o caminho para isto quando, na 4ª parte, são apresentados, além dos caracteres alemães, também os caracteres latinos. Isto é indispensável para a aprendizagem da língua portuguesa. Eu poderia deixar fora os caracteres alemães se não tivesse convencido de que quem deverá aprender a língua alemã também precisa conhecer os caracteres alemães. Como aqui ainda não existe a obrigatoriedade escolar e, por isso, lamentavelmente, as crianças freqüentam a escola por pouco tempo, existe o perigo de elas viciarem os seus olhos apenas com os caracteres alemães.

Cuidei o máximo possível na divisão exata de cada exercício de leitura, para que a criança receba lições iguais em termos de extensão. Procuro ir do mais fácil para o mais difícil. Também deixei de lado os títulos de cada texto, as observações e divisão das palavras em sílabas. Acho isto supérfluo e penso que é dever do professor explicar para as crianças o que o texto contém e como ele deve ser soletrado, pronunciado e lido. Também dispensei as costumeiras figuras em todos os textos, pois também as considero supérfluas, pois as mesmas são pouco observadas e, por isso, cumprem seu papel apenas em parte. A passagem de textos fáceis para textos mais difíceis é feito de tal maneira que começo com letras isoladas, depois passo para duas letras juntas e palavras monossílabas. Faço isto até o texto nº 46. A partir daí apresento 30 textos com palavras monossílabas e dissílabas, nesta seqüência, sempre com a letra inicial minúscula, pois, ao contrário da maioria de outras cartilhas, introduzi as letras maiúsculas apenas na 3ª parte, para, assim, facilitar a aprendizagem da leitura. No mais, segui o seguinte lema: a fala, a leitura e a escrita andam juntas. Aprendi, com a prática, que é necessário retornar ao início se, depois da segunda parte, as crianças ainda não dominarem a leitura das palavras. Com isto as crianças já conseguem ler ou, pelo menos melhorar a aptidão para a leitura, a partir da terceira parte. No que diz respeito à escrita, no primeiro ano eu escrevi na lousa (apenas uma letra ou uma palavra de cada lado da lousa), todas as letras do alfabeto como também todas as palavras que a cartilha contém para que as crianças copiassem as mesmas. Com esta prática consegui bons resultados.

Na 5ª parte (“Textos em língua portuguesa”) numerei duplamente os textos principais, sendo que o número entre parêntesis corresponde ao mesmo texto em língua alemã. O número entre parêntesis serve uma “chave” para o educador. Não garanto que eu tenha conseguido sempre traduzir corretamente, mas o fiz de acordo com minhas possibilidades. Por isso não é necessário traduzir já a partir da primeira aula. Somente depois de repetir as lições se deve partir para a sua tradução. Insisto que deve ser colocado mais peso na aprendizagem da

língua portuguesa, pois de que adianta a gente estudar teoricamente uma língua se agente não consegue se expressar nela?

É preciso ficar claro que na língua portuguesa existe uma forma de expressão que é totalmente diferente do que a língua alemã. O conhecimento da construção e formação de frases é fundamental. É preciso, desde o início, se acostumar a este modo diferente de formação de frases até que a gente consiga pensar e se expressar correta e fluentemente nesta língua estranha como a gente o faz na língua materna. Verdadeira fluência a gente só pode alcançar por meio de treinamentos práticos e constantes recapitulações dos modos de expressão próprios da língua portuguesa ,tornando-as tão familiares como os modos de expressão da língua materna. Assim a criança não deve aprender, desde início, somente questões teóricas da língua portuguesa, mas deve imediatamente familiarizar-se com o espírito desta língua, aprendendo, assim, a pensar nesta língua. A criança deverá apenas aprender o que é prático e necessário e, por isso, toda a atenção estará em coisas que são importantes na vida diária, na casa, na colônia, na cidade, na viagem e assim por diante. Em poucas palavras: é dado à criança o desafio de dominar a língua para questões necessárias e úteis em seu contexto de vida.

Tradução: Valdemar Gaede.

APÊNDICE H - Ábaco com pedestal usado na Alemanha no século XIX.



Foto do autor em 22/08/11.

ANEXOS

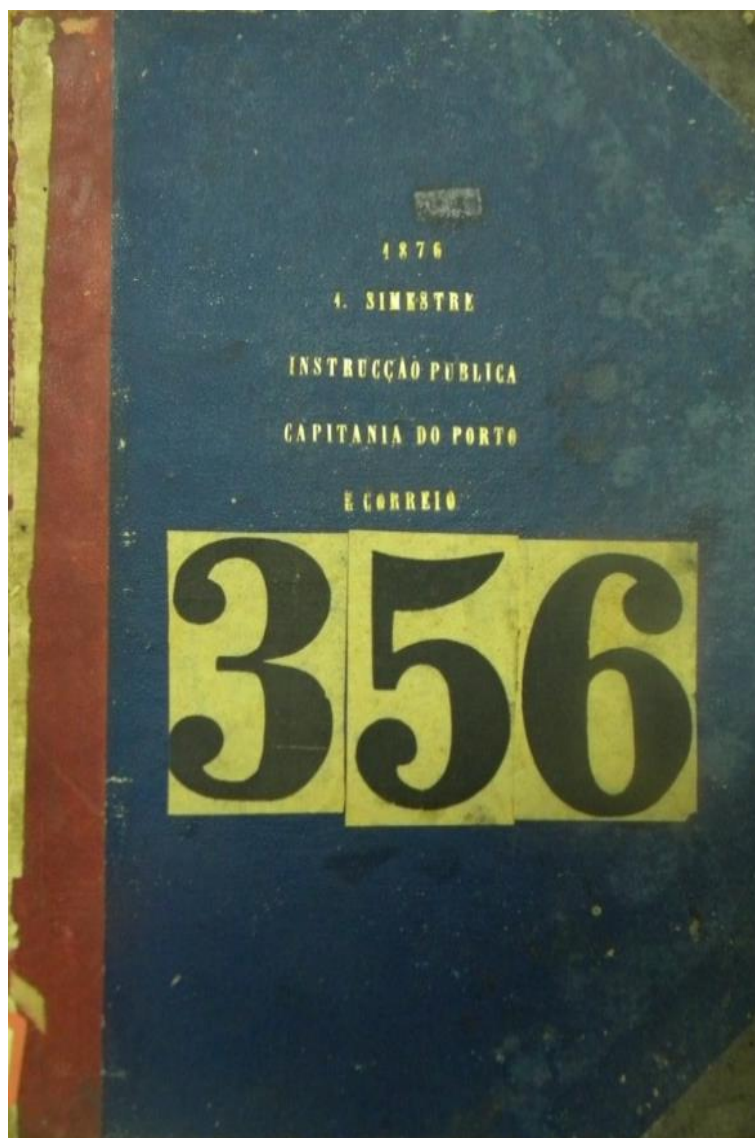
ANEXO A - Capa do livro 356 do APEES

Foto do autor.

ANEXO B - Selo com a figura do imperador do Brasil D. Pedro II

Fonte: Documentos do APEES.
Foto do autor.

ANEXO C - Ofício do Ministério dos Negócios do Império para o Presidente da Província do Espírito Santo suspendendo o pagamento de diárias para os trabalhadores ociosos na Colônia de Santa Leopoldina, em 02/06/1860

111

21581.

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios do Império
 Repartição Geral das Terras Publicas, em 2 de Junho de 1860

M. Ex. Sr.

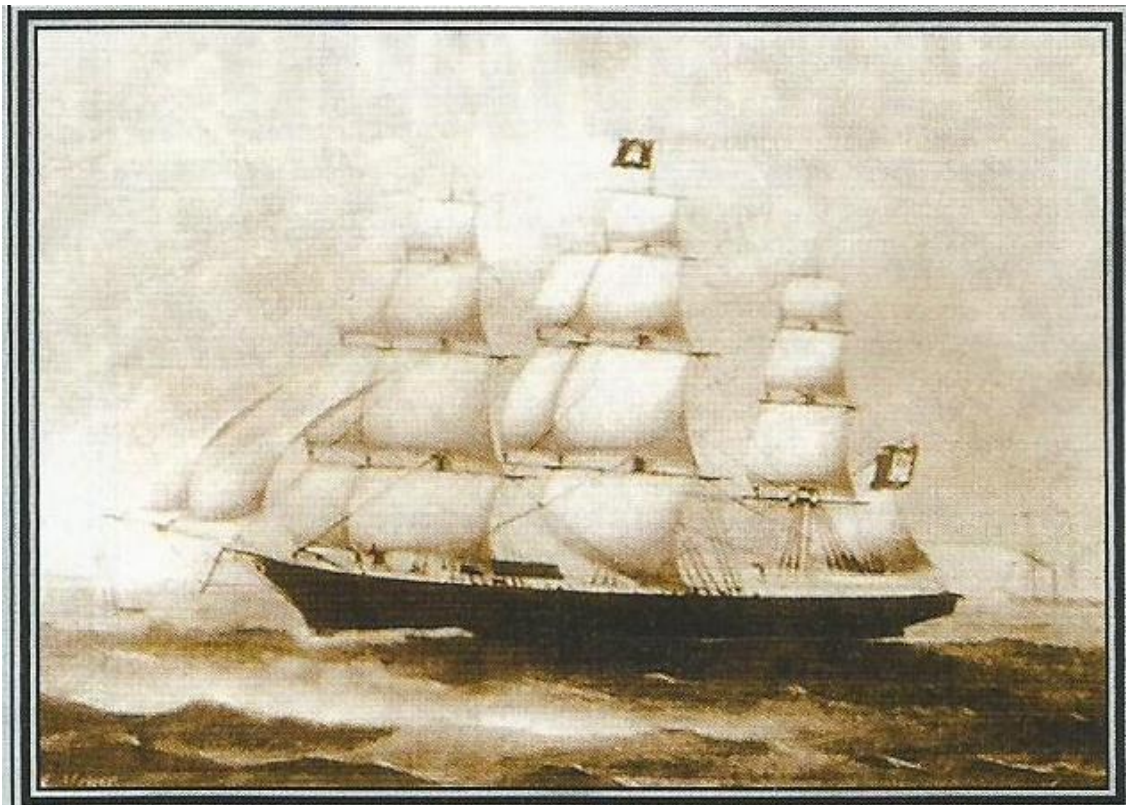
Tica approvada a resolução, que V. Ex.
 em officio N.º 53 de 18 de passado partici-
 pa haver tomado, mandando suspender
 as diarias das colonias de Santa Leopoldina,
 que não trabalharem nos seus prazos, entre-
 quando-se á necessidade.

Deus Guarde a V. Ex.º

José da Almeida Guimarães Filho
 Campesão - Sr. Titular
 da Resid.º do Capitão
 Antonio de Jesus de Mello
 S.º Barbalho

Do Presidente da Província do
 Espírito Santo.

ANEXO D - Navio Doctor Barth transportou imigrantes para as colônias de Santa Leopoldina (ES) e D. Francisca (SC) em 1873



Fonte: SCHAYDER (2002, p. 165).

ANEXO E – Transcrição do ofício nº 57, do Ministério da Agricultura e Comércio do Rio de Janeiro para o Presidente da Província do Espírito Santo, em 31/07/1873, autorizando a transferência de um colono de Santa Leopoldina para a Província de Santa Catarina

Nº 57

2ª Secção

Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 31 de julho de 1873.

Il^{mo} Ex^{mo} Sr

Aprovo o ato pelo qual, segundo consta do ofício de 11 do corrente mês, concedeu V. E^{xa} permissão ao colono de Santa Leopoldina, Antônio Anderson, para transferir-se a Colônia D. Francisca na Província de Santa Catarina, mandando dar a passagem ao mesmo colono.

Deus Guarde a V. E^{xa}.

José Fernandes da Costa Pereira Júnior

Arquive-se- Palácio do Governo do Espírito Santo em 06 de agosto de 1873.

ANEXO F – Ofício do Ministério dos Negócios do Império com a criação de uma Igreja, uma escola e a contratação de um professor em Santa Leopoldina em 28/03/1860

N.º 31 42

Rio de Janeiro, Ministerio dos Negocios do Império
 Repartição Geral das Terras Publicas, em 28 de Março de 1860

Da copia de Mensagem
 em 14 de Abril — *S. Ex.ª Sr. J. J. de*

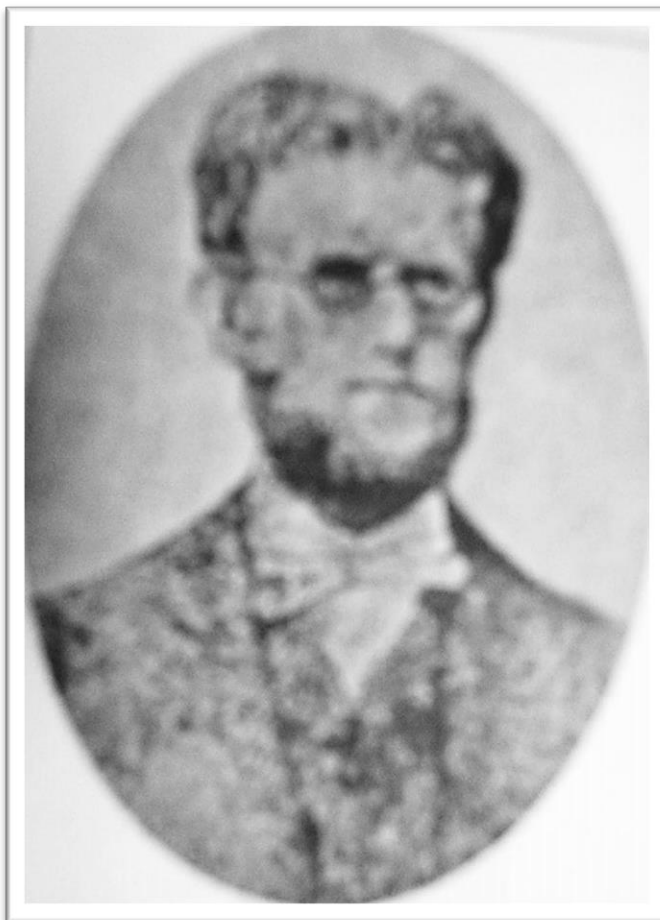
Representando o Missionario Capuchinho Frei Adriano Lenti
 Adv. que serve como capellão Catholico de Colônia Santa Leopoldina,
 sobre a necessidade de uma Igreja na mesma Colônia, onde pratica
 os officios de seu ministerio, e bem a fim de uma casa para sua re-
 sidença e de um professor de primarios letros, cumpre que V. Ex.ª pelo
 respectivo credito distribuido a Provincia, mande dar ao referido Mis-
 sionario a quantia de 600\$000 para construir a casa, em que tenha
 de morar, havendo já a Cassa Imperial, por Aviso desta data, resol-
 vido que se mande entregar ao mencionado Missionario a quantia
 de 4.000\$000 paga em prestações mensaes de 500\$000 para a edifi-
 cação da Igreja.

Os ornamentos serão aqui feitos, e remettidos depois
 a quem recomendo que nomeie pessoa habilitada para
 exercer o cargo de professor de primarios letros, com o vencimento annual
 de 400\$000 reis.

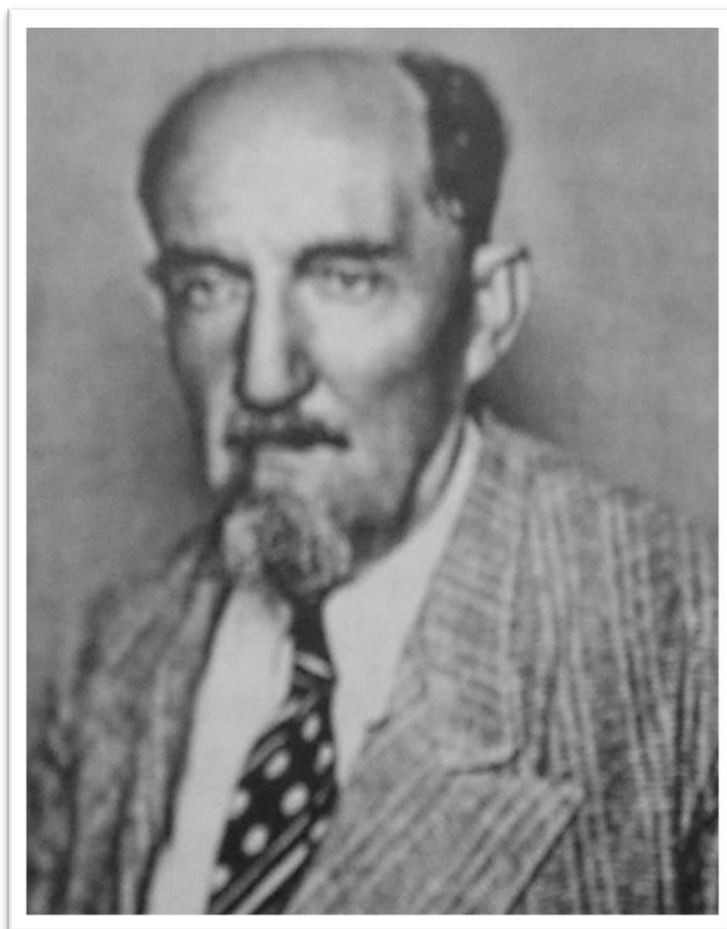
Des. Guard. a V. Ex.ª

Jos. de Almeida Brito Felles.

Sr. Presidente da Provincia de Espírito Santo

ANEXO G - Professor Emílio Häussler

Fonte: GRÜTZMANN (2002, p.9).

ANEXO H - Professor Anton Blaser

Fonte: GRÜTZMANN (2002, p.11).

ANEXO I - Professor Albert Richard Dietze

Fonte: Lopes (2003, p. 225)

ANEXO J - Segunda capa do livro Rechenbuch für Deutsche Schulen in Brasilien, Matthäus Grimm

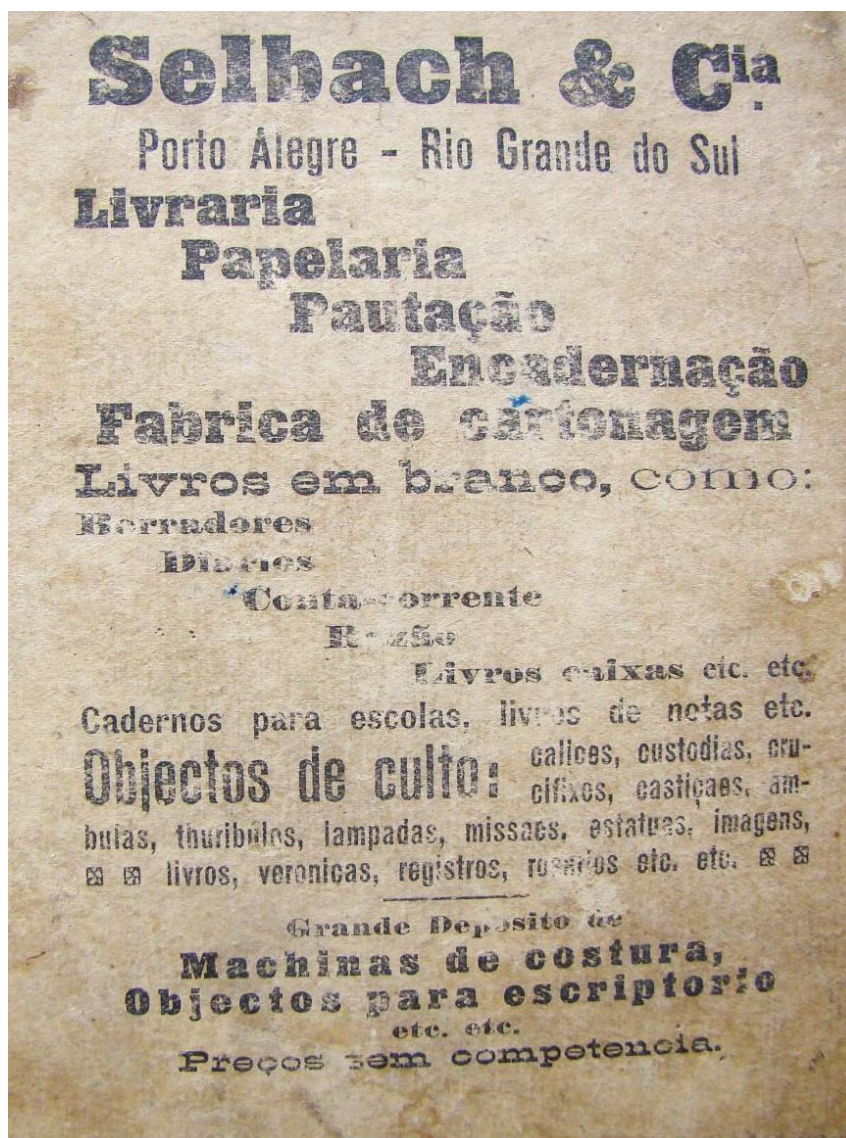
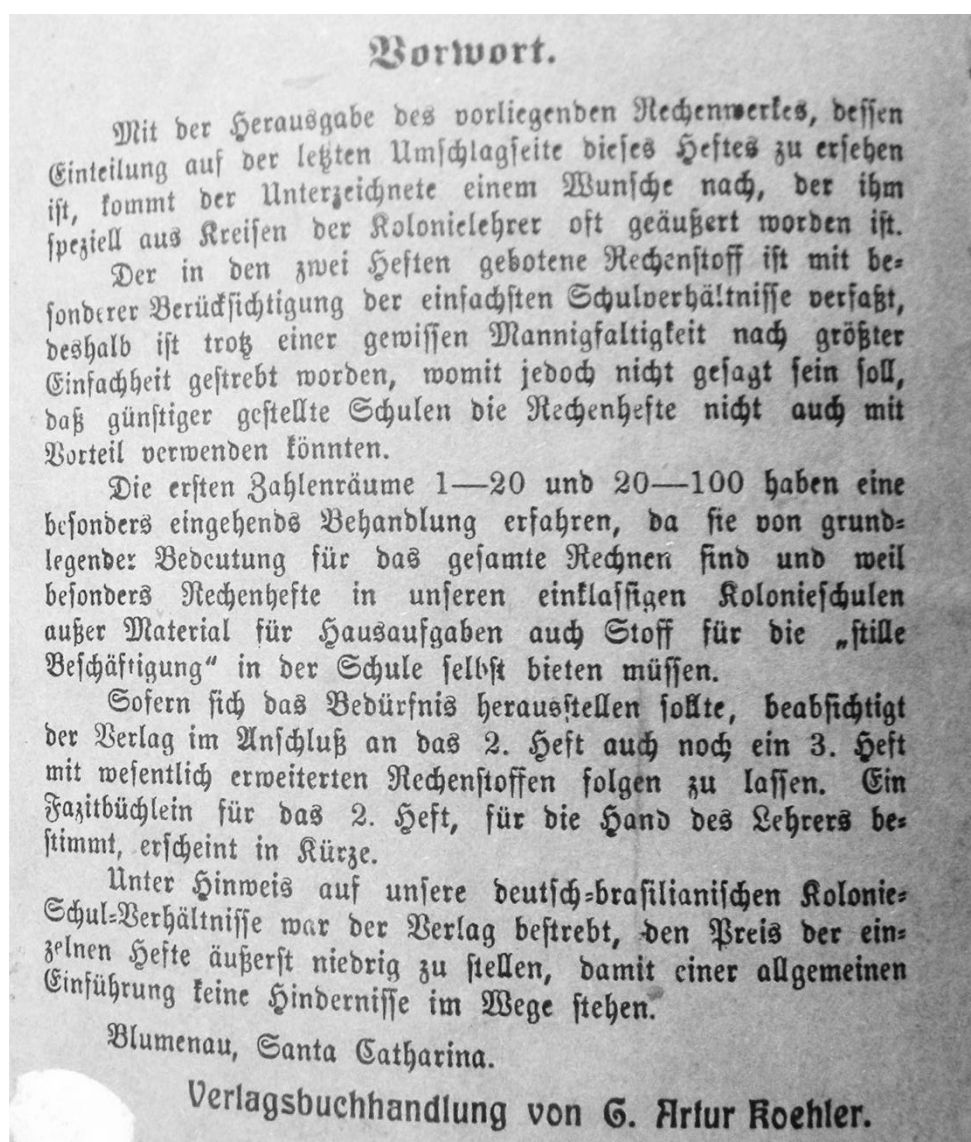


Foto do autor em julho de 2011.

ANEXO K - Segunda Capa (préfacio) do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen, 1º volume, 1906.



Fonte: Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen, 1º volume, 1906.

ANEXO L - Terceira capa do livro Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen, 1º volume, 1906

Das Einmaleins.

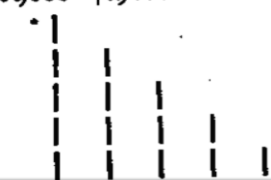
$1 \times 2 = 2$	$1 \times 3 = 3$	$1 \times 4 = 4$
$2 \times 2 = 4$	$2 \times 3 = 6$	$2 \times 4 = 8$
$3 \times 2 = 6$	$3 \times 3 = 9$	$3 \times 4 = 12$
$4 \times 2 = 8$	$4 \times 3 = 12$	$4 \times 4 = 16$
$5 \times 2 = 10$	$5 \times 3 = 15$	$5 \times 4 = 20$
$6 \times 2 = 12$	$6 \times 3 = 18$	$6 \times 4 = 24$
$7 \times 2 = 14$	$7 \times 3 = 21$	$7 \times 4 = 28$
$8 \times 2 = 16$	$8 \times 3 = 24$	$8 \times 4 = 32$
$9 \times 2 = 18$	$9 \times 3 = 27$	$9 \times 4 = 36$
$10 \times 2 = 20$	$10 \times 3 = 30$	$10 \times 4 = 40$
$1 \times 5 = 5$	$1 \times 6 = 6$	$1 \times 7 = 7$
$2 \times 5 = 10$	$2 \times 6 = 12$	$2 \times 7 = 14$
$3 \times 5 = 15$	$3 \times 6 = 18$	$3 \times 7 = 21$
$4 \times 5 = 20$	$4 \times 6 = 24$	$4 \times 7 = 28$
$5 \times 5 = 25$	$5 \times 6 = 30$	$5 \times 7 = 35$
$6 \times 5 = 30$	$6 \times 6 = 36$	$6 \times 7 = 42$
$7 \times 5 = 35$	$7 \times 6 = 42$	$7 \times 7 = 49$
$8 \times 5 = 40$	$8 \times 6 = 48$	$8 \times 7 = 56$
$9 \times 5 = 45$	$9 \times 6 = 54$	$9 \times 7 = 63$
$10 \times 5 = 50$	$10 \times 6 = 60$	$10 \times 7 = 70$
$1 \times 8 = 8$	$1 \times 9 = 9$	$1 \times 10 = 10$
$2 \times 8 = 16$	$2 \times 9 = 18$	$2 \times 10 = 20$
$3 \times 8 = 24$	$3 \times 9 = 27$	$3 \times 10 = 30$
$4 \times 8 = 32$	$4 \times 9 = 36$	$4 \times 10 = 40$
$5 \times 8 = 40$	$5 \times 9 = 45$	$5 \times 10 = 50$
$6 \times 8 = 48$	$6 \times 9 = 54$	$6 \times 10 = 60$
$7 \times 8 = 56$	$7 \times 9 = 63$	$7 \times 10 = 70$
$8 \times 8 = 64$	$8 \times 9 = 72$	$8 \times 10 = 80$
$9 \times 8 = 72$	$9 \times 9 = 81$	$9 \times 10 = 90$
$10 \times 8 = 80$	$10 \times 9 = 90$	$10 \times 10 = 100$

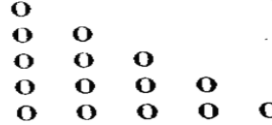
Abkürzungen.

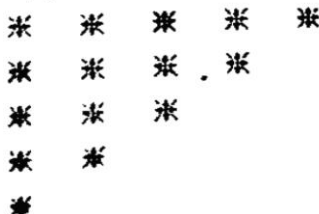
E = Einer, D = Duzent, S = Sechser, § = Mikreis, B = Binten, 1 § = 50 B,
hl = Hektoliter, kg = Kilogramm, m = Meter, cm = Centimeter,
mm = Millimeter, 1 m = 100 cm, 1 cm = 10 mm. Dgd. =
Duzend, Stk = Stück, 1 Dgd. = 12 Stk. Wch. = Woche, Tg.
= Tage, 1 Monat = 4 Wch., 1 M. = 30 Tg. 1 Wch. = 7 Tg.

Fonte: Rechenbuch für deutsch-brasilianische Volksschulen, 1º volume, 1906.

ANEXO M - Diversas representações dos números por meio de figuras do Livro de matemática Rechenbuch für Deutsch-brasilianische volksschulen, 1º volume, 1906

<p>Der Lehrer schreibt:</p> 	<p>Der Schüler spricht:</p> <p>Das ist ein Strich! Das sind zwei Striche! Das sind drei Striche! Das sind vier Striche! Das sind fünf Striche!</p>
---	--

<p>Dasselbe mit Punkten, Nullen, Kreuzchen, Bohnen, Stäbchen, Fingern usw.</p> 	
--	--

<p>Lehrer schreibt:</p> 	<p>Schüler spricht:</p> <p>Das sind fünf Sternchen! Das sind vier Sternchen! Das sind drei Sternchen! Das sind zwei Sternchen! Das ist ein Sternchen!</p>
--	---

2. Fragen und Antworten.

a) Wie haben zwei Stellen, wo vier, wo drei, wo zwei Stellen usw.?
 b) Wieviel Stellen hat die Klasse?
 c) Wieviel Stellen haben die Klassen auf dieser, auf jener Seite?
 d) Wieviel Augen, Ohren hat Du?
 e) Wieviel Finger?

3. Genauerer Auffassen der Stelle, welche jede Zahl in der Reihe einnimmt.



a) Welche Zahl folgt auf eins, auf drei, auf zwei?
 b) Welche Zahl geht auf eins, auf zwei, auf vier?
 c) Welche sind die beiden Nachbarn der Zwei, der Vier, der Drei, usw.?
 d) Welche Zahl hat keinen Nachbarn?
 e) Eine ist die erste Zahl, zwei ist die zweite Zahl, drei ist die dritte Zahl usw.
 f) Die kleinste Zahl ist eins, zwei, drei, usw.
 g) Welche Zahl ist die letzte, die zweite, die fünfte Zahl usw.?
 h) Welche ist die erste, zweite, dritte, vier, der letzte, fünfte Zahl usw.

4. Das Schriftliche.

Welchen der Schreiber, die besprochen und eublich aus dem Gedächtnis von dem Schüler aufgeschrieben werden müssen.)



2. Fragen und Antworten.

a) Wie haben zwei Stellen, wo vier, wo drei, wo zwei Stellen usw.?
 b) Wieviel Stellen hat die Klasse?
 c) Wieviel Stellen haben die Klassen auf dieser, auf jener Seite?
 d) Wieviel Augen, Ohren hat Du?
 e) Wieviel Finger?

3. Genauerer Auffassen der Stelle, welche jede Zahl in der Reihe einnimmt.



a) Welche Zahl folgt auf eins, auf drei, auf zwei?
 b) Welche Zahl geht auf eins, auf zwei, auf vier?
 c) Welche sind die beiden Nachbarn der Zwei, der Vier, der Drei, usw.?
 d) Welche Zahl hat keinen Nachbarn?
 e) Eine ist die erste Zahl, zwei ist die zweite Zahl, drei ist die dritte Zahl usw.
 f) Die kleinste Zahl ist eins, zwei, drei, usw.
 g) Welche Zahl ist die letzte, die zweite, die fünfte Zahl usw.?
 h) Welche ist die erste, zweite, dritte, vier, der letzte, fünfte Zahl usw.

4. Das Schriftliche.

Welchen der Schreiber, die besprochen und eublich aus dem Gedächtnis von dem Schüler aufgeschrieben werden müssen.)

